

em **Linguagem** **Discurso**

ISSN 1982-4017

volume 20, número 1, jan./abr. 2020

ISSN 1982-4017 (eletrônica)

em Linguagem (Dis)curso

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Universidade do Sul de Santa Catarina**



Tubarão – SC

v. 20, n. 1, p. 1-228, jan./abr. 2020

Dados Postais/Mailing Address

Revista Linguagem em (Dis)curso

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – Unisul

A/C: Comissão Editorial

Avenida José Acácio Moreira, 787

88.704-900 – Tubarão, Santa Catarina, Brasil

Fone: (55) (48) 3621-3000 - Fax: (55) (48) 3621-3036

E-mail: lemd@unisul.br

Site: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/linguagem-em-discurso/index.htm>

Portal de Periódicos: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso

SciELO: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1518-7632&nrm=iso&lng=pt

Ficha Catalográfica

Linguagem em (Dis)curso/Universidade do Sul de Santa Catarina. -
v. 1, n. 1 (2000) - Tubarão: Unisul, 2000 -

Quadrimestral

ISSN 1518-7632; 1982-4017

1. Linguagem - Periódicos. I. Universidade do Sul de
Santa Catarina.

CDD 405

Elaborada pela Biblioteca Universitária da Unisul

Indexação/Indexation

Os textos publicados na revista são indexados em: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA – Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES); Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasil); Cabell's Database.

The journal and its contents are indexed in: SciElo Brasil; EBSCO Publishing; LLBA - Linguistics & Language Behavior Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); MLA International Bibliography (Modern Language Association); Linguistics Abstracts (Blackwell Publishing); Ulrich's Periodicals Directory; Directory of Open Access Journals (DOAJ); Clase (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex; Journalseek (Germanics); Dialnet (Universidad de La Rioja); Social and Human Sciences Online Periodicals (Unesco); GeoDados (Universidade Estadual de Maringá); OASIS (Ibict); Portal de Periódicos (CAPES, Brazil); and Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet (Ministry of Science and Technology, Brazil); Cabell's Database.



Reitor

Mauri Luiz Heerdt

Vice-Reitor

Lester Marcantonio Camargo

Secretária Geral da Unisul

Mirian Maria de Medeiros

Pró-Reitor Acadêmico

Hércules Nunes de Araújo

Pró-Reitor Administrativo

Ademar Schmitz

Diretor de Marketing

Fabiano Ceretta

Diretor da Região Sul

Rafael Ávila Faraco

Diretor da Região Grande Florianópolis e Unisul Virtual

Zacaria Alexandre Nassar

Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem

Fábio José Rauen (Coordenador)

Nádia Régia Maffi Neckel (Coordenadora Adjunta)

Av. José Acácio Moreira, 787

88704-900 – Tubarão - SC

Fone: (55) (48) 3621-3000 – Fax: (55) (48) 3621-3036

Sítio: www.unisul.br

Editores/Editors

Fábio José Rauhen (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Maria Marta Furlanetto (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Silvânia Siebert – Editora Associada (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Secretária Executiva/Executive Secretary

Kellen Oliveira (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)

Comitê Editorial/Editorial Committee

Adair Bonini (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Andréia da Silva Daltoé (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Carmen Rosa Caldas-Coulthard (University of Birmingham, Birmingham, Inglaterra)
 Débora de Carvalho Figueiredo (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 Freda Indursky (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
 Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (Univ. Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Conselho Consultivo/Advisory Board

Aleksandra Piasecka-Till (Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
 Alessandra Baldo (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Ana Cristina Ostermann (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil)
 Ana Cristina Pelosi (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Ana Elisa Ribeiro (Centro Federal de Educação Tecnológica, Belo Horizonte, Brasil)
 Anna Christina Bentes (Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil)
 Anna Flora Brunelli (Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, Brasil)
 Angela Paiva Dionísio (Universidade Federal do Pernambuco, Recife, Brasil)
 Antônio Carlos Soares Martins (Instituto Fed. do Norte de Minas Gerais, Montes Claros, Brasil)
 Aparecida Feola Sella (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 Belmira Rita da Costa Magalhães (Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Brasil)
 Clarissa Gonzalez (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Cleide Inês Wittke (Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Brasil)
 Conceição Aparecida Kindermann (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
 Cristiane Gonçalves Dagostim (Faculdade SATC, Criciúma, Brasil)
 Cristina Teixeira Vieira de Melo (Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil)
 Dânie Marcelo de Jesus (Universidade Federal do Mato Grosso, Rondonópolis, Brasil)
 Danielle Barbosa Lins de Almeida (Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil)
 Désirée Motta-Roth (Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil)
 Enio Clark de Oliveira (Texas Christian University – TCU, Fort Worth, Texas, United States)
 Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Fernanda Mussalim (Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil)
 Gisele de Carvalho (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
 Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
 Heloísa Pedroso de Moraes Feltes (Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil)
 Heronides Maurflio de Melo Moura (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
 João Carlos Cattelan (Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, Brasil)
 José Luiz Vila Real Gonçalves (Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, Brasil)
 Juliana Enrico (Universidad Nacional de Córdoba, Córdoba, Argentina)
 Júlio César Araújo (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
 Lilian Cristine Hübner (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. Alegre, Brasil)
 Luiz Paulo da Moita Lopes (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)

Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Marci Fileti Martins (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil)
Maria Antónia Coutinho (Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal)
Maria Cecília de Miranda Nogueira Coelho (Univ. Federal de Minas Gerais, B. Horizonte, Brasil)
Maria da Conceição Fonseca-Silva (Univ. Est. do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Brasil)
Maria de Fátima Silva Amarante (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Ester Moritz (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Maria Inês Ghilardi Lucena (Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil)
Maria Izabel Santos Magalhães (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Maria Otilia Ninin (Universidade Paulista, Santana de Parnaíba, Brasil)
Mariléia Silva dos Reis (Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Brasil)
Marly de Bari Matos (Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil)
Maurício Eugênio Maliska (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Mônica Magalhães Cavalcante (Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil)
Mônica Santos de Souza Melo (Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil)
Nicolás Bermúdez (Universidad de Buenos Aires/Universidad Nacional del Arte, Buenos Aires, Argentina)
Nívea Rohling (Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Brasil)
Onici Claro Flôres (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Orlando Vian Jr. (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil)
Patrícia da Silva Meneghel (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Pedro de Moraes Garcez (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil)
Raquel Bambirra (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Renilson Menegassi (Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Brasil)
Ricardo Moutinho (Universidade de Macau, Macau, China)
Richarles Souza de Carvalho (Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Brasil)
Roberto Leiser Baronas (Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil)
Rosângela Gabriel (Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil)
Rossana de Felipe Böhlke (Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande, Brasil)
Sandro Braga (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Sebastião Lourenço dos Santos (Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, Brasil)
Sílvia Ines C. C. de Vasconcelos (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Simone Padilha (Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, Brasil)
Solange Leda Gallo (Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, Brasil)
Sônia Maria de Oliveira Pimenta (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)
Susana Borneo Funck (Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil)
Vanessa Wendhausen Lima (Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Brasil)
Vera Lúcia Lopes Cristovão (Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Brasil)
Wilson José Leffa (Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, Brasil)
Wagner Alexandre dos Santos Costa (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil)
Wander Emediato (Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil)

Equipe Técnica/Technical Team

Tradução e revisão/Translation and Revision

Editores (português); Elita de Medeiros (inglês e espanhol)

Bolsista/Trainee

Israel Vieira Pereira

Diagramação/Layout

Fábio José Rauen

SUMÁRIO
CONTENTS | CONTENIDO

EDIÇÃO CORRENTE
CURRENT EDITION | EDICIÓN CORRIENTE

Editorial | *Editorial* | *Editorial*

Produção e divulgação de periódicos científicos (II)

Production and dissemination of scientific journals (II)

Producción y difusión de revistas científicas (II)

Silvânia Siebert

11

Artigos de Pesquisa | *Research Articles* | *Artículos de investigación*

Manutenção do tópico discursivo de resenha de estudantes com autoria compartilhada em escrita colaborativa na Wiki

Maintenance of discursive topic in student review with shared authorship in Wiki collaborative writing

Mantenimiento del topico discursivo de reseña por estudiantes con autoría compartida en escritura colaborativa en Wiki

Francis Arthuso Paiva

15

#Elesim, #Elenão, #Elasim, #Elanão: o *Twitter* e as *hashtags* de amor e de ódio na campanha presidencial brasileira de 2018

#Lovehim, #Lovehimnot, #Loveher, #Lovehernot: Twitter and hashtags of love and hate in 2018 brazilian presidential campaign

#Élsi, #Élno, #Ellasi, #Ellano: el Twitter y los hashtags de amor y odio en la campaña presidencial brasileña de 2018

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira

Marisa Mendonça Carneiro

33

Peles habitáveis de Almodóvar em perspectiva: projeções (meta)escalares

Almodóvar's livable skins in perspective: (meta)scalar projections

Pieles habitables de Almodóvar en perspectiva: proyecciones (meta)escalares

Clarissa Gonzalez

Luiz Paulo da Moita Lopes

51

- “Tu sabe? Te lembra?”: o resguardo de informações em interrogatórios policiais por meio da (com)posição de perguntas e respostas
“Do you know? Do you remember?”: information safeguarding in police interrogations through the (com)position of questions and answers
“¿Tú sabes? ¿Te acuerdas?”: protegiendo información en los interrogatorios oficiales a través de la (con)posición de preguntas y respuestas
 Paola Gabriela Konrad
 Ana Cristina Ostermann 73
- Traçando o perfil de bons leitores e de leitores com dificuldades de compreensão
Delineating the profile of good and poor readers
Trazando el perfil de buenos lectores y lectores con dificultades de comprensión
 Lucilene Bender de Sousa
 Lilian Cristine Hübner 97
- Inversão da posse:
 interface entre língua e discurso no português brasileiro
*Inversion of possession:
 interfaces between language and discourse in brazilian portuguese*
*Inversión de propiedad:
 interfaz entre lengua y discurso en portugués brasileño*
 João Kogawa
 Indaiá de Santana Bassani 109
- Revisitando o estudo/estatuto dialógico da palavra-enunciado
Revisiting the dialogical study/status of the word-utterance
Revisión del estudio/estado de la palabra-enunciado
 Rodrigo Acosta Pereira
 Beth Brait 125
- Personagens de folhetim: estereótipos e linguagem
The feuilleton's characters: stereotypes and language
Personajes del folletín: estereotipos y lenguaje
 Rosimeri Ferraz Sabino
 Antônio Ponciano Bezerra 143

- Mensagem de fim de ano e *blitz* em escolas:
discurso, violência e ameaça no Programa *Escola sem Partido* no Brasil
New Year's message and school blitz:
discourse, violence and threat in Brazil's School Without Party Program
Mensaje de fin de año y "blitz" en escuelas:
discurso, violencia y amenaza en el Programa Escuela sin Partido en Brasil
- Renata Rena Rodrigues
Viviane de Melo Resende 159
- A noção de acontecimento à luz da Análise do Discurso, da Semântica do
Acontecimento e da Semiótica Tensiva
The notion of event in the light of Discourse Analysis, Semantics of
the Event and Tensive Semiotics
La noción de acontecimiento a la luz del Análisis de Discurso, la Semántica
del Acontecimiento y la Semiótica Tensiva
- Conrado Moreira Mendes
Jocyare Souza
Sueli Maria Ramos da Silva 179
- "There is no white flag and no chance of going to jail!" – the violent relation
between police and criminals in *Facção Central's* rap songs
"Não tem bandeira branca, nem chance de ir pra grade!" – as relações
violentas entre polícia e criminosos nos raps do grupo Facção Central
"¡No hay bandera blanca, no hay oportunidad de ir a la prisión!" – relaciones
violentas entre la policía y los penales en las raps del grupo Facção Central
- Bruno de Souza Lessa
Ana Clara Aparecida Alves de Souza 197
- Retrospectiva | *Retrospective* | *Retrospectiva***
- El lenguaje y la vida: aportes transdisciplinarios del *Análisis Político*
del Discurso para pensar lógicas de identidad en pugna en el espacio social
Language and life: transdisciplinary contributions from Political
Analysis of Discourse to think identitarian logics in tension in the social space
A linguagem e a vida: aportes transdisciplinares da Análise Política
do Discurso para pensar lógicas de identidade em luta no espaço social
- Juliana Enrico 211

PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS II

Production and Dissemination | Producción y Difusión
of Scientific Journals II | de Revistas Científicas II

Silvânia Siebert*

Universidade do Sul de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem
Tubarão, SC, Brasil

Na edição anterior, trouxemos alguns aspectos da produção e da divulgação científica especializada. Tratamos da importância de entender os periódicos especializados considerando que “mais que uma conversa entre pares, os periódicos se constituem em espaços de legitimação da ciência extra campus, como lugar privilegiado de diálogo entre a ciência e a sociedade” (LemD 2019-3). Neste texto gostaríamos de pensar a relação entre periódicos científicos, cultura científica e credibilidade.

Trazer a noção de cultura para junto da ciência, em tempos de movimentos como os de antivacina e de afirmação de que a Terra é plana, pode nos ajudar a compreender, para além do papel da ciência, o desenvolvimento econômico e social, também como forma de constituição simbólica de uma realidade, a partir de políticas públicas que valorizem o conhecimento.

Eagleton considera que “a cultura nos transfere do natural para o espiritual” (2005, p. 15). Segundo o autor, a cultura pode denotar, de início, um processo completamente material; metaforicamente, *a posteriori* refere-se a questões do espírito. Para ele, a palavra *cultura*, em seu desdobramento semântico, carrega a mudança da humanidade do rural para o urbano, do cultivo à ciência. Caracteriza-se “como um complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico.” (EAGLETON, 2005, p. 54).

Foseca e Oliveira (2015, p. 447) afirmam que,

Dependendo do contexto, os investimentos privilegiam diferentes aspectos da atividade científica – como o raciocínio, o linguajar, a imaginação, o aparato conceitual, o sistema de informação, a metodologia, os instrumentos, os procedimentos, as instituições, a especialização, a hierarquização, as descobertas, as aplicações e suas potencialidades. O termo cultura parece englobar esses diversos aspectos, articulando-os numa rede de significações em que cada elemento se articula e se reforça com os outros.

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Sul de Santa Catarina. Editora de Linguagem em (Dis)curso. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7852-0968>. E-mail: silvania@cinemaistv.com.br.

Ao compreendermos a cultura como articuladora de saberes, o conhecimento científico passa a ser um fator importante para a interpretação e compreensão do mundo e dos sujeitos, que se realiza como princípio constitutivo das escolas e das universidades, e daí advém a importância das revistas especializadas, que funcionam como produtoras e divulgadoras de ciência. São elas que, em seu modo próprio de funcionamento, levam aos leitores e consumidores de ciência, de conhecimento, as pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas.

Desde os filósofos gregos, nos preocupamos em compreender a *techné* e a episteme, uma dedicada à técnica, à realização de artefatos culturais, e a outra voltada ao conhecimento e ao saber. Por sua vez, a ciência, na atualidade, busca cada vez mais que estas duas nomações andem juntas. Neste texto, o conceito de cultura científica se constitui como uma noção muito importante para estabelecermos a relação entre cultura e ciência, a partir de estudiosos da linguagem, da ciência e da cultura, conforme vemos nas próximas seções.

A CULTURA CIENTÍFICA

De acordo com Vogt (2011), a cultura científica pode ser vista pela metáfora de uma espiral que envolve pelo menos três possibilidades de sentido: a) a cultura da ciência; b) a cultura pela ciência; e c) a cultura para a ciência. Daí a importância do processo, do *continuum*, necessário para a constituição da cultura científica que busca dar conta de um tempo-espaço que envolve professores, pesquisa, ensino, coleta de dados, entrevistas, leituras, produção, divulgação, pesquisadores, instituições, debates com a sociedade, com o cidadão. Um ciclo que se retroalimenta, conforme ilustra a figura 1 (VOGT, 2011, p. 11):



Figura 1 – Espiral da cultura científica

Fonte: Vogt (2011, p. 11).

Nesta linha de raciocínio, o campo semântico da ciência, ao associar-se à cultura, expande-se sobremaneira. Vogt (2011), por exemplo, pensa que a cultura científica deva ser desenvolvida e vivenciada como o futebol: que o conhecimento seja visto como um fenômeno cultural. Na metáfora futebolística, o autor argumenta que poucos jogam, mas muitos participam, entendem, opinam, criticam, se emocionam e são apaixonados.

Como em um espetáculo contemporâneo, transmitido e comentado em diferentes mídias, a cultura científica deve buscar ser citada, mencionada, homenageada, celebrada como um lugar de existência do saber científico.

A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Orlandi (2001) trata, em específico, da divulgação científica a partir da tecnologia da escrita. Busca analisar como a ciência produz efeito de exterioridade que “sai de si, sai de seu próprio meio para ocupar um lugar social e histórico no cotidiano dos sujeitos” (2001, p. 152). Segundo a autora, não há como dissociar ciência, tecnologia e administração.

No entanto, este lugar social não é um lugar sem conflitos. Se tomamos como premissa que a ciência pode estar relacionada à confiança, à credibilidade, ao mesmo tempo ela pode estar ligada também à desconfiança, à falácia, ao descrédito – conforme vemos no crescimento de movimentos contestatórios de evidências científicas: Terra plana, antivacina, anticiências. Ao tomarmos a contradição como constitutiva do sentido na linguagem e, conseqüentemente, do termo *ciência*, entendemos que as revistas especializadas devem cada vez mais buscar sua inserção social: em sala de aula, em pesquisas de graduação e pós-graduação, em estar junto de instituições e de cidadãos. Devemos buscar divulgar a ciência como lugar de compreensão do mundo e das pessoas pela contradição, pelo múltiplo.

Orlandi (2001) propõe analisar a divulgação científica a partir das noções de encenação e de credibilidade, como formuladas por Maingueneau. Para Maingueneau (2015), a noção de *cena* representa ao mesmo tempo um quadro e um processo, e envolve a *cena englobante*, que mobiliza uma rede de gêneros; a *cena genérica*, que funciona com normas que suscitam expectativas; e a *cenografia*, fundamentada pela enunciação do eu/tu/agora. O autor exemplifica o conceito de cena englobante a partir da ciência: “o locutor deve mostrar que se adapta às normas impostas pelo estatuto de ‘homens da ciência’, figura que transcende os múltiplos gêneros do discurso científico: imparcialidade, serenidade, clareza...” (2015, p.119).

A partir da análise de Orlandi, temos também de considerar a noção de credibilidade. Segundo Charaudeau (2016, p. 73), para uma pessoa ter credibilidade, ser credível, “deve fabricar, de si mesma, uma imagem que corresponda a essa qualidade”. Para tanto, deve atender a certas condições de sinceridade, de saber e de desempenho: “a credibilidade depende, ao mesmo tempo, de uma maneira de ser, no que tange ao “dizer a verdade”, de um saber, para demonstrar razão, e de um saber fazer, para demonstrar competência e experiência” (p. 73).

Pensamos que a noção de credibilidade atribuída a um sujeito possa ser pensada para uma instituição ou uma publicação. Sendo assim, a partir da contradição, constitutiva do sentido, também temos de levar em conta que se pode ter descrédito na ciência.

Em artigo publicado no Boletim da Fapesp em outubro de 2019, com o título *Resistência à ciência*, Andrade analisa o resultado de uma pesquisa feita pelo Instituto Gallup, em 144 países. Tanto em países desenvolvidos, como a França e o Japão, como em desenvolvimento, como o Brasil, a percepção das pessoas sobre ciência registra desconfiança em mais de setenta por cento da população. E em países em que a

desigualdade social é maior, o descrédito em relação à ciência o é igualmente. De acordo com a pesquisa, quando a ciência é confrontada com a religião, esta tem ampla vantagem. Outro fator que destacamos é que a reputação da ciência está ligada a instituições como o governo e a Justiça.

Ao analisarmos as condições de produção e veiculação da ciência, entendemos que, a partir dos pontos elencados acima, a ciência alcança poucos e privilegiados, e ao retomarmos o conceito de cultura científica este parece estar longe do público comum, longe de participar de nosso cotidiano como o futebol. A metáfora esportiva, hoje, pode estar relacionada com uma partida de tênis ou de golfe. Temos de chegar na periferia, no gosto popular.

Entendemos que publicar e divulgar ciência é um gesto de responsabilidade com o outro, e que deve ser incentivado com políticas de Estado. Neste ponto, se pensarmos nas fontes de financiamento, de custeio para o incentivo da cultura científica, principalmente para a produção e veiculação de periódicos especializados ou não, estamos muito aquém do desejado. Em um contexto que reivindica sua presença, o Brasil é um dos países mais desiguais em divisão de renda. De acordo com os últimos relatórios do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), temos ainda um largo horizonte a ser percorrido até atingirmos o que propugna o provérbio latino: *Primum manducare deinde philosophari*¹, para um avanço efetivo em busca do bem-estar social e o alcance de uma sociedade com melhor distribuição de renda e conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, R. O. Resistência à ciência. *Boletim Fapesp*, out. 2019.
- BUSARELLO, R. *Máximas latinas para o seu dia-a-dia: repertório de citações, provérbios, sentenças e adágios – tematizados e traduzidos*. 2. ed. Florianópolis: Ed. do autor, 1998.
- CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Trad. de Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- FONSECA, M. A.; OLIVEIRA, B. J. Variações sobre a “cultura científica” em quatro autores brasileiros. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 445-459, abr.-jun. 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise de discurso*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- ORLANDI, E. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- VOGT, C. De ciência, divulgação, futebol e bem-estar cultural. In: PORTO, C. de M.; BROTAS, A.M.P.; BORTOLIERO, S. T. (Org.). *Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- VOGT, C. Ciência e bem-estar cultural. *Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, Campinas, Ed. 2010, Editorial.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ “Primeiro comer, depois filosofar”. O provérbio é uma variante de *Primum vivere deinde philosophari* – preceito antigo (BINDER, 293) segundo Busarello (1998, p. 183).

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200102-9618>

Recebido em: 12/12/2018 | Aprovado em: 26/08/2019

MANUTENÇÃO DO TÓPICO DISCURSIVO DE RESENHA DE ESTUDANTES COM AUTORIA COMPARTILHADA EM ESCRITA COLABORATIVA NA *WIKI*

Maintenance of Discursive Topic in Student Review with Shared Authorship in Wiki Collaborative Writing	Mantenimiento del Topico Discursivo de Reseña por Estudiantes con Autoría Compartida en Escritura Colaborativa en <i>Wiki</i>
---	--

Francis Arthuso Paiva*

Universidade Federal de Minas Gerais
Colégio Técnico e Mestrado Profissional em Letras
Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: A escrita colaborativa é realizada com a participação de escritores em autoria compartilhada. As características da escrita colaborativa – como grupo chegar a consenso prematuramente, pouca comunicação e um integrante não enxergar o trabalho do outro – geram diferenças estilísticas e edições inconscientes, que causam problemas de coerência. O objetivo é verificar a manutenção do tópico discursivo de resenha produzida em colaboração em portal wiki por estudantes de Ensino Médio. A hipótese é que a manutenção do tópico discursivo na escrita colaborativa fosse mais trabalhosa para os escritores envolvidos, uma vez que exige negociação de consenso do grupo. A manutenção do tópico discursivo foi verificada, e foi realizada entrevista com o grupo para análise dos dados. O resultado aponta relação de causa e efeito entre características da escrita colaborativa e manutenção do tópico, que prejudicou a produção de coerência na resenha.

Palavras-chave: Escrita colaborativa. Tópico discursivo. Coerência. Wiki.

Abstract: Collaborative writing is carried out with participation of writers in shared authorship. Characteristics of collaborative writing – as a group reach consensus prematurely, poor communication, and one member not seeing the other's work – generate stylistic differences and unconscious edits, which cause coherence issues. The purpose of this article is to verify the maintenance of the discursive topic in a review produced in collaboration on a wiki portal by high school students. The assumption was that maintaining the discursive topic in collaborative writing would be more laborious for the writers involved, because it requires group consensus negotiation. The maintenance of the discursive topic was verified and an interview with the group was performed for data analysis. The result points cause-effect relationship between characteristics of collaborative writing and maintenance of the topic, what impaired the production of coherence in the review.

Keywords: Collaborative writing. Discursive topic. Coherence. Wiki.

Resumen: La escrita colaborativa es realizada con la participación de escritores en autoría compartida. Las características de la escrita colaborativa – como grupo llegar a consenso prematuramente, poca comunicación y un integrante no ver el trabajo del otro – generan diferencias estilísticas y ediciones

* Doutor em Linguística. Professor do Colégio Técnico e do Mestrado Profissional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9083-3342>. Email: francisapaiva@gmail.com.

inconscientes, que causan problemas de coherencia. El objetivo es verificar el mantenimiento del t3pico discursivo de reseña producida en colaboraci3n en portada wiki por estudiantes de la Enseñanza Secundaria. La hip3tesis es que el mantenimiento del t3pico discursivo en la escrita colaborativa ser3a m3s trabajo para los escritores involucrados, porque exige negociaci3n de consenso del grupo. El mantenimiento del t3pico discursivo fue verificado, y fue realizada entrevista con el grupo para an3lisis de los datos. El resultado apunta relaci3n de causa y efecto entre caracter3sticas de la escrita colaborativa y mantenimiento del t3pico, que ha perjudicado la producci3n de coherencia en la reseña.

Palabras clave: Escrita colaborativa. T3pico discursivo. Coherencia. Wiki.

1 INTRODUÇÃO

Escrita Colaborativa (EC) 3 um conceito amplo que engloba diferentes matizes de produç3o de texto conduzida por duas ou mais pessoas, sendo portanto contraponto 3 escrita de autoria individual. Desse modo, pode ser considerada escrita colaborativa o resultado de grupos de editores trabalhando em textos multissemi3ticos que demandam diferentes profissionais para produzi-los, como os infogr3ficos. No entanto, h3 trabalhos em busca de um conceito *stricto sensu* para a EC que terminam por limitar essa abrang3ncia. Bakar (2012) 3 um exemplo, ao distinguir EC de outros processos de escrita em grupo por meio de duas caracter3sticas intr3secas. A primeira 3 a sua autoria conjunta e a segunda 3 a colaboraç3o dos parceiros durante todo o processo de escrita. De acordo com a primeira caracter3stica, a autoria de um texto oriundo de EC 3 conjunta, sendo compartilhada por todo o grupo. Pela segunda caracter3stica, a escrita seria colaborativa apenas quando toda a equipe envolvida no trabalho colaborasse em todas as etapas do projeto de escrita de um texto. Sob esse ponto de vista, produç3es como a do infogr3fico n3o seriam consideradas EC, pois os seus parceiros de autoria executam trabalhos diversos, em tempo e lugares diferentes, como redaç3o, design, ilustraç3o, programaç3o; colaborando para um todo, sim, mas cada qual realizando sua parte separadamente.

Embora o conceito de Bakar (2012) seja positivo ao n3o ser reducionista e tentar ser hol3stico ao abarcar todo o processo de EC, ele deixa de fora diferentes modos de escrita que s3o t3mbe m processos de EC de algum modo.

Podemos contribuir para um conceito mais abrangente de EC se, junto 3s caracter3sticas “autoria conjunta” e “colaboraç3o dos parceiros durante todo o processo de escrita” apontadas por Bakar (2012), incluirmos a caracter3stica “necessidade de construç3o de consenso pelo grupo de EC”, apresentada por Lowry et al. (2004) para quem a construç3o de consenso entre um grupo de escritores durante a EC 3 determinante para seu conceito, porque a difere da escrita de autoria individual, cujas decis3es s3o pessoais e intransfer3veis. Desse modo, produç3es como as realizadas pelos grupos de editores de infogr3ficos seriam, sim, um trabalho de EC, porque precisam construir um consenso, ainda que parcial e relativo, para se chegar ao produto final de seu trabalho de escrita. Para Lowry et al. (2004, p. 72) “uma efetiva experi3ncia de EC exigirá comunicar, negociar, coordenar, pesquisar em grupo, monitorar, recompensar, punir, gravar, socializar e assim por diante”.

Desse modo, conceituamos a Escrita Colaborativa como sendo a realizada em grupo, sincronicamente ou n3o, com a colaboraç3o de todos os integrantes e com autoria

compartilhada, que objetiva um produto final coeso e coerente fruto de relativo consenso. Ela pode ocorrer em ambientes acadêmicos, governamentais e privados de diferentes segmentos. Pode ser desenvolvida em redes on-line abertas, como nas wikis com participantes indiscriminados; ou em redes fechadas, como no Google Drive com participantes convidados. Bem como pode ser executada em encontros presenciais off-line face a face.

As três características da EC elencadas - “construção de consenso”, “autoria conjunta” e a “colaboração dos parceiros durante todo o processo de escrita” – permitem tratar a EC a partir de uma perspectiva sociointerativa da linguagem, cuja construção é uma apropriação dialógica das palavras e enunciados do outro, negociada socialmente nas interações historicamente situadas (BAKHTIN, 2003).

É dessa perspectiva sociointerativa da EC que surgem seus aspectos positivos como os benefícios social e cognitivo para os participantes de uma produção de EC (TRENTIN, 2008), estabelecendo neles habilidades de liderança compartilhada, confiança mútua e corresponsabilidade de grupo ao realizarem uma tarefa (MARCHIORI; GREEF, 2014). Entretanto, é dessa característica intrínseca de construção de consenso pelo grupo de EC que surgem alguns problemas. Marchiori e Greef (2014) apontaram a tendência de um integrante do grupo não realizar seu trabalho – *Social loafing*¹. Já Wolfe (2005) observou os seguintes problemas: o grupo chegar a consenso prematuramente, receio de editar o texto alheio e edições inconscientes. E Lowry et al. (2004) apontaram os problemas de pouca comunicação, um integrante não enxergar o trabalho do outro e diferenças estilísticas.

Para nós existe uma relação de causa e efeito entre esses problemas de EC, pois acreditamos que edições inconscientes e diferenças estilísticas sejam consequências dos demais problemas listados, gerando, por sua vez, problemas no nível textual e discursivo em projeto de EC de resenhas em wiki, desenvolvido nos últimos 8 anos pelo autor deste artigo com estudantes da educação básica e técnica do COLTEC-UFMG. O projeto de ensino foi apresentado em Paiva (2012) e tronou-se projeto de pesquisa em 2018, com aprovação do Comitê de ética em pesquisa da UFMG, CAAE 89154518.9.0000.5149, parecer número 2.742.187 de 2018.

Nosso pressuposto é de que a produção de um texto por integrantes de grupo de EC seria mais penosa do que para um produtor individual. Isso pelo fato de a manutenção do tópico discursivo, um fator essencial para a construção da coerência, ser desenvolvida em consenso pelo grupo de EC e não individualmente como na escrita de autoria única.

No entanto, acreditamos que, se os grupos de EC atentarem para os processos necessários para produzir um texto de modo colaborativo, sobretudo negociação para consenso, comunicação e execução das funções pelos integrantes, os problemas podem ser evitados.

Cada um desses conceitos será desenvolvido nas seções 2 e 3, a fim de justificar esse pressuposto. Na seção 3, também apresentamos o projeto de ensino e suas

¹ *Social loafing* refere-se à redução do esforço exercido, quando se trabalha em grupo, em relação ao esforço maior no trabalho individual, provavelmente pelo fato de um integrante crer que outro integrante fará seu trabalho por ele (MARCHIORI; GREEF, 2014).

consequências, que motivaram este estudo. Depois, na seção 4, apresentamos os pressupostos teóricos sobre tópico discursivo e sua manutenção. Na seção 5, analisamos uma resenha de grupo de EC do projeto de ensino que apresentou problemas de coerência motivados, entre outras causas, pela dificuldade de produção de consenso entre o grupo. Utilizamos, na análise, dados de entrevistas realizadas com dois dos grupos de EC do projeto de ensino.

2 ESCRITA COLABORATIVA ASSÍNCRONA PARALELA EM WIKI

Todos os problemas elencados na seção anterior surgiram em projeto de EC de estudantes de nível médio em colégio técnico profissionalizante - COLTEC-UFGM -, realizado desde 2011, descrito em Paiva (2012), cujo objetivo é produzir resenhas de livros e filmes de modo colaborativo em wiki, no intuito de desenvolver nos estudantes habilidades de EC e propor um modelo didático para seu ensino e aprendizagem. Optamos por trabalhar com a EC assíncrona paralela por meio de sistema on-line wiki, a qual explicamos e justificamos doravante.

A wiki é uma ferramenta digital que permite a produção colaborativa de textos em ambiente WEB de forma cumulativa, isto é, os participantes podem colaborar com a produção de um texto, que já está publicado, ou criar uma nova publicação, alterando ou expandindo a edição anterior feita por ele mesmo ou por outra pessoa (PAIVA, 2014). O resultado é um site com diferentes textos criados por diferentes pessoas envolvidas, cujas edições são registradas em um histórico. A Wikipédia é a wiki mais conhecida e talvez tenha se tornado sinônimo de wiki.

Ambientes wiki estão em consonância com a nova ordem de comunicação instaurada pela internet, de que participam os estudantes e da qual emergiu a cibercultura, que tem como princípio a

colaboração em rede, princípio que rege a cibercultura em seu conjunto de práticas sociais e comunicacionais. As novas tecnologias de informação e comunicação alteram os processos de comunicação, de produção, de criação e de circulação de bens e serviços neste início de século XXI, trazendo uma nova configuração social, cultural, comunicacional e, conseqüentemente, política. (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 45)

É o que Dudeney et al. (2016, p. 48) chamam de “letramento participativo” que se refere à produção e consumo de informação em redes sociais como as wikis com objetivos coletivos. Conseqüência dessa cultura participativa é a EC, que não surgiu com o advento do letramento participativo on-line, porém se consolidou sobremaneira nas redes sociais.

Para Su e Beaumont (2010) os sistemas wikis proporcionam oportunidades de interação on-line de uma maneira que não era possível antes, fornecendo liberdade de autoria para os estudantes, publicando seus textos assincronicamente, de forma diferente de outros sistemas como os blogs, que publicam em linha do tempo, de modo cronológico. Trentin (2008) aponta o recurso de histórico das wikis, com o qual é possível observar o processo de criação do texto e cada contribuição dos participantes, como *affordance* significativo para os professores avaliarem não apenas o processo de EC, mas também

como e quanto cada integrante participou. Nossa experiência com os estudantes no projeto de ensino enaltece esses pontos positivos do uso da wiki para executar projetos de EC. Em comparação com o Google Drive, a wiki leva a vantagem de publicar o texto produzido, ao passo que o Google Drive é um ambiente fechado, diminuindo o fator positivo de interação social e interlocução. Em comparação com emails, a wiki leva vantagem ao salvar cada nova edição permitindo que o trabalho seja assíncrono, diferentemente do email, cujo controle das edições é mais difícil para um grupo de EC, pois, ao se trocar versões entre os participantes por email, a tendência é o descontrole sobre qual é a última versão produzida e validada por todo o grupo.

Em relação à vantagem da EC assíncrona com utilização de ferramenta digital wiki sobre a EC face a face sincrônica, Wolfe (2005) realizou um estudo que comparou estudantes e profissionais experientes realizando trabalhos de EC. Ela concluiu que a confiança dos estudantes envolvidos no encontro face a face para desenvolver a EC não se converteu em sucesso, frustrando expectativas, muito em decorrência do pouco tempo disponível para o encontro, da tensão em haver três ou quatro pessoas reunidas em torno de um computador ou documento em papel com a expectativa de que todas as contribuições fossem aceitas. E sobretudo pelo fato de que, para a autora, os estudantes utilizaram pouco a estratégia de revezamento, isto é, cada integrante realizar sua função e passar o trabalho para o parceiro, estratégia de maior êxito que foi utilizada pelos profissionais pesquisados no estudo de Wolfe (2005).

Lowry et al. (2004) chamam a estratégia de revezamento como EC paralela, no entanto, diferentemente de Wolfe (2005), a escolha pelo termo paralela se deve ao fato de que a divisão de trabalho não está relacionada a dividi-lo em partes, para cada um executá-lo sequencialmente e em revezamento, mas sim, que o trabalho pode ser feito por todos os integrantes simultâneo e paralelamente e, se possível, com cada integrante desempenhando um papel específico como editor, escritor, revisor, colaborador, para evitar problemas oriundos da EC por revezamento, como perda da noção de grupo, parceiros invalidarem o trabalho do escritor anterior, perda de controle de versões, falta de consenso e procrastinação de integrante rompendo com o revezamento. No entanto, há consenso entre os autores no que se refere à EC face a face e sincrônica, pois, tanto Wolfe (2005), quanto Lowry et al. (2004) apontam como fator negativo da estratégia face a face de EC a extrema dificuldade de coordenar as ações.

3 O PROJETO DE ENSINO DE EC

Desde 2011, utilizamos diferentes estratégias no projeto de ensino de EC desenvolvido por nós, cada qual apresentando vantagens e desvantagens já observadas nos estudos apresentados nas seções anteriores, por isso colhemos sucessos e fracassos que nos fizeram chegar a um modelo de estratégia mista que reuniu o que deu certo nas estratégias dos anos anteriores com o que os estudos da nossa revisão de literatura apontavam como práticas positivas para a EC. Nossa proposta de estratégia utilizada em 2018 é apresentada no Quadro 1.

Controle do trabalho pelo professor	Procedimentos	Aspectos positivos	Aspectos negativos a minimizar em alguns grupos de EC
<p>Criação de grupos de EC com integrantes desempenhando funções, escolhidas por eles em planejamento feito por eles próprios</p> <p>Outros controles como frequência de trabalho, variação e quantidade de edições limitaram pontos positivos do projeto como autonomia, trabalho com maior número de dados e edições conscientes</p>	<p>Divisão de funções de acordo com a habilidade dos integrantes do grupo: moderador, editor, redator, editor de links e revisor</p> <p>Cada grupo cria e edita uma resenha de filme nacional a que assistiu na escola</p> <p>Avaliamos o desempenho das funções, o cumprimento do cronograma e a textualidade da resenha</p>	<p>a) Sem sobrecarga de informação dado o menor volume de dados, uma vez que o estudante não edita o trabalho de outros grupos</p> <p>b) Mais consenso</p> <p>c) Controle de edições</p> <p>d) Trabalho independente, mas coordenado</p> <p>e) Simplicidade de organização</p> <p>f) Diversificação de edições</p> <p>g) Menos diferenças estilísticas</p>	<p>a) o grupo chegar a consenso prematuramente</p> <p>b) pouca comunicação</p> <p>c) um integrante não enxergar o trabalho do outro</p> <p>d) receio de editar o texto alheio</p> <p>e) edições inconscientes</p> <p>f) diferenças estilísticas</p> <p>g) Social loafing</p> <p>h) menor autonomia</p>

Quadro 1 – Proposta de modelo didático de ensino de EC

Fonte: Autor.

O objetivo dos estudantes de 1º série do Ensino Médio integrado a curso técnico profissionalizante, em sua maioria com 15 anos de idade em 2018, era produzir, de modo colaborativo em wiki, resenhas de filmes nacionais a que assistiram na escola ou no cinema, a fim de criar uma wikicine de resenhas de filmes, para que outros estudantes e professores de outras escolas pudessem consultá-la, sobretudo para atendimento à lei 13.006 de 2014². Após assistirem ao filme, eles se organizaram em grupos de EC de cinco integrantes, cada qual desempenhando uma das seguintes funções: um moderador, um ou dois redatores, um editor, um revisor e um editor de links.

Cada grupo elaborou um cronograma de atividades dentro do período de dez dias que lhes foram dados para a produção da resenha. Esse cronograma continha datas para reuniões presenciais para divisão das funções dos integrantes, produção da primeira versão, edição e expansão da resenha, reunião presencial para discussão do andamento do trabalho, revisão final e divulgação da wiki.

A alguns grupos foi dado mais tempo de produção, assim que terminados os dez dias iniciais para concluir sua versão final, após intervenção do professor de Língua Portuguesa, o autor deste artigo e responsável pelo projeto de ensino. Depois de assistirem ao filme e discutirem sobre ele em sala de aula, os integrantes dos grupos iniciaram as edições na wikicine de suas turmas.

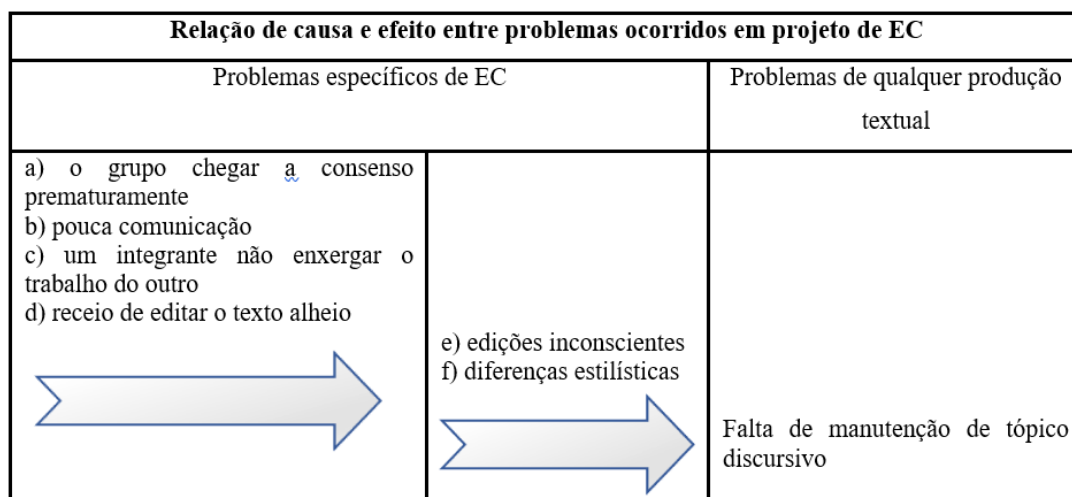
²A lei 13.006 obriga a exibição de cinema nacional nas escolas de educação básica.

Eles estudaram a produção da resenha no 1º trimestre letivo por meio de sequência didática nas aulas de Língua Portuguesa. Foram apresentados ao projeto de EC para o qual contribuíram com afinco. Dos noventa estudantes envolvidos no projeto de ensino, divididos em dezenove grupos de EC de três turmas diferentes, apenas um grupo deixou de realizar o trabalho, em decorrência de evasão escolar de metade dos seus componentes durante o projeto. Considerando-se que foi o primeiro contato desses estudantes com a EC paralela on-line em wiki, os resultados foram os melhores possíveis.

Aspectos negativos apresentados no Quadro 1 relacionados à participação dos integrantes como g) social loafing e h) menor autonomia, ocorreram isoladamente com integrantes de alguns grupos, sem prejuízo para o todo, uma vez que outros integrantes assumiram a função na falta do integrante responsável, como previsto em projetos de EC paralela com divisão de funções desempenhadas e cronograma de trabalho. Para esses estudantes, bastou receberem orientações do professor, ou às vezes do próprio grupo, para que, no projeto de EC seguinte, não agissem esperando pela iniciativa dos parceiros para executarem seu trabalho.

Por outro lado, em se tratando de problemas relacionados à produção da escrita da resenha de modo colaborativo, houve problemas ainda que em um número pequeno de grupos de EC do projeto: apenas em dois deles. São os problemas do Quadro 1 a) o grupo chegar a consenso prematuramente; b) pouca comunicação; c) um integrante não enxergar o trabalho do outro; d) receio de editar o texto alheio; e) edições inconscientes e f) diferenças estilísticas. Todos eles são problemas específicos da EC, decorrentes de suas características interativas, de necessidade de negociação grupal para consenso e de autoria compartilhada. Não são encontrados em produções de texto de autoria individual.

Acreditamos que os problemas a, b, c e d sejam causas para os problemas e e f, que, por sua vez, são causas de um problema mais geral do nível da textualidade de qualquer texto produzido de forma colaborativa ou não. Esse problema é a falta de manutenção do tópico discursivo. Essa relação de causa e efeito está representada no Quadro 2.



Quadro 2 – Relação de causa e efeito entre problemas ocorridos em projeto de EC

Posto isso, temos como pressuposto que os problemas a, b, c e d causam os problemas e e f em projetos de EC, os quais, por sua vez, afetam a manutenção do tópico discursivo do texto, um fator que garante coerência ao processo de interlocução.

4 TÓPICO DISCURSIVO E SUA MANUTENÇÃO

O tópico é comumente considerado como o tema de que trata o texto. Ao perceber a dificuldade para um analista de texto trabalhar com a unidade de análise “tema”, que é maleável e muitas vezes não perceptível objetivamente, Jubran (2006) propõe o princípio da contração para identificação do tópico, princípio segundo o qual todos os segmentos de um texto convergem em direção ao tópico discursivo.

Para Jubran (2006), o tópico discursivo é uma unidade abstrata, porque não tem correlação única com a materialidade objetiva de uma sequência textual, mas possui relação com a categoria abstrata que é o tema de um texto, muitas vezes não perceptível diretamente por meio da materialidade linguística, cobrando dos leitores e produtores investirem suas habilidades de construção de coerência para definição do tópico.

Por outro lado, segmentos tópicos são segmentos textuais que, articulados, compõem o tópico discursivo. Os segmentos são formados pelos enunciados, unidades concretas passíveis de observação e análise diretas pelo analista, leitor ou produtor do texto, ou seja, pode-se chegar à compreensão do tópico de um texto, analisando seus segmentos tópicos. Ainda de acordo com Jubran (2006), seguindo o princípio de contração, os segmentos tópicos de um texto convergem todos em direção ao tópico discursivo por meio da referenciação, de modo que o texto progrida (progressão tópica) a cada novo segmento tópico introduzido, mas garantindo que seu tema seja continuamente lembrado pelo leitor e produtor (continuidade tópica), todo esse processo constitui-se como manutenção do tópico discursivo, um fator de construção da coerência.

Desse modo, a manutenção do tópico discursivo se dá pelo processo de referenciação. Na sua tarefa de produzirem coerência, o leitor e o produtor mantêm em tela o tema do texto (tópico discursivo), utilizando o que Koch e Penna (2006) chamaram de “memória discursiva dos interlocutores”, por meio de diferentes processos de referenciação léxico-semânticos, como sinonímia, hiperonímia, hiponímia, pronominalizações, repetições, rotulações, nominalizações; e ainda (MARCUSCHI, 2006) por processos cognitivos não observáveis na materialização textual como inferências.

Portanto, um dos requisitos para que um texto seja considerado coerente, é que apresente continuidade tópica; ou seja, é necessário que a progressão tópica se realize de forma que não ocorram rupturas definitivas ou interrupções excessivamente longas do tópico discursivo em andamento: inserções e digressões desse tipo necessitam de alguma espécie de justificativa para que a construção do sentido - e, portanto, da coerência - não venha a ser prejudicada. Em outras palavras: a topicalidade constitui um princípio organizador do discurso. (KOCH; PENNA, 2006)

A continuidade tópica e a progressão tópica são atividades dos produtores e leitores para manutenção do tópico de um texto e, conseqüentemente, para a construção da coerência, que lhes permite produzir sentido. Além da continuidade e da progressão, pela tese de Pinheiro (2003), podemos incluir ainda a articulação como uma atividade de manutenção tópica. Segundo o autor, não apenas o modo como os segmentos tópicos articulam-se entre si (intertópico), mas também o modo como os enunciados que formam os segmentos se relacionam (intratópico) na materialidade de um texto configuram a articulação tópica. Ela ocorre por meio de mecanismos de articulação linguística e por demandas pragmáticas típicas da interação que um texto promove entre seus interlocutores.

O trabalho de construção da articulação, continuidade e progressão na produção de texto de modo colaborativo possui demandas que o tornam mais difícil, na medida em que um integrante de grupo de EC realiza atividades de manutenção tópica e conseqüentemente produção de coerência, mas sempre considerando as atividades de outros integrantes do grupo. Ele precisa (i) identificar o tópico e segmentos tópicos do texto, que foi iniciado por outros integrantes; (ii) pensar como suas contribuições entrariam na esteira do texto em andamento, ou seja, considerar que é preciso progressão do tópico já iniciado por terceiros e, ao mesmo tempo, manter a continuidade desse tópico por meio de referenciação e (iii) criar a articulação entre os enunciados de suas contribuições e os enunciados das contribuições dos parceiros de grupo, bem como a articulação entre os segmentos do texto.

Desse modo, surgem perguntas pertinentes. Primeiro, os problemas de Escrita Colaborativa a, b, c e d (Quadro 2), oriundos das características sociointerativas da EC “construção de consenso”, “autoria conjunta” e a “colaboração dos parceiros durante todo o processo de escrita” poderiam dificultar a tarefa dos estudantes de manter o tópico discurso das resenhas produzidas no projeto de EC?

E segundo, a tarefa de manutenção do tópico discursivo, um fator essencial para a construção da coerência, seria mais penosa para um grupo de produtores de EC do que para um produtor individual pelo fato de necessitar de construção de consenso em grupo?

Como respostas a essas perguntas, temos como pressuposto que haveria dificuldade para os integrantes dos grupos de EC na realização de suas tarefas – a não ser que os grupos atentem para os processos necessários para produzir um texto de modo colaborativo, sobretudo negociação para consenso, comunicação e execução das funções pelos integrantes. Isto é, um grupo de EC não pode incorrer no erro de aplicar processos de autoria individual ao processo de EC, como editar sem negociar um corte de trechos produzidos por terceiros, desconhecendo sua autoria. Por outro lado, não pode ter receio de editar o texto de terceiros apenas porque não é de sua autoria, incorrendo em negligência a ponto de deixar o texto com problemas, como observou Wolfe (2005) em seu teste. Além disso, um integrante de grupo de EC precisa saber dosar e ser flexível entre realizar a função incumbida a ele no projeto (redator, revisor, etc.) e ter a liberdade de realizar a função de outro integrante, quando e se necessário.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Os grupos de EC do projeto de ensino que produziram resenhas de qualidade nas wikis parecem ter seguido este plano: bastante comunicação, negociação constante e flexibilidade no cumprimento das funções.

Os trechos de entrevista com o Grupo de EC 1 são apresentados em 5.1 para mostrar como esse grupo trabalhou satisfatoriamente. Em 5.2 está a análise do Grupo de EC 2, que demonstra a cadeia de erros oriunda da EC. Os nomes dos estudantes foram mantidos em sigilo; para isso, utilizamos o nome da função exercida por eles no projeto de EC.

5.1 ANÁLISE DO GRUPO I

A) A COMUNICAÇÃO ACONTECEU DE MODO SINCRÔNICO EM GRUPO DE WHATSAPP

Entrevistador: “E vocês conversavam para poder editar ou editavam como lhes interessavam?”

Redator 2: “Nós temos um grupo no *Whatsapp*, nele dizíamos “ó, tá feito lá”, e agora eles (integrantes do grupo) pediam pra dar uma lida, aí eu li e editei o que eu achei que era necessário.”

B) NEGOCIAÇÃO CONSTANTE

Entrevistador: “O redator 1 criou a página?”

Redator 2: “Eu e o redator 1 éramos os redatores, então o redator 1 escreveu a primeira versão do texto e a gente tinha combinado, como são dois redatores a gente tinha algumas opções, ou eu escrevia um texto e ele escrevia outro; ou a gente escrevia junto, mas preferimos assim o redator 1 escreveu primeiro e depois eu escrevi, alterando o texto dele.”

C) FLEXIBILIDADE PARA CUMPRIR A FUNÇÃO DELEGADA

Entrevistador: “Essa edição aqui é do moderador. Que edição é essa, Moderador?”

Moderador: “É, a minha parte, basicamente ir corrigindo os erros de português, coisas assim... e ir falando para as pessoas as coisas...”

Entrevistador: “Qual que era a sua função?”

Moderador: “Eu era moderador... eu acho que a gente não deixou muito individual, sabe? Toda vez que alguém via alguma coisa, mudou, por exemplo, ele, que mudou uns negócios de coesão, uma coisa assim... Por isso que eu acho que deu tão certo, sabe... Se deixasse tudo pra uma pessoa só, ia ficar muito sobrecarregado...”

Entrevistador: “No momento em que você via algum problema, você fazia, independentemente da sua função?”

Moderador: “É... que daí eu sei que ia ajudar no futuro...”

Nesses trechos da entrevista com o Grupo de EC 1, a comunicação sincrônica via *Whatsapp* ou face a face, a negociação constante de edições e o desempenho da função delegada, mas com flexibilidade, aliados a cronograma de atividades sendo seguido na

medida do possível foram fatores que parecem ter atuado para distanciar o grupo dos problemas iniciais a, b, c e d, (Quadro 2), o que interrompeu a cadeia de problemas que defendemos existir em produções de EC, isto é, não houve consequentemente geração dos problemas e e f, e portanto, não houve problemas com a manutenção do tópico discursivo na resenha do grupo de EC 1.

5.2 ANÁLISE DO GRUPO 2

Entretanto, nosso objetivo é mostrar a análise da resenha *Mais que amigos, uma família*³, produzida pelo Grupo de EC 2, no intuito de ilustrar a cadeia de problemas de EC em ação. Para isso, analisamos os segmentos tópicos da resenha, demonstrando como o Grupo de EC 2 não deu conta de aplicar os princípios de centralização à produção da resenha, prejudicando a manutenção do seu tópico discursivo, um fator fundamental para a construção da coerência pelo leitor. Depois, demonstramos como os problemas a, b, c e d, consequentemente, os problemas e e f (Quadro 2) atuaram como causa para a falta de manutenção do tópico discursivo da resenha *Mais que amigos* do Grupo de EC 2.

A resenha é apresentada a seguir com seus segmentos tópicos numerados hierarquicamente. Após a resenha, há o diagrama com a disposição visual e hierárquica dos segmentos tópicos, seguido de sua análise. Por fim, trechos da entrevista com os autores da resenha são apresentados e analisados.

Mais do que colegas, uma família

1[O filme (longa-metragem) *Colegas*, que teve uma inspiração no filme norte-americano *Thelma & Louise* de 1991, foi produzido pelo diretor, cineasta, roteirista e produtor Marcelo Galvão, o qual também foi diretor de *A Despedida*, *"Ouija"*, *"Rinha"* e *"Quarta B"*. *Colegas*, longa-metragem lançada em 01 de março de 2013.] 2[retrata a história de três amigos, Stallone (Ariel Goldenberg), Márcio (Breno Viola) e Aninha (Rita Pook), os quais viviam em um instituto para pessoas portadoras de síndrome de down. Até que em certo dia eles resolvem fugir do instituto com o carro do jardineiro, interpretado por Lima Duarte, com o objetivo de realizarem seus sonhos. Juntos, os três passarão por várias aventuras radicais em sua jornada. A jornada começa quando Stallone acorda no meio da madrugada e chama seus amigos para iniciarem sua viagem dos sonhos. Eles roubam o carro do jardineiro e fogem da instituição, local onde frequentaram toda a vida, partindo para a estrada. Logo chegam em sua primeira aventura, roubar comida em uma conveniência de posto de gasolina, os três vestidos com pijamas, mascarados e um deles portando uma arma de brinquedo. Em cada assalto eles revezavam a vez de quem seria o responsável pela ação, e desta vez o escolhido foi Stallone.]] *Fim de 2.* 3[3.1.1[Este assalto gerou grandes repercussões na imprensa e na polícia, que enviou o caso para dois policiais desajeitados que contribuem para a história ser uma verdadeira comédia.]

3.1.2 [Apesar de os atores principais e muitos secundários serem portadores de síndrome de down na realidade, a essência do filme não é em nenhum momento perdida ou prejudicada e a doença não é o foco central da história.] 3.2[O filme pertence aos gêneros "drama/aventura", por possuir muitas cenas épicas ao longo de toda a aventura dos protagonistas e por ser expresso, mesmo que indiretamente, um certo clima de romance entre Aninha e Stallone, o

³ Resenha do filme *Colegas*, direção de Marcelo Galvão, 2013, produzida pelo grupo de EC 2. Comédia nacional que tem como protagonistas jovens Síndrome de Down, a que os estudantes assistiram em sala de cinema gratuitamente.

qual seu amor no começo do filme não era correspondido por Aninha. Mas também pode ser considerado um filme pertencente ao gênero "comédia" por exibir momentos cômicos bem construídos e com humor limpo ao longo de toda a história.] **3.1.3**[Esse é um dentre os vários pontos positivos do filme, em nenhum momento é feita alguma referência à síndrome de down possuída pelos personagens/atores como forma de piada, e nem como forma de deboche contra os personagens. *[Em suspensão (stand by)*

3.1.4 [Podemos notar também que ao longo do filme os personagens fazem referências a outros filmes como MIB - Homens de Preto, Cidade de Deus, Tropa de Elite e também ao cantor Raul Seixas, que ocorre pela participação de um cover em um show que foi presenciado pelos amigos e também pelo fato da trilha sonora do filme ser composta apenas por músicas do cantor. Tais aparições podem ser consideradas como metalinguagem. Algumas dessas referências podem ser explicadas pelo fato de que no instituto os personagens assistiam a vários filmes, na sala de cinema.]

Reativação de 3.1.3 Um dos pontos positivos é o fato de mesmo o filme sendo atuado por personagens com síndrome de down, que são pessoas que encontram dificuldades para se comunicar, ele consegue passar a mensagem de forma divertida e inteligente.] **3.1.5** [Além de não ridicularizar os atores, ao contrário, o filme os valoriza, colocando os personagens para praticar ações geralmente realizadas por pessoas "normais", ele transforma essa ideia em algo motivacional, incentivando as pessoas que sofrem com a síndrome a realizarem o que quiserem sem ter medo e fazendo com que elas se sintam como as outras. *[Em suspensão (stand by)* **3.3**[Mas como todo filme não é feito apenas de pontos positivos, um dos pontos negativos é o narrador da história. Não que seja ruim, mas grande parte dos filmes brasileiros como Tropa de Elite e Cidade de Deus já utilizaram esse recurso e apesar de ajudar muito no entendimento da história, tais filmes se atrapalham ao utilizá-lo e muitas vezes o narrador diz algo explícito, prejudicando a emoção proporcionada pela cena, o que também torna o filme algo até cansativo pelo excesso de narração.] **3.3.1** Outro ponto negativo do filme é que é passada a ideia de que portadores da síndrome de down podem fazer o que quiserem, mas não é bem assim, devemos lembrar que existem limites mesmo para eles, e que se forem ultrapassados haverá consequências para os feitores.] **[3 em suspensão (stand by)**

4[Entre diversas constatações, podemos considerá-lo um ótimo filme nacional baseando-se em alguns fatores, como: **(3.2)** a forma em que se realiza a comédia durante o filme, que mesmo sendo exagerada às vezes é eficaz em seu objetivo, **(3.1.3)** a trilha sonora ser composta quase que inteiramente por músicas do Cantor Raul Seixas, dentre as quais duas íconicas, "Maluco Beleza" e "Metamorfose Ambulante", **(3.1.1)** a existência de dois policiais, formando uma dupla que está em desavenças e que proporciona muitas cenas engraçadas ao longo de todo o filme **reativação de 3, 3.1.6** [e o fato de que durante toda a história os amigos são reconhecidos como um trio de ladrões profissionais e perigosos, só que na verdade eles são apenas amigos tentando realizar seus sonhos do jeito mais divertido e que eles acham que é certo.]] **Fim de 3.**

(3.1.5) A forma em que Marcelo Galvão passa a mensagem de que as pessoas com síndrome de down são normais como todos nós é muito eficaz. **(3.3)** Apesar de o filme ser muito fraco em diversos quesitos técnicos, **4.1** [ele se torna uma boa comédia e cumpre seu objetivo de divertir o público, e passar a mensagem que todas pessoas, sem exceções tem sonhos e que elas merecem nosso respeito por isso.]] **Fim de 4.**

5[Para compreender melhor o assunto e analisar outros pontos que podem ser observados é possível visitar outras resenhas que criticam o filme, dentro da wiki cine 101, como Colegas e Resenha Colegas.]

No diagrama a seguir, a disposição visual e hierárquica dos segmentos tópicos.

Há dois pontos problemáticos em *Análise crítica do filme Colegas*, tópico 3, que prejudicam a manutenção do tópico discursivo. O primeiro diz respeito à análise positiva do filme em 3.1.5 e a avaliação negativa em 3.3.1, estabelecendo uma contradição tão explícita sobre um segmento importante para a análise do filme: os portadores de síndrome de down, de acordo com o filme, podem ou não realizar todas as atividades?

Sobre esse segmento, é possível observar que ele é tema de diferentes segmentos tais como 3.1.2 e 3.1.3 (este pausado e retomado após outro segmento) além do supracitado 3.1.5, retomado na conclusão. Essa repetição, bem como as pausas (*stand by*), reativações e retomadas prejudicam a manutenção do tópico no que diz respeito à articulação entre ideias contraditórias: a produção da coerência fica prejudicada na medida em que o leitor percebe que as opiniões negativas e positivas sobre o filme não são mantidas na continuidade do texto, ou pior, se contrapõem quando retomadas, prejudicando a progressão. Pelo histórico da wiki, é possível observar que os dois pontos de vistas são de autores diferentes do grupo de EC autor da resenha, demonstrando que houve o problema **a)** negociação para o consenso, para definir qual o ponto de vista central da resenha sobre o filme, como os próprios integrantes disseram na entrevista, apresentada mais adiante. Além disso, demonstra a ocorrência do problema **b)** pouca comunicação, gerando edições inconscientes e negligenciando problemas explícitos de coerência.

O segundo ponto problemático se relaciona com a conclusão 4, em que 3.3 é retomado, mas com um segmento que rompe com o segmento tópico ao afirmar “ser um filme muito fraco em diversos quesitos técnicos”, mas no segmento 3.3, apenas o narrador é apontado como um recurso técnico ruim do filme, em meio a tantos outros aspectos positivos analisados na resenha.

A quantidade de segmentos tópicos retomados e pausados geraram rupturas e interrupções sem justificativa, o que prejudica a produção da coerência (KOCH; PENNA, 2006), agravada pela apresentação de pontos de vista contraditórios, o que revela o problema **c)** um integrante não enxergar o trabalho do outro.

Em entrevista, o Grupo de EC 2, autor da resenha analisada, confirmou dificuldades para negociar consenso, uma vez que, no momento de produção inicial da resenha, houve diferentes opiniões sobre o filme resenhado. O impasse permaneceu durante a produção da resenha, a ponto de os integrantes negligenciarem os problemas do texto, ocorrendo o problema **d)** receio de editar o texto alheio.

Apresentamos trechos da entrevista realizada com os estudantes do Grupo de EC 2, autor da resenha. As respostas apontam para causas e justificativas da ocorrência dos problemas a, b, c e d do Quadro 2, que geraram as edições inconscientes e diferenças estilísticas verificadas em nossa análise.

A) NEGOCIAÇÃO PARA O CONSENSO

Atentos à dificuldade de negociação para o consenso, o grupo buscou aprimorá-la na segunda resenha produzida por ele de forma colaborativa como explica o editor do grupo.

Editor: “Aí no segundo, (segundo filme resenhado) a gente conseguiu dialogar mais no grupo (de Whatsapp), tudo que a gente colocava, tudo que a gente ia colocar a gente falava antes no grupo pra ver se todo mundo concordava antes de colocar.”

B) POUCA COMUNICAÇÃO

Segundo a resposta do moderador do grupo, na produção da resenha *Mais do que colegas, uma família*, houve negociação para a produção da resenha por meio de *Whatsapp* e pessoalmente, mas muito pouco e no fim do prazo, o que contribuiu para que se demorasse a chegar a um consenso e “acertar”, nas palavras dele. Essa demora atrapalhou o cumprimento do cronograma, pois mais da metade das edições desse grupo foi realizada no último dia do prazo combinado com os estudantes.

Moderador: “Eu acho que na segunda resenha (segunda resenha de outro filme produzida pelo mesmo grupo posteriormente) também o que ajudou muito foi que nós conversamos tanto pessoalmente, quanto pelo grupo do *Whatsapp*, utilizamos bem mais o grupo.”

C) NÃO ENXERGAR O TRABALHO DO OUTRO

Os integrantes do grupo afirmaram não ler o trabalho do outro, o que acarretou em negligência ao deixarem passar contradições presentes na resenha, que poderia ter sido a causa das contradições presentes no texto segundo o próprio redator.

Redator: “Eu acho também que, inclusive eu na primeira resenha, particularmente, quando eu ia acrescentar partes, eu não lia toda a resenha antes. Acho que por causa disso tivemos essas contradições no início e no fim. Na segunda, eu já lia toda hora: ia acrescentar duas linhas e já lia desde o começo, lia tudo de novo pra ver se tinha coesão, se tinha coerência.”

D) RECEIO DE EDITAR O TEXTO ALHEIO

Ao dizer a seguir que “todo mundo ficou um pouco receoso de botar suas opiniões”, o moderador do grupo aponta para o receio de editar o texto alheio, tendendo a incorrer em negligência, ou seja, até poderiam ter percebido problemas na escrita do texto, mas não o editariam, pelo receio de editar o texto de um terceiro, um problema recorrente na EC.

Moderador: “Eu por exemplo tinha uma opinião um pouco mais contrária ao filme do que os demais, então, eu acho que um dos nossos problemas foi que, mesmo que a gente tivesse uma organização, acabou que todo mundo ficou um pouco receoso de botar suas opiniões, é, uma contradição, e a gente acabou tendo a edição mais no final porque a gente chegou no final mesmo e começou a acertar.”

6 CONCLUSÃO

Ao contrário do ocorrido com o Grupo de EC 1, o Grupo de EC 2 abandonou o cumprimento de funções da divisão de trabalho estabelecida, muito por conta do atraso e da falta de cumprimento do cronograma. Consequentemente, os integrantes demonstraram dificuldades em ser flexíveis no cumprimento das funções. Por exemplo, nenhum integrante se apresentou para conferir se a resenha não havia apresentado pontos de vista contraditórios, já que eles mesmos haviam percebido que o grupo não tinha consenso em relação a qual seria o ponto de vista da resenha desde o início da produção; no entanto, segundo eles, “todos dependiam de uma outra pessoa” do grupo para desempenhar sua função.

Redator: “Tem uma das coisas sobre a divisão (de trabalho) que atrapalhou a gente um pouquinho. Porque a gente tinha a ideia de seguir a divisão no início, no trabalho completo. Então, eu acho que um dos nossos problemas também foi a questão das funções. Cada função tem seu papel específico, só que todos dependiam de uma outra pessoa. Então acabou que, por causa de data e horário, ficou muito difícil fazer as funções valerem.”

Portanto, diferentemente do Grupo de EC 1, a comunicação sincrônica via *Whatsapp* ou face a face do Grupo de EC 2 foi menos frequente; juntamente a isso, os integrantes não leram o trabalho do outro; a negociação constante de edições não aconteceu durante todo o percurso de produção da resenha; o desempenho da função delegada foi deixado de lado, descumprindo o cronograma, e nem mesmo houve flexibilidade para desempenhar o papel de terceiros do grupo. Esses fatores contribuíram para que houvesse edições inconscientes na resenha e, conseqüentemente, produção de segmentos tópicos contraditórios, prejudicando a continuidade e progressão do tópico discursivo, com várias pausas e interrupções de tópicos sem justificativa, sem a articulação necessária. Todas essas ocorrências prejudicaram a produção de coerência da resenha *Mais do que colegas, uma família*.

O pressuposto segundo o qual a negociação de consenso pode ser mais penosa para um grupo de EC nos pareceu se confirmar ao final das análises, observações e entrevistas. A comparação entre trabalho dos dois grupos de EC apresentados parece mostrar que há processos de autoria de EC diferentes dos processos de escrita individual que devem ser observados pelos grupos de EC.

Precisamos de mais análises e observações de trabalho de EC para definir quando, no curso de produção do texto, os problemas ocorrem para podermos refinar a maneira de preparar o cronograma, e melhorar tanto a comunicação para negociação de consenso quanto a divisão e o cumprimento de funções e papéis de cada integrante em Escrita Colaborativa.

AGRADECIMENTOS

À Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMG por ter financiado o projeto de pesquisa *Escolarização da escrita colaborativa em ambientes wiki no Coltec*, Projeto 23853 - UFMG/REITORIA/PRPQ/PESQUISA E EXTENSAO. Subprojeto 6 - 14/2013 - de Francis Arthuso Paiva.

Às estudantes de Iniciação Científica colaboradoras do projeto de ensino e pesquisa, especialmente Gabriele Barbosa, Gabrielle Brito e Luísa Romeiro.

REFERÊNCIAS

- BAKAR, K.A. A Brief Review of Theoretical Underpinnings, Definitions and Typical Configurations of Collaborative Writing. *International Journal of Applied Linguistics & English Literature*. Malaysia. Vol. 1 No. 4; 2012. Disponível em: <https://goo.gl/soX1JM>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- BAKHTIN, M. (1979) *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BRASIL. Lei 13.006, de 26 de jun. de 2014. *Filmes nacionais nas escolas*. Brasília, DF, jun. 2014.
- DUDENEY, G. *Letramentos digitais*. Trad. Macos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2016.
- JUBRAN, C.C.A. Revisitando a noção de tópico discursivo. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 33-41, 2006.
- KOCH, I.G.V.; PENNA, M.A.O. Construção/reconstrução de objetos-de-discurso: manutenção tópica e progressão textual. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 48, n. 1, p. 23-31, 2006.
- LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.
- LOWRY, P. B.; CURTIS, A.; LOWRY, M. R. Building a Taxonomy and Nomenclature of Collaborative Writing to Improve Interdisciplinary Research and Practice. *Journal of Business Communication*, v. 41, n. 1, p. 66-99, Jan. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/erBGux>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- MARCHIORI, P.; GREEF, A.C. Atividade de escrita colaborativa: percepção de alunos, princípio cooperativo de Grice e *social loafing*. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 467-482, abr./jun. 2014. Disponível em <https://goo.gl/KX6dmY>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- MARCUSCHI, L. A. Referenciação e progressão tópica: aspectos cognitivos e textuais. *Caderno de Estudos Linguísticos*. Campinas, 48, 2006.
- PAIVA, F. Conclusões sobre proposta de escrita colaborativa em Wiki. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA – SIELP 2014 – v.3, 2014, Uberlândia, MG. *Anais* (on-line). Uberlândia: Sielp, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/5VVnYJ>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- PAIVA, F. Produção de texto em ambiente wiki com edições colaborativas e criação de links. In: RIBEIRO, A; NOVAIS, A. (Org.) *Letramento digital em 15 cliques*. Belo Horizonte: RHJ, 2012.
- PINHEIRO, C.L. *Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade*. 2003. 223f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.
- SU, F.; BEAUMONT, C. Evaluating the use of a wiki for collaborative learning. *Innovations in Education and Teaching International*. Reino Unido. V. 47, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/eJShd9>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- TRENTIN, G. Using a wiki to evaluate individual contribution to a collaborative learning project. *Journal of Computer Assisted Learning*. 2008. Disponível em <https://goo.gl/dCu48H>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- WOLFE, J. The role of writing in effective team projects: students and professionals differ. *Frontiers in education conference (FIE)*, EUA, *Proceedings*. 2005. Disponível em: <https://goo.gl/7bV1TV>. Acesso em: 5 dez. 2018.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200103-9718>

Recebido em: 19/12/2018 | Aprovado em: 02/10/2019

#ELESIM, #ELENÃO, #ELASIM, #ELANÃO: O TWITTER E AS HASHTAGS DE AMOR E DE ÓDIO NA CAMPANHA PRESIDENCIAL BRASILEIRA DE 2018

#LOVEHIM, #LOVEHIMNOT, #LOVEHER, #LOVEHERNOT: Twitter and Hashtags of Love and Hate in 2018 Brazilian Presidential Campaign	#ÉLSI, #ÉLNO, #ELLASI, #ELLANO: El Twitter y los Hashtags de Amor y Odio en la Campaña Presidencial Brasileña de 2018
--	--

Ana Larissa Adorno Marciotto Oliveira*

Marisa Mendonça Carneiro**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Letras

Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: Considerando o uso difundido de *hashtags* no *Twitter*, o objetivo deste artigo é analisar seu uso para manifestar *amor* e *ódio* aos candidatos à presidência da república em 2018. O arcabouço da Teoria da (Im)Polidez constitui a base para análise dos dados, assim como estudos acerca do estilo conversacional digital (SCOTT, 2015). De 6 de setembro a 6 de outubro de 2018, postagens dos candidatos, bem como de seus seguidores, foram coletadas diariamente, totalizando cerca de 3000 tuítes. Em geral, os resultados indicam que as *hashtags* atuaram como estratégia para intensificar manifestações de apoio a um determinado candidato por meio de postagens feitas no perfil de seu concorrente, sendo também usadas para manifestar ataque explícito e não racionalizado a rivais. Ademais, as *hashtags* apresentavam conteúdo derogatório e injustificado, além de pouco elaborado e superficial. Esse uso aponta para um antidebate, marcado, paradoxalmente, por apoio e ataque, e impolidez linguística.

Palavras-chave: Impolidez. Pragmática. *Hashtags*. *Twitter*. Eleições presidenciais 2018.

Abstract: Considering the widespread use of hashtags on Twitter, the purpose of this paper is to analyze how hashtags were used to express *love* and *hate* for candidates who ran for presidency in Brazil in 2018. The theoretical framework of the (Im)Politeness theory was the foundation for data analysis, together with studies concerning digital conversational style (SCOTT, 2015). From September 6 to October 6, 2018, around 3000 tweets posted by the presidential candidates and their followers were collected daily. Overall, the results indicate that *hashtags* served as strategies to intensify the manifestation of support for a candidate particularly, in posts on their competitor's profile or to explicitly attack their rivals. Further, aggressive and unjustified content was manifested, displaying derogatory content, which was superficial and not carefully elaborated and/or rationalized. This usage points to an anti-debate, marked by *hashtags* paradoxically conveying support and attack, and by linguistic impoliteness.

Keywords: Impoliteness. Pragmatics. *Hashtags*. *Twitter*. 2018 Brazilian presidential elections.

* Doutora em Letras. Docente da Faculdade de Letras da UFMG. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1857-0207>. E-mail: adornomarciotto@gmail.com.

** Doutora em Estudos Linguísticos (UFMG). Professora Adjunta da Faculdade de Letras da UFMG. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1217-2160>. E-mail: marisaufmg@gmail.com.

Resumen: Considerando el uso difundido de *hashtags* en *Twitter*, el objetivo de este artículo es analizar su uso para manifestar *amor* y *odio* a los candidatos a la presidencia de la república en 2018. La estructura de la Teoría de la (no) Cortesía constituye la base para análisis de los datos, así como estudios acerca del estilo conversacional digital (SCOTT, 2015). De 6 de septiembre a 6 de octubre de 2018, postajes de los candidatos y de sus seguidores fueron coleccionadas diariamente, totalizando cerca de 3000 *tuites*. En general, los resultados indican que los *hashtags* actuaron como estrategia para intensificar manifestaciones de apoyo a un determinado candidato por medio de postajes hechas en el perfil de su concurrente, siendo también usadas para manifestar ataque explícito y no racionalizado a rivales. Además, los *hashtags* presentaban contenido despectivo e injustificado, allá más de poco elaborado y superficial. Ese uso apunta para un *anti debate*, paradójicamente marcado por apoyo y ataque, e no cortesía lingüística.

Palabras clave: No cortesía. Pragmática. *Hashtags*. *Twitter*. Elecciones presidenciales 2018.

1 VISÃO PANORÂMICA DO ARTIGO

O *Twitter* está mudando nossa forma de nos comunicar publicamente. Ott (2017) postula que a era da tipografia deu lugar à era da televisão, que, por sua vez, está atualmente concedendo espaço à era do *Twitter*. No entanto, assim como em toda revolução comunicativa, o surgimento de uma nova mídia não representa o fim de uma mídia anterior, mas, sim, transformação. De fato, o autor argumenta que, inicialmente, o *Twitter* apresentava uma relação simbiótica com a televisão, de natureza ligada à autopromoção, que transformou o nosso panorama televisual e, por conseguinte, o próprio discurso público. Nessa direção, Ott (2017, p. 274) afirma que o discurso encontrado no *Twitter*, se comparado com o discurso da TV, por exemplo, tende a ser “mais impolido, impetuoso e também frequentemente difamador e desumanizador”.

Nessa perspectiva, Ott (2017) aponta também que cerca de 80% do discurso produzido no *Twitter* é inócuo, configurando-se em postagens banais, com consequências insignificantes para os usuários em geral. A questão que move este estudo está justamente nos 20% restantes dos *posts*, em que debates sociais, culturais e políticos são filtrados e forjados pela lente dessa mídia social. Esse emprego do texto digital, bem como sua ampla divulgação, pode promover a farsa e o fanatismo, destruindo o diálogo e contribuindo para a insensibilidade humana e para o desprezo, tanto de figuras públicas, como de grupos sociais específicos (OTT, 2017).

Em face do panorama geral até aqui descrito, o objetivo deste artigo é analisar as *hashtags* produzidas no *Twitter* durante a campanha eleitoral brasileira para presidente, no ano de 2018, à luz da noção de Face e da Teoria da (Im)polidez linguística.

A seguir, passamos ao quadro teórico que sustenta este estudo, ligado à descrição do *Twitter* como mídia social, bem como aos conceitos de Face e à Teoria da (Im)polidez Linguística.

2 O TWITTER COMO MÍDIA SOCIAL: A COMUNICAÇÃO DIGITAL E O CAMPO POLÍTICO

Gill (2017) discute a questão da adaptabilidade e dos propiciamentos (do inglês *affordances*) na comunicação digital. Na verdade, do ponto de vista linguístico, ainda há

muito que ser pesquisado e descrito, já que estamos ainda vivenciando as mudanças que a rápida difusão das mídias sociais, em especial as que permitem interatividade, tem promovido em nossa forma de nos socializar. De fato, essa difusão é responsável pela reconfiguração dos gêneros textuais e dos padrões comumente presentes na interação humana. No entanto, assim como argumentado por Barton e Lee (2013), a novidade que o meio *online* representa para as formas de comunicação humana precisa ser discutida, em face dos desafios teóricos e descritivos que a nova mídia engendra. Tanto Gill (2017) quanto Herring (2013), citada em Barton e Lee (2013), salientam que nem todo fenômeno linguístico presente na Web 2.0 deve ser considerado novo. A autora denomina *discurso mediado por computador mídia-convergente* (do inglês *convergent media computer-mediated discourse*, ou CMCMD) aquele que é reconhecido como advindo de modos de comunicação online tais como e-mail, chats e fóruns de discussão com pouca diferença em relação a seu formato na Web 1.0; aquele que é adaptado e reconfigurado na Web 2.0; e aquele que é emergente, isto é, não existia ou existia, mas estava fora da percepção social antes da Web 2.0. Gill (2017) argumenta que, independentemente daquilo que é considerado novo em termos tecnológicos para a comunicação, as práticas comunicativas refletem aspectos historicamente enraizados de atividade socialmente construída e negociada.

Ainda na perspectiva da construção do discurso *online* e das novas tecnologias para a comunicação, Barton e Lee (2013) enfatizam que a tecnologia, mais precisamente a Web 2.0, não determina as mudanças no cotidiano das pessoas, mas fazem parte das mudanças sociais. Isto quer dizer que as mudanças possibilitadas pela tecnologia levam a mudanças na vida das pessoas, que, por sua vez, têm impacto direto nas práticas comunicativas e no uso da linguagem. Importante destacar também que o uso da tecnologia ocorre de forma diferenciada para diferentes usuários, que irão adaptá-la em função da sua necessidade e contexto de uso. Por sua vez, é por meio da linguagem que as mudanças sociais oriundas da adoção da tecnologia acontecem.

A linguagem tem, então, papel central na compreensão das mudanças e da comunicação: ao mesmo tempo, a linguagem é influenciada pelas mudanças na forma de perceber o mundo e pelas novas formas de comunicação. Além disso, o meio *online* é um ambiente mediado por textos, multimodal e dinâmico (BARTON; LEE, 2013). Por causa disso, o objeto que se coloca como central no estudo da comunicação *online* deve levar em conta não só a novidade trazida pela Web 2.0, mas também o uso da linguagem, que molda e é afetada pela tecnologia. A noção de adaptabilidade, proposta em Verschueren e Brisard (2002), e também adotada por Gill (2017), engloba esses dois aspectos, uma vez que tem como foco as várias circunstâncias técnicas, sociais e materiais do ambiente online às respostas dos interactantes, sem se esquecer do papel que essas respostas têm em se transformar em padrões regulares, gêneros e práticas comunicativas. Consequentemente, é possível encontrar novas formas de alcançar objetivos comunicativos conhecidos, bem como novas práticas que emergem em contextos e mídias diversos, dando origem a formas de comunicação específicas.

O discurso na esfera política é um exemplo particular de mudança nas práticas contemporâneas de comunicação. É possível perceber um apagamento da diferença entre as atividades online e offline (BARTON; LEE, 2013; GILL, 2017). De fato, podemos

observar figuras políticas que usam as redes sociais, como o *Facebook* e *Twitter*, para fazer comunicados, se dirigir a seus eleitores e fazer campanha eleitoral. De modo especial, Donald Trump é uma figura política que faz uso do *Twitter* para articular a política de governo dos Estados Unidos. Os pronunciamentos oficiais, ora realizados por meio dos canais de comunicação da Casa Branca, antecedem ou são feitos exclusivamente por meio do *Twitter*. Os tuítes parecem possibilitar uma reação a eventos em tempo real, além de imprimirem autenticidade à própria voz do presidente americano, adicionando uma camada de personalização aos pronunciamentos feitos. Gill (2017) argumenta que esse uso do *Twitter* é um exemplo de adaptabilidade pragmática em relação à nova mídia. Apesar da restrição de caracteres (inicialmente 140, sendo aumentado para 280, em 2018), os tuítes de Donald Trump alcançam o efeito desejado, incorporando e reforçando o seu estilo espontâneo (GILL, 2017).

Um exemplo de tuíte do presidente americano pode ser visto a seguir, quando da eleição em segundo turno do então candidato Jair Bolsonaro, em 28 de outubro de 2018. Nele, Donald Trump comunica que havia parabenizado o presidente recém-eleito por telefone, e que os dois governos trabalhariam em conjunto em relação a vários aspectos, incluindo comércio. O exemplo é ilustrativo do papel que o *Twitter* tem exercido como forma de comunicação ao mesmo tempo oficial e de massa, ligada ao aspecto veloz, imediatista e líquido da comunicação digital como um todo (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2008).

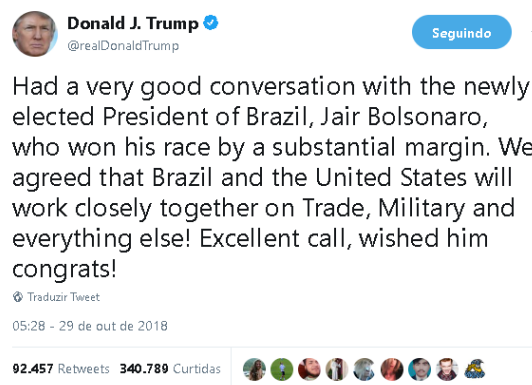


Figura 1 – Tuíte de Donald Trump

A alegada simplicidade ou diretividade (OTT, 2017) e o estilo conversacional coloquial (SCOTT, 2015) são marcas do discurso no *Twitter*. Mensagens sofisticadas, ou detalhadas, não são a norma. Para ser claro, um tuíte precisa ser inteligente ou espirituoso, mas não complexo ou denso, como ocorre em textos formais ou documentais. De acordo com Ott, uma evidência de que o *Twitter* não possibilita discurso complexo é a prática corriqueira de postagens com links para vídeos, notícias, relatórios governamentais e resultados de pesquisas, uma vez que a informação contida nesses links é muito complexa para ser tuitada. Essa característica pode ser vista nos tuítes do presidente americano, projetando seu eu vernacular na esfera pública de questões oficiais, ignorando, assim, o limite entre os dois. Esse fato representa um desafio para os gêneros convencionalmente

usados na comunicação presidencial. Apesar de Trump não ser o primeiro presidente a se comunicar via *Twitter*, rompendo a barreira entre as esferas pública e privada, seu uso dos propiciamentos do microblog é único. Os tuítes de Trump alcançam objetivos pragmáticos específicos ao projetar-se como uma pessoa imprevisível, impulsiva, colérica, rude, e, acima de tudo, espontânea (GILL, 2017).

As características do microblog permitem que o conteúdo nele postado seja gerado de forma impulsiva. Esse fato se deve ao pouco ou nenhum esforço despendido para gerar um tuíte. Qualquer usuário pode tuitar de qualquer lugar, desde que esteja conectado à rede mundial de computadores. Para Ott (2017), os tuítes são frequentemente criados em resposta a um estado afetivo, havendo a transferência desse estado para a rede, sendo facilitado pelo pouco esforço empregado para tuitar. As mensagens com alta carga emocional ou afetiva tendem a ser retuitadas mais frequentemente do que tuítes neutros.

Outro aspecto importante a ser considerado diz respeito à incivildade gerada pelo *Twitter*. Duas características levam a esse uso: a informalidade e a interação sem interlocutor definido (OTT, 2017). A informalidade, característica de boa parte do discurso online (CRYSTAL, 2011; SCOTT, 2015), expressa pela desconsideração das regras de gramática e estilo, enfraquece as normas que geralmente levam à civilidade. A interação sem locutor definido, por sua vez, leva os usuários a interagir em um contexto onde não há consideração sobre o efeito da interação no interlocutor. Essa impessoalidade pode levar os usuários a dizer coisas desagradáveis quando o outro não está fisicamente presente (OTT, 2017).

Além do caráter informal e conversacional, e da possibilidade de discurso incivilizado, outras características moldam a forma como a comunicação acontece no microblog. Assim como ocorre em outras plataformas de mídia social, o *Twitter* combina recursos do discurso escrito e oral. A esse respeito, Crystal (2011) mostra como a comunicação online exhibe recursos seletivos e adaptados, oferecendo aos usuários possibilidades exclusivas ao meio digital. Alguns exemplos desses recursos incluem *hiperlinks*, *emoticons*, *emojis* e *hashtags*, todos amplamente difundidos nas mídias sociais.

Com respeito às *hashtags*, o estudo de Oliveira e Carneiro (2018) discute como estas cumprem um papel dual. Elas contribuem para o cálculo interpretativo do leitor, oferecendo pistas contextuais, ou referenciais. Além disso, elas também podem operar para circunscrever a troca comunicativa (ou a postagem) em um ambiente interacional “transitório e licencioso, amplamente frutífero para a ocorrência de ataques verbais e de descortesia, ou de impolidez” (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2018, p. 7).

Outro estudo importante sobre o uso *hashtags* no Twitter, também conduzido em ambiente brasileiro, é o de Recuero et al. (2015). Nessa pesquisa, os usos de *hashtags* durante os protestos ocorridos no Brasil em 2013 são analisados por meio das funções de linguagem propostas por Jakobson (1960). As funções identificadas incluíam principalmente elementos injuntivos, ligados aos apelos por mobilização social e política. No referido estudo, as *hashtags* também cumpriam a função referencial da linguagem, associada, nesse caso, às informações sobre as mobilizações sociais para as quais elas convocavam a participação popular. Foram também identificadas *hashtags* de uso emotivo para expressar apoio ao evento social, como ocorre em (1) e (2), a seguir

(RECUERO et al., 2015, p. 6), em que a posição posterior das *hashtags* no post também as categoriza como metacomentários:

- (1) # vemprarua
- (2) Amanhã. 5 da tarde. Praça da Sé! #ProtestoSP

As *hashtags* são também utilizadas para oferecer um tom jocoso à interação digital. Nesse caso, elas atuam como forma de comunicar deboche e/ou desdém. Oliveira e Carneiro (2018) identificaram o uso de *hashtags* servindo para debochar ou para ironizar uma notícia séria, postada no *Twitter*. Esse uso modifica o tom inicial da interação e cria um ambiente de cumplicidade no *Twitter*. Esse uso pode ser ilustrado na figura 2:



Figura 2 – #terremoc

Na figura 2, as *hashtags* funcionam também como marcadores de postura (ou atitude) (HADDINGTON, 2012) no *Twitter*. Essa função, ligada à postura, é geralmente cumprida por meio de metacomentários, que explicitam a relação da postagem com o texto anterior, adicionando uma camada a mais de significado à postagem (SCOTT, 2015).

Há ainda uso das *hashtags* como estratégia de impolidez, também discutido por Oliveira e Carneiro (2018). Nesse caso, as *hashtags* atuam para atacar a imagem pública do outro de forma agressiva e ofensiva. A ofensa pode ser dirigida a um ou mais usuário(s) do *Twitter* ou a um veículo de comunicação, sendo o ataque direcionado não somente ao conteúdo da notícia, mas também a seu autor. Um exemplo deste último uso pode ser observado na figura 3:



Figura 3 – #caguei

É precisamente esse uso agressivo e ofensivo, em que as *hashtags* atuam como instrumentos de ataque verbal, que será mais detalhado a seguir neste texto.

Para melhor discutir o tema, apresentamos um breve referencial teórico, ligado aos conceitos de Trabalho de Face e de (Im)polidez linguística.

3 TRABALHO DE FACE E (IM)POLIDEZ LINGUÍSTICA

Na perspectiva de Goffman (1973), o trabalho de face refere-se às ações linguísticas e não linguísticas realizadas pelos participantes para “reivindicar seus valores sociais, ou para manter sua autoimagem de forma considerada satisfatória para a interação” (HAUGH, 2013, p. 65).

O conceito de território, também ligado ao conceito de face, refere-se tanto ao território físico e pessoal quanto ao espaço psicológico do indivíduo, bem como a partes do corpo, roupas e objetos pessoais (GOFFMAN, 1973). A noção de território estende-se, ainda, aos domínios reservados da interação, ou seja, o direito do indivíduo de controlar quem pode começar o turno, bem como o direito de um indivíduo ou de um grupo de pessoas de se proteger da intrusão e da indiscrição de outros (GOFFMAN, 1973).

A fim de sistematizar o trabalho de Goffman (1973), e de propor uma análise linguística mais especializada, Brown e Levinson (1987) revisitaram essa noção e propuseram um conceito importante ligado aos Atos Ameaçadores de Face (FTA – *Face Threatening Acts*, em inglês). Os FTAs são classificados de acordo com o tipo de face ameaçada (a positiva ou a negativa) e ao fato de a ameaça ter sido desferida contra o ouvinte ou contra o falante (BROWN; LEVINSON, 1987, p. 65-68). Dessa forma, pedidos de qualquer ordem podem ameaçar a face negativa do ouvinte. Se recusados, pedidos também podem ameaçar a face positiva do solicitante, o mesmo ocorrendo com ofertas, por exemplo. Críticas atacam a face positiva do ouvinte. Do mesmo modo, agradecimentos e elogios podem ameaçar a face negativa do falante, pois imprimem no ato de fala a noção de um débito a ser reconhecido (OLIVEIRA; CARNEIRO, 2018).

Quanto ao conceito de Polidez, Leech (1983) o entende como um tipo de limitação ao comportamento humano que nos faz evitar a discordância ou a ofensa, podendo manter ou aumentar a Polidez (LEECH, 1983). Naturalmente, o reverso disso se dá, em alguns aspectos, com respeito à Impolidez, como se verá a seguir.

4 IMPOLIDEZ LINGUÍSTICA

Os estudos sobre impolidez linguística abrangem uma variedade de relações sociais. Eles incluem, sobretudo, situações em que os meios de alcançar a impolidez são inteiramente, ou predominantemente, linguísticos. De acordo com Bousfield's (2008, p. 72), a impolidez constitui-se na comunicação intencional de atos conflitivos e injustificados, propositadamente realizados de forma: (a) não mitigada e (b) com agressão deliberada.

Na mesma perspectiva, para Culpeper (2005, 2011) e Culpeper e Hardaker (2017), a impolidez ocorre quando: (1) o falante comunica o ataque à face intencionalmente, ou (2) o ouvinte percebe o comportamento como intencional, ou, ainda, quando ocorre uma combinação de (1) e (2).

Em quase todos os modelos disponíveis, no entanto, a impolidez está sempre relacionada a emoções negativas e à perda da face. Diante disso, descritores comuns de atitudes envolvendo impolidez são: vergonha, humilhação, raiva; sentir-se ferido, triste ou chateado (CULPEPER, 2005, 2011; CULPEPER; HARDAKER, 2017).

Atos de impolidez podem ainda ocorrer de forma direta (*bald on record*): a ameaça de face é feita de forma direta, clara, inequívoca e concisa; ou indireta (*off record*), realizados por meio de uma implicatura, mas de tal maneira que determinada intenção atribuída supere claramente qualquer outra (humor repreensivo).

Nesses atos, a impolidez positiva refere-se ao uso de estratégias ameaçadoras da face positiva, ou seja, dos desejos do interlocutor, tais como ignorar, excluir, usar marcadores de desinteresse, de falta de consideração, usar linguagem secreta ou obscura, procurar o conflito, usar palavras tabu, xingar.

Na contraparte da impolidez positiva, a impolidez negativa consiste em estratégias destinadas a danificar a face negativa do outro. A linguagem é destinada a ameaçar, mostrar superioridade, desprezar, ridicularizar, ser desdenhoso, a não levar o outro a sério, menosprezar o outro, invadir o espaço do outro (literalmente ou metaforicamente), bem como a associar o outro com aspectos explicitamente negativos, ou com um único aspecto negativo (uso marcado dos pronomes “Eu” e “Você”), colocar o débito do outro em destaque.

Em relação à ofensa, Haugh sugere que “a ofensa pode ser entendida como uma ação social iniciada pelo destinatário em que ele interpreta as ações, ou a conduta do interlocutor (ou de alguma outra pessoa ou grupos de pessoas), como ofensivas” (HAUGH, 2013, p. 37). Para o autor, trata-se de um ato pragmático que é concebido e restringido pelo tipo de atividade em que surge.

O sarcasmo e o deboche são considerados metaestratégias de (im)polidez, pois por meio deles, o FTA é realizado por meio de uma estratégia de polidez, entendida como insincera e superficial. Um ataque à face (imagem pública de si) pode ser simplesmente ignorado e não respondido. Se for respondido, há escolha para responder. A escolha tende a ser entre aceitar a indelicadeza ou contra-atacar. A aceitação envolve concordar com um insulto; o contra-ataque envolve responder diretamente à grosseria. Pode-se também simplesmente ficar em silêncio, aceitar a ofensa ou defender-se.

O uso de linguagem agressiva e do insulto foi identificado por Jamet e Jobert (2013) ao realizarem pesquisas em ambiente digital. Acerca disso, os autores discutem como o fascínio por palavras-tabu pode remeter à infância, bem como ao ser psicanalítico primitivo. Nessa perspectiva, o estágio anal encontra uma nova forma verbal de desenvolvimento, que tanto enfatizava a expulsão do corpo (pelo uso de palavras: #TomarNoCu), como também possibilitava a transgressão de regras adultas, ou seja, operando como uma forma de dizer *não* (JAMET; JOBERT, 2013).

Para os autores, o uso agressivo da linguagem configura-se em uma situação circular em que o *poluidor torna-se poluído* (*polluter-getting polluted*). Esse círculo é marcado pelo acúmulo de insultos e pode conduzir ao vácuo argumentativo, em que o excesso de linguagem ofensiva impede a ocorrência de argumentação racional. São, portanto, ações linguísticas marcadamente pouco elaboradas do ponto de vista argumentativo, e, por seu conteúdo altamente agressivo, também podem ser consideradas limitadoras dos direitos e das liberdades do outro.

Tendo traçado o panorama teórico da pesquisa, ligado à (Im)polidez e à agressividade verbal, partimos agora para descrever os procedimentos utilizados na coleta de dados, bem como para sua análise.

5 COLETA DE DADOS

Para analisar os possíveis usos de *hashtags* durante o período eleitoral, cerca de três mil tuítes¹ contendo tais itens foram coletados na rede social *Twitter*, diariamente, durante o período compreendido entre 6 de setembro de 2018 e 6 de outubro do mesmo ano. Os dados incluem, além das postagens iniciais dos candidatos, tuítes em resposta às postagens dos seguintes candidatos: Álvaro Dias (PODE), Cabo Daciolo (PATRI), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (MDB), Jair Bolsonaro (PSL), João Amoêdo (NOVO) e Marina Silva (REDE). Dos candidatos José Maria Eymael (PSDC), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lucia (PSTU) dados não foram incluídos devido à baixa ocorrência de tuítes e respostas. Além dos tuítes em resposta às postagens dos candidatos, foram analisadas *hashtags* relacionadas às eleições presidenciais que figuraram entre os *trending topics*.

Para que um tuíte fosse incluído na análise ele precisava conter uma *hashtag* que estivesse inserida em uma postagem de cunho agressivo ou impolido, isto é, a postagem continha ofensas a um candidato. Assim que um tuíte com as características previamente descritas era identificado, ele era armazenado em forma de imagem. Esses passos foram realizados sempre tomando-se o cuidado de preservar o contexto comunicativo imediato para que o fluxo da interação não ficasse perdido. Isto quer dizer que não somente o tuíte do usuário, mas também a postagem do candidato foram coletados. No caso dos *trending topics*, a busca se deu por *hashtags* que expressavam tanto apoio como rejeição a um dado candidato.

Após a coleta dos dados, procedeu-se a uma análise quantitativa descritiva, bem como a uma análise daqueles que representavam ataques à face dos usuários/candidatos. A seguir, apresentamos uma análise desses exemplos, mostrando como as *hashtags* são usadas como elementos para expressar apoio/rejeição no contexto da campanha eleitoral de primeiro turno.

6 ANÁLISE DAS HASHTAGS: AMOR, IMPOLIDEZ LINGUÍSTICA E ATAQUE VERBAL

Os comentários agressivos como respostas às postagens dos candidatos foram frequentes nos dados coletados. Um total de 909 ou 22,3% das *hashtags* foram usadas para atacar diretamente a face positiva um candidato, desqualificando-o(a) como futuro presidente do Brasil. Assim, cerca de pouco mais de 20% das *hashtags* perseguiram o objetivo de desferir ataques incivilizados, o que parece estar de acordo com o encontrado por Ott (2017). Já as *hashtags* agressivas e de apoio apareceram 595 vezes nos *trending topics*, ou seja, 14,6 % do total dos dados.

¹ Os tuítes dos candidatos não contêm, necessariamente, *hashtags*.

As *hashtags* também foram usadas, em sua maior parte, para manifestar apoio a um candidato, mas no perfil de um concorrente. Das 4075 *hashtags*, 2571 foram usadas com esse propósito, ou seja, 63% dos dados.

No gráfico 1, a seguir, esses dados quantitativos podem ser melhor visualizados:

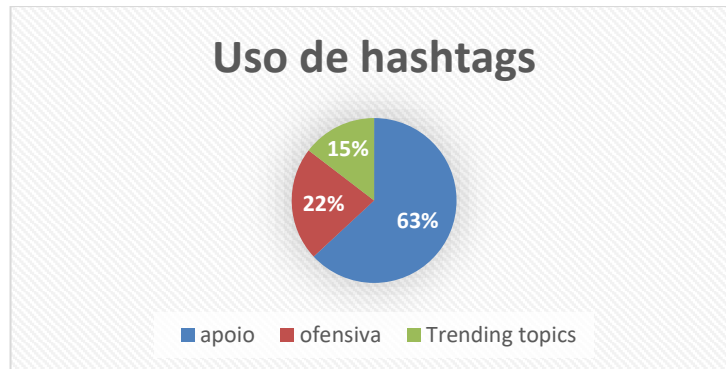
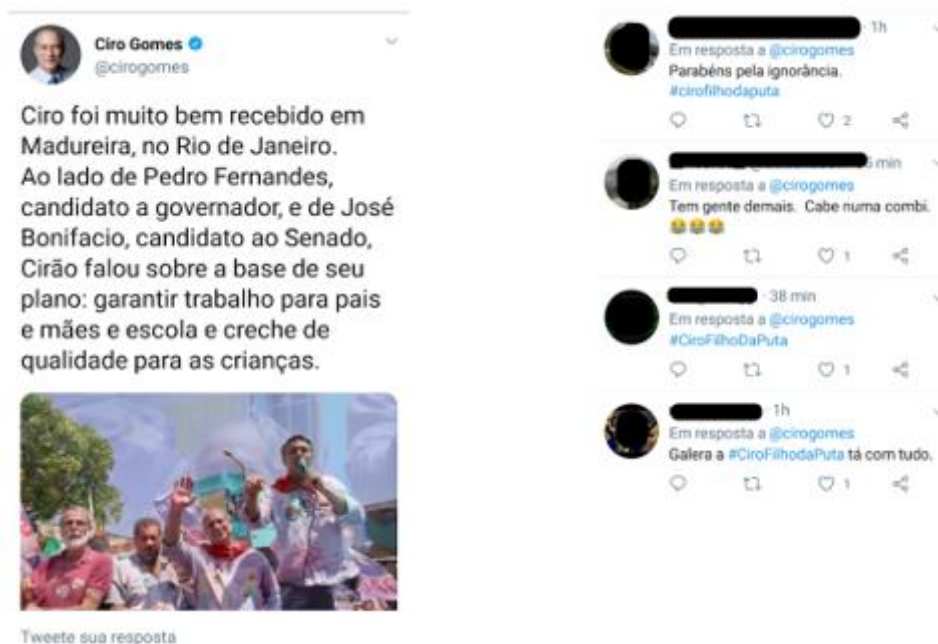


Gráfico 1 – total de uso de hashtags ofensivas e de apoio.

Do ponto de vista qualitativo, as expressões de Impolidez (CULPEPER, 2017) foram encontradas nos dados de diversas maneiras. A ameaça à face positiva e negativa dos candidatos foi expressa, de modo especial, pelas *hashtags*, publicadas isoladamente, ou após uma postagem inicial. A impolidez linguística foi realizada de forma direta (*on record*), principalmente por meio do uso de palavras-tabu e/ou de xingamentos, conforme os exemplos a seguir. Os exemplos 1, 2 e 3 mostram a postagem inicial do candidato, e as respostas que se seguiram a ele:

Exemplo 1:



Exemplo 2:



Exemplo 3:



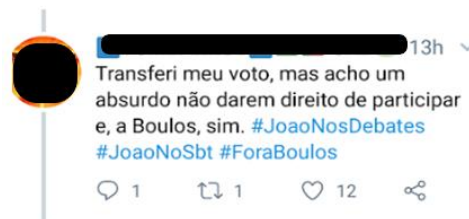
No exemplo 1, a postagem do candidato salienta aspectos relevantes de seu programa político, ligados à geração de emprego e à criação de vagas na Educação Infantil. Essa postagem é rechaçada com *hashtags* isoladas de insulto, do tipo #CiroFilhodaPuta, bem como com postagens de elogio em forma de agressão: *Parabéns pela ignorância*.

No exemplo 2, o internauta manda o candidato “calar a boca”, e também refere-se a este por meio de um atributo pejorativo, ‘chuchu’. A expressão remete à reputação do referido candidato, considerado por alguns como ‘sem graça’, ou seja, sem carisma. O termo é utilizado como um agravante, pois despersonaliza e desumaniza o candidato. Em ambos os casos, as *hashtags* são usadas para agredir a imagem do candidato, pela invasão de seu espaço cibernético individual (sua conta individual no *Twitter*) e pela desmoralização de sua reputação.

No terceiro exemplo, as *hashtags* #HaddadFantoche, #paumandado e #poste foram usadas como forma de rechaçar a postagem inicial na conta do candidato, ligada à sua agenda política. Essas *hashtags* têm natureza agressiva e imputam ao candidato um papel secundário e não autêntico atribuído a ele e, por extensão, à sua própria candidatura.

O exemplo 4, a seguir, apresenta uma *hashtags* de apoio ao candidato João Amoedo e também de rejeição ao candidato Guilherme Boulos, e fazem referência à participação nos debates eleitorais. Ambas as manifestações estão presentes na mesma postagem: paradoxalmente, as *hashtags* demonstram apoio a um candidato e, ao mesmo tempo, rejeição a um outro: #JoãoNoSbt e #ForaBoulos.

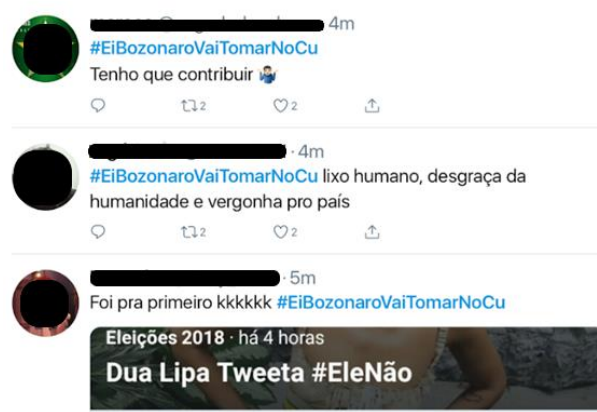
Exemplo 4:



O exemplo 5 mostra o uso de palavras de xingamento para demonstrar rejeição a determinado candidato. Essa rejeição é feita com o uso de termos-tabu, considerados bastante agressivos em nossa cultura #EiBozonaroVaiTomarNoCu.

Essa *hashtag*, em particular, é iniciada por uma interjeição, *Ei*, que tem o propósito duplo de (a) ressaltar o caráter espontâneo, informal e dialogal pretendido na interação, e (b) chamar a atenção para seu conteúdo agressivo, o que é feito de modo apelativo. Esses dois elementos ampliam a Impolidez e potencializam o insulto, pois marcam a invasão da face negativa, bem como a depreciação da face positiva do candidato em questão.

Exemplo 5:



No exemplo 6, a *hashtag* # EleSimENoPrimeiroTurno foi usada para manifestar apoio, ou seja, em vez de ódio, amor a um candidato. Esse apoio, ou esse amor, no entanto, é, algumas vezes, construído com base na depreciação de candidatos rivais, bem como da classe política em geral.

No exemplo 6, é também possível observar que os tuítes aos quais as *hashtags* integram-se evidenciam conteúdo multimodal. As imagens são empregadas para reforçar o caráter impolido, irônico e agressivo das mensagens. Esse aspecto é bastante evidenciado neste exemplo, em que o Estado brasileiro aparece metonimicamente representado por uma porca alimentando seus filhotes (os partidos políticos). A imagem promove também a imediata associação com a expressão *Mamar nas tetas do governo*, bastante difundida no repertório linguístico-cultural nacional.

Exemplo 6:



Os exemplos 7 e 8, a seguir, também são ilustrativos do apoio a um candidato ligado à rejeição e à invasão do espaço cibernético de seus rivais.

Exemplo 7:



Exemplo 8:



Em 7, a *hashtag* é apresentada como resposta direta à postagem de um candidato, por meio do apoio a outro: #geraldo45. No entanto, a *hashtag* é usada em uma postagem do candidato Henrique Meirelles (@meirelles).

Como o exemplo 8 mostra, as *hashtags* novamente referendam o apoio a um candidato concorrente (#ciro12, #CiroPresidente, #CiroSim) dentro de uma resposta que critica o candidato autor da postagem, @Haddad_Fernando, sendo chamado de ‘poste’, em #PosteNao. Nesses dois exemplos, o espaço cibernético dos candidatos é igualmente invadido com o intuito não somente de atacar suas faces, mas também como forma de promoção da imagem de seus rivais, o que é feito de modo desrespeitoso e agressivo por meio das *hashtags*. Essas *hashtags* continham conteúdo opinativo e, quase sempre, ofensivo, como se verá seguir.

Os exemplos 9 e 10 mostram o uso isolado da *hashtag* para atacar diretamente o candidato. Em 9, o autor se dirige ao candidato Álvaro Dias e o chama de *lixo*, enquanto em 10, o autor faz referência ao partido do candidato, Guilherme Boulos.

Exemplo 9:



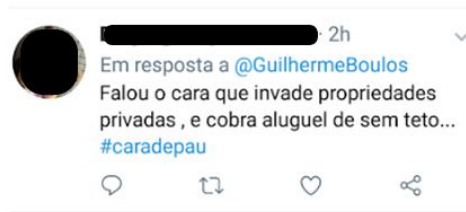
Exemplo 10:



Em 11, 12 e 13 evidenciamos também o uso da *hashtag* como elemento de reforço a um post anterior. Essas *hashtags*, por si sós, atacam a face do candidato e são utilizadas como estratégia de *impolidez on record*.

Exemplo 11:



Exemplo 12:**Exemplo 13:**

Observamos ainda que as *hashtags* agressivas foram usadas, muitas vezes, de maneira coordenada, figurando entre os *trending topics* do *Twitter* brasileiro. O exemplo 14 ilustra esse tipo de coordenação, ou seja, de conclamação para a disseminação do insulto.

Exemplo 14:

Na seção seguinte (Discussão), detalhamos alguns pontos que julgamos mais salientes em nossa análise. Isso será feito na tentativa de melhor contribuir com a área de (Im)polidez em ambiente digital, particularmente por meio do uso de *hashtags* no *Twitter*, como identificadas em nosso estudo.

7 DISCUSSÃO

Em nossos dados, observamos que as *hashtags* do *Twitter* dos candidatos foram usadas para demonstrar apoio. Esse apoio, algumas vezes, ocorreu por meio de postagens feitas na conta do *Twitter* de um candidato rival, caracterizando uma forma de ataque verbal e de ameaça de face a um oponente.

O emprego das *hashtags* agressivas no *Twitter* também foi marcado pela transformação de uma mensagem inicial de apoio (ou de *amor*) a um candidato, em uma postagem de *ódio*, feita por apoiadores de seu rival. Nesses casos, registrou-se, quase sempre, a presença de xingamentos e de expressões consideradas vulgares e agressivas em nossa sociedade, como também observado por Oliveira e Carneiro (2018).

Mais especificamente, as *hashtags* foram muitas vezes usadas para imprimir usos linguísticos invasivos, derogatórios e ameaçadores aos candidatos à presidência do Brasil no ano de 2018. Acreditamos que esses empregos ofensivos da linguagem estejam associados, entre outros fatores, ao já largamente apregoado descaso com a política nacional, bem como à atração pelo emprego de formas linguísticas consideradas *tabu* (JAMET; JOBERT, 2013). Esses fatores, somados à sensação de anonimato, sem a iminente responsabilização pelos ataques empreendidos, tornam o *Twitter* um campo frutífero para o ataque verbal, muitas vezes paradoxalmente acompanhado de uma expressão inicial de apoio a um candidato oponente. A seguir, passamos às considerações finais do estudo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui analisados apresentaram as seguintes características quantitativas: (a) do total de cerca de 3000 tuítes analisados foram encontradas 4075 *hashtags*; destas, 22,3% foram usadas nas postagens para atacar diretamente a face de um candidato, desqualificando-o(a) como futuro presidente do Brasil por meio de xingamentos; dentre as postagens analisadas nos *trending topics*, as *hashtags* agressivas (*ódio*) e de apoio (*amor*) apareceram 595 vezes, ou seja, representaram 14,6 % dos dados analisados.

Observamos, também, que as *hashtags* do *Twitter* foram usadas para manifestar apoio a um candidato, o que foi feito, muitas vezes, no perfil de um candidato rival. Das 4075 *hashtags* analisadas, 2571 foram usadas com esse propósito, ou seja, 63% dos dados. Esse uso configura-se em uma forma de invasão do espaço cibernético do outro e, portanto, opera como uma estratégia deliberada de impolidez negativa.

Quanto ao emprego das *hashtags* agressivas, contendo xingamentos e insultos, observamos que esse uso derogatório afasta-se das características do falante racional e colaborativo, como proposto por Brown e Levinson (1987), para aproximar-se de usos pouco elaborados e menos racionalizados, como em Jamet e Jobert (2013). Essa constatação também encontra ressonância na discussão de Ott (2017), ao caracterizar o ambiente *online* como propício à superficialidade e à incivilidade.

As *hashtags* agressivas, presentes em nossos dados, evidenciaram também uma situação circular do tipo *poluidor torna-se poluído* (*polluter-getting polluted*), associada ao vácuo argumentativo, ou seja, ao *antidebate* (JAMET; JOBERT, 2013).

Com os dados aqui apresentados pretendemos lançar luz para o uso de *hashtags* no *Twitter* brasileiro, em particular no período das eleições presidenciais de 2018, em que essa mídia social esteve bastante produtiva. Esperamos que outros estudos possam ampliar nossos resultados, por exemplo, analisando postagens realizadas em outras mídias sociais no mesmo período.

REFERÊNCIAS

- BARTON, D.; LEE, C. *Language Online: Investigating Digital Texts and Practices*. London: Routledge, 2013.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: Some universals in language usage*. Vol. 4. Cambridge University Press, 1987.
- BOUSFIELD, D. *Impoliteness in interaction*. Vol. 167. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2008.
- CRYSTAL, D. *Internet Linguistics. A Student Guide*. New York: Routledge, 2011.
- CULPEPER, J. Impoliteness and entertainment in the television quiz show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research. Language, Behaviour, Culture*. v.1, n.1, p. 35-72, 2005.
- CULPEPER, J. *Impoliteness: Using Language to Cause Offence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- CULPEPER, J.; HARDAKER C. Impoliteness. In: CULPEPER, J.; KADAR, D. *The Palgrave Handbook of Linguistic (Im) politeness*. London: Palgrave Macmillan, 2017. p. 199-225.
- GILL, M. Adaptability and affordances in new media: Literate technologies, communicative techniques. *Journal of Pragmatics*, v. 116, p. 104-108, July 2017.
- GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public*. V. 2. Paris: Les Editions de Minuit, 1973.
- HADDINGTON, P. Pragmatics of stance. *The Encyclopedia of Applied Linguistics*. London: Blackwell, 2012.
- HALLIDAY, M. A. K. On grammar and grammatics. In: HASAN, R.; CLORAN, C.; BUTT, D. G. *Amsterdam Studies in The Theory and History of Linguistic Science*. 1996. p. 1-38.
- HAUGH, M. Disentangling face, facework and im/politeness. *Sociocultural Pragmatics*, v. 1, n. 1, p. 46-73, 2013.
- JAKOBSON, R. *Linguistics and Poetics in Style in language*. Cambridge: MIT Press, 1960.
- JAMET, D.; JOBERT, M. *Aspects of linguistic impoliteness*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2013.
- LEECH, G. *Principles of pragmatics*. London and New York: Longman, 1983.
- OLIVEIRA, A.L.A.M.; CARNEIRO, M. M. #Caguei: Agressividade no twitter. *(Con)textos linguísticos*, v.12, n. 22, p. 7-20, 2018.
- OTT, B. The age of Twitter: Donald J. Trump and the politics of debasement. *Critical Studies in Media Communication*, v. 34, n.1, p. 59-68, 2017.
- RECUERO, R. et al. *Hashtags. Functions in the Protests Across Brazil*. *SAGE Open*: p. 1-14, April-June 2015.
- SCOTT, K. The Pragmatics of *Hashtags*: Inference and Conversational Style on *Twitter*. *Journal of Pragmatics*, v. 81, p. 8-20, 2015.
- VERSCHUEREN, J.; BRISARD, F. Adaptability. In: ÖSTMAN, J.-O.; VERSCHUEREN, J. (Eds.), *Handbook of Pragmatics Online*. Amsterdam: John Benjamins, 2002. p. 1-24



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200104-0119>

Recebido em: 02/01/2019 | Aprovado em: 16/09/2019

PELES HABITÁVEIS DE ALMODÓVAR EM PERSPECTIVA: PROJEÇÕES (META)ESCALARES

Almodóvar's Livable Skins in Perspective: | Pieles Habitables de Almodóvar en
(Meta)Scalar Projections | Perspectiva: Proyecciones (Meta)Escalares

Clarissa Gonzalez*

Luiz Paulo da Moita Lopes**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Centro de Letras e Artes da Faculdade de Letras

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: Tendo como referência uma perspectiva performativa de linguagem (AUSTIN, 1962/1990), este artigo analisa uma videocrítica publicada no Youtube sobre o filme *A pele que habito* com o objetivo de identificar com que discursos orientadores seu autor se alinha, especialmente no que tange ao gênero. Recorre a teorias *queer* para efetuar o embasamento teórico. A análise, um exercício metascalares-reflexivo, abarca, além das noções de escalas (CARR; LEMPERT, 2016) e de indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003), outros construtos teórico-analíticos: iconização, apagamento e recursividade fractal (IRVINE; GAL, 2000; GAL, 2016). Busca, assim, sinalizar como a obra de Almodóvar é perspectivizada e as estratégias semióticas que remetem a determinadas ideologias. O que se observa é que significados em disputa se entrelaçam no discurso do youtuber, que, apesar de falar de *construção de gênero*, fundamenta seu ponto de vista usando uma metalinguagem que evoca noções essencialistas e deterministas, indo de encontro àquelas mobilizadas no filme.

Palavras-chave: Escalas. Indexicalidade. Processos semióticos.

Abstract: Oriented by a performative perspective of language (AUSTIN, 1962/1990), in this article we analyze a video-critique published on YouTube on the movie *The skin I live* in order to identify with which guiding discourses its author is aligned, especially regarding the gender. Our theoretical approach focuses on queer theories. The analysis, a metascalares-reflexive exercise, is based on the notions of scales (CARR; LEMPERT, 2016) and indexicality (SILVERSTEIN, 2003), making complementary use of other theoretical-analytical constructs: iconization, erasure and fractal recursivity (IRVINE; GAL, 2000; GAL, 2016). We also aim to point how Almodóvar's film is perspectivized and the semiotic strategies that refer to certain ideologies. What we observe is there are conflicting meanings that intertwine in the discourse of the youtuber, who despite speaking of *gender construction* builds up his point of view up using a metalanguage that evokes essentialist and deterministic notions, which go against those mobilized in the film.

Keywords: Scales. Indexicality. Semiotic processes.

* Pesquisadora PNPd (CAPES) do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada da UFRJ. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3521-897X>>. E-mail: gonzalezclariss@gmail.com.

** Professor Titular aposentado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Linguística Aplicada da UFRJ. Pesquisador de Produtividade em Pesquisa (CNPq 302935/2017-7). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-3829-9824>>. E-mail: moitalopes@pq.cnpq.br.

Resumen: Tendo como referência uma perspectiva performativa de linguagem (AUSTIN, 1962/1990), este artigo analisa uma vídeo crítica publicada em Youtube sobre a película *La piel que habito*, com o objetivo de identificar com cuáles discursos guiadores su autor se alinea, especialmente em lo que se refiere a género. Recorre a teorizações *queer* para efectuar su basamento teórico. El análisis, un ejercicio meta escalar-reflexivo, abraza, además de las nociones de escalas (CARR; LEMPERT, 2016) y de indexicalidad (SILVERSTEIN, 2003), otros constructos teórico-analíticos: iconización, apagamiento y recursividad fractal (IRVINE; GAL, 2000; GAL, 2016). Busca, así, señalar cómo la obra de Almodóvar es *perspectivizada* y las estrategias semióticas que remeten para determinadas ideologías. Lo que se observa es que significados en disputa se entrelazan en el discurso del youtuber que, a pesar de hablar de *construcción de género*, basa su punto de vista usando un metalenguaje que evoca nociones esencialistas y deterministas, indo en contra aquellas movilizadas en la película.

Palabras clave: Escalas. Indexicalidad. Procesos semióticos.

O mais profundo é a pele
(Paul Valéry¹)

1 PERCEPÇÕES INTRODUTÓRIAS

Por mais que seja composta de diferentes camadas (epiderme, derme e hipoderme) e tenha múltiplas funções (proteção, termorregulação, excreção, captação de estímulos dolorosos e táteis), a acepção mais usual de pele é a indicada pela segunda entrada do verbete no dicionário Michaelis²: “camada mais externa e superficial” que reveste o corpo.

Em ‘A pele que habito’, o cineasta Pedro Almodóvar parece contrariar esta acepção. O filme adentra às profundezas da pele: é em torno da pele que todo o enredo se estrutura. Este gira ao redor de três pontos: a destruição da pele (carbonização como consequência de um acidente de carro), a obsessão que inspira (criação de uma pele resistente a qualquer tipo de dano) e a transformação que viabiliza (redesignação de gênero). No filme, a pele adquire papel protagônico e chega a adquirir nome próprio.

Gal é o nome que o Dr. Robert, personagem crucial do filme, dá a pele que cria. Como aponta o youtuber Gabriel Tosto na vídeo-crítica³ a ser analisada, o nome alude à Galetea, estátua que Pigmaleão, no mito grego, esculpe e pela qual se apaixona. Esta analogia propiciada pelo ato de nomear, performativamente, produz efeitos: a pele, ao ser nomeada Gal, além de ser humanizada, cumpre, de forma diferenciada (já que, em meio à repetição, há alteração de significado [DERRIDA, 1972/1991]), sua vocação mitológica.

O ato de nomear, na referida obra cinematográfica, ganha extrema relevância: os nomes dos personagens, por exemplo, tal como a pele nomeada Gal, além da transposição metafórica para a qual apontam, perspectivizam as questões que enunciam. Enfoquemos brevemente três deles: Vera, Vicente e Norma. O nome ‘Vera’ está relacionado com a ideia de verdade/veracidade. É dessa forma que Almodóvar, por meio do doutor Robert, batiza a criatura a qual dá forma. O médico atribui esta alcunha a Vicente depois de

¹ Deleuze (1969/1975, p. 11) destaca a importância de olhar para efeitos de superfície citando Valéry.

² Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pele/>. Acesso em 28 jul. 2018.

³ É a crítica, ou seja, análise avaliativa, registrada em vídeo.

submetê-lo a um processo de redesignação de gênero forçado. Tal escolha poderia sinalizar que o cineasta, por meio de Vera, questionaria o que se entende por verdade, mostrando que esta pode ter diferentes dimensões. O filme parece indicar que a verdade, assim como Vera, é produto de uma construção, sendo, portanto, “desse mundo” (FOUCAULT, 1972/1984). Já o nome ‘Vicente’, originado do latim ‘Vincentius’, deriva de ‘vincente’, particípio passado do verbo ‘vincere’, que significa “vencer”⁴. E Vicente, em grande medida, sai vencedor de uma situação improvável: logra fugir de seu algoz performando estrategicamente feminilidade. O filme, desse modo, adverte que o gênero é performado (BUTLER, 1990/2007). O item lexical ‘norma’, por sua vez, aponta para convenções/resoluções/padrões a serem seguidos. Norma, marcada pelo trauma de ter presenciado o suicídio da mãe, mostra-se débil e sobre ela recaem vários estereótipos que, muitas vezes, pesam sobre as ‘mulheres’: é frágil, infantilizada, instável e histérica. Por ser considerada incapaz de assumir as rédeas da própria vida, vive sob a tutela de um homem. Diante da impossibilidade de produzir diferença em meio à repetição, não foge à regra: cumpre o mesmo destino trágico de sua mãe. Todas estas questões, além de referendarem a importância do ato de nomear, são atravessadas por debates que envolvem performances de gênero, tema central da vídeo-crítica a ser analisada.

Esta escolha (análise de uma vídeo-crítica cinematográfica produzida por um usuário do Youtube) mostra-se em sintonia com novos modos de se ‘prosumir’ (TOFFLER, 1980) diferentes tipos de textos⁵ em circulação, sejam estes sonoros, verbais, imagéticos ou audiovisuais.

O termo ‘prosumidor’, tradução nossa do inglês ‘prosumer’, acrônimo resultante da junção das palavras ‘producer’(produtor) e ‘consumer’ (consumidor), foi cunhado por Toffler (1980) para destacar o modo como a produção e o consumo de conteúdos mesclam-se cada vez mais nas mídias sociais. Críticas produzidas por usuários de redes sociais sobre artefatos culturais, como o cinema, ilustram bem o fenômeno referenciado por Toffler. Estes usuários, além de consumirem as obras em questão, produzem conteúdos sobre elas. Um destes conteúdos (a vídeo-crítica realizada pelo youtuber Gabriel Tosto sobre o filme ‘A pele que habito’), fruto de projeções (meta)escalares, ou seja, de um exercício duplamente reflexivo (é a reflexão sobre uma obra cinematográfica, a qual, por sua vez, resulta de um exercício reflexivo efetuado pelo cineasta que a dirigiu), é o objeto sobre o qual nos debruçamos na pesquisa.

De caráter qualitativo-interpretativista, nosso estudo não tem a pretensão de tecer generalizações ou projetar verdades, uma vez que entendemos que a produção de conhecimento é sempre situada, parcial, interessada (MOITA LOPES, 2006/2016, 2013) e inconclusiva⁶ (DERRIDA, 1972/1991). Munidos de ‘sensibilidade etnográfica’, nosso propósito aqui é o de realizar uma análise aprofundada sobre nosso objeto de estudo, com base em um instrumental teórico-analítico definido.

Publicada no canal do Youtube ‘Manifesto das 7’, a vídeo-crítica a ser analisada é um exemplo de como as TICs (Tecnologias da Informação e Comunicação), além de facilitarem

⁴ Disponível em: <https://www.dicionariodenomesproprios.com.br/vicente/>. Acesso em 28 jun. 2018.

⁵ Nesse artigo, consideramos texto como qualquer conjunto coerente de signos (BAKHTIN [1959-1961] 2003: 305).

⁶ Para Derrida (1972/1991), o significado nunca está pronto.

a realização e veiculação de registros multimídia, também propiciam os meios para fazê-los circular mais ampla e intensamente, expondo-os a possíveis recontextualizações, a serem objeto de interações e/ou apropriações, como a por nós efetuada.

Dentre as muitas plataformas de interação na web, o Youtube destaca-se por ser um híbrido de rede social com buscador. Recuero (2009, p. 72) define rede social como “um conjunto de atores e suas relações”, que ampliaram as possibilidades de conexão e a capacidade de difusão de informações. Além de destacar o potencial destas conexões entre pessoas, Castells (2003) aponta que as redes sociais online constituem uma nova forma de interação. Logo, o Youtube, por tratar-se de um espaço onde valores são compartilhados, onde pessoas podem se relacionar e intercambiar informações, publicando/consumindo conteúdo audiovisual, seguindo/tornando-se youtubers e/ou interagindo por meio de comentários, abarcaria a alcunha rede social. Gabriel (2010), por sua vez, ressalta que o Youtube é a segunda plataforma online mais utilizada para efetuar buscas⁷. De fato, um dos pesquisadores envolvidos na investigação que culminou neste artigo, usuário frequente do Youtube, deparou-se com a vídeo-crítica que embasa a análise ao acessar a plataforma para efetuar buscas relacionadas com o cineasta Pedro Almodóvar.

Feito este breve parêntese, reiteramos que neste artigo, em que o ato de nomear ocupa papel fundamental, entendemos que este, bem como qualquer outro ato de fala, nunca é neutro e desinteressado. É uma forma de “fazer coisas” por meio da linguagem (AUSTIN, 1962/1990), de agir no mundo social (MOITA LOPES, 2006/2016). Também de enquadrá-lo, dimensioná-lo e perspectivizá-lo. Carr e Lempert (2016), ao versarem sobre escalas, propõem um instrumental teórico-analítico que nos ajuda a identificar como isto se dá. Deste faremos uso para analisar a vídeo-crítica mencionada, além de propor interseções entre a noção de escala e o processo de construção cinematográfica, entre os estudos da linguagem e a sétima arte. Também recorreremos à indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003) e, de modo complementar, a três construtos propostos por Irvine e Gal (2000): iconização, apagamento e recursividade fractal.

Em termos de diferenciais, destacamos o uso inovador que propomos para certos conceitos: o ferramental apresentado por Irvine e Gal (2000), recentemente revisto por uma das autoras (GAL, 2016), articulado para ser empregado em análises sobre ideologias linguísticas, será usado aqui para identificar os processos semióticos projetados por ideologias que incidem sobre o gênero e a sexualidade. Cabe, ademais, mencionar o exercício metaescalar e reflexivo de não só efetuar a análise mas de refletir sobre a mesma e os instrumentos empregados para empreendê-la.

Para levar a cabo este trabalho nos termos estipulados, seguimos os seguintes passos: primeiramente, localizamos o tema central da crítica a ser analisada (a redesignação de gênero) e o relacionamos com teorizações queer de forma a embasar a discussão. Depois, debruçamo-nos brevemente sobre o filme que inspira a referida crítica (‘A pele que habito’). Logo detalhamos o instrumental teórico-analítico, efetuamos a análise e tecemos as considerações finais.

⁷ Segundo Gabriel (2010), a primeira é o Google.

2 TEORIAS QUEER: SIGNIFICADOS/GÊNEROS EM DISPUTA

O filme de Almodóvar, assim como a vídeo-crítica que o analisa, gira ao redor de um processo transexualizador. Isto nos brinda com a oportunidade de debater, dentre outras questões, o modo como certas perspectivas forjadas no discurso sobre o gênero (determinismo biológico, voluntarismo) projetam entendimentos que se afixam como hegemônicos (cis⁸-heteronormatividade), entendimentos estes que as teorias queer se ocupam de desconstruir.

Examinar a etimologia das palavras ‘determinismo’⁹ e ‘biológico’¹⁰ antes de aprofundar-nos no tema pode resultar elucidativo. A palavra ‘determinismo’, derivada do latim ‘terminare’, significa terminar, limitar. Se a este item lexical adicionamos o prefixo ‘de’, que indica movimento ‘de um lugar ao outro’ ou ‘para fora’, o determinismo consistiria em limitar movimentos, cercear o que se manifesta. Sintetiza, portanto, a ideia que o conceito ‘determinismo biológico’ encerra: limitar o que algumas performances poderiam manifestar/exteriorizar/por “para fora”. Em outras palavras: o determinismo biológico apontaria para a imposição de limites, para restrições a diferentes formas de se estudar/conhecer/conceber (‘logia’) a vida (‘bio’), para estratégias de controle sobre aquilo que manifestamos, para mecanismos que estabilizam sentidos. Tal mecanismo opera tomando ‘por dada’ a relação entre caracteres sexuais exteriores e o desempenho de certas performances: dependendo da genitália, o sujeito deverá performar feminilidade (caso tenha vagina) ou masculinidade (caso tenha pênis). Deverá, igualmente, manifestar desejo erótico-afetivo por pessoas cujo sexo designado se oponha ao seu. De acordo com Butler (1990/2007), a convergência entre sexo-gênero-desejo é um dos principais alicerces sobre os quais se funda a cis-heteronormatividade.

Butler (1990/2007) desconstrói esta associação tricotômica ao afirmar que o sexo sempre foi o gênero: ambos são produto dos sentidos que sobre eles depositamos. Butler (1990/2007), desse modo, implode a ideia de que haveria uma essência imutável calcada em uma imposição da natureza. Para melhor explicá-la, cunha o conceito ‘performatividade de gênero’. Este se baseia no fato de que, para performances de gênero serem estabilizadas e padronizadas, cria-se a ficção de que existiria uma matriz heterossexual que atribui caráter inato, fixo e rígido a dois sexos-gêneros, construídos como opostos complementares. Esta matriz heterossexual, que se sustenta graças à manutenção de uma ordem compulsória, forja “a aparência de substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 1990/2007, p. 98) e orienta modos de agir cis-heterossexualmente ‘coerentes’. Esta aparência de substância, fruto do efeito subjetivante e naturalizador que certas performances projetam, é o que a performatividade produz.

⁸ Adicionamos o prefixo ‘cis’, que significa identificação com o gênero assignado, à noção de heteronormatividade (BUTLER, 1990/2007) para ressaltar que não basta que o desejo seja heterossexualmente orientado: as performances de gênero devem ser desempenhadas em coerência com o gênero designado.

⁹ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Determinismo>. Acesso em 12 jul. 2018.

¹⁰ Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/biologia>. Acesso em 12 jul. 2018.

Tal entendimento sobre o gênero, por diferenciar performance (ato) de performatividade (sentidos projetados pela repetição de atos) e por destacar que tais atos são constrangidos por “um marco regulatório altamente rígido (BUTLER, 1990/2007), não sendo, portanto, produto de uma vontade circunstancial, de um desejo pontual, também faz ruir a perspectiva voluntarista. Logra-se, desse modo, operar múltiplas desconstruções, que nos livram de resvalar em concepções voluntaristas e essencialistas/determinísticas, as quais negligenciam que é a força da repetição que produz significados (DERRIDA, 1972/1991). Ao expor o funcionamento da engrenagem heteronormativa e seu alicerce de sustentação, ou seja, o determinismo biológico, a performatividade, conceito nevrálgico das teorias queer, explicita que nós fazemos gênero, que não há uma essência que nos predisponha a desempenhar determinadas performances. Estas, por mais que sejam balizadas por um “marco regulatório altamente rígido” (BUTLER, 1990/2007, p. 98), não são por tais constrangimentos assujeitadas (FOUCAULT, 1982/1995). Tanto podem reificar sentidos que se cristalizaram por força da repetição como desafiá-los.

Performances de gênero e sexualidade desafiadoras abundam nas práticas sociais assim como na cinematografia de Almodóvar. Poucos cineastas que trafegam em circuito comercial têm levado às telas questões que expõem as fissuras do mecanismo heteronormativo como o cineasta espanhol.

3 PELES HABITÁVEIS E O CINEMA DE ALMODÓVAR

Transformar algumas de suas obsessões e/ou a maneira de abordá-las em marcas registradas, em um diferencial temático-estilístico, é uma das virtudes de Almodóvar. Questões que envolvem performatividades de gênero, especialmente aquelas que questionam pressupostos cis-heteronormativos, dentre as quais destacam-se performances de transgeneridade, são algumas destas obsessões, que inspiraram pesquisas sobre os seus filmes, realizadas recentemente no campo de estudos da linguagem no Brasil (VELOSO, 2012; QUEIROZ, 2017; GONZALEZ; MOITA LOPES, 2015, 2016, 2018).

Em ‘A pele que habito’, tais questões ganham centralidade na narrativa. O 18º longa-metragem de Almodóvar conta a história de um médico empenhado em criar uma pele ultrarresistente depois que a esposa se suicida (ela tira a própria vida ao perceber o quão desfigurada fica após sofrer um acidente de carro). Em seus experimentos, o Dr. Robert usa como cobaia o rapaz que supostamente teria estuprado sua filha, submetendo-o também a uma cirurgia de transgenitalização. Logo, tal como Pigmaleão, apaixona-se por sua criatura.

Outras informações sobre o filme serão facilitadas na análise da vídeo-crítica produzida pelo youtuber Gabriel Tosto, que coloca o filme em perspectiva por meio de um exercício escalar-avaliativo. Este, por sua vez, é perspectivizado por nós pesquisadores neste trabalho, configurando, portanto, um exercício meta-escalar.

4 PROCESSOS SEMIÓTICO-ESCALARES

Esta seção comporta tanto uma abordagem reflexivo-comparativa quanto teórico-analítica da noção de escala (CARR; LEMPert, 2016). Além de detalharmos como o construto será empregado na análise, estabeleceremos analogias entre o que aqui entendemos por escala no discurso e questões que remetem à construção da semiótica cinematográfica, justificando, assim, o seu emprego em análises que enfocam narrativas fílmicas. Julgamos ser este um exercício útil para refletir sobre a dupla perspectivização que analisar uma crítica envolve: colocar em perspectiva a perspectiva de outrem.

Todo filme, assim como todo discurso, envolve exercícios escalares de perspectivização, seja do nosso entorno (CARR; LEMPert, 2016), seja do que que é mobilizado na narrativa fílmica. É, portanto, resultado de processos escalares, aqui entendidos como aqueles que literalmente enquadram certos temas, dimensionando-os. O ato de enquadrar, do ponto de vista cinematográfico, consiste em perspectivizar o que será contemplado dentro dos limites horizontais e verticais do enquadramento e em sinalizar o modo como isto será imageticamente dimensionado (o plano pode ser mais aberto ou fechado; o ângulo pode variar).

O ato de enquadrar, talvez a ação mais básica que dá materialidade ao processo cinematográfico, mobiliza escalas que projetam visibilidade e invisibilidade, definindo, à consequência disso, matrizes de inteligibilidade (DELEUZE, 1990), o dentro/fora (DERRIDA, 1973), que pode tanto estabelecer relações dicotômicas como complementares.

Se ao enquadrar determinamos o que pertencerá à escala do visível (dentro do campo) e do invisível (extracampo), posicionamo-nos, valha a redundância, ao posicionar o que enquadrados (CARR; LEMPert, 2016), de modo que não há neutralidade na relação que se estabelece entre o que jaz dentro e fora do quadro, nem no enquadramento resultante. Recortes são fruto de seleções efetuadas, de escolhas que resultam na composição imagética. Podem engrandecer ou diminuir, dar maior ou menor destaque a algo, favorecer aquilo que se retrata, ou, pelo contrário, prestar-lhe um desfavor. Quando enquadrados, colocamos em prática estratégias que orientam a percepção, assumimos um ponto de vista, privilegiamos uma determinada perspectiva, demarcamos pontos de vantagem (CARR; LEMPert, 2016).

Pensar o enquadramento, bem como outros meandros da semiótica da construção cinematográfica sob uma ótica escalar (CARR; LEMPert, 2016), permite-nos ampliar horizontes (contemplar a noção de escalas de maneira mais elástica e versátil) e nos faz atinar para a manipulação de espaços-tempos (recortes espaciais e elipses temporais), a forma como as escalas são forjadas (pontos de vista projetados) e o modo como estas podem ser (des)naturalizadas.

Olhar para a maneira como a ilusão de movimento é forjada pelo cinema ajuda a ilustrar como processos de (des)naturalização têm lugar. Para se reproduzir cinematograficamente o movimento, produto que o encadeamento sequencial de uma

série de fotografias projeta, roda-se a 24 quadros por segundo¹¹. Esta é a escala/proporção a que se chega para ‘enganar o olho’, para fazer com que o movimento, que é artificialmente construído, pareça natural. Deleuze (1985) chama este artifício de “imagem-movimento”¹². Porém, do mesmo modo que o movimento pode ser naturalizado, assemelhando-se à forma como é convencionalmente percebido, este também pode ser desnaturalizado. É possível manipulá-lo na diegese¹³ (GAUDREAU; JOST, 2005/2009) por meio de alterações na escala padrão (câmera lenta/rápida, jump cuts¹⁴, imagem congelada). Também através da perspectiva (a ação pode ser registrada com a câmera parada ou em movimento) e de recortes espaciais e elipses temporais (que vão determinar, respectivamente, por onde o espectador pode ‘se mover’ e a maneira como a narrativa avança).

Muitos destes pontos, merecendo destaque o modo como o ato de enquadrar circunscreve temporalidades às imagens resultantes, serão contemplados na análise. Tanto no caso da crítica como no caso do filme, que é pontuado por flashbacks e não segue uma ordem cronológica, registram-se saltos que atravessam diferentes espaços-tempos. Estes, como veremos mais adiante na análise, ao serem manipulados pelo cineasta e pelo youtuber, dão-nos pistas sobre os discursos orientadores com os quais ambos operam. Por isso fazemos uso da noção de escalas (CARR; LEMPERS, 2016) em interseção com a de indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003), que nos faz atentar para o laço indexical que se estabelece entre o signo que é evocado em um dado ato comunicativo e os discursos orientadores para os quais este aponta.

Processos escalares, em suma, englobam indexicalidade, movimentação espaço-temporal, analogias e distinções, dimensionamentos, avaliações. Inspiram/delatam (auto)posicionamentos e podem levar a hierarquizações, que, como tais, envolvem jogos de poder (CARR; LEMPERS, 2016). Também são mobilizados para ordenar, agrupar, categorizar coisas/pessoas/ideias/situações, estabelecer pontos de vantagem e para ajudar atores sociais a orientarem/interpretem/agirem em seus mundos (CARR; LEMPERS, 2016). Logo, este será o principal ferramental a nortear a análise, que será complementada por três construtos teórico-analíticos propostos por Irvine e Gal (2000): iconização, apagamento e recursividade fractal.

É possível, através de um exercício escalar baseado em analogias, estender/redimensionar os usos destes construtos para além do emprego inicialmente previsto (analisar a linguagem em uso). Buscamos fazer isso, já que os mesmos resultam-nos úteis

¹¹ Esta proporção remete ao padrão mais usual quando se rodava com película 35mm, distando dos padrões estabelecidos por outras tecnologias (digital) e suportes (vídeo/magnético).

¹² Deleuze (1985) nos aponta como a escala da ficção no cinema clássico narrativo é construída para criar a sensação de que os planos são naturalmente encadeados, forjando a sensação de movimento contínuo. Dessa maneira, dissimula-se a forma como o filme é produzido para criar a aparência de naturalidade.

¹³ Segundo Gaudreault e Jost (2005/2009), diegese é a relação de coerência que faz com que determinadas situações tenham sentido dentro de um universo ficcional, fazendo com que certos eventos, ainda que implausíveis em escalas não ficcionais, adquiram verossimilhança dentro de uma dada narrativa.

¹⁴ Consiste na eliminação de quadros/fotogramas de um plano e tem por efeito produzir saltos na imagem, rompendo com a continuidade linear do movimento. Este recurso foi muito usado por cineastas como Jean-Luc Godard durante a Nouvelle Vague, movimento cinematográfico francês. Para mais informações: http://obviousmag.org/archives/2012/07/nouvelle_vague_jump_cut_e_a_destruicao.html.

para auxiliar na análise proposta, explicitando mecanismos que projetam hegemonias, criam e dão materialidade a diferenças, assimetrias e hierarquizações linguístico-semióticas. Do mesmo modo que as ferramentas idealizadas por Irvine e Gal (2000) nos dão pistas sobre como se forjam hegemonias que se alicerçam no terreno linguístico, caso da norma culta e seus falantes, estas ferramentas igualmente podem ajudar a evidenciar aspectos semiótico-discursivos mais amplos que alicerçam a hegemonia cis-heteronormativa.

Se a iconização pode ser definida como o processo que estabelece uma correlação entre determinadas características linguísticas e a imagem social a qual estão associadas (IRVINE; GAL, 2000), o que envolve, muitas vezes, o estabelecimento de “conexões aparentemente diretas, automáticas e naturais” (BRIGGS, 2007) que seriam supostamente capazes de captar “a natureza ou a essência inerente a um grupo social” (IRVINE; GAL, 2000, p. 37), esta noção também poderia ser empregada para apontar o modo como o gênero é hegemonicamente perspectivizado ou os mecanismos semióticos que fazem com que adquira a “aparência de uma substância” (BUTLER, 1990/2007, p. 98). Da mesma maneira que características/práticas linguísticas, interpretadas como típicas e definidoras das ‘identidades’ sobre as quais operam, a reiteração de performances de gênero, também produz efeitos subjetivantes. Tal mecanismo, segundo Foucault (1976/1998), é o que faz com que certas práticas, como a ‘sodomia’, por exemplo, deixem de ser contempladas como o que são (realização de uma ação) e passem a enclausurar aquele que a pratica em uma espécie (no caso, a homossexual). Logo, a iconização, seja esta sustentada por ideologias linguísticas ou por ideologias que permeiam nosso entendimento acerca do gênero, ao atar o sujeito a uma determinada ‘identidade social’, poderia conduzir tanto à imobilidade sociolinguística (PINTO, 2013), quanto à imobilidade no que tange ao modo de performar o gênero e a sexualidade.

O apagamento, por sua vez, é o processo pelo qual estas conexões entre características projetadas e imagem social são criadas e mantidas graças a elipses (IRVINE; GAL, 2000). O apagamento consiste na eliminação de traços/matizes que possa constituir uma ameaça à ideologia que se pretende instaurar/preservar. Já a recursividade fractal se caracteriza por projetar “uma oposição, saliente em algum nível da relação para algum outro nível” (IRVINE; GAL, 2000, p. 38). Trata-se, como sinaliza Moita Lopes (2013), de um processo escalar, que se baseia em projeções dicotômicas, em opor uns a outros, beneficiando uma das partes. Este construto, assim cunhado pelas autoras por remeter a processos que abrangem repetições (recursividade) e conservam algo da estrutura que espelham (fractal), mostra-se efetivo quando se trata de identificar “fenômenos que envolvam segmentação ou cismogênese, como ideologias nacionalistas e rituais de gênero” (IRVINE; GAL, 2000, p. 38). Logo, torna-se pertinente seu emprego no caso do qual nos ocupamos.

5 PROJEÇÕES (META)ESCALARES

Será objeto de análise um excerto da vídeo-crítica cinematográfica intitulada ‘A Pele que Habito e a Ideologia de Gênero’¹⁵. Elaborada pelo youtuber Gabriel Tosto, a vídeo-crítica foi publicada no dia 1º de novembro de 2017 no canal ‘Manifesto das 7’, criado “para falar e discutir arte em todas as suas vertentes”.

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VWN438rDjhw>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Em consulta efetuada no dia 19 de junho de 2018 às 10:28 da manhã, horário de Brasília, dos 22 vídeos disponibilizados para visualização (desconhecemos se os administradores mantêm publicações com algum tipo de restrição), este era o terceiro mais comentado e o quarto mais visto. Com duração de 12'52'', o vídeo totalizou 26.097 visualizações e inspirou uma interação online que rendeu 59 comentários, além de réplicas e tréplicas, tendo sido o último comentário publicado em junho de 2018. Convém destacar este fato porque o filme, que estreou no Brasil no dia 4 de novembro de 2011, continua, sete anos depois, cumprindo ampla trajetória textual (BLOMMAERT, 2005) por meio de processos de recontextualização, assim como a vídeo-crítica de Gabriel, publicada há mais de um ano.

Feitas estas considerações iniciais para contextualizar a análise, efetuamos agora a transcrição do excerto, tomando como referência o método proposto por Rose (2002, p. 350) para cobrir o aspecto visual e marcas¹⁶ adaptadas de Gumperz (1992) para as falas. Na sequência, dedicamo-nos à análise.

Transcrição:

Sequência ¹⁷	Dimensão visual	Dimensão verbal	Dimensão sonora
1	<p>0:02:49:11</p> <p>Gabriel, enquadrado à altura da cabeça e acima do abdômen, fala para a câmera.</p> <p>Com as duas mãos, sinaliza movimento de um ponto a outro.</p> <p>Move a cabeça e gesticula com a mão direita.</p>	<p>↑Ok.. Vamos começar então pela construção dos personagens... Todos os personagens possuem um perfil moral dúbio..</p> <p>Estando sempre <entre a inocência e a malícia>..</p> <p>↑Saca aquele este- estereótipo do doutor e do monstro? Pode parecer uma:: referência direta ao Doutor Robert, mas isso acontece com qua::se todos os personagens no filme. Por exemplo.. a governanta da</p>	som direto

¹⁶ Símbolos

- :: Alongamento do som^[SEP]
- ↑ Entonação ascendente
- ↓ Entonação descendente
- <> Fala mais lenta
- >< Fala mais acelerada^[SEP]
- Interrupção da fala
- .. Pausas inferiores a 0,5 segundos^[SEP]
- ... Pausa superior a 0,5 segundos (sem ter sido precisamente cronometrada)
- Sublinhado Sílabas ou palavras enfatizadas

¹⁷ Sequência é o conjunto de planos que, ao serem encadeados, adquirem unidade dramática (GAUDREAU; JOST, 2005/2009). Dividimos o excerto a ser analisado em sequências da vídeo-crítica protagonizadas pelo youtuber e fragmentos do filme nesta inseridos.

	<p>Mão direita se move ao longo do quadro.</p> <p>Plano mais fechado, no limite da cabeça e dos ombros.</p> <p>Plano mais aberto, acima da cabeça e do abdômen.</p> <p>Move a cabeça alternado o perfis direito e esquerdo.</p> <p>Plano mais fechado. Gabriel torce a cara.</p> <p>Plano mais aberto. Gabriel gesticula com as mãos.</p> <p>Franze a testa, fechando parcialmente o olho esquerdo.</p>	<p>casa.. <a Marília.. é uma mãe sofrida, dedicada e amorosa>, mas ela se culpa por ter gerado dois filhos psicopatas e age:: com egoísmo e indiferença à maldade deles. E, é claro.. o próprio Robert, que é o exemplo mais evidente no filme..</p> <p>O cara é um médico respeitado, um marido apaixonado e pai atencioso. <Rico, galã e gênio>. E ainda com ótimas intenções de desenvolver tratamento efetivo para vítimas de queimaduras..</p> <p>Mas que faz isso de forma criminosa e inescrupulosa.. sequestrando e torturando uma pessoa..</p> <p>O pior.. é que a história do cara.. é de foder.. Se liga.</p> <p>O doutor não tem família. Sua verdadeira mãe é a governanta da casa e ele nem sabe disso. Sua mulher o traiu com:: o seu próprio irmão, mesmo sem ele saber que era seu irmão. E, <u>na fuga</u>, ela acabou:: >sendo totalmente queimada<. E ele ficou cuidando dela por vários:: meses.. até que ela percebeu o estado que ela tava e:: <se matou>, se jogando da janela..</p> <p>Sua filha.. foi violentada e acreditava que <u>ele.. seu próprio pai..</u> tinha sido o estuprador e por isso ela também se suicidou.. <da mesma forma trágica que a sua mãe>..</p> <p>Sacou? >A vida do cara é tão sofrida< que você até fica confuso se ele.. se isso deveria, de alguma forma, justificar as maldades dele, sabe?↓</p> <p>Bom, para você ver.. até naquela cena da pegação entre a Norma e o Vicente, a linha de moralidade é tênue.</p>	
--	---	---	--

	<p>Afasta os braços com as palmas da mão para cima.</p> <p>Plano mais fechado. Gabriel estende o braço direito em direção à câmera.</p> <p>Plano mais aberto. Gabriel gesticula com as mãos próximas.</p> <p>De perfil, aproxima-se da câmera gesticulando com o braço direito.</p>	<p>↑Por um lado.. Vicente é inocente das acusações de ter estuprado a menina.. Pois, até então, os dois estavam se curtindo e devido à condição psicológica de Norma.. ela acabou tendo um surto psicótico.. <Por outro lado>.. ele:: estava chapado, entrou em pânico e é culpado de ter agredido a menina e ter fugido deixando ela desacordada.</p> <p>Para mostrar como essa definição pode ficar ainda mais complicada.. Quando Vicente passa a ser Vera.. é ele quem é estuprado e <a fronteira entre o medo, o desejo e a impotência> são cada vez mais indistinguíveis nessas cenas..</p>	
2	Cena do filme em que o rosto de Vicente gradualmente desaparece e dá lugar ao de Vera.		trilha sonora
3	<p>0:05:31:16</p> <p>Gabriel gesticula com os braços.</p> <p>De perfil, em plano mais fechado, Gabriel encara a câmera.</p> <p>Em plano mais aberto, Gabriel, aproxima as mãos do corpo.</p>	<p>Essa coisa ambígua da moralidade é também parte da construção que Almodóvar faz para te fazer pensar sobre a questão de gênero, invertendo os papéis nessa discussão. No filme, é mais ou menos assim que a coisa funciona.. Imagine que você tenha nascido <homem e hetero>, mas, por uma situação forçada, você acorda de um dia para o outro, com o corpo de uma mulher.</p> <p>E hoje em dia isso é possível, parceiro. Não é:: ficção, não.↓</p> <p>>Pois bem<, acontece que:: apesar de você:: agora possuir um corpo de mulher, ser até batizado com um nome de uma mulher, ser obrigado a usar roupa de mulher e todo mundo te enxergar apenas como uma mulher.. você continua sendo homem↑ porque essa é a sua:: essência. Entende? O gênero masculino.. está na sua constituição psicológica... apesar de todo o resto sugerir o contrário. Ou:: você mudaria.. o seu gênero?</p>	som direto

<p>Gesticula com o braço esquerdo, que quase sai de quadro.</p> <p>Em plano frontal mais fechado, encara a câmera.</p> <p>Em plano frontal mais aberto, encara a câmera.</p> <p>Gesticula com as duas mãos bem próximas.</p> <p>Fecha parcialmente o olho esquerdo.</p> <p>Pisca e faz sinal de ok.</p> <p>Em plano mais fechado, encara a câmera.</p>	<p>Você:: aceitaria.. a sua condição forçada? Você:: se sujeitaria ao destino que lhe impôs um:: corpo de mulher?..</p> <p>↑Essa.. é a forma do Almodóvar tentar te fazer <entender> o que seria a dissociação entre o corpo >que você possui< e <o ego, a identidade, a alma>, a essência imaterial que define quem é você.</p> <p>É por isso que:: a fala final do filme.. define bem essa questão.. pois quando:: os olhos veem Vera.. ela afirma... <“Sou Vicente”>..</p> <p>E se você é menina e hetero.. é só inverter os papéis no exemplo que funciona também...</p> <p>E perceba que aqui nós estamos falando de gênero e não de opção sexual.. que são coisas be::m diferentes.</p>	
--	---	--

Neste excerto, que tem início transcorridos 2’49’’ do vídeo e finda aos 7’09’’, Gabriel, após tecer considerações introdutórias, propõe começar a crítica, que envolve um processo de recontextualização do filme, “pela construção dos personagens”. O youtuber projeta sobre estes uma escala de “moral dúbia”. Movendo a mão direita, emprega um tom didático ao ilustrar o seu ponto de vista com uma citação: “↑Saca aquele este-estereótipo do doutor e do monstro? Pode parecer uma:: referência direta ao Dr. Robert, mas isso acontece com qua::se todos os personagens no filme”.

Enquanto a entonação ascendente poderia ser interpretada como uma tentativa de projetar/reivindicar uma escala de autoridade, a menção ao “estereótipo do doutor e do monstro” aponta tanto para um exercício escalar reducionista e monolítico (TSING, 2015), posto que se calca em um estereótipo – em uma iconização (IRVINE; GAL, 2000) –, como para dinâmicas de recursividade fractal (IRVINE; GAL, 2000), já que se baseia em uma oposição (médico x monstro) que inspira novas oposições (controle x descontrole, correção x aberração). Novo exercício escalar estende estas projeções estereotípicas e dicotômicas, que inicialmente recairiam apenas sobre o médico, a “qua::se todos os personagens do filme”, o que Gabriel enfatiza por meio do alongamento da vogal.

Este fragmento, além de apontar para o caráter referencial que permeia esta prática discursiva, evidencia que uma crítica consiste em um exercício escalar por excelência, posto que se baseia na avaliação daquilo que tomamos por objeto de análise (CARR; LEMPert, 2016), bem como em seu dimensionamento e interpretação. Soma-se a isso o fato de que nós, ao mesmo tempo que posicionamos tal objeto, também nos posicionamos e o fazemos dentro de uma escala espaço-temporal. Gabriel, por exemplo, ao sinalizar que a moral dos personagens é dúbia e projetar uma escala comparativa ao citar a obra de Robert Louis Stevenson, ‘O médico e o monstro’, publicada em 1886 e também conhecida como ‘Dr. Jekyll e Mr. Hyde’, transita entre diferentes espaços e temporalidades: o Brasil contemporâneo (que é o lugar do qual ele nos fala e, portanto, o que ancora seu ponto de vista), a Londres de final do século XIX (momento em que a obra de Stevenson foi publicada) e a Espanha de anos recentes (a história é localizada no tempo ‘presente’, que nos remete ao ano de 2011, quando o filme foi lançado, mas é pontuada por diversos flashbacks, alternando diferentes espaços-tempos). O youtuber, entretanto, não projeta analogias entre o protagonista do filme e o autor do livro referenciado, apesar de ambos terem o mesmo nome (Robert).

Depois de citar “o estereótipo do doutor e do monstro”, que lhe serve de gancho para abordar a moral dúbia dos personagens, em especial a do doutor Robert, Gabriel nos conta um pouco da história do cirurgião numa tentativa de identificar o que teria levado “um médico respeitado, marido apaixonado e pai atencioso” a agir de forma inescrupulosa. E, perspectivizando eventos da trajetória de Robert, como, por exemplo, os suicídios da filha e da esposa, avalia, gesticulando e franzindo a testa: “>A vida do cara é tão sofrida< que você até fica confuso se ele.. se isso deveria, de alguma forma, justificar as maldades dele, sabe?↓”. Com este posicionamento, o youtuber, que abre os braços deixando as palmas da mão para cima, o que poderia indicar que ele se rende ante as circunstâncias, apesar de titubear (pausa, aceleração da fala e mudança de entonação sugerem isso), isenta/perdoa Robert, redimensionando/atenuando a gravidade das atrocidades por ele cometidas.

Gabriel, que estende o braço direito em direção à câmera, convidando a/o espectador(a) a seguir seu raciocínio, também identifica signos de “moralidade dúbia” na “cena da pegação entre a Norma e o Vicente”. Julga que “os dois estavam se curtin::do”, o que é evidenciado pelo alongamento da vogal nasalada, e absolve Vicente (“é inocente das acusações de ter estuprado a menina”). Logo indexicaliza discursos que evocam a autoridade médica, do âmbito da psicologia mais especificamente, para reforçar a forma como perspectiviza a situação: “devido à condição psicológica de Norma.. ela acabou tendo um surto psicótico”. O modo como Gabriel posiciona os personagens neste trecho (Vicente: inocente, Norma: surtada) acaba por posicioná-lo como alguém que, orientado por discursos de senso comum, ante uma situação que envolve vulnerabilidade, culpabiliza a pessoa que sofre violência pela violência padecida. Em seguida, porém, o youtuber volta a mencionar que, no filme, “a linha da moralidade é tênue” e redimensiona a questão: “<Por outro lado>.. ele:: [Vicente] estava chapado, entrou em pânico e é culpado de ter agredido a menina e ter fugido deixando ela desacordada”. Curiosamente, Gabriel, cujo gestual (mãos próximas uma da outra) indica uma postura mais introspectiva e reflexiva, em meio a mudanças de ritmo e alongamentos vocálicos, que deixariam transparecer uma certa insegurança, não usa como ‘atenuante jurídico’ o fato

de Vicente estar “chapado” para abrandar outras acusações contra o rapaz (“ter fugido deixando ela desacordada”). Projeção escalar comumente usada em juízos, este tipo de projeção baseia-se na suposição de que alguém que não esteja em suas plenas faculdades, torna-se incapaz de responder por seus atos, logo suas ações não teriam dolo. O fato de Vicente ter fugido sem prestar auxílio é justificado por Gabriel (“entrou em pânico), mas não é atenuado (“é culpado de ter agredido a menina”).

No que tange à ordem de discurso médico-psicológica (FOUCAULT, 1963/1980), o que se observa é que Gabriel a indexicaliza para investir de autoridade a avaliação que faz da cena em questão. O elo simbiótico entre conhecimento-autoridade/saber-poder (FOUCAULT 1982/1995) estabelece “pontos de vantagem” e possibilita que uma perspectiva escalar se sobreponha a outras (CARR; LEMPERT, 2016). Como consequência, esta perspectiva pode se tornar hegemônica e os discursos que a sustentam passam a gozar de ampla aceitação, sendo, muitas vezes, naturalizados. Carr e Lempert (2016) nos alertam do perigo de naturalizar escalas, de não questionar discursos “intensivamente institucionalizados”, como os de ordem médica (FOUCAULT, 1963/1980). Estes, além da ampla escalabilidade que os caracteriza, projetariam ‘verdades’ de forma monolítica (TSING, 2015), supostamente imune a questionamentos. É o que se observa, por exemplo, na atribuição de histeria às ‘mulheres’¹⁸ (ALONSO; FUKS, 2004), de uma presumida condição psicológica mais frágil e/ou emocionalmente instável. Tais discursos, que têm se mostrado historicamente efetivos na desqualificação do sujeito designado socialmente como ‘mulher’, o qual, para o seu “próprio bem” e da sociedade como um todo, deve estar sob resguardo de uma autoridade masculina, geralmente do pai ou do marido (BADINTER, 1980/1991), são evocados quando Gabriel fala de Norma. Não surpreende que o personagem, como acima apontado, seja assim nomeado.

O youtuber, ao referenciar/qualificar como “surto psicótico” a reação de Norma sem explicar/mencionar os acontecimentos prévios que a deixam em tal estado, ao mesmo tempo em que usa isso para justificar a reação agressiva de Vicente, parece corroborar discursos de senso comum que estabelecem correlações entre histerias e performances de feminilidade (ALONSO; FUKS, 2004), além de ‘autorizarem’ respostas violentas. Em contrapartida, Gabriel opera uma série de saltos escalares ao elencar eventos narrativos que pertencem a outros espaços-tempos (a traição da esposa, o suicídio dela e o da filha) a fim de justificar o porquê de Robert ter cometido determinadas ‘maldades’, redimensionando-as (“>A vida do cara é tão sofrida< que você até fica confuso se ele.. se isso deveria, de alguma forma, justificar as maldades dele, sabe?↘”). Esse tratamento diferenciado leva-nos a concluir que os parâmetros escalares utilizados por Gabriel para avaliar/dimensionar/referenciar/justificar as (re)ações dos personagens masculinos divergem dos que ele utiliza para julgar as (re)ações de Norma. O youtuber, ademais, parece ecoar discursos de senso comum, que, em suas entrelinhas, deixam antever traços de misoginia e machismo.

Na sequência, Gabriel, que passa a encarar a câmera de perfil, continua versando sobre a (linha de) moralidade dos personagens, qualificada como “tênue” e “complicada”. Em

¹⁸ Colocamos mulher/mulheres entre aspas ao longo do texto, exceto nas citações diretas, porque, coadunando-nos com Butler (1990/2007, p. 52), acreditamos que tal categoria precisa ser problematizada: não deve projetar “um sujeito coerente e estável”.

seguida, o youtuber utiliza eventos da escala/dimensão da narrativa para embasar seu posicionamento: “essa definição pode ficar ainda mais complicada.. Quando Vicente passa a ser Vera..”. Logo ressalta que o cineasta te faz “pensar sobre a construção de gênero, invertendo os papéis nessa discussão”. Esta inversão, uma projeção escalar que promove um deslocamento de sentidos, também se reflete nas performances de feminilidade e masculinidade, de algoz e vítima, que acabam se alternando e até mesmo se fundindo no filme.

Gabriel, à continuação, mobiliza três escalas ao propor que o espectador se coloque na pele do personagem: a escala das possibilidades (hipótese), a escala ficcional (filme) e a escala não ficcional (acontecimentos que seriam possíveis fora da narrativa cinematográfica). Desse modo, perspectiviza a questão que ocupa centralidade nesta investigação: a performatividade de gênero. Centremo-nos na fala de Gabriel, que passa a encarar a câmera e, por conseguinte, a/o espectador (a) de forma mais incisiva: “No filme, é mais ou menos assim que a coisa funciona.. Imagine que você tenha nascido <homem e hetero>, mas, por uma situação forçada, você acorda de um dia para o outro, com o corpo de uma mulher. E hoje em dia isso é possível, parceiro. Não é: ficção, não. ↓”. Mobilizar estas três escalas (hipotética, ficcional e não ficcional) resulta útil para o youtuber efetuar analogias e dimensionar eventos da narrativa. Estes, quando extrapolam a escala ficcional (“hoje em dia isso é possível, parceiro. Não é ficção”), ganham novo matiz, passando a transitarem entre a escala das possibilidades e a não ficcional, percepção esta que é enfatizada pelo alongamento vocálico. Este exercício, além de explicitar o caráter relacional-comparativo que operar com escalas envolve (CARR; LEMPERT, 2016), ao colocar o gênero em perspectiva, ajuda-nos a identificar o modo como este é atravessado por diferentes ideologias: há aquelas que apontam para uma compreensão de gênero como ficção/paródia (performatividade) e as que apontam para uma compreensão que nega este viés ficcional (determinismo biológico). Este exercício escalar também auxilia na sinalização de processos semióticos de iconização (a convergência entre sexo-gênero-desejo aponta para correlações que se naturalizam), apagamento (a cis-heteronormatividade se sobrepõe apagando outras escalas de possibilidades) e recursividade fractal (oposições escalares – ‘mulher’/‘homem’, cis/trans, homo/heterossexual – encarceram/imobilizam o sujeito em um sistema dicotômico).

Este fragmento igualmente evidencia a concepção do youtuber acerca do gênero: se por um lado a metalinguagem empregada (“construção de gênero”) pode ser associada a uma visão performativa de gênero (BUTLER, 1990/2007), por outro, mobiliza sentidos essencializantes. Gabriel, projetando tais sentidos em uma escala hipotética (“imagine que...”) e atrelando-os às circunstâncias da narrativa fílmica (“situação forçada”), faz menção a “[nascer] homem e hetero”, como se ecoasse uma sentença, similar à proferida pelo enunciado “é menina”/“é menino” (BUTLER, 1990/2007). Tais escolhas lexicais apontam para discursos que associam o gênero a uma escala biologicamente determinística (BUTLER, 1990/2007). Logo, mesmo reconhecendo enfaticamente (vide o alongamento de vogais) redesignações de gênero como possíveis não só na ficção (“hoje em dia isso é possível, parceiro. Não é: ficção”), o youtuber parece vincular tais possibilidades apenas ao avanços da ciência/medicina, desconsiderando que a ‘adaptação

corpórea' por meio de cirurgia é apenas uma das dimensões que o processo de redesignação de gênero abarcaria. Tendo tal processo em tela, podemos identificar como certos discursos orientadores de alta escalabilidade (determinismo biológico, matriz cis-heteronormativa, autoridade médico-científica), que se propagam de forma ampla e precisa (TSING, 2015), naturalizando escalas, referendando uma perspectiva essencializante, comparecem na fala de Gabriel.

O youtuber, ato seguido, sugere, dessa vez de forma literal, que há uma essência e que esta não poderia ser modificada: “acontece que:: apesar de você:: agora possuir um corpo de mulher, ser até batizado com um nome de uma mulher, ser obrigado a usar roupa de mulher e todo mundo te enxergar apenas como uma mulher.. você continua sendo homem↑ porque essa é a sua:: essência. Entende?”. O filme, entretanto, parece expor o contrário: Vicente aprende a performar o gênero que lhe foi cirurgicamente imposto. Gabriel, porém, novamente ecoa discursos essencializantes e projeta oposições naturalizadas (feminino x masculino), destacando e ratificando, por meio de entonação ascendente e alongamentos vocálicos, que o destino prescrito pela biologia é inalterável. O youtuber chega a se exaltar ligeiramente nesse trecho, passando a gesticular de forma mais aberta (o braço esquerdo quase sai de quadro). Gabriel, ademais, usa o processo de transgenitalização forçado ao qual Vicente é submetido para insinuar que a cirurgia produziria efeitos apenas em escala superficial, no nível da aparência (“possuir um corpo de mulher”). Haveria uma dimensão mais profunda imune a mudanças (“você continua sendo homem↑ porque essa é a sua:: essência. Entende?”). Fazem-se notar aí dinâmicas de recursividade fractal: a oposição aparência x essência inspira outras oposições binárias (sexo x gênero, mutabilidade x imutabilidade). Butler (1990/2007) as desconstrói ao afirmar que o sexo sempre foi o gênero, como já foi mencionado anteriormente.

Gabriel, à continuação, mobiliza outros discursos ao voltar a defender uma perspectiva essencializante: “O gênero masculino está na sua [de Vicente] constituição psicológica.. apesar de todo o resto sugerir o contrário. Ou:: você [espectador/a] mudaria.. o seu gênero?”. Dessa vez, o youtuber, posicionado mais próximo da câmera, o que projeta uma escala de interpelação somática, ancora-se indexicalmente em discursos de ordem médico-psicológica e flerta, ainda que com certa ironia, acentuada pelo alongamento vocálico, com uma perspectiva voluntarista. Perspectiva esta que a definição de gênero de Butler (1990/2007, p. 98) desmantela ao explicitar que performances de gênero são constrangidas por um “quadro regulatório altamente rígido”.

Na mesma sequência de questionamentos, marcada por pausas e mais alongamentos vocálicos, Gabriel, menos expansivo, gesticula com as mãos mais próximas do corpo, projetando para si aquilo sobre o que versa quando se detém a falar de destino: “Você:: aceitaria.. a sua condição forçada? Você:: se sujeitaria ao destino que lhe impôs um:: corpo de mulher?..”. Curiosamente, o destino, tal como perspectivizado pelo youtuber nesta sentença, não é marcado pelo determinismo biológico mas por uma vingança de base médico-científica. De qualquer modo, os efeitos por estas escalas projetados convergem: o impositivo médico-científico (no caso do filme, uma transgenitalização forçada), assim como o impositivo biológico (associação de caracteres sexuais exteriores ao desempenho de determinadas performances), seria capaz de influenciar o destino das pessoas, de produzir efeitos igualmente indesejáveis.

Em seguida, Gabriel torna a se valer da credibilidade que o discurso médico-psicanalista (FOUCAULT, 1963/1980) teria para referendar seu ponto de vista, perspectivizando o que o cineasta teria proposto com o filme: “↑Essa.. é a forma do Almodóvar tentar te fazer <entender> o que seria a dissociação entre o corpo >que você possui< e <o ego, a identidade, a alma>, a essência imaterial que define quem é você”. Nesse trecho, o youtuber, que adota um gestual mais contido depois de reivindicar atenção ao elevar o tom, tanto se vale tanto da prosódia (fala mais pausadamente em certo momento, ditando um ritmo quase didático) como de itens lexicais característicos do jargão psicanalítico (“ego”) e religioso (“alma”). São muitas as escalas e ordens do discurso que Gabriel mobiliza para sustentar sua percepção, de cunho essencialista, a qual nos ocupamos de desconstruir por acreditar que, dentre os perigos que esta abarca, jaz o apagamento do modo como certos regimes de verdade se impõem, assim como a naturalização de discursos de alta escalabilidade (TSING, 2015). Estes discursos não apenas eliminam matizes dos processos semióticos que os envolvem, como também projetam “conexões aparentemente diretas, automáticas e naturais” (BRIGGS, 2007, p. 323), e dicotomizações, o que Irvine e Gal (2000) chamam, respectivamente, de iconização e recursividade fractal.

Gabriel, à continuação, numa projeção escalar que considera outra fatia do público (até então dirigia-se ao seu interlocutor usando a flexão de gênero no masculino), propõe com uma piscadela de olho: “se você é menina e hetero.. é só inverter os papéis no exemplo que funciona também...”. E, ato seguido, encara a câmera de forma direta e faz um alerta: “perceba que aqui nós estamos falando de gênero e não de opção sexual.. que são coisas be::m diferentes”. Tal esclarecimento o projeta como alguém que teria conhecimento para versar sobre o tema do qual trata. No entanto, apesar de enfatizar, por meio do alongamento vocálico, que gênero e opção sexual são coisas “be::m distintas”, o youtuber não se aprofunda na questão e, em seguida, muda de assunto, passando a focar as referências, sobretudo das artes plásticas, que pontuam o filme, as quais não são o foco deste artigo.

6 ESCALABILIDADE

O cinema projeta/forja mundos possíveis, edificados com base em recortes tergiversados pelo olho de quem enquadra/escala/dimensiona/perspectiviza. Isto buscamos mostrar ao aproximar a noção de escalas com a qual operamos (CARR; LEMPERT, 2016) de certos fundamentos acerca da construção da semiótica cinematográfica. Resultou-nos útil este percurso para empreender o exercício escalar aqui proposto: colocar em perspectiva a perspectiva de outrem sobre um filme, que é, por sua vez, a perspectiva de um cineasta sobre determinados temas, o que envolve diferentes recontextualizações. Este exercício, que mobiliza o encontro de múltiplas perspectivas, permitiu-nos levar a cabo nossa proposta metaescalar e reflexiva, que contempla tanto o objeto de análise como as ferramentas a serem empregadas para analisá-lo. Em termos analíticos, esta proposta se traduziu em reflexões sobre como o gênero é enquadrado/dimensionado/perspectivizado por Almodóvar no filme ‘A pele que habito’, logo por Gabriel em sua vídeo-crítica sobre a obra e finalmente por nós mesmos neste

trabalho. E se o cinema se baseia em recortes, selecionando o que vai ser mostrado tomando como referência um ponto de vista específico, a vídeo-crítica, bem como esta análise, também o fazem.

Tendo em tela os recortes submetidos a escrutínio em nossa análise, aqui projetada como uma leitura dentre outras possíveis, há pontos que merecem destaque. Dentre eles, cabe menção às projeções escalares conflitantes: Gabriel fala em “construção de gênero”, mas utiliza palavras como “destino” e “essência”, que apontam para discursos essencializantes, ao perspectivizar o comportamento de Vicente/Vera. Por mais que afirme que o filme nos faz pensar sobre a construção de gênero, projetando que este seria o propósito de Almodóvar, o youtuber, seja de forma explícita ou nas entrelinhas de seu discurso, conforme sinalizamos na análise, mobiliza sentidos que remetem ao determinismo biológico e a uma perspectiva voluntarista, distando, portanto, do modo como as teorias queer, através de conceitos como ‘performatividade’ (BUTLER, 1990/2007), concebem o gênero como efeito de práticas reiteradas.

Em contrapartida, nós, pesquisadores, interpretamos que os sentidos mobilizados por Vicente/Vera na narrativa fílmica sugeririam que o gênero é sempre performado (BUTLER, 1990/2007): não por casualidade, a/o protagonista logra desempenhar tanto performances de masculinidade quanto de feminilidade. Não só a feminilidade foi estrategicamente performada na narrativa com vistas a obtenção de determinados ganhos¹⁹ (sobrevivência, arquitetura de uma possível fuga), a masculinidade também: esta é manejada para levar a determinados fins (sexo, por exemplo). Isto nos induz a concluir que, em ‘A pele que habito’, as performances de gênero desempenhadas rompem com a ideia de convergência cis-heteronormativa entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 1990/2007), que dá sustentação ao determinismo biológico. Põem em xeque, ademais, uma perspectiva voluntarista: toda e qualquer performance de gênero é balizada por um “marco regulatório altamente rígido” (BUTLER, 1990/2007, p. 98). Performances de gênero são socialmente constrangidas, não dependem unicamente da vontade do sujeito. O constrangimento se dá pela via social, não pela biológica.

O filme, diferentemente de Gabriel, inclina-se mais ao questionamento do que à afirmação da existência de uma suposta essência, de um impositivo biológico-binário generificante. Não é apenas a ambiguidade moral dos personagens, destacada por Gabriel, que o filme explicita. Há performances de gênero e sexualidade que se mostram igualmente ambíguas: caberia considerar, além das performances de Vicente/Vera, as do próprio doutor (envolto em uma escala de desejo transerótico-afetiva) e, dentre outras, as de Norma (envolta por uma aura infantil, sua sexualidade aponta para uma escala temporal diferente da que corresponderia a uma mulher de sua idade). Gabriel, entretanto, não se detém a analisar o quão ambíguas chegam a ser tais performances, apenas comenta que a performance de masculinidade hegemônica de Vicente é posta em dúvida na narrativa fílmica²⁰ por ele não ser visto como ‘machão’. Eis aí outro exemplo, além dos já mencionados na análise, que ilustra o perigo de se naturalizar escalas, de se submeter performances de gênero a um “marco regulatório altamente rígido” (BUTLER, 1990/2007, p. 98).

¹⁹ Entendemos que a feminilidade, a masculinidade e a transgeneridade são sempre estrategicamente performadas.

²⁰ Neste momento da vídeo-crítica, fora do excerto analisado, Gabriel diz que Cristina, atendente da loja da mãe de Vicente, desconfia da masculinidade deste porque “ele não é lá um cara machão”.

Esperamos, por fim, que este artigo possa ter indicado o quão importante resulta romper com projeções que se espraiam de forma precisa e delimitada (TSING, 2015), que acabam por iconizar sujeitos e as performances que desempenham, apagando matizes destes/destas, levando-os a operar em meio a constrangimentos dicotômicos, ou seja, em meio a dinâmicas de recursividade fractal (IRVINE; GAL, 2000). Confiamos ter logrado sinalizar a relevância de dirigir nossa atenção para a produção de diferença em meio à repetição, conseguindo, desse modo, ir além da superficialidade ao ‘perspectivizar perspectivas’ sobre a forma como outras peles podem ser habitadas.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, S. L.; FUKS, M. P. *Histeria*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer. Palavras e Ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1962/1990.
- BADINTER, E. *¿Existe el instinto maternal? Historia del amor maternal. siglos XVII al XX*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1980/1991.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1953-1954/2003.
- BLOMMAERT, J. *Discourse. Key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: CUP, 2005.
- BUTLER, J. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 1990/2007.
- CARR, E. S.; LEMPET, M. *Scale: discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press, 2016.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- DELEUZE, G. *Cinema I: a imagem-movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1969/1975.
- DELEUZE, G. *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990.
- DERRIDA, J. *Margens da filosofia*. Campinas-SP: Papyrus Editora, 1972/1991.
- DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- FOUCAULT, M. *La historia de la sexualidad I. La voluntad de saber*. México D. F.: Siglo XXI, 1976/1998.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal 1972/1984.
- FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1963/1980.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense, 1982/1995.
- GABRIEL, M. *Marketing na era digital*. São Paulo: Novatec, 2010.
- GAL, S. Scale-making: comparison and perspective ideological projects. In: CARR, E. S.; LEMPET, M. *Scale: discourse and dimensions of social life*. Oakland: University of California Press, 2016.
- GAUDREAU, A.; JOST, F. *A narrativa cinematográfica*. Brasília: Editora da UNB, 2005/2009.
- GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Posicionamentos interacionais mobilizados por ‘Tudo sobre minha mãe’ na rede social Filmow. *DELTA*, v. 31, n. 2, p. 473-503, 2015.
- GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Performance narrativa multimodal de Agrado em Tudo sobre minha mãe: desarticulando a autenticidade de gênero. *RBLA*, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p. 679-708, 2016.
- GONZALEZ, C.; MOITA LOPES, L. P. Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almodóvar numa interação online: indexicalidade, escalas e entextualização. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, n(57.2): 1102-1136, maio/ago. 2018.
- GUMPERZ, J. Contextualization and understanding. In: DURANTI, A.; GOODWIN, C. (Eds.). *Rethinking context: language as an interactive phenomenon*. Cambridge: CUP, 1992. p. 229-252.

- IRVINE, J. T.; GAL, S. Language ideology and linguistic differentiation. In: KROSKRITY, P. (Org.). *Regimes of language. Ideologies, politics and identities*. Santa Fe: School of American Research Press, 2000. p. 35-83.
- MOITA LOPES, L. P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006/2016.
- MOITA LOPES, L. P. *O português no século XXI: Cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2013.
- PINTO, J. P. Prefigurações identitárias e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Português no século XXI: ideologias linguísticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, p. 120-143.
- QUEIROZ, P. O corpo trans e o cinema: uma análise das obras de Almodóvar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA. 11., Vila Velha (ES), 2017. *Anais do...* Vila Velha: Praia Editora, 2017.
- RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- ROSE, D. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 343-364.
- SILVERSTEIN, M. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language & Communication*, 23, p. 193-229, 2003.
- TOFFLER, A. *A terceira onda*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- TSING, A. *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in the Capitalist Ruins*. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2015.
- VELOSO, M. T. *O sujeito do desejo na trama do discurso*. Frederico Westphalen: URI FredericoWestph, 2012



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200105-1119>

Recebido em: 22/02/2019 | Aprovado em: 09/09/2019

"TU SABE? TE LEMBRA?": O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES EM INTERROGATÓRIOS POLICIAIS POR MEIO DA (COM)POSIÇÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

"Do you know? Do you remember?": Information Safeguarding in Police Interrogations through the (Com)Position of Questions and Answers | "¿Tú sabes? ¿Te acuerdas?": Protegiendo Información en los Interrogatorios Oficiales a través de la (Com)Posición de Preguntas y Respuestas

Paola Gabriela Konrad*

Ana Cristina Ostermann**

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Escola da Indústria Criativa

São Leopoldo, RS, Brasil

Resumo: Este artigo analisa sequências de perguntas e respostas em um evento institucional por elas permeado: o interrogatório policial. Investiga, pela perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa Multimodal, como acontece o resguardo de informações acerca dos crimes em interrogatórios policiais de três Delegacias de Polícia Civil. A análise dos interrogatórios gravados em áudio e/ou vídeo evidencia que esse resguardo, além de ser realizado nas respostas dos interrogados acusados por crimes é, também, oportunizado pelos próprios policiais em suas perguntas. Os interrogados resguardam os fatos dos crimes ao resistirem ao provimento das informações solicitadas, fornecendo respostas cujas ações consistem em declarações de desconhecimento, deslembração e deslembração, dentre outras. Já os policiais oportunizam esse resguardo ao realizarem perguntas que integram a seleção lexical de verbos como *saber* e *lembrar*, possibilitando – e até mesmo facilitando – que os interrogados respondam deslembração e/ou deslembração a informação solicitada sem resistir ao formato da pergunta.

Palavras-chave: Interrogatório Policial. Pergunta. Resposta. Análise da Conversa Multimodal.

Abstract: This paper analyzes questions and answers – a type of sequence that is constitutive of police interrogations. By means of Multimodal Conversation Analysis, it investigates how the safeguarding of information concerning crimes unfolds in police interrogations. A fine-grained sequential and multimodal analysis of the audio and/or video recorded interrogations reveals that the safeguarding of information is accomplished not only by the interrogated suspects in their responsive actions, but also ensued by the police officers by means of their question design. Interrogated suspects safeguard facts about crimes by resisting in providing the information requested in responsive turns that do not answer but that instead claim lack of knowledge, remembrance or awareness. Police officers, on the other hand, afford and initiate suspects' information safeguarding by designing questions with verbs as *to know* and *to remember*. Such question design vouchsafes suspects to negate knowledge and remembrance of the requested information while aligning with the preference of the question format and presenting no resistance.

Keywords: Police Interrogation. Question. Answer. Multimodal Conversation Analysis.

* Doutoranda em Linguística Aplicada. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, UNISINOS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9150-9627> E-mail: paolagkonrad@gmail.com

** Doutora em Linguística. Docente do Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada, UNISINOS. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9017-6314> E-mail: aco@unisinos.br

Resumen: Este artículo analiza secuencias de preguntas y respuestas en un evento institucional por ellas permeado: el interrogatorio policial. Investiga, por la perspectiva teórico-metodológica del Análisis de la Conversación Multimodal, cómo acontece la protección de informaciones sobre crímenes en interrogatorios policiales de tres Estaciones de Policía Civil. El análisis de los interrogatorios grabados en audio y/o video hace evidente que esa protección, allá más de ser realizada en las respuestas de los interrogados acusados de crímenes, también es una oportunidad que los propios policiales les dan en sus preguntas. Los interrogados protegen los hechos sobre los crímenes cuando resisten de proporcionar las informaciones solicitadas, forneciendo respuestas cuyas acciones consisten en declaraciones de desconocimiento, de no acordaren y no saber, entre otras. Ya los policiales crean oportunidad para esa protección cuando realizan preguntas que integran la selección léxica de verbos tales cuales *saber* y *acordar*, haciendo posible – y hasta mismo haciendo más sencillo – que los interrogados contesten no saber y/o no se acordar de la información solicitada, sin resistir al formato de la pregunta.

Palabras clave: Interrogatorio Policial. Pregunta. Respuesta. Análisis de la Conversación Multimodal..

1 INTRODUÇÃO

O sociólogo Harvey Sacks, ao explicar o funcionamento de perguntas na fala-em-interação, inicia, nos anos de 1960, uma de suas conhecidas aulas catedráticas (que integra a coletânea “Lectures on Conversation”, publicada em 1992) com narrativas, que reproduzimos a seguir, de forma sintetizada (SACKS, 1992). A primeira delas trata-se de uma piada ídiche: um jovem, após entrar em um trem, senta-se ao lado de um homem mais velho. Ao perguntar para seu vizinho de poltrona “você pode me dizer as horas?”, recebe um “não” em resposta. “Como assim ‘não’?”, pergunta o jovem. O homem mais velho explica: “se eu lhe disser a hora, vamos ter que começar a conversar. Você vai me perguntar para onde eu estou indo e eu vou lhe perguntar aonde você está indo. Descobriremos que estamos indo para o mesmo lugar. Eu terei que lhe convidar para jantar. Eu tenho uma filha em idade para casar, e eu não quero que ela se case com alguém que não usa um relógio”.

A outra história teria sido presenciada por Sacks em um aeroporto. Conta ele que um grupo de cerca de 20 pessoas aguarda a chegada de um avião. Uma jovem encontra-se de pé. Um rapaz chega atrás dela e pergunta “que horas chega o avião?”. Ao se virar, ela responde “em 20 minutos”, e retorna à sua posição inicial. Eis que o rapaz faz outra pergunta. A jovem se volta para ele, responde, e vira-se novamente. Isso continua por mais cinco ou seis perguntas. Ela, então, simplesmente vira seu corpo em direção a ele, sem nenhuma expressão em especial, ou mesmo olhando para ele. O rapaz continua fazendo perguntas, e ela, respondendo-as. A jovem ergue a cabeça ao responder e a abaixa novamente. Então, parece que a qualquer momento ele vai parar de perguntar. Em determinado instante, a jovem tira um cigarro e ele o acende.

Sacks argumenta que parece haver uma regra tácita de que a pessoa que pergunta tem o direito de falar novamente depois que a sua pergunta é respondida; e essa regra pode acabar gerando longas sequências interacionais do tipo pergunta–resposta, pergunta–resposta, e assim por diante. É o que se vê acontecer, de certa forma, na história da fila do aeroporto. Cada pergunta respondida abre espaço para uma nova pergunta, e essa nova pergunta, assim que respondida, gera a oportunidade para outra pergunta e, assim, sucessivamente. Entretanto, observe-se que, na piada ídiche, ao responder simplesmente com “não” à pergunta inicial “você pode me dizer as horas?”, o homem mais velho acaba por atravancar a oportunidade de uma conversa se desenvolver.

Esse homem, ao responder com “não”, revela sua competência-em-ação (BITTNER, 2013 [1965])¹ sobre os etnométodos² que os interagentes usam para ocasionar o espaço interacional – um espaço que pode se desenvolver para muito além de apenas uma única troca de informação. Primeiro, porque ao responder com “não”, ele atende ao formato do que lhe fora perguntado (“você pode X?”); isto é, responde a uma pergunta de “sim” e “não”, e não atende à ação propriamente que lhe fora solicitada: a de *informar* a hora. Segundo, porque ele também verbaliza o etnométodo empregado pelo perguntador ao descrever, com todas as letras, aonde aquela “mera” pergunta inicial vai culminar: em uma sequência de várias outras perguntas que poderá ocasionar, inclusive, um relacionamento mais longo.

Observe-se ainda que, ao formular sua pergunta “você pode me dizer as horas”, o rapaz se utiliza de duas orações (“você pode” e “me dizer as horas”), configurando não apenas um pedido de informação sobre as horas, como também um simples pedido acerca da possibilidade do provimento das horas. Se o jovem simplesmente perguntasse “que horas são?” ou “por favor, que horas são?”, seu vizinho de poltrona teria, por certo, um maior trabalho interacional para negar o provimento da informação solicitada, haja vista que o pedido, quando feito nesses outros formatos, não torna relevantes respostas como “sim” ou “não”.

Essas duas narrativas são por demais relevantes ao objeto de interesse deste artigo, sequências de perguntas e respostas, bem como os seus desdobramentos e não desdobramentos, em interrogatórios policiais gravados e transcritos. O interrogatório policial, como se sabe, consiste em um evento interacional tipicamente permeado por sequências de perguntas e respostas, nas quais um dos falantes assume a tarefa de perguntar (neste caso, o investigador) enquanto do outro se espera que assuma a tarefa de responder (neste caso, o interrogado acusado pelo crime sob investigação) (ANDRADE; OSTERMANN, 2007).

Apesar de alguns aspectos do interrogatório policial, sobretudo as informações que devem ser solicitadas aos acusados, serem predeterminados por disposições legais (BRASIL, 2003), a maneira como cada policial interroga resulta da (re)produção de regras circunscritas a um estatuto local para que se cumpra o “mandato” (LYNCH; BOGEN, 1996) de apuração dos crimes sob investigação. Essas regras, que derivam da perspicácia e da experiência situada dos policiais, adquirem sentido no caráter ordenado das interações (SACKS, 1984), isto é, quando as regras são sequencial e reflexivamente empregadas pelos investigadores. E, embora inexistam no Brasil³ documentos (ou manuais) de técnicas e/ou métodos de interrogação policial acerca de crimes (PINTO, 2015), compreendemos que o interrogatório policial não é “[...] diretamente dedutível de

¹ A expressão “competência-em-ação” deriva da etnografia das práticas e competências dos policiais, desenvolvida no trabalho seminal do sociólogo e fenomenologista Egon Bittner (2013 [1965]) (MEEHAN, 2018). Apesar de no estudo de Bittner a expressão restringir-se às práticas policiais, o *corpus* deste estudo possibilita a expansão da noção de “competência-em-ação” para a análise dos recursos acionados pelos interrogados nos turnos de fala responsivos.

² Etnométodos consistem nos métodos de produção de sentido utilizados pelas pessoas enquanto interagem (GARFINKEL, 1967).

³ Conforme relatado pelos próprios policiais participantes da pesquisa que gerou este artigo, há, também, uma lacuna no processo formativo dos investigadores no que concerne à prática de interrogar.

regras escritas” (LIBERMAN, 2013, p. 119), uma vez que é no aqui-e-agora interacional que a prática de interrogar se efetiva.

Em resposta à prática de interrogar encontra-se (e espera-se) a de responder. Nos turnos de fala responsivos às perguntas dos investigadores, os interrogados têm autonomia para prover (ou não) as informações solicitadas. Ao encontro desse livre-arbítrio, está o seu direito à autodefesa, dado que é por meio das respostas que os acusados podem alegar inculpação acerca da imputação que lhes é atribuída.

É justamente o espaço interacional entre uma pergunta e sua resposta (i.e., o par adjacente⁴ pergunta-resposta) que este estudo se propõe a investigar. Tendo em vista que “[...] o interrogatório é uma forma de diálogo que instancia a possibilidade de uma análise lógica, intrínseca à sua própria realização” (LYNCH; BOGEN, 1996, p. 128), examina-se, por meio da perspectiva teórico-metodológica da Análise da Conversa Multimodal de base etnometodológica (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; SACKS, 1992; MONDADA, 2014) (doravante AC), como acontece o resguardo de informações acerca dos crimes sob investigação em interrogatórios policiais de três Delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

2 A COMPOSIÇÃO DE PERGUNTAS E RESPOSTAS

O formato dos turnos de fala (SACKS, 1992; SCHEGLOFF, 1984a; 1993; 2007; DREW, 2013) – também tratado nos estudos da AC como composição desses turnos (SCHEGLOFF, 1984a; 1993; 2007; STIVERS, 2013; CLIFT, 2016) – por meio dos quais as pessoas realizam as ações de perguntar e de responder (dentre inúmeras outras ações) resume-se a como a ação interacional é produzida. Dito de outra forma, o formato ou a composição dos turnos de fala refere-se a como determinada ação social toma forma em uma interação (CLIFT, 2016) e a como essa ação é reconhecida pelos interagentes como sendo X e não Y.

Em relação às perguntas, o *corpus* que integra este estudo e que será apresentado *a posteriori* evidencia que um desses formatos consiste no número de orações com que a ação de pedir informação é apresentada. Por exemplo, em “você lembra qual era o nome dele?”, há duas orações que configuram duas perguntas interligadas (“você lembra” e “qual era o nome dele?”). Observe-se que um pedido de informação com o formato “você lembra qual era o nome dele?” tem implicações distintas de “qual era o nome dele?”, implicações essas, que este artigo se propõe a discutir a partir de uma perspectiva interacional multimodal.

Também as escolhas lexicais dão forma à composição de turnos de fala. Tais escolhas, como veremos neste artigo, acabam por repercutir em consequências distintas para as interações. Nos dados desta pesquisa, a composição de turnos que perguntam e

4 O par adjacente consiste na sequência mínima de uma interação. Ele constitui-se de duas partes (cada qual produzida por um falante diferente), que são sequencialmente ordenadas e relacionadas, no sentido de que a produção de certa 1ª ação gera a relevância sequencial para determinada 2ª ação – e não qualquer outra 2ª ação (e.g., pedido de informação–provimento de informação, convite–aceite/recusa, cumprimento–cumprimento, etc.) (SCHEGLOFF, 2007).

que respondem frequentemente envolve a seleção lexical de verbos como “saber” e “lembrar”. Esses verbos, numa perspectiva linguístico-cognitiva – perspectiva que se distancia do estudo aqui proposto – denominam-se “verbos de cognição” (COSTA; CUNHA, 2016) e correspondem a processos mentais relacionados à memória, à decisão, à compreensão, à crença e ao planejamento, tais como: “[...] decidir, considerar, achar, supor, acreditar, imaginar, lembrar, esquecer, saber, entender, perceber, compreender, pensar [...]” (COSTA; CUNHA, 2016, p. 251).

Por outro lado, na abordagem do “aqui-e-agora” interacional, abordagem na qual este estudo encontra-se alicerçado, esses verbos ancoram-se nas ações comunicativas desempenhadas por membros competentes de uma comunidade linguística (LYNCH; BOGEN, 2005). Dito de outra forma, fenômenos mentais, numa perspectiva sacksoniana⁵, não se constituem intrínsecos a processamentos mentais ou a operações cognitivas, mas parte constituinte “[...] da maquinaria linguística e cultural das ações e interações sociais” (WATSON, 1994, p. 183).

3 DESSABER, DESLEMBRANÇA, (NÃO) CONFORMIDADE E (DES)PREFERÊNCIA

Ao analisar interações entre conselheiros tutelares e crianças, o sociólogo Hutchby (2002) constata que respostas como “eu não sei” e “eu não conheço”, ao desempenhar, na sequencialidade do turno a turno, ações de dessaber e desconhecimento, operam como resistência (ou não cooperação) ao provimento de informações. Similarmente, Lynch e Bogen (1996), ao investigar a tomada de depoimentos de testemunhas do caso “Irã-Contras”⁶, observam que as recorrentes respostas dos interrogados consistem em declarações de deslembração. Essas respostas, segundo os autores, evidenciam a maneira com a qual testemunhas são capazes de resistir ao que é perguntado, de forma a deslocar a força do interrogatório, uma vez que respostas como “não lembro” tendem a neutralizar (no sentido de atenuar) e, até mesmo estagnar, a busca pela verdade dos fatos (LYNCH; BOGEN, 1996).

Respostas como essas constituem-se, em sua sequencialidade interacional, “não conformativas” (RAYMOND, 2003), i.e., não correspondendo ao que é tornado relevante nas perguntas, tanto em termos da ação solicitada como também do formato. Um exemplo prototípico desse tipo de resposta seria o provimento de “não sei” em resposta à pergunta “quem estava na festa ontem?”.

As noções de “conformidade” e de “não conformidade”, por sua vez, estão associadas ao conceito de “organização de preferência” (POMERANTZ, 1984). A

⁵ Refere-se aqui aos fundamentos da “mentalidade analítica” da Análise da Conversa, propostos por Harvey Sacks.

⁶ “Irã-Contras”, que veio à tona em 1986, foi um acontecimento político nos Estados Unidos sobre o envolvimento de funcionários do governo Reagan no tráfico ilegal de armas ao Irã. A venda de armas para os iranianos integrava uma negociação que tinha como propósito a liberação de reféns norte-americanos no Líbano durante conflito no Oriente Médio. A investigação, comandada pelo Congresso dos Estados Unidos, atribuiu a responsabilidade do fato a funcionários do governo, incluindo Reagan (HISTORY PLAY, 2019).

organização de preferência corresponde a um escalonamento (de preferência) que certas ações responsivas apresentam em relação a outras. Por exemplo, diante de uma primeira ação (um convite, por exemplo), abre-se o espaço de relevância interacional para basicamente duas ações responsivas: aceitar ou não aceitar o convite. Contudo, essas duas segundas ações não têm o mesmo *status* diante de um convite. Enquanto o aceite se afilia (e, portanto, consiste em uma ação preferida), o não aceite se desafia (sendo uma ação despreferida). Ações responsivas consideradas “preferidas” são normalmente curtas e produzidas de forma imediata, sem atraso temporal. Em contrapartida, ações responsivas “despreferidas” tendem a ser produzidas com atraso temporal, iniciadas com marcadores discursivos como “bem” e “olha só”, hesitação e justificativas (POMERANTZ, 1984).

Volta-se, agora, para os conceitos de “conformidade” e de “não conformidade”. Tendo em vista que uma resposta é entendida como conformativa quando atende ao que fora solicitado na pergunta, ao passo que, quando não atende, é considerada não conformativa, respostas conformativas e não conformativas mostram-se associadas à organização de preferência (RAYMOND, 2003): as conformativas são geralmente preferidas, enquanto que as não conformativas são comumente consideradas despreferidas.

As respostas investigadas nos dois estudos descritos no início desta subseção (respostas como “não sei”, “não conheço” e “não lembro”) são, além de não conformativas, também despreferidas, uma vez que revelam desafiliação e resistência em relação ao que é perguntado. Tal achado encontra-se, como veremos na primeira seção analítica deste artigo, em alinhamento com o que procede em parte dos interrogatórios analisados neste estudo.

4 ANÁLISE DA CONVERSA

Este artigo ampara-se na abordagem teórico-metodológica da AC Multimodal de base etnometodológica (SACKS; SCHEGLOFF; JEFFERSON, 1974; SACKS, 1992; MONDADA, 2014). Essa perspectiva, por meio da qual analisam-se interações naturalísticas, advém, como o próprio nome sugere, da etnometodologia (GARFINKEL, 1967) – uma vertente da sociologia.

A natureza etnometodológica da abordagem da fala-em-interação se baseia numa descrição altamente granular das práticas e competências que membros de uma sociedade assumem para produzir, de maneira mútua, uma ordem social reconhecível (MEEHAN, 2018). Vale-se, portanto, do olhar dos próprios participantes de uma interação para que se compreenda o que eles estão fazendo (SILVA; ANDRADE; OSTERMANN, 2009). As evidências, assim, encontram-se na própria interação: na organização das práticas conversacionais propriamente ditas, cujos desdobramentos revelam o entendimento dos falantes em relação ao que procede na interação (SCHEGLOFF, 1997).

Os etnométodos acionados pelos interagentes para dar sentido ao que acontece em uma interação perpassam dois conceitos indissociáveis para as análises interacionais: (i) ação, i.e., o que as pessoas fazem por meio de seus turnos de fala e/ou por meio de outros

recursos não-verbais (e.g., ações como pedido de informação, convite, negação, reclamação, avaliação, etc.); e (ii) sequência, que consiste em um curso de ações implementado por cada ação na conversa e por sua contiguidade/adjacência – como uma ação leva à outra (CLIFT, 2016). Dessa maneira, o objeto de investigação da AC não se limita a ações isoladas, mas constitui-se da relação de cada nova ação com o que aconteceu antes e o que é produzido depois (por isso, “sequência”). Analisam-se, assim, as ações implementadas por meio de turnos de fala e por condutas corporificadas em seu contexto sequencial (sua posição em uma sequência de outras ações, precedentes e consequentes). Essa ordenação sequencial é ocasionada *in situ* pelos próprios interagentes (WATSON; GASTALDO, 2015). Tal concepção endógena constitui-se essencial para a análise que será apresentada *a posteriori*.

Também faz-se necessário esclarecer o caráter multimodal das interações face-a-face e, por consequência, das investigações atuais pela perspectiva da AC. Lorenza Mondada (2019, p. 50), ao pautar os estudos dos primeiros pesquisadores que se mostraram interessados pela análise da corporificação nas interações (GOODWIN, 1981a, b; HEATH, 1983, 1986; SCHEGLOFF, 1984b; SACKS; SCHEGLOFF [1975]/2002), explica que “o estudo da análise da conversa etnometodológica caracteriza-se por um número crescente de recursos corporificados a serem considerados”. A natureza multimodal da abordagem da fala-em-interação, assim, dá conta da “diversidade de recursos mobilizados pelos participantes para produzir e entender a interação social como ações socialmente inteligíveis” (MONDADA, 2019, p. 47). Isso significa olhar para a fala (que aqui inclui também a modalidade de fala *sinalizada*) combinada a outros recursos semióticos, tais como gestos, posturas corporais, olhares, e a manipulação corporificada de objetos (MONDADA, 2019); em outras palavras, os “recursos não-verbais”.

Para que seja possível analisar essa “ecologia de sistemas semióticos” (CRUZ *et al.*, 2019) por meio da qual se constroem ações sociais (GOODWIN, 2010), necessita-se levar em conta a minuciosa coordenação de temporalidades complexas que envolvem tais recursos (CRUZ *et al.*, 2019; ANDRIOLI; OSTERMANN, 2019). Dito de outra forma, é fundamental considerar as produções verbais de forma associada à temporalidade das estruturas corporificadas de participação em uma interação (STREECK *et al.*, 2011), uma vez que as ações sociais são também desempenhadas de maneira não verbal e, sobretudo, em associação entre o verbal e o não verbal. À vista disso, o caráter multimodal da abordagem interacional não pressupõe uma segmentação entre o material verbal e o que é corpóreo ou referente ao mundo dos objetos manipulados pelos interagentes. É justamente a coordenação desses etnométodos em interação, entendidos como formando uma unidade ou, nos termos de Gurwitsch (1964) e Garfinkel (2002), uma *gestalt contextual*, e, para Mondada (2014), uma *gestalt multimodal*⁷, que dá conta de uma análise que se propõe a responder ao questionamento que tanto norteou o precursor dos estudos interacionais, Harvey Sacks: “por que isso agora?” (CRUZ *et al.*, 2019).

⁷ Nas palavras de Mondada (2014, p. 139), *gestalt multimodal* consiste em “[...] uma rede de recursos que formam uma ação”.

5 O OBJETO DE ANÁLISE: INTERROGATÓRIO POLICIAL

Os dados analisados neste artigo advêm da gravação em áudio e/ou vídeo⁸ de dez interrogatórios policiais que aconteceram entre abril de 2017 e janeiro de 2018 em três Delegacias de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O conjunto de dados também integra notas de campo realizadas ao longo das observações dos interrogatórios policiais gravados.⁹

A transcrição das interações foi realizada com base nas convenções (listadas no Anexo 1) propostas por Jefferson (1984) e adaptadas pelo Grupo de Pesquisa *Fala-em-Interação em Contextos Institucionais e Não Institucionais*, com base em algumas sugestões do grupo GAT2¹⁰ (SELTING *et al.*, 2011). Para as condutas corporificadas (como gestos, direcionamento de olhar, etc.) registradas em vídeo e que se mostram interacionalmente relevantes para os participantes, usaram-se as convenções propostas por Mondada (2018), e apresentadas, resumidamente, no Anexo 2. Nomes originais dos participantes das interações foram substituídos, nas transcrições, por pseudônimos, para fins de anonimização.

6 “NÃO TÔ LEMBRADO DE TÊ COMPRADO”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES REALIZADO POR INTERROGADOS

Nesta seção, discutem-se sequências interacionais em que os interrogados, em seus turnos responsivos, não desempenham as ações tornadas relevantes nas perguntas feitas pelos policiais. Em vez disso, suas ações em resposta consistem predominantemente em declarações de deslembração ou dessaber em relação aos fatos do crime. Tais declarações, coordenadas com outros etnométodos (como condutas corporificadas e provimento de justificativas) empregados pelos interrogados ao longo das interações, acabam por resguardar informações acerca das infrações sob investigação.

O primeiro fragmento de fala que integra a análise contempla um interrogatório do qual participam os policiais Pablo (POL1) e Manuel (POL2), e o interrogado Júlio (INT), acusado pelo crime de estelionato. Segundo as investigações, o INT teria comprado uma arma de pressão com um cheque falso. O Excerto 1 acontece no início do interrogatório. É necessário esclarecer que as imagens que o POL1 mostra para o INT se referem a capturas de vídeo do suposto acusado realizando a compra da arma. Trata-se de imagens da câmera de segurança do estabelecimento onde o crime acontecera.

⁸ Os dados foram gravados em áudio e/ou vídeo de forma a alargar as opções aos participantes de autorizarem apenas áudio, se assim desejassem – além de, certamente, também optarem por não participarem de todo.

⁹ Faz-se necessário explicitar que todas as interações observadas e gravadas aconteceram após o consentimento oral e escrito dos participantes por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, homologado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos/Unisinos. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética: 66007617.9.0000.5344. Número do parecer consubstanciado: 2.031.426.

¹⁰ GAT é o acrônimo de “Gesprächsanalytisches Transkriptionssystem” (Sistema de Transcrição de Análise da Conversa e do Discurso).

Excerto 1: DP_pablo_manuel_JÚLIO_11_05_2017

01 POL1: é tu >ou ↑não< ((mostra, p/ o INT, imagens
02 contidas no inquérito policial))
03 (5.8) ((INT olha p/ as imagens no documento))
04 POL1: melhor é: já::: v- que é é ↓né
05 (0.8)
06 INT: {{agudo} não} be:m bem pa[recido ↑né]
07 POL1: [é: não::] v::- é ou
08 não ↑é
09 (1.3) ((INT pigarreia))
10 INT: **n:ão tô lembrado de tê comprado**
11 (8.7) ((INT tosse))
12 POL2: tu tem teu:: documento
13 aí:[:: e (↑te)]
14 POL1: [tu qué- tu vai] fazê ↑aí

Fonte: Transcrito pelas autoras.

O POL1, ao mostrar para o INT imagens supostamente suas quando teria realizado o crime de estelionato, pede-lhe uma informação: é tu >ou ↑não<. Porém, como se pode observar, o INT não toma o próximo turno, não se alinhando, assim, ao curso de ação implementado pelo POL1. Esse não alinhamento, contudo, pode ser justificado pelo fato de o INT estar orientado visualmente para as imagens contidas no inquérito policial (linha 03). O POL1, então, toma o turno novamente na linha 04, iniciando-o com um provável conselho ao INT (melhor é: já::: v-). Ao que tudo indica, na continuidade do turno, o POL1 sugeriria ao INT que o melhor a fazer seria admitir-se, já no início do interrogatório, como a pessoa que se vê nas imagens e, portanto, como o autor do estelionato. No entanto, verifica-se que o POL1 interrompe a trajetória de seu turno, de forma a revisá-lo. Ou seja, abandona a ação de “sugerir” para, em vez disso, pedir por confirmação: que é é ↓né. Observa-se, aqui, que esse pedido de confirmação é realizado como quase uma afirmação, tendo em vista seu formato prosódico plano, seguindo da partícula “né” em entonação descendente.

Depois de quase um segundo, observa-se que o INT não confirma e nem desconfirma o que fora solicitado pelo POL1, produzindo uma resposta não conformativa: {{agudo} não} be:m bem pa[recido ↑né]. Na composição do turno responsivo, o “não”, na verdade, não nega. Em vez disso, é usado como um marcador disjuntivo que, de certa forma, afilia-se a algo que está proposto na pergunta do POL1. Ou seja, o INT reconhece que a pessoa apresentada nas imagens se assemelha a ele. Assim, o acusado reconhece que o POL1 teria alguma razão em acreditar que ele (INT) é a pessoa que aparece nas imagens da compra da arma. Ademais, apesar de não confirmar ser ele, o INT também não nega (ou desconfirma). Com essa ação responsiva, o INT resiste embarcar no curso de ação implementado pelo POL1.

Essa prática é capaz de evidenciar a “competência-em-ação” do acusado ao não se responsabilizar pelo fornecimento de uma (des)confirmação: se confirmasse, por exemplo, que a pessoa das imagens é ele, o INT estaria admitindo o crime. Por outro lado, se simplesmente insistisse não ser ele, o INT estaria disputando o “óbvio”, já que as imagens do vídeo revelam um sujeito que, no mínimo, apresenta grande semelhança física com ele. Assim, ao admitir que a pessoa presente nas imagens é “bem parecida” com ele, o INT consegue, de certa forma, driblar as evidências, provendo uma resposta verossímil e pela qual não pode ser imputado por desonestidade. Reconhecer que a pessoa que se vê na imagem é “bem parecida” com ele é, portanto, uma maneira de o INT não confirmar nem desconfirmar a acusação que lhe é atribuída – e, ainda, de se eximir dela.

Dando continuidade à análise sequencial, antes mesmo de o INT concluir seu turno de fala (linha 06), o POL1, possivelmente orientado para o não recebimento de uma confirmação ou de uma desconfirmação, toma o turno em sobreposição, de forma a desafiar o INT, pedindo-lhe uma informação equivalente àquela solicitada inicialmente ([é: não::] v::- é ou não ↑é). Trata-se de uma forma de o POL1 “colocar o INT contra a parede”, uma vez que busca, em nova tentativa, obter uma resposta que, de fato, responda àquilo que fora solicitado. Em outras palavras, o POL1 “resiste à resistência” exercida na resposta do INT. Observa-se que, até o INT tomar o turno, há uma ausência de fala de um segundo e três décimos, durante a qual o INT pigarreia. Esses elementos que precedem a resposta do INT (atraso na resposta e pigarreio) caracterizam despreferência e acabam por postergar o turno responsivo. Ao responder, observa-se que o INT provê uma resposta cuja ação e formato são despreferidos, pois não atendem àqueles tornados relevantes na pergunta: n:ão tô lembrado de tê comprado (linha 10). Como se pode observar, o INT não provê a informação solicitada – um sim ou um não – não atendendo à lógica binária das perguntas polares (LYNCH; BOGEN, 2005).

Ao declarar “não estar lembrado” de ter comprado a arma de pressão, o INT, mais uma vez, mostra sua competência interacional: veja-se que “não estar lembrado” difere significativamente de “ter esquecido”. Quando uma pessoa declara esquecimento (e.g., “eu esqueci de lhe telefonar”), ela pressupõe um conhecimento retrospecto daquilo que fora esquecido. No momento em que o INT alega deslembração, ele deixa de reconhecer a existência de um evento passado (LYNCH; BOGEN, 2005). Assim, as escolhas lexicais de seu turno de fala responsivo operam de maneira a lhe desvincular de um evento passado que envolva a compra de uma arma. Isso porque a declaração de deslembração acaba por consistir em um etnométodo empregado pelo INT para “sair pela tangente” inimputável, uma vez que o uso do verbo “lembrar”, em sua forma negativa, é também uma maneira de não mentir; a “deslembração” não é algo disputável. Além disso, se o INT respondesse que a pessoa das imagens não é ele, essa informação poderia ser passível de discussão, considerando que a polícia dispunha de imagens da ação do crime.

Há de se considerar, contudo, que existem fatos dos quais se espera que as pessoas se lembrem (COULTER, 1979). Comprar uma arma de pressão no valor de R\$ 2.000,00 é, definitivamente, um deles. Comprar uma arma não é uma atividade que se equipara a uma prática cotidiana como a de comprar pão, por exemplo; ainda mais para uma pessoa cuja atividade profissional não tenha nenhuma relação com o uso de armas. Apesar disso, percebe-se, na continuidade do Excerto 1, que o POL1 não expande a sequência interacional, não problematizando essa e/ou outras questões.

O Excerto 2, a seguir discutido, compreende uma interação entre o policial Pablo (POL) e um interrogado acusado de uma tentativa de homicídio, André (INT), e acontece na metade do interrogatório. Para que se compreenda o segmento, cabe mencionar que, de acordo com as investigações, o crime, que acontecera em uma danceteria, fora cometido por duas pessoas, e suspeita-se que o outro infrator seja um primo de André, chamado Alexandre.

Excerto 2: DP_pablo_ANDRÉ_02_05_2017

01 POL: tá e o ale- esse alexandre ali que tu:: citô
 02 ele f- se envolveu em alguma briga >ou ↑não<
 03 (.)
 04 INT: o alexandre?
 05 POL: é
 06 (1.6)
 07 INT: eu fiquei sabendo só aqueles dia ali mas eles
 08 não me falaram nada que ele:: b- [fe- b-] e tal:
 09 POL: [mhm]
 10 INT: brigaram:: .h
 11 (.)
 12 INT: ^eu não tenho como te dizê que eles brigaram
 pol ^digita-->>
 13 **porque eu não s- não sei de na::da cara**
 14 (0.6)
 15 INT: porque ó: (0.5) eu quase nem saí: nem::: quase
 16 saí de perto da minha guri:a cara
 17 (0.8)
 18 POL: mhm

Fonte: Transcrito pelas autoras.

Ao longo das linhas 01-02, o POL pede uma informação ao INT: tá e o ale- esse alexandre ali que tu:: citô ele f- se envolveu em alguma briga >ou ↑não<. Trata-se de uma pergunta relativa ao primo do INT, Alexandre. Como se pode observar, o INT toma o turno depois de uma micropausa, mas não provê a informação solicitada na pergunta do POL. Em vez disso, ele quebra a progressividade da interação (SACKS, 1987) por meio de uma iniciação de reparo¹¹: o alexandre? Especula-se que essa iniciação de reparo não se refira a algum problema de audição ou de entendimento por parte do INT em relação à pergunta do POL – isso porque, nas linhas que antecedem o Excerto 2, os interagentes já estavam falando sobre Alexandre, e nenhum outro primo do acusado fora mencionado. Ao usar de seu turno responsivo com uma iniciação de

¹¹ Reparos acontecem para lidar com problemas ou mal-entendidos da ordem da produção da fala, da audição ou do entendimento.

reparo por meio de uma pergunta (“o Alexandre?”), o interrogado parece resistir à restrição imposta pela pergunta (BOLDEN, 2009) do policial investigador – cuja resposta tornada relevante seria simplesmente um “sim” ou um “não”. Com essa ação, o INT acaba por adiar ou mesmo evadir-se da resposta buscada (BOLDEN, 2009), repercutindo, inclusive, em mais tempo para elaborar uma resposta à pergunta inicial do policial.

Depois de o POL confirmar (“é”), passa-se um pouco mais de um segundo e meio até que o INT tome o turno. Um segundo e meio consiste em uma duração considerada longa entre uma primeira e uma segunda parte de um par adjacente¹², o que acarreta, de fato, mais tempo para o acusado prover uma resposta: eu fiquei sabendo só aqueles dia ali mas eles não me falaram nada que ele:: b- [fe- b-] e tal: brigaram:: .h. Observe-se que o INT não fornece a informação solicitada pelo POL. Em vez disso, produz uma espécie de justificativa por não fornecê-la, marcada por disfluências, tais como alongamento de sons, interrupções abruptas de fala, autorreparos e inspiração audível, elementos que revelam alguma dificuldade ou problema de outra natureza na produção da informação solicitada. Também se sabe que “aqueles dia ali” refere-se a uma data posterior à do crime, já que, conforme relatado pelo próprio INT, ele soubera de sua acusação quando estava em uma festa ocorrida posteriormente à data do crime. Apesar de ter ficado sabendo de sua própria acusação, o INT torna explícito que não fora informado de uma briga na qual seu primo estivera envolvido.

Observa-se também que, depois de uma micropausa, o INT formula “com todas as letras” a impossibilidade de prover a informação (eu não tenho como te dizê que eles brigaram) e provê uma outra justificativa para isso (porque eu não s- não sei de na:::da cara). Mais uma vez, a justificativa é produzida com disfluências típicas de desprerência (interrupção de fala, repetição de palavras e alongamento de som).

Disso resulta que, ao declarar-se desconhecedor daquilo que fora perguntado, o INT acaba provendo uma justificativa inimputável, uma vez que também aqui ele nega saber (eu não s- não sei de na:::da cara). De modo geral, não há meios de comprovar que o INT não sabe de nada. Ainda assim, trata-se de uma maneira de ele evitar se comprometer com o provimento de uma informação capaz de lhe imputar culpa, ou ao seu primo. Nas palavras da linguista interacional Leelo Keevallik (2016), uma declaração de desconhecimento como a realizada aqui pelo INT pode consistir em uma estratégia de reestabelecimento de um “beco sem saída” anteriormente ocasionado na interação. No caso do Excerto 2, o “beco sem saída” é claramente provocado pelo pedido de informação realizado pelo POL nas linhas 01-02, atribuindo ao INT o *status* de epistêmico (HERITAGE, 2012) de conhecedor sobre o que está sendo perguntado.

Na continuidade da interação, após seis décimos de segundo, o INT, possivelmente orientado para o fato de o POL não ter se alinhado verbalmente à sua justificativa (todavia, atento para o fato de o POL estar realizando a ação de digitação), e/ou por reconhecer não ter fornecido uma justificativa credível ao POL, provê detalhes da justificativa: porque ó: (0.5) eu quase nem saí: nem::: quase saí de perto da minha guri:a cara. Esse turno é também produzido com disfluências típicas de despreferência: pausa, repetição de palavras e alongamento de sons. Enfatiza-se que, ao prover essa justificativa, o INT se remete ao dia e ao local do crime, uma vez que, no

¹² A duração média em termos de espaço de transição entre falantes é, de acordo com Schegloff (2000), um intervalo que varia entre 150 e 250 milésimos de segundo.

início da interação, ele já havia informado ao POL que estivera a maior parte do tempo com a sua companheira. Por meio dessa justificativa, além de prover uma possível explicação por não ter “visto nada demais” na festa e, conseqüentemente, favorecer a condição de seu primo (também acusado pelo mesmo crime), o INT acaba por se desengajar de uma provável aproximação em relação ao delito.

Assim, a análise dos Excertos 1 e 2 revela uma das formas com que os interrogados, em suas respostas, não atendem ao que é tornado relevante nas perguntas dos policiais. Em ambos, há um desengajamento explícito por parte dos acusados nas respostas às perguntas que oferecem alternativa binária (“sim” ou “não”). Essa não conformidade em relação às perguntas, que acaba por não atender ao que é solicitado aos acusados (i.e., não provimento da informação solicitada), é ocasionada pela declaração de des saber e de deslembança, dentre outros etnométodos empregados pelos interrogados, que operam em favor do resguardo dos fatos dos crimes sob investigação e, portanto, em favor da construção de sua própria inculpabilidade.

7 “TU SABE MAIS OU MENOS QUE HORAS FOI?”: O RESGUARDO DE INFORMAÇÕES OPORTUNIZADO POR POLICIAIS

Que em um interrogatório um suspeito busque resguardar determinadas informações acerca de um crime pelo qual é acusado na forma como responde não é novidade. Os dados aqui analisados, contudo, mostram outra forma de resguardo, ainda não descrita na literatura. Trata-se do resguardo que é oportunizado pelos próprios policiais no formato das perguntas que fazem para buscar informações.

Os participantes do Excerto 3, analisado a seguir, são o policial Ricardo (POL) e o interrogado Renan (INT), acusado de homicídio doloso. Na transcrição dos gestos dos interagentes, o símbolo de acento circunflexo (^) refere-se às condutas corporificadas do POL, ao passo que o símbolo de asterisco (*), às do INT¹³. Para fins de contextualização, faz-se necessário explicar que, em momentos anteriores ao fragmento apresentado a seguir, o INT informa que, embora estivesse dormindo no momento do crime pelo qual está sendo acusado, teria escutado tiros próximos à sua residência.

Excerto 3: DP_ricardo_RENAN_05_01_2018

01	POL:	^<pois (.) estava dormindo na hora dos fatos>
		>>^digita-->1.02
02		(1.7) ^
	Pol	-->^
03	POL:	tu sabe mais ou menos que horas ^↑foi

¹³ Torna-se essencial explicar que, na transcrição multimodal, a linha destinada à representação das condutas corporificadas dos interagentes é inserida imediatamente após o turno de fala no qual tais condutas estão incorporadas, o que, obviamente, não significa uma segmentação entre conduta verbal e não verbal. Pelo contrário, essa é uma forma de mostrar a temporalidade e coordenação de um tipo de conduta em relação à outra. Ou seja, é justamente esse sistema de transcrição multimodal (MONDADA, 2018) que, até o presente momento, apresenta-se como o mais adequado para a representação da temporalidade exata em que os elementos não verbais acontecem em coordenação com a fala dos participantes.


```

                                ^olha p/ INT-->1.08
04 INT:      *                m m                *
                *balança a cabeça negativamente*
    Ima      #ima.1 #ima.2
05          (.)
06 INT:      isso aí eu não *[sei ]
                                *balança a cabeça negativamente-->1.08
07 POL:      [não?]
08          ^(.)^*(1.0)
    Pol      ^digita-->1.12
    Pol      -->^
    Int      -->*
10 POL:      °<não sabe (.) dizer que horário foi praticado o
11          crime°>
12          (.)^(0.6)
            -->^
    
```

Fonte: Transcrito pelas autoras.



#Ima.1



#Ima.2

Figura 1 – Captura de vídeo das Imagens do Excerto 3

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos registros de vídeo.

Na linha 01, o POL lê em voz alta o que está digitando (informações fornecidas anteriormente pelo INT). Ao finalizar esse registro, o POL pede uma nova informação ao acusado: *tu sabe mais ou menos que horas ↑foi* (linha 03). Chama-se a atenção para a composição dessa pergunta. Ora, essa informação poderia ter sido solicitada de forma mais direta, como por exemplo, “a que horas foi X?” ou mesmo “a que horas mais ou menos foi X?”. Contudo, o pedido da informação é feito em formato diferenciado, com o uso de duas orações, sendo a primeira delas “tu sabe”. Ao utilizar-se do “saber”, que gera um enunciado com duas orações, “(1) tu sabe (2) que horas foi”, o POL oportuniza que o INT opte por responder apenas à primeira das duas partes, declarando, dessa forma, “não saber” a informação requerida, sem que essa ação seja tomada como algum tipo de resistência em colaborar com o POL.

Ou seja, o resguardo das informações, em vez de acontecer de forma unilateral, como se viu nos Excertos 1 e 2, aqui, acontece de forma colaborativa entre o POL e o INT. Isso porque, quando o investigador “oferece” ao INT a possibilidade de saber ou não, ele justamente oportuniza que o INT se alinhe imediatamente à primeira oração, declarando falta de acesso epistêmico no que concerne à informação solicitada: m m / isso aí eu não [sei]. Observa-se, ainda, que a negação do acesso epistêmico sobre a informação relacionada ao horário do crime por parte do INT acontece de forma coordenada entre a conduta verbal (“m m”) e a corporificada (o acusado balança a cabeça negativamente, como se pode visualizar na Figura 1). Por meio dessa ação multimodal, o INT nega acesso epistêmico sobre a hora do crime.

O resguardo das informações acerca do crime oportunizado pelo POL (ao perguntar se o INT “sabe”, transformando uma pergunta em duas orações, em vez de perguntar-lhe diretamente a hora), resulta em uma resposta que acaba por não oferecer resistência alguma ao que fora solicitado. Pelo contrário, ao responder de maneira negativa, o INT atende justamente de forma conformativa (e sem resistência) ao que é mobilizado pelo POL. Dito de outra forma, o resguardo é, não apenas oportunizado, mas também iniciado pelo próprio POL.

Observa-se, também, que o formato da pergunta realizada pelo POL gera consequências para o desenrolar da sequencialidade interacional com um todo. É de comum entendimento que o interagente que pergunta possui controle sobre a conversa. Entretanto, como explica Sacks (1992), essa regra, apesar de prevalecer interacionalmente, não se aplica a todos os casos. É o que acontece no Excerto 3. Ao perguntar “tu sabe mais ou menos que horas foi?”, o policial investigador permite, na estrutura de sua pergunta, a possibilidade de o interrogado abandonar o curso de ação por ela iniciado, de maneira a evadir-se desse tópico (horário do crime) o mais rápido possível. O policial, ao “facilitar”, já na pergunta, o provimento da ação solicitada, acaba por também oportunizar que a sequência termine ali, evitando, assim, outras possíveis expansões da sequência que poderiam gerar informações importantes acerca do crime. Não há, por exemplo, mais o que se perguntar sobre o “horário do crime”, assim, o POL perde, de certa forma, o direito ou, minimamente, a oportunidade sequencial, de realizar qualquer outra pergunta referente a esse mesmo tópico. Explicado de outra forma, não há dúvidas que uma resposta é construída tendo em vista o projeto de sua pergunta (SACKS, 1992). E, como já mencionado, um turno de fala responsivo equivalente a “não sei” para perguntas do tipo “Tu sabe X...?” ou “Tu sabe se X...?” e perguntas iniciadas por “Que X...?” ou “Foi X...?” gera diferentes desdobramentos interacionais.

Exemplificamos a partir da comparação dos recortes a seguir.

Excerto 4: Recorte do Excerto 3

03	POL:	tu sabe mais ou menos que horas ^↑foi	^olha p/ INT-->1.08
04	INT:	* m m *	
		balança a cabeça negativamente	
05		(.)	

```
06 INT:      isso aí eu não *[sei ]
                                     *balança a cabeça negativamente-->1.08
```

Fonte: Transcrito pelas autoras.

Excerto 5: Recorte do Excerto 1

```
07 POL1:      [é: não:: ] v::- é ou
08           não ↑é
09           (1.3) ((INT pigarreia))
10 INT:      n:ão tô lembrado de tê comprado
```

Fonte: Transcrito pelas autoras.

Observa-se que, no Excerto 4, a declaração de des saber, *isso aí eu não sei* (linha 06), é conformativa ao formato e à ação tornados relevantes na pergunta do POL (linha 03): *tu sabe* mais ou menos que horas foi? (grifo nosso). Contudo, no Excerto 5, a declaração de deslembração do INT, *n:ão tô lembrado* de tê comprado (grifo nosso), mostra-se não conformativa, resistindo à ação e ao formato tornados relevantes na pergunta, que pedia por um “sim” ou um “não” (*é ou não ↑é*).

O que se vê acontecer no Excerto 3 é que o resguardo das informações acerca do crime, quando oportunizado pelo POL na interação, revela-se, em certa medida, favorável ao INT, já que ele não mais precisa resistir à ação e ao formato tornados relevantes na pergunta do POL. Pelo contrário. Basta que se alinhe à ação de resguardar os fatos, iniciada e oportunizada por POL.

É importante salientar aqui que o que se percebe no Excerto 3 não é ocasional. É uma prática recorrente nos dados, que será também vista no Excerto 6, discutido a seguir, e do qual participam o policial Pablo (POL) e um interrogado acusado de agressão física, Wilson (INT). O INT responde também por posse e tráfico de drogas; entretanto, no excerto a seguir, que corresponde ao meio do interrogatório, ele está sendo interrogado pelo crime de agressão física. Na transcrição, o símbolo de acento circunflexo (^) remete às condutas corporificadas do POL, enquanto que o símbolo de asterisco (*) alude às do INT.

Excerto 6: DP_pablo_VILSON_01_06_2017

```
01 INT:      e daí foi onde que eu consegui pegá os guri e:
02           (0.8) levei pra casa e bati
03 POL:      tá
04           (.)
05 POL:      °então ^vamo vê°
                                     ^
                                     ^aproxima-se do computador c/ a cadeira^
06           (0.9)
```

07	POL:	que dia foi ↑iss ^o (.) te ↑lembra=		
			^olha p/ INT-->>	
08	INT:		=*não me lembro.	
			*balança a cabeça	
			negativamente-->1.09	
	Ima		#ima.1	#ima.2
09		(0.6) *		
		-->*		
10	POL:	faz quanto tempo mais ou me[nos]		
11	INT:		*[faz] tempinho já	
			*assente c/ a cabeça	
			positivamente -->>	

Fonte: Transcrito pelas autoras.



#Ima.1



#Ima.2

Figura 2 – Captura de vídeo das Imagens do Excerto 6

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos registros de vídeo.

Nas linhas 01-02, o INT está terminando um relato concernente aos fatos que culminaram no crime de agressão física. Até esse momento, o POL ainda não havia digitado nenhuma informação sobre esse crime no Termo de Interrogatório. Assim que assinala o recebimento das informações fornecidas pelo INT (tá), o POL, ao produzir °então vamo vê° e aproximar sua cadeira do computador, anuncia a necessidade de registrar essas e outras informações sobre o fato em questão. Como se pode observar, o POL, então, começa a inquirir o INT.

Na linha 07, o POL pede ao INT a informação sobre o dia do crime em questão: que dia foi ↑isso (.) te ↑lembra. Observa-se que, para pedir essa informação, o POL desenha seu turno com duas perguntas, sendo que a primeira delas (que dia foi ↑isso) já seria suficiente para mobilizar uma resposta por parte do INT.

De forma muito semelhante ao que vimos acontecer na interação no trem apresentada no início deste artigo, ao perguntar te ↑lembra, o POL acaba por oportunizar o não provimento da informação e, assim, por possibilitar que o INT declare

deslembração em relação ao que está sendo perguntado. É o que de fato acontece: o INT, sem demora, responde e se alinha, seguindo também o princípio de contiguidade interacional (SACKS, 1987), com a segunda das duas orações, ao declarar *não me lembro*, enquanto balança a cabeça negativamente (Figura 2). Assim como no excerto anterior, a conduta não verbal representa a concretude da ação de declaração de falta de acesso epistêmico do INT concernente à data do crime.

Assim como se viu no Excerto 3, também aqui, ao produzir a segunda pergunta no formato polar com o verbo “lembrar” (*te lembra*), o POL vai de encontro a uma das finalidades principais do próprio interrogatório – a apuração de informações sobre o crime –, ao oportunizar que o INT resguarde os fatos. Tivesse o POL produzido apenas a primeira pergunta para realizar o pedido de informação, a resposta de “não se lembrar” poderia ser provida pelo próprio INT. Ou seja, responder com “não me lembro” a uma pergunta que pede “que dia foi isso” gera consequências distintas para a interação, uma vez que a declaração de deslembração opera como resistência. Já uma resposta de “não me lembro” a uma solicitação que oportuniza a deslembração (“te lembra?”) é justamente conformativa e alinhada à pergunta.

Como se pode observar na continuidade da interação, na linha 10, o POL pede outra informação (*faz quanto tempo mais ou me[nos]*) por meio de uma pergunta aberta (que integra um pronome interrogativo: “quanto”) cuja composição não envolve a seleção de formatos que oportunizem resguardo de fatos do crime. Apesar de ser com inexatidão, INT provê uma informação (*[faz] tempinho já*) em vez de declarar deslembração ou dessaber. A eficácia dessa pequena sequência específica de pergunta-resposta (linhas 10-11), diferentemente da anterior (linhas 07-08), opera de forma a corroborar os propósitos práticos de inquirição do interrogatório policial. Observa-se, aqui, que a estrutura da pergunta do policial (*faz quanto tempo mais ou me[nos]*) não tende a estagnar a busca pela verdade dos fatos. Veja-se que se a problematização do tópico “data do crime” fosse circunscrita ao par adjacente pergunta-resposta das linhas 07-08 (*que dia foi isso (.) te lembra / não me lembro*), a sequência possivelmente seria abandonada.

A análise dos Excertos 3 e 6, portanto, evidencia que, diante de todas as possibilidades de perguntas que um policial pode realizar para buscar os fatos do crime, o formato “tu (você) sabe/lembra X” em pedidos de informações aos INT possibilita que os acusados resguardem informações de relevância para a investigação. Em outras palavras, ao pedirem informações por meio de perguntas com a seleção lexical de verbos como “saber” e “lembrar”, os policiais viabilizam o fornecimento de respostas que provejam declarações de dessaber ou de deslembração sem qualquer resistência por parte dos interrogados. Pelo contrário, são respostas conformativas, alinhadas e afiliativas e que, de certo modo, não são condutivas à progressividade do assunto.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução deste artigo, viu-se, a partir de duas narrativas trazidas por Sacks (1992), que sequências de perguntas e respostas culminam em consequências capazes de estagnar ou não o curso de ações iniciado por meio de perguntas. Os desdobramentos do resguardo de informações acerca dos crimes analisados ao longo deste artigo corroboram as implicações interacionais exploradas na seção introdutória deste estudo. Quando o resguardo dos fatos é realizado pelos interrogados, observa-se sua agentividade ao resistir ao provimento das informações e/ou confirmações solicitadas nas perguntas dos policiais. Sua resistência acontece por meio de respostas não conformativas, e cujas ações consistem em declaração de dessaber, deslembração ou desconhecimento, bem como em provimento de justificativas e/ou de outras informações. Tais respostas, capazes de interromper o curso de ações implementado pelas perguntas e, portanto, estagnar a sequência interacional, acabam por gerar desobrigação dos interrogados de acesso epistêmico sobre determinadas informações acerca dos crimes, eximindo-lhes, por vezes, da própria imputação a eles atribuída.

No resguardo de informações acerca dos crimes “oferecido” pelos próprios policiais, observa-se que as perguntas são realizadas em formatos de duas orações, sendo que uma delas envolve “saber” ou “lembrar”. Ao perguntarem se os interrogados “sabem” ou “lembram” de alguma informação referente ao fato ocorrido, os investigadores acabam por oportunizar que os interrogados declarem dessaber e/ou deslembração em relação ao crime sob acusação. O formato de duas orações nas perguntas dos investigadores propicia a descontinuação (não problemática) da sequência interacional que envolve o tópico perguntado.

Como se pôde observar nos dados, as perguntas descritas no parágrafo acima geram respostas conformativas, alinhadas e afiliativas, ajustando-se sem a necessidade de qualquer resistência ao que é tornado relevante nas perguntas dos policiais: não lembrar e não saber. Ou seja, as informações relativas aos crimes investigados são, portanto, resguardadas sem que os interrogados ofereçam resistência em suas respostas.

Tendo em vista essas duas práticas de resguardo de informações acerca dos crimes – uma delas, em formato de resistência, em segunda posição, e realizada unilateralmente pelos interrogados; a outra, em formato conformativo e afiliativo, também realizada em segunda posição, mas iniciada e oportunizada pelo policial já em primeira posição (no turno em que pergunta), fazem-se as seguintes considerações: entende-se que a primeira das duas práticas é certamente inevitável, uma vez que os acusados têm livre arbítrio no provimento de suas respostas. Contudo, a segunda delas – o resguardo oportunizado nas perguntas dos policiais –, ainda que também de livre arbítrio, pode, em princípio, ser evitada ou, minimamente, controlada em sua frequência, visto que os investigadores, no Brasil, têm autonomia na escolha dos elementos composicionais de suas perguntas, desde que, ao interrogarem, não deixem, obviamente, de respeitar a Lei.

Os achados provenientes da análise do *corpus* que integra este estudo ratificam o que é explicitado na introdução deste artigo: que é no aqui-e-agora interacional que a prática de interrogar se efetiva. Ora, se a maneira como cada policial interroga e emprega

reflexivamente as regras pertencentes ao estatuto local da Delegacia de Polícia resulta das interações, entende-se que é a partir das interações que se encontram respostas sobre “como interrogar”. Se, por exemplo, os investigadores tivessem acesso às consequências interacionais geradas pelas perguntas que oportunizam o resguardo dos fatos dos crimes, poderiam refletir sobre as suas próprias práticas de interrogar; práticas essas, capazes de propiciar outras trajetórias interacionais e, quem sabe, até mesmo outros desfechos às investigações policiais.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo auxílio à pesquisa com Bolsa de Produtividade em Pesquisa concedida à segunda autora (Processo nº: 309351/2016-2).

Agradecemos aos/às pareceristas as leituras atentas e sugestões qualificadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. O interrogatório policial no Brasil: a fala institucional permeada por marcas de conversa espontânea. *Calidoscópico*, São Leopoldo, v. 5, n. 2, p. 92-104, 2007.
- ANDRIOLI, F.; OSTERMANN, A. C. Entendendo o entendimento em aulas de língua inglesa: uma perspectiva interacional multimodal. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 41, p. 1-14, 2019.
- BITTNER, E. Grant Proposal: The Harold Garfinkel Archives, Newberryport, MA. BITTNER, E. Larimer Tours, *Ethnographic Studies* n. 13/2013, p. 123-174, [1965] 2013.
- BOLDEN, G. B. Beyond answering: Repeat-prefaced responses in conversation, *Communication Monographs*, v. 76, n. 2, p. 121-143, 2019.
- BRASIL. *Lei nº 10.792, de 1 de janeiro de 2003*. Altera A Lei no 7.210, de 11 de Junho de 1984 - Lei de Execução Penal e O Decreto-lei no 3.689, de 3 de Outubro de 1941 - Código de Processo Penal e Dá Outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm>. Acesso em: 3 jan. 2019.
- CLIFT, R. *Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- COSTA, S. P. T. S.; CUNHA, M. A. F. A construção com verbos de cognição no português brasileiro: um estudo preliminar. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 250-272, 2016.
- COULTER, J. Transparency of Mind: the Availability of Subjective Phenomena In: COULTER, J. *The Social Construction of Mind: Studies in ethnomethodology and linguistic philosophy*. London: Macmillan, 1979. p. 35-62.
- CRUZ, F. M.; OSTERMANN, A. C.; ANDRADE, D. P. N.; FREZZA, M. O trabalho técnico-metodológico e analítico com dados interacionais audiovisuais: a disponibilidade de recursos multimodais nas interações. *D.E.L.T.A.*, v. 35, n. 4, p. 1-36, 2019.
- DREW, P. Turn Design. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Eds.) *The Handbook of Conversation Analysis*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 131-149.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall Inc, 1967.
- GARFINKEL, H. An Ethnomethodological Study of the Work of Galileo's Inclined Plane Demonstration of the Real Motion of Free Falling Bodies. In: GARFINKEL, H.; RAWLS, A. W. (Ed.). *Ethnomethodology's Program*. Working Out Durkheim's Aphorism, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2002. p. 263-285.
- GARFINKEL, H.; SACKS, H. On Formal Structures of Practical Actions. In: MCKINNEY, J. C.; TIRYAKIAN, E. A (Eds.), *Theoretical Sociology: Perspectives and Developments*, New York: Appleton-Century-Crofts, 1970. p. 338-366.

- GOODWIN, C. *Conversational Organization: Interaction Between Speakers and Hearers*. New York: Academic Press, 1981a.
- GOODWIN, C. *Conversational Organization*. New York: Academic Press, 1981b.
- GOODWIN, C. Action and embodiment within situated human interaction. *Journal of Pragmatics*, v. 32, n. 10, p. 1489-1522, 2010.
- GURWITSCH, A. *The Field of Consciousness*. Pittsburgh: Duquesne University Press, 1964.
- HEATH, C. "Interactional participation": the coordination of gesture, speech and gaze. In: D'URSO, V., LEONARDI, P. (Eds.), *Discourse Analysis and Natural Rhetoric*. Padua, Italy: Cleup Editore, 1983. p. 85-97.
- HEATH, C. *Body Movement and Speech in Medical Interaction*. Cambridge, CUP, 1986.
- HERITAGE, J. The epistemic engine: sequence organization and territories of knowledge. *Research on Language and Social Interaction*, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 30-52, 2012.
- HISTORY PLAY. *Acontece o escândalo chamado Irã-Contras*. 2019. Disponível em: <<https://br.historyplay.tv/hoje-na-historia/acontece-o-escandalo-chamado-ira-contras>>. Acesso em: 21 set. 2019.
- HUTCHBY, I. Resisting the incitement to talk in child counselling: aspects of the utterance 'I don't know'. *Discourse Studies*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 147-168, 2002.
- JEFFERSON, G. Transcript notation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. *Structures of Social Action: studies in conversation analysis*. New York: Cambridge University Press, 1984. p. ix-xvi.
- KEEVALLIK, L. Abandoning dead ends: The Estonian junction marker maitea 'I don't know', *Journal of Pragmatics*, v. 106, p. 115-128, 2016.
- LIBERMAN, K. The Reflexivity of Rules in Games. In: LIBERMAN, K. *More Studies in Ethnomethodology*. State University of New York Press, 2013. p. 83-134.
- LYNCH, M.; BOGEN, D. The Truth-Finding Engine. In: LYNCH, M.; BOGEN, D. *The Spectacle of History: Speech, Text, and Memory at the Iran-Contra Hearings*. Durham, NC: Duke University Press, 1996. p. 122-153.
- LYNCH, M.; BOGEN, D. 'My memory has been shredded': A non-cognitivist investigation of 'mental phenomena', In TE MOLDER, H.; POTTER, J (Eds.) *Conversation and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 226-240.
- MEEHAN, A. J. Egon Bittner and the Language Practices of the Police. *Ethnographic Studies* 15, p. 159-188, 2018.
- MONDADA, L. The local constitution of multimodal resources for social interaction. *Journal of Pragmatics*, n. 65, p. 137-156, 2014.
- MONDADA, L. Conventions for multimodal transcription. *MAINLY: Multimodal (Inter)actions* Lyon, Lyon, 2018. Disponível em: <https://franoesistik.philhist.unibas.ch/fileadmin/user_upload/franoesistik/home/Personen/Mondada/Unterrordner/Mondada_conv_multimodality.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- MONDADA, L. Contemporary issues in conversation analysis: Embodiment and materiality, multimodality and multisensoriality in social interaction. *Journal of Pragmatics* n. 145, p. 47-62, 2019.
- PINTO, P. J. G. *Práticas de apurar crimes em interrogatórios policiais: uma abordagem da Análise da Conversa Etnometodológica*. 2015. 325 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.
- POMERANTZ, A. Agreeing and disagreeing with assessment: Some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. *Structure of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 57-101, 1984.
- RAYMOND, G. Grammar and social organization: Yes/no interrogatives and the structure of responding. *American Sociological Review*, [S.l.], v. 68, n. 6, p. 939-967, 2003. Doi: 10.2307/1519752
- SACKS, H. On doing "being ordinary". In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.) *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, U.K., Cambridge University Press, 1984. p. 413-429.
- SACKS, H. On the Preferences for Agreement and Contiguity in Sequences in Conversation. In: BUTTON, G.; LEE, J. R. E., *Talk and Social Organisation* (Eds.). Clevedon: Multilingual Matters, 1987. p. 54-69.
- KONRAD, Paola Gabriela; OSTERMANN, Ana Cristina. "Tu sabe? Te lembra?": o resguardo de informações em interrogatórios policiais por meio da (com)posição de perguntas e respostas. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 73-95, jan./abr. 2020.

- SACKS, H. *Lectures on Conversation*. Oxford, Basil Blackwell, vol. 1 e 2, 1992.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A. Home position. *Gesture* v. 2, n. 2, p. 133-146, 1975 [2002].
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E. A.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language*, [S.l.], v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.
- SCHEGLOFF, E. A. On some questions and ambiguities in conversation. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.). *Structures of Social Action: Studies in conversation analysis*, 1984a. p. 28-52.
- SCHEGLOFF, E. A. On some gestures' relation to talk. In: ATKINSON, J. M.; HERITAGE, J. (Eds.), *Structures of Social Action: Cambridge: Cambridge University Press*, 1984b. p. 266-296.
- SCHEGLOFF, E. A. Reflections on Quantification in the Study of Conversation. *Research on Language and Social Interaction*, v. 26, n. 1, p. 99-128, 1993.
- SCHEGLOFF, E. A. Whose Text? Whose Context? *Discourse & Society*, v. 8, n. 2, p. 165-187, 1997.
- SCHEGLOFF, E. A. Overlapping talk and the organization of turn-taking for conversation. *Language in Society*, n. 29, p. 1-63, 2000.
- SCHEGLOFF, E. A. *Sequence Organization in Interaction: A Primer in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- SELTING, M.; AUER, P.; BARTH-WEINGARTEN, D.; BERGMANN, J.; BERGMANN, P.; BIRKNER, K.; COUPER-KUHLEN, E.; MEYER, C.; OBERZAUCHER, F.; UHMANN, S. A system for transcribing talk-in-interaction: GAT2 translated and adapted for English by Elizabeth Couper-Kuhlen and Dagmar Barth-Weingarten. *Gesprächsforschung – Online-Zeitschrift zur verbalen Interaktion*, [S.l.], v. 12, p. 1-51, 2011.
- SILVA, C. R.; ANDRADE, D. N. P.; OSTERMANN, A. C. Análise da Conversa: Uma breve introdução. *ReVEL*, [S.l.], v. 11, n. 13, p. 1-21, 2009.
- STIVERS, T. Sequence Organization. In: SIDNELL, J.; STIVERS, T. (Eds.). *The Handbook of Conversation Analysis*. Chichester, UK: Wiley-Blackwell, 2013. p. 191-209.
- STREECK, J.; GOODWIN, C.; LeBARON, C. *Embodied Interaction: language and body in the material world*. New York: Cambridge University Press, 2011.
- WATSON, R. Harvey Sacks's Sociology of Mind in Action. *Theory, Culture & Society*, v. 11, n. 4, p. 169-186, 1994.
- WATSON, R.; GASTALDO, É. Análise da Conversa: etnométodos para conversar. In: WATSON, R.; GASTALDO, É. *Emometodologia & Análise da Conversa*, Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes / PUC-Rio, 2015. p. 87-152.

ANEXO 1 – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO¹⁴

(1.8)	Pausa
(.)	Micropausa
=	Fala colada
[Texto]	Falas sobrepostas
,	Entonação contínua
↑texto	Entonação ascendente da sílaba
↓texto	Entonação descendente da sílaba
.	Entonação descendente da Unidade de Construção de Turno
?	Entonação ascendente da Unidade de Construção de Turno
-	Marca de interrupção abrupta da fala
:::	Alongamento de som
>Texto<	Fala acelerada
>>Texto<<	Fala muito acelerada

¹⁴ Modelo de transcrição traduzido e adaptado pelo grupo de pesquisa *Fala-em-Interação em Contextos Institucionais e Não Institucionais* a partir da proposta de Jefferson (1984), incorporando sugestões de GAT2 (SELTING *et al.*, 2011).

<Texto>	Fala mais lenta
<<Texto>>	Fala muito mais lenta
TEXTO	Fala com volume mais alto
°texto°	Volume baixo
°°texto°°	Volume muito baixo
Texto	Sílaba, palavra ou som acentuado
(Texto)	Dúvidas da transcritora
Xxxx	Fala inaudível
((Texto))	Comentários da transcritora
Hhhh	Riso aspirado
Hahahehehihi	Risada com som de vogal
{{rindo} texto}	Turnos ou palavras pronunciadas rindo
.hhh	Inspiração audível

ANEXO 2 – CONVENÇÕES DE TRANSCRIÇÃO MULTIMODAL¹⁵

Trajetória dos Gestos	
+----+	Delimitação de início e fim do gesto.
+ , *	A fala transcrita comporta os símbolos gráficos indicadores de gestos (+, *, por exemplo) posicionados no momento em que são realizados com relação à fala.
(1.0) +* (0.2)	Se um gesto começa no meio de uma pausa, segmenta-se a pausa. (ex.: 1.2 segundos= 1.0 + 0.2).
---->121	Continuação do gesto até a linha 21 (exemplo) do excerto.
---->+	Se um gesto continua nas linhas seguintes, sua descrição é seguida de uma flecha que remete ao símbolo que delimita sua finalização.
---->>	Continuação do gesto até o fim do excerto.
Inserção de Imagens	
Ima	Imagens reproduzidas no texto da transcrição extraídas por captura de tela do vídeo.
#	Indicador do momento exato que corresponde à imagem (ima) sincronizada ao turno de fala.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹⁵ Modelo de transcrição a partir da proposta de Mondada (2018), traduzidas por Cruz *et al.* (2019).

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200106-2119>

Recebido em: 13/03/2019 | Aprovado em: 21/08/2019

TRAÇANDO O PERFIL DE BONS LEITORES E DE LEITORES COM DIFICULDADES DE COMPREENSÃO

Delineating the Profile of Good and Poor Readers | Trazando el Perfil de Buenos Lectores y Lectores con Dificultades de Comprensión

Lucilene Bender de Sousa*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Farroupilha, RS, Brasil

Lilian Cristine Hübner**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Escola de Humanidades
Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo: Este artigo traça e compara o perfil de leitores com dificuldades de compreensão leitora (LDC) e bons leitores (BL). Avaliando a leitura de palavras isoladas e a compreensão de texto escrito, foram identificados 49 BL e 37 LDC dentre 336 estudantes de 8ª série de escolas públicas na região sul do Brasil, excluindo da análise o grupo de desempenho intermediário. A investigação do perfil dos grupos utilizou um questionário escrito a que os participantes responderam. Os resultados mostram diferença na experiência dos grupos com a leitura e correlação positiva entre o desempenho em compreensão leitora e o número de livros lidos pelos estudantes ao longo de um ano. O estudo constata que a pesquisa sobre os hábitos de leitura dos grupos pode auxiliar na compreensão das diferenças no perfil de BL e LDC, necessitando ser expandida futuramente para orientar tanto estudos teóricos quanto práticos de intervenção clínica e pedagógica.

Palavras-chave: Compreensão leitora. Hábitos de leitura. Estratégias de leitura. Perfil leitor.

Abstract: This article aims at profiling and comparing good (GR) and poor readers' comprehension (PRC). Through a word reading task and a reading comprehension task, 49 good readers and 37 poor readers were identified among 336 students in the 8th grade of public schools in the southern Brazil, not including the intermediate group in the analysis. The investigation of the profile used a self-completion written questionnaire. The results showed difference in the groups' reading experience and a positive correlation between reading comprehension performance and number of books read by the students in a year. The study verifies that the research on reading habits might help to comprehend the differences in good and poor readers' profiles. Future research may improve the instrument and expand it to direct not only theoretical studies but also practical studies of clinical and pedagogical intervention.

Keywords: Reading comprehension. Reading habits. Reading strategies. Reader's profile.

* Docente da área de Letras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Farroupilha. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3833-5987>. E-mail: lucilene.sousa@farroupilha.ifrs.edu.br.

** Docente do Curso de Letras e do PPG Letras (Linguística) da PUCRS, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7876-2211>. E-mail: lilian.c.hubner@gmail.com.

Resumen: Este artículo traza y compara el perfil de lectores con dificultades de comprensión lectora (LDC) y buenos lectores (BL). Evaluando la lectura de palabras aisladas y la comprensión del texto escrito, fueron identificados 49 BL y 37 LDC entre 336 estudiantes de 8ª serie de escuelas públicas en la región sur de Brasil, excluyendo del análisis el grupo de desempeño intermediario. La investigación del perfil de los grupos ha utilizado un cuestionario escrito que los participantes contestaron. Los resultados muestran la diferencia en la experiencia de los grupos con la lectura y correlación positiva entre el desempeño en comprensión lectora y el número de libros leídos por los estudiantes en un año. El estudio constata que la investigación sobre los hábitos de lectura de los grupos puede auxiliar en la comprensión de las diferencias en el perfil de BL y LDC, necesitando ser expandida futuramente para guiar estudios teóricos y también prácticos, de intervención clínica y pedagógica.

Palabras clave: Comprensión lectora. Hábitos de lectura. Estrategias de lectura. Perfil lector.

1 INTRODUÇÃO¹

As pesquisas sobre leitura têm como um dos seus principais objetivos identificar o que é ser um bom leitor e, em comparação, um mau leitor, de forma a descobrir quais características de perfil e demais fatores estão envolvidos na compreensão leitora. Os leitores com dificuldades de compreensão (LDC), comumente denominados *poor comprehenders*, caracterizam-se por apresentarem déficit na compreensão leitora apesar de sua boa capacidade de decodificação. Stothard e Hulme (1996) identificaram que cerca de 10% das crianças britânicas apresentam esse déficit. Corso e colaboradores (2013a), por sua vez, identificaram 17% de leitores com dificuldades específicas de compreensão entre crianças brasileiras de 4ª a 6ª série. Em nossa pesquisa (SOUSA, 2015a), identificamos 11% de LDC em estudantes brasileiros concluintes do Ensino Fundamental. Apesar do percentual expressivo, esses leitores muitas vezes passam despercebidos pela família e pela escola por apresentarem, segundo Hulme e Snowling (2011), déficits linguísticos gerais subclínicos presentes antes mesmo da alfabetização. Essas dificuldades passam despercebidas nas escolas porque os leitores com esse perfil normalmente sabem ler em voz alta com acurácia e fluência; assim, a dificuldade no entendimento do texto fica escondida, mascarada pelo bom desempenho na leitura em voz alta.

Diversos estudos (NATION, 2005; KEENAN et al., 2014; RØNBERG; PETERSEN, 2016) apontam para a existência de uma heterogeneidade grande no perfil dos LDC, o que dificulta a sua caracterização. Corso e colegas (2013a) encontraram maior número de maus leitores e maus compreendedores em escolas públicas brasileiras na comparação com privadas e argumentaram que esse fator está possivelmente relacionado a fatores socioeconômicos familiares e à falta de metodologia específica para o ensino da compreensão leitora. Cain e Oakhill (2011), por sua vez, observaram que BL exibiam escores mais elevados em questionário de hábitos de leitura do que LDC, bem como maior número de livros em casa. Os indicadores de hábitos de leitura mostraram correlação positiva com a compreensão em leitura e o conhecimento de vocabulário dos 8 aos 16 anos de idade. Esses dados revelam a importância da pesquisa sobre os aspectos sociais na comparação entre BL e LDC.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento: BEX 18592/12-0.

Sideridis e colegas (2006) investigaram a interação de fatores psicopatológicos, motivacionais, afetivos e cognitivos em leitores de 2º ao 4º ano. Eles verificaram que as habilidades linguísticas, leitura de palavras e vocabulário, são os melhores preditores das dificuldades de compreensão em leitura. Não houve associação entre características afetivas e psicopatológicas, como depressão e ansiedade, com os grupos de BL e LDC. No entanto, entre os LDC um subgrupo apresentava baixa motivação, por isso, os pesquisadores sugerem que programas de intervenção busquem a integração de fatores cognitivos e motivacionais.

Observamos, portanto, que grande parte da pesquisa que se dedica a traçar o perfil dos LDC tem explorado os fatores linguísticos e cognitivos. Neste trabalho, buscamos traçar o perfil de LDC e compará-lo com o perfil de bons leitores (BL) de modo a poder verificar se além das diferenças linguísticas e cognitivas, comumente reportadas na literatura (CAIN; OAKHILL, 2006; CLARKE et al., 2010; PIMPERTON; NATION, 2014), os grupos também se distinguem em outros aspectos como interesse e hábitos de leitura.

2 MÉTODO

2.1 PARTICIPANTES

A seleção dos participantes ocorreu a partir de um grupo de 336 alunos², cuja língua materna é o português brasileiro, todos concluintes do Ensino Fundamental em escolas públicas estaduais do município de Santa Cruz do Sul – RS³. Dentre os critérios de inclusão estavam a ausência de problemas neurológicos adquiridos, de problemas visuais ou não corrigidos e de necessidades educacionais especiais.

A partir dos resultados obtidos em duas tarefas de seleção: compreensão leitora e decodificação, selecionaram-se dois grupos: 49 bons leitores (BL) e 37 leitores com dificuldades de compreensão leitora (LDC), totalizando 86 participantes. O grupo com desempenho próximo da média (197 estudantes) não foi selecionado porque não se adequava ao objetivo deste estudo: estudar alunos de alto ou baixo nível de compreensão leitora. Foram identificados como BL os estudantes que apresentaram desempenho em decodificação adequado para a sua idade e compreensão leitora acima da média. Já os que exibiam habilidade de decodificação adequada para sua idade e desempenho em compreensão leitora abaixo da média foram classificados como LDC. Apresentamos na Tabela 1 a caracterização dos grupos.

Os estudantes apresentavam média de 14 anos. Entre os LDC havia 15 (40,50%) meninos e 22 (59,50%) meninas enquanto no grupo de BL havia 16 (32,70%) meninos e 33 (67,30%) meninas.

² No ano de 2014, em que foi realizada a coleta de dados, as escolas estaduais possuíam tanto turmas de 8ª série quanto turmas de 8º ano (Ensino Fundamental de Nove Anos). Optamos pela 8ª série por ser o último ano do Ensino Fundamental

³ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS sob o registro do protocolo número 24304113.0.0000.5336.

Tabela 1 – Desempenho dos grupos nas tarefas de compreensão e leitura de palavra

	Escore	BL (n = 49)	LDC (n = 37)
	máximo	média (DP)	média (DP)
Compreensão texto múltipla escolha	15	12,86 (0,89)	4,92 (1,16)*
Leitura de palavra e pseudopalavra	60	58,65 (1,18)	57,14 (1,58)*

Legenda: DP = desvio-padrão; n= número de participantes, *p = 0,001.

Fonte: Sousa (2015a).

2.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS

Inicialmente, a pesquisa foi apresentada às escolas e aos estudantes. Os interessados levaram o termo de consentimento livre e esclarecido para ser preenchido por seus pais e, após sua autorização, assinaram o termo de assentimento. Na etapa de seleção avaliamos a compreensão leitora através de um instrumento que foi construído com essa finalidade⁴, bem como a leitura de palavra e pseudopalavra isolada através do instrumento de Salles e Parente (2002). O primeiro instrumento apresentou três textos, semelhantes em extensão e leiturabilidade, seguidos de cinco questões de múltipla escolha que examinaram o nível de compreensão literal e inferencial dos estudantes. O segundo instrumento verificou a leitura em voz alta de 20 palavras regulares e 20 irregulares do português brasileiro, variando em extensão e frequência, e 20 pseudopalavras variando em extensão.

O critério de classificação dos grupos foi definido a partir das normas de desempenho na tarefa de decodificação (SALLES et al., 2013) e o critério de 1 desvio padrão (DP) em relação à média obtida na avaliação da compreensão leitora: LDC - a partir de 1 DP abaixo da média; e BL - a partir de 1 DP acima da média de acertos na tarefa de compreensão de texto escrito. Esse procedimento é comumente utilizado por pesquisadores da área como Brand-Gruwel et al. (1998), Meyer et al. (1998) e Elwér (2014). Ao controlar a habilidade de decodificação juntamente com a compreensão leitora, tentamos evitar a inclusão de leitores com dificuldades de decodificação entre os LDC.

Após a etapa de seleção e classificação, os grupos responderam individualmente a um questionário com treze perguntas de múltipla escolha, que versavam sobre aspectos como tipo e frequência de leituras feitas pelo aluno e seus familiares, postura e formas de abordagens de textos escritos, hábito de leitura digital (SOUSA, 2015a). Os estudantes foram conduzidos a uma sala disponibilizada pela escola em horário de aula com a autorização dos professores e supervisores. Antes de iniciar o preenchimento, informamos que as questões tinham como objetivo conhecê-los melhor e que não havia resposta correta ou incorreta. Por isso, era importante que fossem sinceros em suas respostas. Orientamos os participantes a marcar com a letra “X” a ou as alternativas que julgavam adequadas e a solicitar auxílio em caso de dúvida. As questões exploraram

⁴ Para detalhes sobre os instrumentos, consultar Sousa (2015a).

temas como: autoavaliação do desempenho em leitura, estratégias de leitura, hábitos e motivação para a leitura.

Analizamos os dados de forma descritiva, cálculo de frequência e percentual, e também inferencial, testes de diferença, associação e correlação, considerando o nível de significância de 5%.

2.3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário do participante teve o objetivo de obter dados sobre os hábitos de leitura dos grupos. Informamos sempre os percentuais válidos, pois alguns itens foram deixados em branco ou respondidos de forma inválida. A primeira questão verificou a avaliação dos leitores com relação ao seu desempenho em compreensão leitora. Os dados são apresentados no Gráfico 1.

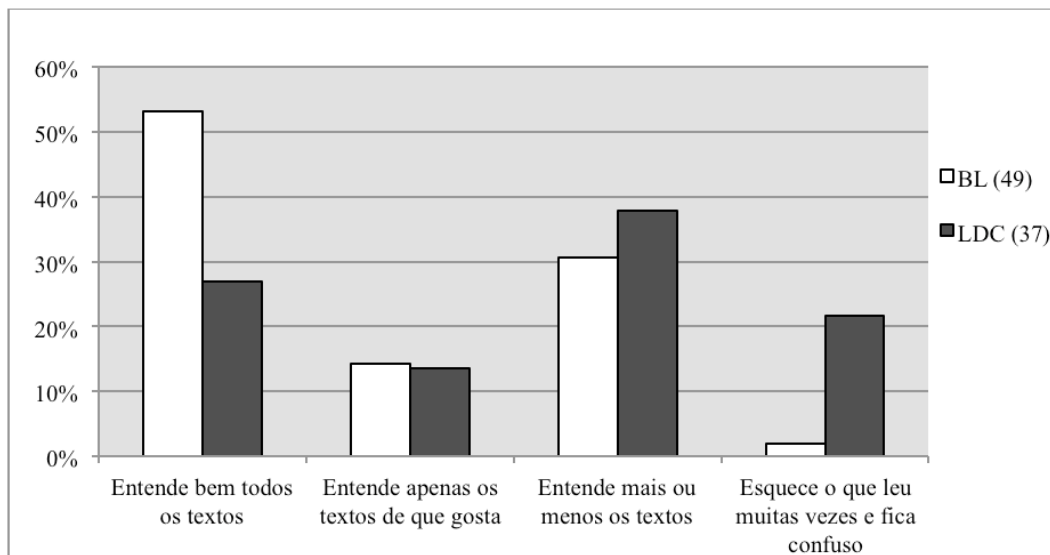


Gráfico 1 – Autoavaliação da compreensão leitora dos participantes

Fonte: Sousa (2015a).

Verificamos diferença significativa ($U = 580,50$; $z = -3,02$; $p = 0,003$) na autoavaliação dos grupos. Os BL avaliam sua compreensão como mais alta do que os LDC. Como vemos no Gráfico 1⁵, os BL são mais positivos quanto a sua compreensão, pois cerca de metade deles 26 (53,10%) acredita entender bem os textos. Parte do grupo 15 (30,60%) classifica seu desempenho como médio, demonstrando que acredita que sua leitura possa ainda ser melhorada. Já entre os LDC, observamos maior variação na autoavaliação. Uma parte do grupo 14 (37,80%) diz entender mais ou menos os textos e 10 (27%) não percebem suas dificuldades de leitura, acreditando compreender bem. Apenas 8 (21,60%) reconhecem ter dificuldades de compreensão.

⁵ No questionário a pergunta foi seguida de 5 opções; a quarta era: “Não consegue entender muito, pois são difíceis.” Como nenhum participante marcou essa opção, não a incluímos no Gráfico 1.

O conceito que os estudantes têm de si próprios enquanto leitores, de sua eficiência, pode interferir na sua motivação e, conseqüentemente, em seu desempenho em compreensão leitora e no aprimoramento dessa habilidade. Solheim (2011) verificou que a percepção de *self-efficacy* (eficiência própria) de estudantes de 10 a 11 anos é capaz de prever seu desempenho em compreensão leitora mesmo depois de controladas a habilidade de leitura de palavras, a habilidade não verbal e a compreensão auditiva. Guthrie e Wigfield (2000) propuseram o modelo Engajamento do desenvolvimento da leitura (*Engagement Model of Reading Development*) segundo o qual o leitor motivado se engaja mais na compreensão textual, usa mais estratégias de compreensão e se dispõe a empregar maior esforço diante de textos desafiadores. O leitor que tem baixa *self-efficacy* pode não acreditar ser capaz de realizar a tarefa de compreensão leitora e desistir sem antes mesmo tentar. Hall (2005) observou que o conceito que o leitor tem de si mesmo afeta a forma como ele interage com o texto: quanto melhor seu autoconceito, mais ele se sente capaz de realizar a tarefa, o que aumenta a sua motivação.

Analisando o grupo de LDC sob a perspectiva do modelo de Guthrie e Wigfield (2000), vemos um percentual de leitores que não se dá conta de sua dificuldade. Assim, se por um lado essa autoavaliação pode ser positiva em termos de motivação, por outro lado, é preocupante porque desestimula esses leitores ingênuos na busca de auxílio e no seu próprio esforço para se aprimorar. Já os alunos do grupo de LDC, que reconhecem sua dificuldade, podem apresentar menor motivação e engajamento na leitura, o que também é preocupante, pois compromete sua possibilidade de desenvolvimento. O grupo que diz entender mais ou menos o texto pode estar mais aberto para receber ajuda e mais facilmente motivar-se. Como vemos, ter acesso à autoavaliação e ao nível de motivação do estudante é importante para que o educador saiba qual a melhor forma de intervir nos diferentes grupos de leitores.

As questões seguintes buscaram conhecer qual estratégia é adotada pelos leitores quando realizam uma tarefa de compreensão de texto. A Tabela 2 mostra as estratégias adotadas pelos dois grupos.

Tabela 2 – Estratégia de leitura dos grupos

Como você lê	BL (n = 49)	LDC (n = 37)
O mais rápido possível para acabar logo	1 (2,00%)	3 (8,10%)
Lê só as partes importantes para fazer os exercícios	6 (12,20%)	5 (13,50%)
Com atenção e pensa sobre cada uma das ideias do texto	40 (81,60%)	20 (54,10%)
Devagar porque tem dificuldade em identificar as palavras e ideias principais	2 (4,10%)	9 (24,30%)
O que você busca entender		
Somente a ideia principal	3 (6,10%)	4 (10,80%)
A ideia principal e alguns detalhes	18 (36,70%)	9 (24,30%)
A ideia principal e todos os detalhes	20 (40,80%)	11 (29,70%)
O que é necessário para responder às perguntas	8 (16,30%)	13 (35,10%)

Legenda: n= número de participantes.

Fonte: Sousa (2015a).

Grande parte (81,60%) dos BL diz ler o texto com atenção, mas surpreende que 12,20% não leiam o texto todo, focando apenas no necessário para resolver as questões. Os LDC, por sua vez, adotam estratégias mais variadas. Cerca da metade diz ler com atenção e 24,30% admitem ter algumas dificuldades. Já 13,50% dos LDC leem apenas as partes mais importantes e 8,10% leem rápido para acabar logo a tarefa, o que demonstra falta de comprometimento. Quando questionados sobre o que buscam compreender em um texto, também observamos estratégias diferentes entre os grupos. Apesar de não ser possível realizar teste de diferença para comparar os grupos, os dados sugerem que pode haver diferença no uso de estratégias entre eles. Os BL, em geral, buscam entender a ideia principal do texto, mas dividem-se quanto a entender alguns detalhes ou todos os detalhes. No grupo de LDC ocorre algo semelhante, mas o número dos que leem apenas o que é necessário para responder às perguntas ou buscam entender somente a ideia principal é maior (45,90%), o que parece indicar um menor engajamento dos LDC com a compreensão textual. Coerente com o modelo de Guthrie e Wigfield (2000), os LDC parecem engajar-se menos na compreensão do texto e, conseqüentemente, utilizam estratégias menos eficazes. Outro aspecto relacionado ao emprego de estratégias é o conhecimento metacognitivo. Cain (1999) identificou que leitores habilidosos possuem maior conhecimento sobre a leitura e usam estratégias mais apropriadas do que leitores menos habilidosos, havendo correlação positiva entre habilidade de leitura e conhecimento metacognitivo sobre leitura.

A reação diante da leitura de textos fáceis e difíceis também foi questionada. As respostas podem ser visualizadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Reação dos grupos frente à leitura de textos fáceis e difíceis

Como se sente quando lê um texto	FÁCIL		DIFÍCIL	
	BL (n = 49)	LDC (n = 36)	BL (n = 49)	LDC (n = 36)
Confortável	37(75,50%)	25 (69,40%)	10 (20,40%)	2 (5,60%)
Impaciente	2 (4,10%)	0 (0,00%)	7 (14,30%)	9 (25,00%)
Entediado	4 (8,20%)	8 (22,20%)	2 (4,10%)	3 (8,30%)
Distraído	5 (10,20%)	1 (2,80%)	0 (0,00%)	3 (8,30%)
Preguiçoso	1 (2,00%)	2 (5,60%)	1 (2,00%)	2 (5,60%)
Desafiado	0 (0,00%)	0 (0,00%)	29 (59,20%)	17 (47,20%)

Legenda: n= número de participantes.

Fonte: Sousa (2015a).

Diante de textos fáceis, os BL sentem-se confortáveis, embora alguns fiquem distraídos e entediados. Os LDC também se sentem no geral confortáveis, porém um número maior tende a se entediar. Quando estão lendo textos mais difíceis, grande parte dos leitores dos dois grupos sente-se desafiada. Dentre os BL, 20,40% dizem ler confortavelmente mesmo os textos mais difíceis, mas 14,30% ficam impacientes. Dentre os LDC o percentual de impacientes, entediados, distraídos e preguiçosos é maior do que entre os BL, o que indica uma experiência mais negativa, certo “sofrimento” perante textos mais difíceis. Isto nos faz pensar que textos mais difíceis podem ser mais desencorajadores para os LDC, diminuindo sua motivação e engajamento na leitura.

Quando questionados sobre seu interesse pela leitura e por atividades escritas como responder a questões, elaborar resumos, trabalhos e textos, os grupos mostram maior desconformidade nas respostas, como ilustra a Tabela 4.

Tabela 4 – Interesse dos grupos pela leitura e pela escrita

	LEITURA		ESCRITA	
	BL (n = 49)	LDC (n = 37)	BL (n = 49)	LDC (n = 37)
Interessante	45 (91,80%)	28 (75,70%)	26 (53,10%)	19 (51,40%)
Chata	4 (8,20%)	7 (18,90%)	17 (34,70%)	12 (32,40%)
Difícil	0 (0,00%)	2 (5,40%)	6 (12,20%)	6 (16,20%)

Legenda: n = número de participantes.

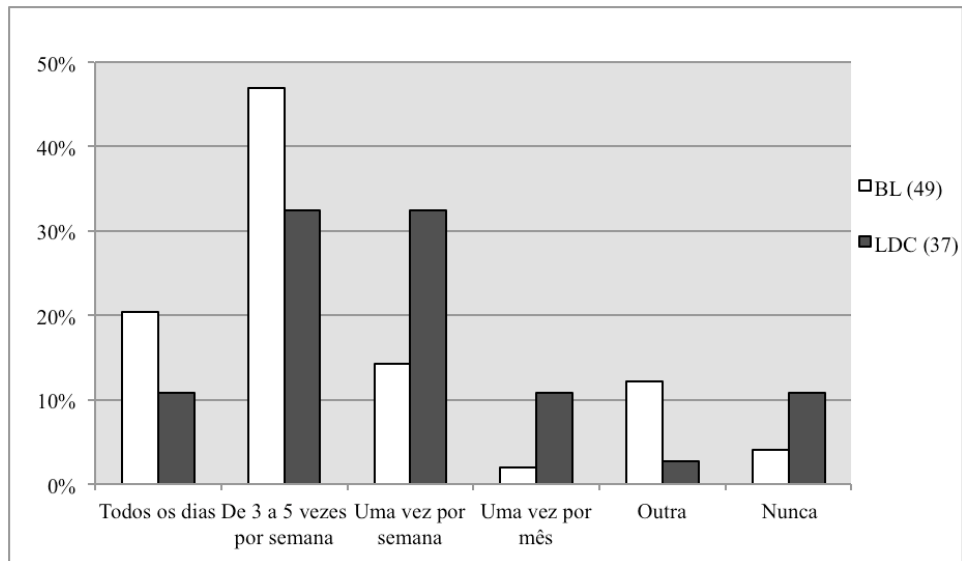
Fonte: Sousa (2015a).

A tarefa escrita é menos interessante para os dois grupos. A metade dos participantes demonstra interesse pela escrita; todavia, cerca de 30% em ambos os grupos a consideram uma tarefa chata. O percentual dos que consideram a escrita difícil é maior nos dois grupos comparado à leitura. Grande parte dos BL mostra ter interesse pela leitura, já entre os LDC o número é um pouco menor. Há diferença significativa ($U = 756,00$; $z = -2,11$; $p = 0,03$) no interesse pela leitura entre os BL e LDC. De forma geral, os grupos não classificam a leitura como uma tarefa difícil. Porém, entre os LDC 18,90% acham a leitura chata. Pensamos ser relevante analisar o desempenho em compreensão a partir do interesse pela leitura. Para isso, recodificamos a variável em: 1 – não tem interesse; 2 – tem interesse. Os leitores que responderam ter interesse apresentam melhor desempenho em compreensão leitora ($t(84) = -2,008$; $p = 0,048$) do que os leitores que responderam não ter interesse.

Apesar de não termos investigado diretamente a motivação dos leitores, o interesse pode ser considerado um indicador de motivação. Na pesquisa de Taboada e colegas (2009), o interesse foi um dos cinco itens que compuseram a análise da motivação para a leitura. Eles verificaram que a motivação interna e variáveis cognitivas, conhecimento prévio e questionamento sobre o texto exercem contribuição significativa independentemente no desempenho em compreensão leitora. Os autores entendem a motivação como um energizador que auxilia os leitores no envolvimento com o texto e no uso de estratégias de compreensão leitora. Acreditamos que o interesse pela leitura, da mesma forma, atue como um energizador para os BL, influenciando não só seu desempenho, mas também seus hábitos, como o número de livros que leem e a frequência de leitura.

A frequência de leitura para fins de entretenimento (Gráfico 2) entre os BL é maior do que entre os LDC, sendo essa diferença estatisticamente significativa ($U = 687,50$; $z = -1,99$; $p = 0,046$). Somando os percentuais, vemos que mais da metade dos BL 33 (67,30%) lê todos os dias ou de três a cinco vezes por semana. Já entre os LDC o número é menor, 16 (43,20%). No grupo de LDC, maior percentual lê uma vez por semana, uma vez por mês ou nunca. Na opção “outra” predominou a resposta “às vezes”, o que indica que não há uma frequência continuada de leitura para 6 (12,20%) BL e 1 (2,70%) LDC. Para a realização do teste de diferença entre os grupos, agrupamos as frequências: “uma vez por mês” e “outra” na quarta posição na ordem de frequência de leitura.

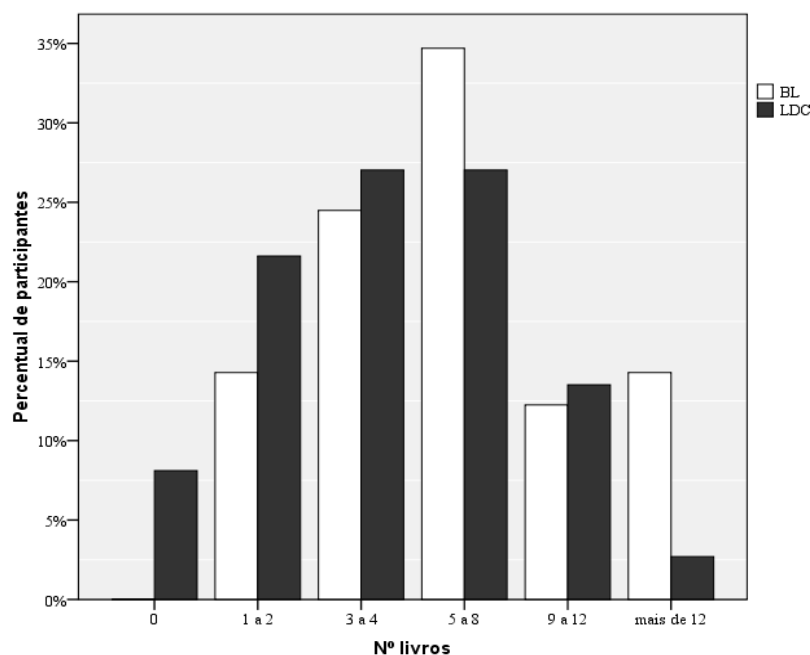
Gráfico 2 – Frequência de leitura dos grupos



Fonte: Sousa (2015a).

No Gráfico 2 vemos o número de livros que os participantes de cada grupo leram nos últimos 12 meses. Dentre os BL, 30 (61,20%) leram mais de cinco livros nesse período. Já entre os LDC, 16 (43,20%) leram mais de cinco livros, e 3 (8,10%) disseram não ter lido livro algum nesse período. A comparação entre os grupos ($U = 673,50$, $z = -2,09$; $p = 0,036$) mostrou diferença significativa, portanto, averiguamos que os BL leem mais livros do que os LDC.

Gráfico 3 – Número de livros lidos nos últimos 12 meses



Fonte: Sousa (2015a).

Aprofundando a análise, verificamos a existência de correlação positiva ($r_s = 0,246$; $p = 0,022$) entre o número de livros lidos nos últimos 12 meses e o desempenho na tarefa de compreensão textual com questões de múltipla escolha utilizada para classificar os grupos. Quando questionados sobre o tipo de leitura, 45 (93,8%) dos BL relataram ler outros livros além dos solicitados pela escola. Entre os LDC, o número foi menor, 21 (58,30%). Os demais 12 (33,30%) LDC leem apenas o solicitado pela escola e 3 (8,30%) deles afirmaram não ler livros.

Tanto a frequência de leitura quanto o número de livros lidos nos últimos 12 meses são indicadores da exposição a impressos (*print exposure*) por parte desses dois grupos de leitores. Vários estudos (ANDERSON et al., 1988; CIPIELEWSKI; STANOVICH, 1992; SPEAR-SWERLING et al., 2010) já obtiveram evidências de que a leitura, além da realizada na escola, contribui para o desenvolvimento de vários processos componentes da compreensão leitora. Mol e Bus (2011) realizaram uma meta-análise de 99 pesquisas sobre a exposição a impressos da pré-escola ao ensino universitário, observando que, ao longo de seu desenvolvimento, os estudantes que leem livros por entretenimento, inclusive textos técnicos, têm melhor compreensão leitora, vocabulário mais extenso e maior habilidade de soletração quando comparados aos que leem com menor frequência. A exposição a impressos é tanto uma consequência do desenvolvimento da leitura quanto um contribuinte para o aperfeiçoamento dessa habilidade (CIPIELEWSKI; STANOVICH, 1992). Sendo assim, o fato de os BL em nossa pesquisa lerem maior número de livros e com mais frequência do que os LDC sugere que, se não houver nenhuma intervenção, a lacuna entre o desempenho em compreensão leitora dos dois grupos tende a aumentar com o passar dos anos.

A maioria das pesquisas que investigam hábitos de leitura não selecionam participantes de acordo com seu desempenho em leitura, por isso há poucos dados comparativos sobre os hábitos de BL e LDC. Dentre os estudos que compararam esses dois grupos, encontramos em Cain e Oakhill (2011) escores mais elevados de letramento familiar em BL do que em LDC. Já na pesquisa de Spear-Swerling e colaboradores (2010), parte dos participantes foi classificada em compreendedores fortes e fracos, porém não houve o controle da habilidade de leitura de palavra isolada. Os resultados mostraram diferença significativa no teste de reconhecimento de autores de textos literários⁶, um *proxy* para a exposição a impressos. Os bons leitores do referido estudo não só leem maior número de livros de ficção do que os leitores menos habilidosos, como também escolhem livros mais longos e com menor leiturabilidade⁷, demonstrando diferença significativa na quantidade e na qualidade de sua experiência leitora. Em consonância com esses estudos, observamos importantes diferenças no perfil e nos hábitos de leitura nos grupos de BL e LDC investigados.

⁶ O teste de reconhecimento de autores consiste em, a partir da apresentação de uma lista de nomes completos, os participantes terem de reconhecer e marcar os nomes de autores de livros literários. *Proxy* corresponde a uma medida que, apesar de não ser construída para medir uma determinada variável, apresenta alta correlação com tarefas que a verificam.

⁷ Leiturabilidade consiste no nível de leitura exigido para a compreensão do texto e pode ser verificado por meio da análise da complexidade textual (SOUSA; HÜBNER, 2015b).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados, em suma, apontam para diferenças, na experiência dos grupos, com a leitura. Os BL, de modo geral, têm uma boa autoavaliação de sua compreensão leitora, utilizam estratégias de compreensão adequadas, apresentam maior interesse pela escrita, leem mais livros e com mais frequência quando comparados aos LDC, além de serem expostos a um número maior de livros em casa. O grupo com dificuldade é mais heterogêneo, o que torna difícil a generalização de suas características. Parte do grupo reconhece suas dificuldades de compreensão leitora e parece utilizar estratégias para compensá-las; mostra interesse pela leitura e pela escrita, lê com frequência um bom número de livros além dos solicitados pela escola. Todavia, há outra parte do grupo que não reconhece ou não admite sua dificuldade de compreensão, engaja-se pouco na compreensão textual, considera a leitura e a escrita tarefas chatas, lê poucos livros ou nenhum além do solicitado pela escola.

Concluimos que questionários como o aqui aplicado são importantes ferramentas para a compreensão das diferenças entre BL e LDC, necessitando ser expandidos futuramente para orientar tanto pesquisas teóricas quanto práticas pedagógicas e clínicas intervencionistas. Além desse instrumento, o questionário do participante pode ser complementado com um questionário para os pais/o responsável, o qual possibilite ao pesquisador uma compreensão não apenas dos aspectos individuais, mas também do contexto familiar em que estão inseridos os leitores, fornecendo uma visão mais ampla do perfil leitor. Em Sousa e Hübner (2017), por exemplo, analisamos os dados do questionário respondido pelos pais dos participantes investigados na pesquisa apresentada neste artigo, e constatamos que fatores como a escolaridade dos pais e o investimento familiar em material impresso influenciam na formação do perfil leitor.

Sendo assim, consideramos que a investigação da relação entre os fatores cognitivos e aspectos como interesse, autoavaliação, hábitos de leitura e escrita e contexto familiar pode contribuir para que se tenha uma compreensão mais abrangente do perfil de BL e LDC, de modo que contemple a complexidade dos aspectos envolvidos no desenvolvimento da habilidade de compreensão leitora e na formação do leitor.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, R. C.; WILSON, P.; FIELDING, L. Growth in reading and how children spend their time outside of school. *Leading Research Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 285-303, 1988.
- BOWYER-CRANE, C.; SNOWLING, M. J. Assessing children's inference generation: what do tests of reading comprehension measure? *The British Journal of Educational Psychology*, v. 75, n. 2, p. 189-201, 2005.
- CAIN, K. Ways of reading: how knowledge and use of strategies are related to reading comprehension. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 17, p. 295-312, 1999.
- CAIN, K.; OAKHILL, J. Profiles of children with specific reading comprehension difficulties. *British Journal of Educational Psychology*, v. 76, p. 683-696, 2006.
- CAIN, K.; OAKHILL, J. Matthew effects in young readers: reading comprehension and reading experience aid vocabulary development. *Journal of Learning Disabilities*, v. 44, n. 5, p. 431-443, 2011.
- CIPIELEWSKI, J.; STANOVICH, K. Predicting growth in reading ability from children's exposure to print. *Journal of Experimental Child Psychology*, v. 54, n. 1, p. 74-89, 1992.

- CLARKE, P.; HENDERSON, L.; TRUELOVE, E. The poor comprehender profile: understanding and supporting individuals who have difficulties extracting meaning from text. *In: BAUER, P. (ed.). Advances in Child Development and Behavior*. London: Elsevier Inc, 2010, p. 80-129.
- CORSO, H. V.; SPERB, T. M.; SALLES, J. F. Leitura de palavras e de texto em crianças: efeitos de série e tipo de escola, e dissociações de desempenhos. *Letras de Hoje*, v. 48, n. 1, p. 81-90, 2013a.
- CORSO, H. V.; SPERB, T. M.; SALLES, J. F. Comparação entre maus compreendedores e bons leitores em tarefas neuropsicológicas. *Psicologia em Pesquisa*, v. 7, n. 1, p. 37-49, 2013b.
- ELWÉR, A. *Early predictors of Reading comprehension difficulties*. 2014. 86 f. Tese (Department of Behavioural Sciences and Learning). Linköping University, Linköping, 2014.
- GUTHRIE, J.; WIGFIELD, A. Engagement and motivation in reading. *In: KAMIL, M. et al. (Ed.). Reading research handbook*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2000. p. 403-424.
- HALL, L. Struggling readers and content area text: interactions with and perceptions of comprehension, self, and success. *Research in Middle Level Education*, v. 29, n. 4, 2005.
- HULME, C.; SNOWLING, M. J. Children's reading comprehension difficulties: nature, causes, and treatments. *Current Directions in Psychological Science*, v. 20, n. 3, p. 139- 142, 2011.
- KEENAN, J. *et al.* Issues in identifying poor comprehenders. *Annee Psychology*, v. 114, n. 4, p. 753 - 777, 2014.
- MEYER, M. *et al.* Selective predictive value of rapid automatized naming in poor readers. *Journal of Learning Disabilities*, v. 31, p. 106-117, 1998.
- MOL, S.; BUS, A. To read or not to read: a meta-analysis of print exposure from infancy to early adulthood. *Psychological Bulletin*, v. 137, n. 2, p. 267-296, 2011.
- NATION, K. Children's reading comprehension difficulties. *In: SNOWLING, M. J.; HULME, C. (ed.). The science of reading: a handbook*. Oxford - UK: Blackwell Publishing, 2005. p. 248-265.
- PIMPERTON, H.; NATION, K. Poor comprehenders in the classroom: teacher ratings of behavior in children with poor reading comprehension and its relationship with individual differences in working memory. *Journal of Learning Disabilities*, v. 47, n. 3, p. 199 -207, 2014.
- RØNBERG, L. F.; PETERSEN, D. K. How Specific are Specific Comprehension Difficulties? An Investigation of Poor Reading Comprehension in Nine-Year-Olds. *Scandinavian Journal of Educational Research*, v. 60, n. 1, p. 72 - 89, 2016.
- SALLES, J. F. *et al.* Normas de desempenho em tarefa de leitura de palavras / pseudopalavras isoladas (LPI) para crianças de 1º ano a 7º ano. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 13, n. 2, p. 397-419, 2013.
- SALLES, J. F.; PARENTE, M. A. M. P. Relação entre os processos cognitivos envolvidos na leitura de palavras e as habilidades de consciência fonológica em escolares. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, v. 14, n. 2, p. 141-286, 2002.
- SIDERIDIS, G. *et al.* Classification of students with reading comprehension difficulties: the roles of motivation, affect, and psychopathology. *Learning Disability Quarterly*, v. 29, p. 159-180, 2006.
- SOUSA, L. B. *A relação entre compreensão leitora, conhecimento e integração léxico-semântica*. 2015. 308 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015a.
- SOUSA, L. B.; HÜBNER, L. C. Desafios na avaliação da compreensão leitora: demanda cognitiva e leitorabilidade textual. *Revista Neuropsicologia Latinoamericana*, v. 7, n. 1, p. 34- 46, 2015b.
- SOUSA, L. B.; HÜBNER, L. C. A relação entre desempenho em compreensão leitora e fatores socioeconômicos. *Fórum Linguístico*, v. 14, n. 2, p. 2044-2060, 2017.
- SPEAR-SWERLING, L.; BRUCKER, P.; ALFANO, M. Relationships between sixth-graders' reading comprehension and two different measures of print exposure. *Reading and Writing*, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2010.
- STOTHARD, S.; HULME, C. A comparison of reading comprehension and decoding difficulties in children. *In: CORNOLDI, C.; OAKHILL, J. (Ed.). Children with reading comprehension difficulties: processes and interventions*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1996. p. 93-112.
- TABOADA, A. *et al.* Effects of motivational and cognitive variables on reading comprehension. *Reading and Writing*, v. 22, n. 1, p. 85-106, 2009.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

SOUSA, Lucilene Bender de; HÜBNER, Lilian Cristine. Traçando o perfil de bons leitores e de leitores com dificuldades de compreensão. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 97-108, jan./abr. 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200107-2519>

Recebido em: 20/03/2019 | Aprovado em: 18/11/2019

INVERSÃO DA POSSE: INTERFACE ENTRE LÍNGUA E DISCURSO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Inversion of Possession: Interfaces between Language and Discourse in Brazilian Portuguese		Inversión de Propiedad: Interfaz entre Lengua y Discurso en Portugués Brasileño
--	--	---

João Kogawa*

Indaiá de Santana Bassani**

Universidade Federal de São Paulo

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de Letras

Guarulhos, SP, Brasil

Resumo: Este artigo investiga, por meio de uma interface entre morfossintaxe e análise do discurso, a inversão das relações de posse em construções do tipo ‘sou seu x’, em que x é substituído por uma função social de parentesco ou proximidade. Os dados analisados foram coletados a partir de uma metodologia específica em site de busca com vistas a observar a ocorrência de seis construções em contexto de uso (i) ‘sou seu marido’; (ii) ‘sou sua mulher’; (iii) ‘sou seu pai’; (iv) ‘sou sua mãe’; (v) ‘sou seu amigo’; (vi) ‘sou sua amiga’. Nesse tipo de construção, a interpretação de posse, não raro, funciona de modo invertido. Com efeito, o termo nominal possuído, em nível morfossintático, torna-se termo possuidor no discurso, especialmente em dizeres autoritários.

Palavras-chave: Discurso. Morfossintaxe. Relação de posse. Dizer autoritário.

Abstract: This paper investigates the inversion of the relation of possession in constructions of the type "Sou seu x" ('I am your x'), in which x is replaced by a social function of kinship or proximity through an interface between morphosyntax and discourse analysis. Data under investigation were collected from a specific methodology on a web search site aiming at observing the occurrence of six constructions in context of usage (i) "*Sou seu marido*" ('I am your husband'); (ii) "*Sou sua mulher*" ('I am your wife'); (iii) "*Sou seu pai*" ('I am your father'); (iv) "*Sou sua mãe*" ('I am your mother'); (v) "*Sou seu amigo*" ('I am your (male) friend'); (vi) "*Sou sua amiga*" ('I am your (female) friend'). In this type of construction, the interpretation of possession, not rarely, the interpretation of possession functions inversely. In fact, the nominal term possessed, at the morphosyntactic level, becomes a possessor term at the discourse level, especially in authoritarian utterances.

Keywords: Discourse. Morphosyntax. Possession relation. Authoritarian utterance.

Resumen: Este artículo investiga, por medio de una interfaz entre morfosintaxis y análisis del discurso, la inversión de las relaciones de pose en construcciones del tipo “*sou seu x*” [‘soy su x’], en que x es sustituido por una función social de parentesco o proximidad. Los datos analizados fueron coleccionados desde una metodología específica en portada de búsqueda para observar la ocurrencia de seis construcciones en

* Docente do Programa de Pós-graduação em Letras. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8285-9932>. E-mail: kogawa@unifesp.br.

** Pesquisadora do Laboratório de Investigação em Linguagem e Cognição (LabLinC) – Guarulhos, SP, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5277-2008> E-mail: indaia.bassani@unifesp.br.

contexto de uso: (i) “*sou seu marido*” [‘soy su esposo’]; (ii) “*sou sua mulher*” [‘soy su esposa’]; (iii) “*sou seu pai*” [‘soy su padre’]; (iv) “*sou sua mãe*” [‘soy su madre’]; (v) “*sou seu amigo*” [‘soy su amigo’]; (vi) “*sou sua amiga*” [‘soy su amiga’]. En ese tipo de construcción, la interpretación de pose frecuentemente funciona de modo invertido. Efectivamente, el término nominal poseído, en nivel morfosintáctico, se cambia en término poseedor en el discurso, especialmente en decires autoritarios.

Palabras clave: Discurso. Morfosintaxis. Relación de pose. Decir autoritario.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo empreende uma análise linguístico-discursiva das relações de posse em português brasileiro. O objetivo é demonstrar como a interpretação de algumas construções linguísticas de posse é subvertida no plano discursivo. Essa subversão consiste na inversão de papéis entre termo possuidor e termo possuído no discurso, ou seja, aquilo que se pode prever linguisticamente por meio de relações hierárquicas internamente ao sintagma nominal, no âmbito discursivo desliza para o inesperado e exige a retomada de elementos pré-construídos para entendimento de seu funcionamento.

Com efeito, as construções (i) ‘sou seu marido’; (ii) ‘sou sua mulher’; (iii) ‘sou seu pai’; (iv) ‘sou sua mãe’; (v) ‘sou seu amigo’; (vi) ‘sou sua amiga’, quando funcionam como dizeres autoritários, fazem com que a estrutura ‘seu/sua x’ valha como substituto de ‘meu/minha y’. Neste sentido, o jogo de imagens (PÊCHEUX, 1997c) implica sempre uma imagem sobrevalorizada de A sobre si mesmo em relação a uma imagem inferiorizada de A sobre B.

Trocando em miúdos, quando A (‘marido’, ‘mulher’, ‘pai’, ‘mãe’, ‘amigo’, ‘amiga’) constrói a relação de posse supramencionada, é para lembrar que B (‘mulher’, ‘marido’, ‘filho/filha’, ‘amigo/amiga’) deve algo a A e não simplesmente para declarar ou informar que A pertence a B, como levaria a crer a estrutura linguística possessiva *tout court*.

Sob essa perspectiva, oferecemos ao leitor um texto que procura dar conta de um fenômeno ao mesmo tempo linguístico (a construção da posse em português) e extralinguístico (a relação de posse na singularidade daquilo que falha na ordem linguística). Entendemos, com isso, que o diálogo entre uma linguística intra-sistêmica e uma linguística extra-sistêmica pode ser produtivo na análise dos fenômenos verbais.

2 ASPECTOS MORFOSSINTÁTICOS DA EXPRESSÃO DE POSSE NAS LÍNGUAS NATURAIS

Toda língua natural apresenta formas de expressar relações de posse entre entidades, geralmente denotadas por nomes (ou substantivos), dentro de sintagmas nominais (cf. (1) e (3)) ou entre sintagmas nominais alocados em sentenças (cf. (2) e (4)). Entretanto, há variação nos mecanismos morfológicos de que as línguas dispõem para expressar tal relação, além de diferentes graus de especificação semântica do tipo de relação que se estabelece entre os membros envolvidos, questão central deste artigo.

Como mecanismo de expressão de posse mais geral, a morfologia das línguas indica minimamente a relação entre um sintagma nominal possuidor e um sintagma nominal possuído. Os recursos morfológicos podem variar para expressar essa relação mais básica. Nos exemplos abaixo do português e do inglês, ambas línguas indo-europeias, mas de famílias linguísticas diferentes, observa-se tanto a relação simples de posse expressa pela presença de um pronome possessivo e um substantivo, em que o substantivo é o complemento do pronome (cf. (1) e (3)), quanto a relação simples de posse expressa pela presença de uma preposição que relaciona os sintagmas nominais *A mãe/the mother* e *o aluno/the student* em (2) e (4) ou pela partícula denominada possessiva ou genitiva 's em (5).

No primeiro caso, a relação de posse está marcada pela presença do pronome possessivo e no segundo pela presença da preposição/partícula que relaciona os sintagmas.

- | | |
|-----|--|
| (1) | Sua mãe. |
| (2) | A mãe do aluno. |
| (3) | <i>Your mother.</i>
3P.POSS. mãe
'Sua mãe' |
| (4) | <i>The mother of the student</i>
A mãe de o aluno
'A mãe do aluno'
'A mãe do aluno' |
| (5) | <i>The student's mother.</i>
O aluno-PART. mãe. |

Esse tipo de expressão pode ser considerado semanticamente simples, pois não revela ramificações de significado no tipo de posse que se estabelece entre os nomes: apenas indica-se que um elemento é o que possui e o outro é o possuído, na concepção gramatical de posse, mas nada na morfologia propriamente revela o tipo de posse que se estabelece entre os termos gramaticais. Segundo Aikhenvald (2019, p. 7), universalmente as relações de posse mais familiares, frequentes e estabelecidas tendem a ser expressas por morfologias menos marcadas, mais curtas e compactas, ao passo que relações menos comuns e mais detalhadas apresentam maior marcação morfológica.

Algumas línguas não indo-europeias podem revelar padrões morfológicos bastante diferentes dos apresentados acima. A língua indígena aweti (tronco Tupi, falada por cerca de 200 falantes em Mato Grosso, Brasil) apresenta um complexo paradigma de expressão de posse por meio de prefixos. Retomando brevemente a descrição apresentada em Monserrat (1976), Borella (2000) e Silva (2018), essa língua dispõe de um sistema de marcação prefixal cujas formas podem variar de acordo com: (i) a fonologia do primeiro segmento da palavra possuída; (ii) o sexo do falante (se a fala é de homem ou de mulher); (iii) o tipo semântico da palavra possuída. Relacionado a esse último fator de variação, tem-se que a relação estabelecida é especificada de acordo com o tipo semântico do elemento possuído, pois os nomes são classificados semântica e morfológicamente em

duas subcategorias: os nomes possuíveis e os não possuíveis (BORELLA, 2000, p. 65). Os nomes não possuíveis não recebem marcação morfológica e indicam fenômenos da natureza, animais, plantas ou pessoas, como nos exemplos (6) e (7) abaixo.

Os nomes que podem ser possuídos (possuíveis) ocorrem com possuidor expresso por prefixo pronominal e dividem-se em alienáveis e inalienáveis. Os nomes inalienáveis denotam partes de um todo, tais como partes do corpo humano ou de animais, como nos exemplos (8) e (9) e relações de parentesco, como em (7) e (9). Os nomes alienáveis se referem a objetos derivados do mundo cultural, que ocorrem ou não ocorrem com possuidor expresso morfológicamente, mas sempre que são marcados na relação de posse, apresentam também um prefixo pronominal específico denominado relacional (12).

- | | |
|------|------------------------------------|
| (6) | <i>moj</i>
'cobra' |
| (7) | <i>kwat</i>
'sol' |
| (8) | <i>i-po</i>
'minha mão' |
| (9) | <i>ej-ap</i>
'tua pele' |
| (10) | <i>i-ti</i>
'minha mãe' |
| (11) | <i>e-ti</i>
'tua mãe' |
| (12) | <i>t-e-kite</i>
3.POSS-REL-faca |

Diante dessa sucinta exposição da diversidade de marcação morfológica da expressão de posse, voltemos ao português brasileiro. Nota-se que, em princípio e diferentemente do que se dá em aweti, a relação de posse não distingue nem semanticamente e nem morfológicamente o tipo de objeto possuído, se objeto do mundo cultural, parentesco ou parte do corpo: nos três dados abaixo, *livro*, *marido* e *mão* são nomes possuídos, o que é expresso pela relação direta com o pronome possessivo de terceira pessoa masculino (seu) ou feminino (sua) ou pela mediação de uma preposição *de* com os nomes interpretados como possuidores *José*, *Joana*, *menina*, *ele*, *ela*¹.

- | | |
|------|-------------------------|
| (13) | Seu livro. |
| (14) | O livro do José/(d)ele. |
| (15) | Seu marido. |

¹ Nesta seção, o conceito de posse utilizado é estritamente gramatical, e se limita a estabelecer a relação entre os dois termos integrantes do sintagma. Por exemplo, em “o livro do José/dele”, não se coloca a questão de se “no mundo” o livro era de outra pessoa e está emprestado ao José. Esse fato extrapola os limites do objeto gramatical. Neste cenário, o elemento gramatical “seu/sua” sempre indica relação de posse/pertencimento. Adiante, a discussão a respeito de posse em nível discursivo, histórico e social será abordada.

- (16) O marido da Joana/d(ela).
 (17) Sua mão.
 (18) A mão da menina/(d)ela.

No entanto, nota-se que quando há presença de determinados nomes que expressam relações de parentesco ou hierarquia, sobretudo nomes animados e masculinos, tais como ‘pai’, ‘marido’ ou ‘chefe’, em orações do tipo ‘sou seu x’, o pronome possessivo de terceira pessoa perde sua função de indicar elemento possuidor e passa a indicar elemento possuído, subvertendo o padrão morfológico da língua. Isso pode se dar de modo mais ambíguo e distenso, como em (19), ou de modo mais intenso e declarado, como em (20):

- (19) Eu sou seu marido.
 Interpretação esperada: seu indica elemento possuidor e marido indica elemento possuído
 (20) “sou seu marido, por isso mando em você e nos seus filhos²”
 Interpretação obtida no discurso: *seu* pode indicar elemento possuído e marido pode indicar elemento possuidor³.

3 DA OBTENÇÃO DE DADOS QUE DESCONSTROEM A ORDEM LINGUÍSTICA NÃO-MARCADA

A fala autoritária que inverte as relações de posse na ordem da língua implica o deslocamento do terreno próprio ao sistema para a exterioridade. Com efeito, a necessária observação do comportamento linguístico da relação de posse é condição *sine qua non* para a materialização da inversão que propomos elucidar. Não há discursividade sem a língua e a língua, por sua vez, está sujeita ao equívoco, ao que foge à sistematicidade.

Nesse sentido, após feita a apreciação sistemática da ideia de posse na língua, com especial enfoque na língua portuguesa, apresentamos o material a partir do qual essa sistematicidade passará por uma inversão relativa à ideia de posse. Para essa análise da exterioridade que inverte a ordem do esperado, procedemos da seguinte forma:

1) Delimitamos um conjunto de seis estruturas sintagmáticas representativas da ideia de posse com potencial de amostragem para o dizer autoritário. São elas: (i) ‘sou seu marido’; (ii) ‘sou sua mulher’; (iii) ‘sou seu pai’; (iv) ‘sou sua mãe’; (v) ‘sou seu amigo’; (vi) ‘sou sua amiga’.

2) Após essa delimitação, buscamos – digitando cada uma delas – por essas estruturas e suas variantes no site de busca google.com.br.

² Fonte: <https://bit.ly/2LmkX6X>. Acesso em: 8 fev. 2019.

³ Outros casos, incluindo sintagmas possessivos com nomes animados e femininos, serão abordados na seção 4.

3) Coletamos todas as estruturas encontradas da primeira à décima página do site de buscas mencionado. Os resultados variaram por diferentes tipos de texto: canções, romances, programas televisivos, memes.

4) O tipo de texto não será objeto de discussão, mas o fenômeno de inversão da relação de posse. Nesse sentido, é indiferente para nossa análise se o texto em que a estrutura emergiu é de alto ou baixo *status* cultural. Interessou para nossa coleta a presença do sintagma.

4 A RELAÇÃO DE POSSE NA EXTERIORIDADE DA LÍNGUA

Toda a primeira parte dedicou-se a apontar as organizações morfossintáticas que geram as interpretações canônicas das relações de posse em português – inclusive, por paralelos entre essa e outras línguas – na ordem da língua. Para retomarmos Pêcheux, “[...] esses mecanismos pertencem ao *sistema linguístico* ou [...] têm a ver com o funcionamento da língua com relação a si mesma” (PÊCHEUX, 1997a, p. 90, grifo do autor). Ainda de acordo com o autor, “[...] todo sistema linguístico, enquanto conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas, é dotado de uma *autonomia relativa* que o submete a leis internas, as quais constituem, precisamente, o objeto da Linguística” (PÊCHEUX, 1997a, p. 91).

Sem negligenciar, portanto, a existência de regras imanentes ao sistema linguístico, o funcionamento das relações de posse na ordem da língua nos instiga a fazer a seguinte questão: em que condições as relações de posse obedecem à estrutura da língua? Haveria aí espaço para o equívoco, para a quebra no horizonte de expectativas?

Em nosso entender, o objeto que agora se apresenta, a saber, construções de posse em que há um deslocamento entre possuído e possuidor no plano discursivo, produz um deslocamento na estrutura pelo efeito da exterioridade. A interpretação da posse, marcada por possessivo de terceira pessoa mais possuído, inverte-se no plano discursivo, apesar de, no plano estritamente linguístico, nada se alterar. Dessa forma, “[...] a Linguística é *solicitada constantemente para fora de seu domínio* [...]” (PÊCHEUX, 1997a, p. 87, grifo do autor).

Entre a estrutura e o acontecimento (PÊCHEUX, 1997b), a operação de batimento – “[...] a tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso” (PÊCHEUX, 1997c, p. 19) – impõe a análise dessa relação entre língua e exterioridade. A estrutura de posse em português, sob esse prisma, para além da existência constativa de que algo/alguém é possuído por algo/alguém, também serve a construções autoritárias⁴

⁴ Não empreendemos, por uma questão de delimitação, uma análise sociológica do dizer autoritário. Centrar-nos-emos exclusivamente nas leituras possíveis a partir de dados da língua em funcionamento. Como enfocamos seis construções de tipo autoritário com relação de posse [(i) ‘Sou seu marido’; (ii) ‘sou sua mulher’; (iii) ‘sou seu pai’; (iv) ‘sou sua mãe’; (v) ‘sou seu amigo’; (vi) ‘sou sua amiga’], uma análise sociológica de cada uma dessas relações demandaria um trabalho à parte. Nesse sentido, a interpretação dos dados linguísticos é suficiente para o nosso objetivo, a saber, analisar a passagem da língua ao discurso que impõe um deslocamento da ordem linguística (o possuído funciona como possuidor) na determinação da posse.

– no plano discursivo – em que possuído/possuidor são deslocados. Em nossas sequências discursivas, o deslocamento do efeito de sentido de posse está no pronome possessivo em sua relação com a posição sujeito possuída. Assim, “Eu sou seu marido”, por exemplo, tem uma relação de posse bem marcada na língua. Na leitura linear e estrutural da sequência, “x diz que pertence a alguém”. No entanto, no discurso, há um deslocamento da posse: quando um sujeito masculino diz “sou seu marido”, nos contextos analisados a seguir, ele não está declarando que pertence ao sujeito feminino, mas impondo que este último deve lhe obedecer. “Sou seu marido”, na verdade, é correlato de “Você é minha mulher”, prevalecendo, no discurso, este último efeito de sentido de autoritarismo.

Isso se dá quando a pressuposição implica pré-construídos inexistentes na materialidade da posse *tout court*. Retomando Pêcheux (1997a, p. 99), “[...] o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”. Tais construções compõem configurações ideológicas aceitas como verdade e reproduzidas na/pela materialidade linguística. Ainda de acordo com Pêcheux, “[...] ao abordar a questão do pré-construído, chegamos a *um dos pontos fundamentais da articulação da teoria dos discursos com a Linguística*” (PÊCHEUX, 1997a, p. 99, grifo do autor).

Propomos, para este trabalho, uma definição de dizer autoritário sem compromisso com uma teoria sociológica. Sob essa ótica, autoritário deve ser entendido como enunciado a que não se pode contra-argumentar por estar sustentado em evidências de tipo hierárquico advindas de um outro lugar – exterior à língua. No nosso trabalho, especificamente, esse outro lugar é o discurso religioso sustentado na/pela Bíblia. É aí, efetivamente, que as figuras ‘marido’, ‘mulher’, ‘pai’, ‘mãe’, ‘amigo’ e ‘amiga’, são cristalizadas como autoridades. No caso das relações de amizade, isso aparece em grau mais ínfimo. No entanto, há na Bíblia a ideia de que a amizade é imperativa e, como tal, as personagens que compõem essa relação estariam obrigadas a “seguir conselhos” uma da outra. Indiretamente isso implica o “privilégio” ou a necessidade de “dizer ao outro o que se deve fazer”, o que pode ser lido não só, mas também, como autoritarismo, conforme demonstramos mais adiante.

Nessa configuração, aquele que fala é sempre construído como autorizado a dizer e aquilo que é dito é posto como verdade a ser seguida e não um ponto de vista a ser debatido. Nesse intuito, retomemos os excertos (19) e (20) dados acima para evidenciar algumas características próprias dos termos que compõem os dois enunciados denotadores de posse na relação com o que propomos denominar *dizer autoritário*. (i) o elemento possuído não é um nome próprio ou um “objeto do mundo”, mas uma função social ‘marido’ atribuída a um ser animado; (ii) ‘seu’ é, ao mesmo tempo, um possessivo de terceira pessoa e um demonstrativo; (iii) a condição de ‘seu’ implica aquilo para o que o pronome aponta, ou seja, o possuidor, que também deverá ser animado; (iv) o efeito de deslocamento se dá no dizer autoritário, no interior do qual o possuído passa a ser o possuidor a partir da sua função social. A materialidade desse discurso pode ser formalizada pela estrutura em (21):

(21) [ser.1pess.sg [pro. poss.3pess.sg [Nome _{+anim}]]]

Quando o nome é tomado como complemento de um pronome possessivo, este deveria ser automaticamente interpretado como elemento possuído, como se observa em ‘seu livro’. No entanto, quando o nome é animado e designa função social, produz-se uma inversão da interpretação de posse no dizer autoritário. Da designação de posse esperada passa-se a um desnível hierárquico entre possuidor x possuído enquanto sujeitos.

Em (19), encontramos o significado não-marcado⁵ (PERINI, 2008) da posse, ou seja, o espaço em que a língua prescinde do discurso e as formas cumprem um papel estritamente gramatical. Em si, a sequência ‘Eu sou seu marido’ não implica o pré-construído de desnível hierárquico. O mesmo vale para as sequências análogas coletadas neste trabalho: (ii) ‘sou sua mulher’; (iii) ‘sou seu pai’; (iv) ‘sou sua mãe’; (v) ‘sou seu amigo’; (vi) ‘sou sua amiga’.

Isso significa que a relação de posse deslocada na fala autoritária exige a correlação com outros elementos linguísticos do enunciado e nos remete ao jogo de imagens descrito por Pêcheux (1997c, p. 82): “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro [...]”. Assim, temos: (i) a imagem que A faz de A (quem sou eu para lhe falar assim); (ii) a imagem que A faz de B (quem é ele para que eu lhe fale assim); (iii) a imagem que B faz de B (quem sou eu para que me fale assim); (iv) a imagem que B faz de A (quem é ele para que me fale assim). Esses lugares não são derivados da consciência psicológica dos indivíduos, mas do modo como, socialmente, certas posições-sujeito são pré-construídas. Nesse simulacro, parece inadequado pensar em qualquer termo da língua que, preenchendo A ou B, não se refira a posição social, o que reforça nosso argumento de que a subversão das relações de posse só se dá no plano social. Isso não ocorre com seres inanimados.

Observemos o caso de (20): a estrutura básica deveria dizer que ‘alguém’ – possivelmente uma esposa (B, na cena construída pelo enunciado) – deveria ser, idealmente, dona/possuidora de ‘marido’ [A, na cena construída pelo enunciado (seu marido = marido dela)]. No entanto, um deslizamento semântico advindo do dizer autoritário ressignifica a estrutura gramatical. O ‘marido’ (A) gramaticalmente possuído passa a ocupar uma posição-sujeito de possuidor, de autoridade, de mandante, de hierarquicamente superior, apesar de, na materialidade linguística, não ser esse o resultado esperado da combinação das partes. Preenchendo o jogo de imagens de Pêcheux (1997c), teríamos: (i) marido faz de si – apoiado em um discurso autoritário patriarcal que remonta ao texto bíblico, conforme demonstramos adiante – uma imagem de mandatário; (ii) marido faz da mulher uma imagem de submissa. Com relação a B, não temos a resposta configurada no enunciado, mas o autoritarismo aqui se deixa apreender nos dizeres de A e não na resposta de B (seja ela de aceite ou de resistência). Hipoteticamente, a mulher poderia se opor. Isso não inviabiliza a tese de que o enunciado de A é autoritário porque não admite contrapartida argumentativa.

O mesmo ocorre com os seguintes enunciados de nosso *corpus* (tabela 1 do anexo):

⁵ Ou ao menos, ambigualmente marcado, já que ‘Eu sou seu marido’ não necessariamente implica um dizer autoritário.

- (22) Mulher toma tua linha/Eu sou seu marido⁶.
 (23) Sou seu marido agora. Tenho que cuidar da sua reputação. Isso não pega bem para uma mulher casada⁷.
 (24) Eduarda eu sou seu marido, eu tenho esse direito⁸.
 (25) Quando não concordava com meu marido, ele dizia: ‘Você tem de me obedecer, eu sou seu marido’⁹.

Dos quatro itens sistematizados anteriormente, o primeiro – a função social da posição-sujeito – determina a inversão pelo traço “animado” (esse tipo de construção não se dá, como dissemos anteriormente, com objetos inanimados, já que o autoritarismo e a hierarquia inexistem fora de disparidades entre funções sociais). Com efeito, é com vistas à posição-sujeito delimitada pelo naturalizado sócio-historicamente que a falha se aloja na estrutura.

Conforme Pêcheux (1997a, p. 102, grifo do autor) assevera, o pré-construído tem

[...] como uma sua característica essencial, a separação fundamental entre o *pensamento* e o *objeto de pensamento*, com a pré-existência deste último, marcada pelo que chamamos uma discrepância entre dois domínios de pensamento, de tal modo que o sujeito encontra um desses domínios como o impensado de seu pensamento, impensado este que, necessariamente, pré-existe ao sujeito.

A pertinência e imprescindibilidade do traço animado – o jogo de imagens de Pêcheux não se aplicaria a relações de posse como nos exemplos (13), (14), (17) e (18) dados anteriormente – no deslocamento da relação de posse pode ser evidenciada por uma rede parafrástica como a elaborada de (26) a (29). Esse argumento pode ser sustentado pelas seguintes paráfrases dos enunciados de de (26) a (29) dadas a seguir:

- (26) Cadeira toma tua linha/Eu sou sua mesa.
 (27) Sou seu lápis agora. Tenho que cuidar da sua reputação. Isso não pega bem para uma caneta importada.
 (28) Cortina eu sou seu trilho. Eu tenho esse direito.
 (29) Quando não concordava com minha tábua de passar ela dizia: ‘Você tem de me obedecer, sou sua tábua de passar.’

Isto é, discursivamente, a relação de posse desloca-se com a condição de que possuidor e possuído não sejam objetos do mundo natural, mas sim, necessariamente, do mundo da história¹⁰. O pré-construído dos enunciados parafraseados evidencia-se pelo

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/2DXZqxn>.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2sLlc3P>.

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2DKm0t3>.

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2qqI74Q>.

¹⁰ Embora seja importante ressaltar essa característica, não voltaremos a isso por considerarmos a questão resolvida do ponto de vista discursivo.

efeito de sentido de verdade assumida de que ‘marido’ (A) ocuparia uma posição-sujeito mais próxima do possuidor que do possuído. Diante desse cenário, a esposa (B) emerge como lugar de submissão a ser investido de modo incisivo – em alguns casos, até com efeitos de agressividade, como em (22) – por A. Importante enfatizar que, nas construções (22) a (25), nem a suposta neutralidade da estrutura da língua pode alterar isso, pois o que garante a ordem das posições-sujeito na estrutura de posse vem do pré-construído: “Porque o marido é a cabeça da mulher, como também cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo” (Ef. 5:23¹¹).

Isso funciona também quando a relação de posse se dá entre homem e mulher, em que essa guarda mais ou menos a mesma relação como em marido e esposa. Vale destacar que, embora não seja nosso intuito, aqui nos enveredarmos para teorias de tipo sociológico, o gênero importa na forma como o autoritarismo se consolida. Em geral, observamos construções mais incisivas quando a posição-sujeito (A) é masculina. Em contrapartida – ainda que também autoritária –, quando posição-sujeito (A) é feminina, o autoritarismo se dá de modo não incisivo/agressivo, mas por via indireta – sob a forma da vitimização ou chantagem emocional. Cabe esclarecer ainda que a construção (ii) ‘sou sua mulher’ é a que apresentou dados mais heterogêneos e isso porque, em geral, os valores da sociedade patriarcal brasileira tornam construções autoritárias em que a posição feminina seja a mandatária mais incomum, ao menos se considerarmos a relação marido x mulher/esposa. No entanto, a existência desse tipo de construção denota que a sociedade passou por transformações jurídicas e econômicas e, ainda que seja mais raro, o sujeito feminino também pode assumir uma posição autoritária. Observemos essa heterogeneidade dos dados a partir das quatro amostras que seguem:

- (30) Amor, por favor, não desligue o telefone. Eu sou sua mulher e você é o meu homem¹².
- (31) Eu sou sua mulher, sou o maior bem que você vai arrumar nessa vida¹³.
- (32) Sou sua mulher, não sua¹⁴ propriedade¹⁵.
- (33) Não sou SUA mulher! Não tenho dono¹⁶.

Os enunciados (30) e (31) marcam uma posição autoritária em que A é posição-sujeito feminina. Nos enunciados (32) e (33), em contrapartida, A deixa de se submeter à autoridade de B que, pelas marcas linguísticas, pode ser recuperado como tendo reproduzido, anteriormente, um dizer alinhado com o disposto nos enunciados (22) a (25).

¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/2qn4rwb>.

¹² Disponível em: <https://bit.ly/2sLIR5j>.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/2rTgn9e>. Para a cena do filme em que o enunciado aparece, conferir: <https://bit.ly/2OR0idl>.

¹⁴ Esta segunda ocorrência do pronome não corresponde exatamente às relações que pretendemos enfatizar aqui. Isso porque a desconstrução da posse, na segunda ocorrência, extrapola o funcionamento do pronome pela determinação sofrida pelo advérbio modificador “não”. O segundo período apenas apoia o primeiro, restando a este a pertinência para este estudo.

¹⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2rSM42u>.

¹⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3653Nm9>.

Isto é, se nos enunciados em que aparece ‘sou seu marido’, todos os dizeres marcam o autoritarismo masculino, a ocorrência de ‘sou sua mulher’ apresenta dados em que, ora a mulher se alinha com o autoritarismo – é autoritária –, ora responde ao autoritarismo masculino nuançando o valor de “sua” em “sua mulher” para, na sequência, negar o que, de forma pré-construída, costuma-se afirmar quando se diz “Você é minha mulher”. Assim, a segunda oração de (32), [...] “não sou sua propriedade”, é uma paráfrase explicativa para a primeira, em que “sua” poderia, ambigualmente, reforçar o autoritarismo masculino. Parafraseando esta estrutura teríamos algo como: (32a) “Ser sua mulher não significa ser sua propriedade”, ou ainda, (32b) “Ei, você, ser sua mulher não lhe dá o direito de fazer isso/ser assim comigo”.

No que concerne a (30) e (31), isso se dá mais por manipulação e não tanto por imposição. Um efeito de sentido aí inscrito é o de ‘não vá embora’, mais enfaticamente sugerido do que uma ideia de ‘faça o que eu estou mandando’. Há uma distinção importante a ser observada por retomar um pré-construído sobre a relação de poder entre homem e mulher. Esse pré-construído tem como um dos lugares fundantes o texto bíblico: o já citado versículo 23 do capítulo 5 de Efésios. Além disso, o primeiro teria a seu favor a ‘força física’; a segunda, a ‘sagacidade’. Há, inclusive, um enunciado prototípico que subverte a ordem do texto bíblico que materializa e valida a sagacidade feminina como arma contra a força masculina: ‘O homem é o cabeça do lar/da casa/da família/do relacionamento, mas a mulher é o pescoço¹⁷’.

Assim, o autoritarismo em (30) e (31) não vem da violência incisiva, mas da manipulação gentil e modalizada. A ação demandada é ‘não desligar o telefone’. Essa ordem não é dada de modo direto, mas modalizada pelo ‘por favor’ e reforçada pelo ‘sou sua mulher’ assim como ‘você é o meu homem’. Em (31), isso funciona mais ou menos da mesma forma: dá-se uma ordem indireta pela substituição de uma causa comum tida como ‘bem maior’ por uma causa individual – da mulher – tida como ‘bem maior’. Isso se evidencia se recuperarmos o contexto maior da cena da animação *Os incríveis*. Nesse quadro mais amplo, precede a fala da mulher descrita em (31) a seguinte fala do marido: ‘A parada aqui é um bem maior’. O herói está à procura do uniforme para sair em uma missão de ‘salvamento do mundo’. É possível estabelecer uma nuance entre ‘bem’ e ‘bem’. Entre a primeira e a segunda ocorrência, há um efeito de ambiguidade entre ‘bem’ como ‘bondade’, ‘ação de assistencialismo’, antônimo de ‘mal’ e o ‘bem’ como ‘algo precioso’, ‘uma joia’.

Em (32) e (33), ‘sou sua mulher’ é uma resposta ao autoritarismo masculino. Em (32), o enunciado pressupõe um dizer anterior em que um marido teria dito ‘Você é minha mulher’ e, em (33), o enunciado pressupõe um dizer em que o marido teria dito: “sou seu dono” ou algo que equivalha. Isto posto, a relação de posse em ‘sou sua mulher’ é mais heterogênea, sofrendo inversão no plano discursivo nos enunciados (30) e (31) e mantendo seu significado não-marcado em (32) e (33). É o único caso em nosso material. Contudo, como já afirmamos, nosso objetivo aqui não é uma discussão sociológica a respeito dos papéis “masculino” x “feminino”, mas investigar o deslocamento da relação de posse no discurso. Neste caso, o fator gênero é relevante, mas deixa de sê-lo nos

¹⁷ Disponível, por exemplo, em: <https://bit.ly/33Ohh4d>.

seguintes. Se observarmos a relação de parentesco pai x filho e mãe x filho, veremos que o fator gênero sai do primeiro plano. Tanto ‘sou seu pai’ quanto ‘sou sua mãe’ submetem a estrutura de posse ao deslocamento no plano discursivo:

- (34) Entra no carro. Eu sou seu pai¹⁸!
- (35) Eu sou seu pai e você não vai ser artista porra nenhuma. Larga essa guitarra¹⁹.
- (36) Menina, olha nos meus olhos, e me respeita que eu sou seu pai²⁰.
- (37) Me respeite, que ainda sou seu pai²¹.
- (38) Me respeita, que sou tua mãe²².
- (39) Não me falas assim, que sou tua mãe²³.
- (40) Oh, rapazinho, me respeita que sou sua mãe²⁴.

De (34) a (40), ‘sou seu pai/sou sua mãe’ reproduzem a inversão da posse no nível do discurso, já que não se trata de simplesmente declarar que o filho/filha ‘tem um pai e uma mãe’, mas de impor uma ordem sem argumento, simplesmente pela retomada do pré-construído segundo o qual filhos devem obedecer seus pais. Se, nos casos atinentes a marido x esposa, o fator gênero associado à posição-sujeito era importante, aqui, é o fator idade associado a paternidade e maternidade o determinante. O pré-construído desses enunciados também encontra sua fundação no texto bíblico: “Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o senhor teu Deus te dá” (Ex. 20:12²⁵); “Vós, filhos, sede obedientes a vossos pais no Senhor, porque isso é justo. Honra teu pai e a tua mãe, que é o primeiro mandamento com promessa; para que te vá bem, e vivas muito tempo sobre a terra” (Ef. 6:1-3²⁶).

Nosso último bloco de enunciados contempla as sequências ‘sou seu amigo’/ ‘sou sua amiga’.

- (41) Depois de dita a frase eu sou seu amigo o humano fica tranquilo e submisso aceitando até ser levado para um passeio²⁷...
- (42) Shan, me escute. Porque eu sou seu amigo²⁸.
- (43) Porque eu sou sua amiga eu tenho que te dizer: você só fala merda²⁹.

¹⁸ Disponível em: <https://bit.ly/384QVOF>.

¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/2YgmUXE>.

²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/35VCTx0>.

²¹ Disponível em: <https://bit.ly/2rQTR0J>.

²² Disponível em: <https://bit.ly/2DJN5MP>.

²³ Disponível em: <https://bit.ly/2DJN5MP>.

²⁴ Disponível em: <https://bit.ly/34Qph65>.

²⁵ Disponível em: <https://bit.ly/2sEIVVo>.

²⁶ Disponível em: <https://bit.ly/33P39aL>.

²⁷ Disponível em: <https://bit.ly/2Pc22g9>.

²⁸ Disponível em: <https://bit.ly/2qpMYmM>.

²⁹ Disponível em: <https://bit.ly/386IGBS>.

- (44) Michele: Por que está chorando? – Lara: Não é nada. Michele: – Eu sou sua amiga pode me contar³⁰.

Assim como nos casos anteriores, ‘sou seu/sua amigo(a)’ funciona de modo a conferir autoridade a A em relação a B. Nesse sentido, mais do que informar que A é amigo de B, o ‘seu/sua’ invertem a relação de posse, pois, efetivamente, parafraseando os enunciados acima temos, respectivamente:

- (45) Sou seu amigo, portanto, vá comigo a um passeio.
 (46) Sou seu amigo, portanto, escute-me.
 (47) Sou sua amiga e, portanto, te digo: pare de falar merda.
 (47) Eu sou sua amiga, portanto, conte-me.

Sob a forma do pedido, da súplica, e da posse na estrutura linguística, A submete B a uma posição de obediência declarada ou velada. Isso se assenta na ideia de que há algo de ‘sagrado’ na relação de amizade e, mesmo quando o amigo é/está sendo autoritário, isso não é lido dessa forma porque ‘é meu amigo/minha amiga quem está falando, portanto, está legitimado’. Esse pré-construído também encontra eco no texto bíblico. Citemos alguns exemplos: “Em todo o tempo ama o amigo e para a hora da angústia nasce o irmão” (Pr. 17:17³¹); “Leais são as feridas feitas pela amigo, mas os beijos do inimigo são enganosos” (Pr. 27:6³²); “Como o ferro com ferro se aguça, assim o homem afia o rosto do seu amigo”(Pr. 27:17³³); “Vós sereis meus amigos, se fizerdes o que eu vos mando” (Jo. 15:14³⁴).

Sob esse prisma, aqui também a relação de posse encontra-se subvertida, pois aquele que figura linguisticamente como possuidor, no plano discursivo, é ‘possuído’ e submetido à vontade de A. Assim, ‘seu amigo’ funciona como substituto de ‘meu amigo’ do ponto de vista da hierarquização simulada no/pelo discurso. A imagem que A (‘seu amigo’) faz de si e de B (possuidor de ‘sem amigo’) é de alguém que deve fazer a vontade de A, assim como observamos nas construções ‘sou seu marido/sua mulher’ e ‘sou seu pai/sua mãe’.

5 CONCLUSÃO

A análise de dados reais obtidos por meio de uma metodologia controlada demonstrou que o fenômeno de inversão de posse apresentado neste artigo se dá de modo sistemático e previsível. A partir da descrição da interpretação canônica da posse oriunda das relações morfossintáticas no português brasileiro, exemplificada por possessivo de

³⁰ Disponível em: <https://bit.ly/2OT01tr>.

³¹ Disponível em: <https://bit.ly/2LnqzOa>.

³² Disponível em: <https://bit.ly/2req6ac>.

³³ Disponível em: <https://bit.ly/2OPcfQz>.

³⁴ Disponível em: <https://bit.ly/2YeyvXk>.

terceira pessoa mais elemento possuído, observa-se a inversão entre possuído e possuidor no plano discursivo quando os nomes envolvidos na formação denotam seres animados que exercem determinadas funções sociais. Observou-se também que o legado bíblico atribuído ao nome inicialmente possuído que passa a possuidor tem papel fundamental na inversão da relação e em seu grau.

O jogo de imagens (PÊCHEUX, 1997c) alimenta-se de pré-construídos assentados especialmente no texto bíblico para retomar valores atinentes às figuras do ‘marido’, da ‘mulher’, do ‘pai’, da ‘mãe’, do ‘amigo’ e da ‘amiga’ – elementos-chave no preenchimento de A e B no simulacro pecheutiano. É desses pré-construídos – [(i) esposa deve obediência ao marido, donde deriva que o marido é o cabeça da família; (ii) se o marido é o cabeça, a mulher é o pescoço; (iii) pai e mãe devem ser obedecidos e honrados sob qualquer circunstância; (iv) amigos são como irmãos] – que emerge a inversão, no plano discursivo, entre possuidor e possuído.

A partir disso, concluímos que a leitura das sequências discursivas está submetida a regras do discurso que impossibilitam a delimitação de uma estrutura para cada efeito de sentido, ou seja, a pluralidade semântica é inerente a uma única configuração linguística sem desambiguação possível do ponto de vista sintático. O diálogo entre morfossintaxe e discurso demonstrou a produtividade do diálogo interdisciplinar (morfossintaxe e semântica discursiva) na descrição da inversão da posse em português em dizeres autoritários.

REFERÊNCIAS

- AIKHENVALD, A. Y. Expressing 'possession': motivations, meanings, and forms. In: JOHANSON, L.; MAZZITELLI, L. F.; NEVSKAYA, I. (Eds.). *Possession in Languages of Europe and North and Central Asia*. John Benjamins: Expected March 2019. p. 7-25. [Studies in Language Companion Series, 206]
- Borella, c. *Aspectos morfossintáticos da língua aweti (tupi)*. 2000. 223f. Dissertação (mestrado em linguística) – programa de pós-graduação em linguística, universidade estadual de campinas, campinas, 2000.
- MONSERRAT, R. M. F. Prefixos pessoais em Aweti. In: *Boletim do Museu Nacional Lingüística III*. Rio de Janeiro: 1976.
- DA SILVA, G. G. Alomorfia em prefixos possessivos da língua aweti. Relatório final de Iniciação Científica. Universidade Federal de São Paulo/FAPESP, 2018.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 2. ed. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1997b.
- PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69). Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Pontes, 1997c. p. 61-162.
- PÊCHEUX, M. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos escolhidos e selecionados por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 163-174.
- PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva: as valências verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

APÊNDICE

Ocorrências de relações de posse obtidas em busca no google.com.br³⁵

Dado	Fonte (link)	Data da coleta
‘Sou seu marido’		
‘sou seu marido, por isso mando em você e nos seus filhos’	https://bit.ly/2rg11f3	08/02/2019
Mulher toma a sua linha/ Eu sou seu marido	https://bit.ly/2YjeMpi	08/02/2019
É pena que você pense. Que eu sou seu escravo. Dizendo que eu sou seu marido. E não posso partir.	https://bit.ly/2qo2xeJ	08/02/2019
O homem que precisa dizer: Eu sou seu marido e, por isso, você precisa me obedecer. Está com verdadeiros problemas.	https://bit.ly/34OXouZ	08/02/2019
Estou aqui porque sou seu marido e essa é nossa noite de núpcias. É normal compartilhar a cama.	https://bit.ly/2PgWHnB	08/02/2019
Sou seu marido agora. Tenho que cuidar da sua reputação. Isso não pega bem para uma mulher casada.	https://bit.ly/3622yE5	08/02/2019
Eduarda eu sou seu marido, eu tenho esse direito	https://bit.ly/34SSiOu	08/02/2019
Quando não concordava com meu marido, ele dizia: 'Você tem de me obedecer, eu sou seu marido.	https://bit.ly/34PMcOY	08/02/2019
“Te matei e sou seu marido”.	https://glo.bo/2OPIbnZ	08/02/2019
Mas, como assim? Você sabe que este é o meu trabalho e que a passarela é a minha vida. — Mas eu sou seu marido e tenho meus direitos.	https://bit.ly/2DQm0HS	08/02/2019
‘Sou sua mulher’		
Sim sou sua mulher e serei sempre sua namorada	https://bit.ly/3610Y5m	12/02/2019
Amor, por favor, não desligue o telefone Eu sou sua mulher e você é o meu homem.	https://bit.ly/2RgMHxz	12/02/2019
"Sou sua mulher e vou ser para sempre".	https://bit.ly/360Ylk8	12/02/2019
Ontem você me chamou de “minha mulher” e é isso que eu sou: sua mulher, sua, só sua. E se você quiser que eu seja sua fêmea, eu serei;	https://bit.ly/33NqRo1	12/02/2019
Eu sou sua mulher, sou o maior bem que você vai arrumar nessa vida!	https://bit.ly/366aB2M	12/02/2019
Sou sua mulher, não sua propriedade.	https://bit.ly/2P7lzOA	12/02/2019
Sou sua mulher, não sua empregada.	https://bit.ly/2OR2AZZ	12/02/2019
sou sua mulher, não sua empregada nem saco de pancadas!	https://bit.ly/354rXNi	12/02/2019
Não sou SUA mulher! Não tenho dono.	https://bit.ly/2OPIlf5	12/02/2019
‘Sou seu pai’		
Entra no carro EU SOU SEU PAI!	https://bit.ly/38a7eJZ	12/02/2019
Eu sou seu pai e você não vai ser artista porra nenhuma. Larga essa guitarra.	https://bit.ly/38a60i7	12/02/2019
'Menina, olha nos meus olhos, e me respeita que eu sou seu pai!',	https://bit.ly/2qkcv0w	12/02/2019
Me respeite, que ainda sou seu pai.	https://bit.ly/2Pi53LO	12/02/2019
Sou sua mãe		
Eu sou, eu sou, eu sou, eu sou/Porque assim eu sou/A mamãe/A mãe	https://bit.ly/2R14Kmc	21/08/2018
Como faço para as avós perceberem que eu sou a mãe?	https://bit.ly/2YiP30r	21/08/2018

³⁵ Aqui constam todas as ocorrências das sequências estruturadas em ‘sou seu x’ da primeira à décima página do Google. Nem todas foram utilizadas, portanto, cabe esclarecer que as sequências selecionadas no artigo obedeceram aos seguintes parâmetros: (i) número limitado para ocorrências similares (limitamos ao máximo de quatro sequências para cada caso); (ii) pertinência das sequências ao fenômeno da inversão da posse (ocorrências não muito claras ou de menor relevância constam na tabela, mas não foram utilizadas na análise feita no texto).

Você me respeite, eu sou sua mãe.	https://bit.ly/2qqMYD6	21/08/2018
Me respeite, sou sua mãe.	https://bit.ly/2Lpdy6Q	21/08/ 2018
Mais respeito que sou tua mãe.	https://bit.ly/2rexX7F	21/08/ 2018
Há pessoas que estão tentando amar, porque desde o início, a mãe fica dizendo à criança, "Você tem que me amar, porque eu sou sua mãe"	https://bit.ly/33LcC2N	21/08/ 2018
Ora, filho, eu sou sua mãe. - E eu sou seu filho. Pronto, empatamos. Agora arrume outra desculpa.	https://bit.ly/2RkPkOU	21/08/ 2018
Eu sou feia, mas sou tua mãe, respeita.	https://bit.ly/2s0Iu6E	21/08/ 2018
Me respeita que sou tua mãe.	https://bit.ly/2rVVESk	21/08/ 2018
Mais respeito que sou tua mãe.	https://bit.ly/34P0HCp	21/08/ 2018
'Sou seu amigo'		
"Nem precisa me falar essas coisas. Antes de tudo eu sou seu amigo"	https://glo.bo/2ORexP9	21/08/ 2018
Eu sou teu amigo há seis anos e tu conhece essa fdp há 6 meses...	https://bit.ly/33L9ggo	22/08/ 2018
Depois de dita a frase eu sou seu amigo o humano fica tranquilo e submisso aceitando até ser levado para um passeio...	https://bit.ly/2qrO5T0	22/08/ 2018
Não me mata... eu sou seu amigo.	https://bit.ly/2s0NgRC	22/08/ 2018
Você sabe porque eu não ti matei até agora. - Porque você é meu amigo.	https://bit.ly/2qp96Ob	22/08/ 2018
Shan, me escute. Porque eu sou seu amigo.	https://bit.ly/388IV0i	22/08/ 2018
Acho que não preciso provar o quanto sou seu amigo na vida, né cara.	https://bit.ly/2LpsdyO	22/08/ 2018
Eu sou o tipo de amigo que te ajuda até a esconder um cadáver, mas se pisar na bola, não se esqueça que eu sei como esconder um cadáver.	https://bit.ly/389aANk	22/08/ 2018
'Sou sua amiga'		
Eu posso não ser a pessoa mais verdadeira, inteligente e sarcástica que você conhece, mas eu sou e sempre serei a sua melhor amiga.	https://bit.ly/3839P8J	22/08/ 2018
Quando sua amiga saiu sem te chamar: Eu não sou mais sua amiga.	https://bit.ly/2PjuCfL	22/08/ 2018
Porque eu sou sua amiga eu tenho que te dizer: você só fala merda.	https://bit.ly/2PeuVIC	22/08/ 2018
Michele: Por que está chorando? -Lara: Não é nada. Michele: - Eu sou sua amiga pode me contar.	https://bit.ly/2Pev270	22/08/ 2018
Eu fui fiel, fui sua amiga/ Você me traiu com as inimigas...	https://bit.ly/367Zg26	22/08/ 2018



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200108-3219>

Recebido em: 17/04/2019 | Aprovado em: 20/11/2019

REVISITANDO O ESTUDO/ESTATUTO DIALÓGICO DA PALAVRA-ENUNCIADO

Revisiting the Dialogical Study/Status of the Word-Utterance | Revisión del Estudio/Estado Dialógico de la Palabra-Enunciado

Rodrigo Acosta Pereira*

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Língua e Literatura Vernáculas
Florianópolis, SC, Brasil

Beth Brait**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes
Departamento de Ciências da Linguagem e Filosofia
São Paulo, SP, Brasil

Resumo: Diversificados e produtivos caminhos de estudo da palavra têm se instituído no campo das ciências da linguagem. Neste artigo, o objetivo é delinear considerações epistemológicas e teórico-metodológicas a respeito do estudo da palavra como signo ideológico, a partir dos escritos do hoje denominado Círculo de Bakhtin e, mais especificamente, de M. Bakhtin, V. Volóchinov e P. Medviédev. Para tanto, o artigo revisita o conjunto desses trabalhos e retoma as principais considerações desenvolvidas, centradas na relação constitutiva existente entre signo-ideologia-palavra. O estudo pretende contribuir para a compreensão da palavra como dimensão semiótico-ideológica, situando a relevância dessa discussão para os estudos de língua/linguagem na perspectiva enunciativo-discursiva e na consolidação dos estudos discursivos que, no Brasil, são denominados Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Palavras-chave: Círculo de Bakhtin. Signo ideológico. Palavra-enunciado.

Abstract: Diverse and productive ways of studying the word have been instituted in the field of language sciences. In this paper, the objective is to delineate epistemological and theoretical-methodological considerations regarding the study of the word as an ideological sign, from the writings of today called Bakhtin Circle and, more specifically, M. Bakhtin, V. Volóchinov and P. Medviédev. Therefore, the paper revisits the set of these works and returns to the main considerations developed there, centered on the constitutive relation existing among sign-ideology-word. The study aims to contribute to the understanding of the word as a semiotic-ideological dimension, placing the relevance of this discussion for idiom/language

* Professor no Programa de Pós-graduação em Linguística e no PROFLETRAS da UFSC. Pós-doutorando do LAEL/PUC-SP no período compreendido entre 01/08/2018 e 31/07/2019. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0148-8725> . E-mail: drigo_acosta@yahoo.com.br.

** Livre-docente em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Professora nos Programas de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL/PUC-SP) e Literatura e Crítica Literária (LCL/PUC-SP), PUC-SP. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ-1A). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1421-0848> . E-mail: bbrait@uol.com.br.

studies in the enunciative-discursive perspective and in the consolidation of the discursive studies, which in Brazil are called Dialogical Discourse Analysis (ADD).

Keywords: Bakhtin Circle. Ideological sign. Word-utterance.

Resumen: Diversos y productivos caminos de estudio de la palabra se han instituido en el campo de las ciencias del lenguaje. En este artículo el objetivo es delinear consideraciones epistemológicas y teórico-metodológicas acerca del estudio de la palabra como signo ideológico, a partir de los escritos del hoy denominado Círculo de Bakhtin, y, más específicamente, de M. Bakhtin, V. Volóchinov y P. Medviédev. Para ello, el artículo revisa el conjunto de esos trabajos y retoma las principales consideraciones desarrolladas, centradas en la relación constitutiva existente entre signo-ideología-palabra. El estudio pretende contribuir a la comprensión de la palabra como dimensión semiótico-ideológica, situando la relevancia de esa discusión para los estudios de lengua/lenguaje en la perspectiva enunciativa-discursiva y en la consolidación de los estudios discursivos, que en Brasil se denominan Análisis Dialógico del Discurso (ADD).

Palabras clave: Círculo de Bakhtin. Signo ideológico. Palabra-enunciado.

“A palavra, so(m)bra da ação”.

(Demócrito/José Paulo Paes)¹

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Diferentes perspectivas de estudo da palavra têm caracterizado o campo dos estudos linguísticos, enunciativos e discursivos, propondo encaminhamentos teóricos e metodológicos que, grosso modo, se fundamentam na lógica das relações intrassistêmicas, por um lado, ou nas relações intersubjetivas de sujeitos em contextos sociais múltiplos, por outro. Seria impossível elencar aqui o conjunto dos importantes e significativos estudos desenvolvidos no universo dessas duas tendências, assim como suas fecundas e produtivas contribuições aos estudos da linguagem. Contudo, dado o escopo deste artigo – os estudos dialógicos da linguagem – podemos considerar que, à luz das discussões de Volochínov (2013d [1928], p. 101-103) sobre as tendências do pensamento linguístico ocidental², o estudo da palavra poderia estar associado a duas orientações: a do subjetivismo individualista e a do objetivismo abstrato.³ Ou ainda, sob o escopo dos estudos acerca do discurso interior, podemos entender que, a partir do que Bakhtin [Volochínov] (2009 [1927])⁴ explica sobre os campos de estudo da psicologia e

¹ PAES (1986).

² Aqui Volochínov se refere aos estudos do final do século XIX e início do século XX, mas que ainda trazem reverberações aos estudos atuais no campo das ciências da linguagem.

³ Não vamos tratar extensivamente dessas orientações. Para tanto sugerimos a leitura do ensaio *As mais recentes tendências do pensamento linguístico ocidental*, de Volochínov (2013 [1928], p. 101-130).

⁴ Embora a tradução brasileira de *O freudismo* traga o nome de Bakhtin, as pesquisas atuais, assim como traduções para outras línguas, identificam o texto como sendo de Volóchinov. A esse respeito, Sheila Grillo afirma: “Embora a tradução brasileira traga o nome de Mikhail Bakhtin, esse texto foi publicado por Volóchinov e fez parte das atividades descritas nos relatórios apresentados ao “Instituto da História Comparada das Literaturas e das Línguas do Ocidente e do Oriente” (ILIAZV), lugar de atuação de Valentín Nikoláievitch Volóchinov entre 1925 e 1932” (GRILLO, 2017, p. 55, nota 3).

sua relação com a filosofia da linguagem⁵, a palavra poderia ser entendida sob duas perspectivas: a da psicologia comportamental/objetivista e a da psicologia subjetivista/experimental⁶. Em resposta a ambas as orientações (filosóficas e psicologistas), Volochínov e Bakhtin/Volochínov reiteram uma terceira posição, uma orientação sociológica.

Reconhecendo essa realidade teórica, o objetivo geral deste artigo é discutir, epistemológica, teórica e metodologicamente, a concepção de palavra na perspectiva dialógica-sociológica, isto é, da palavra-enunciado, de certa forma aqui incluída na terceira tendência/orientação acima enunciada. Para tanto, o estudo, de escopo bibliográfico, consistirá essencialmente em retomar considerações de Bakhtin e o Círculo, em especial as que têm, dentre outros, o propósito de explicar o estudo da palavra como enunciado, isto é, sua natureza histórica, social e viva.

Dado o caráter das postulações do Círculo, este estudo, necessariamente, oferece-se como movimento transfronteiriço, como se verá. O texto organiza-se em sete seções, sendo cada uma (com exceção destas considerações iniciais, da seção 6 e das considerações finais) indicativa das *propriedades dialógicas da palavra*: (i) natureza semiótico-ideológica; (ii) neutralidade ideológico-valorativa; (iii) possibilidade de interiorização; (iv) ato enunciativo.

2 A NATUREZA SEMIÓTICO-IDEOLÓGICA DA PALAVRA

Volóchinov (2017 [1929/1930]) explica que toda forma de compreender e apreender a realidade social da qual fazemos parte, como sujeitos, se dá por meio de signos. Os objetos do mundo social adquirem funções outras como resposta às diferentes situações de interação, passando a significar além de suas particularidades materiais, tornando-se *signos*. Ou seja: o signo é, por assim dizer, a forma material da realidade e é ele que possibilita a pluridiversificação dos modos de (re)conhecer essa realidade. Essa pluridiversificação realiza-se em concomitância com a ideologia (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930]; MEDVIÉDEV, 2012 [1928]), entendida como “[...] todo o conjunto de reflexos e *interpretações* da realidade social e natural que *se sucedem no cérebro do homem*, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas e outras formas *sígnicas*” (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930a], p. 138, nota 5, destaques do autor).

Assim considerado, o signo, qualquer que seja sua materialidade (verbal, visual, verbo-visual, verbo-gestual, etc.) é ideológico e a ideologia, por sua vez, só se realiza por meio de signos: “[...] onde não há signo também não há ideologia” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930] p. 91). Se sem signos não existe ideologia, e vice-versa, é preciso compreender que o material de realização concreta do signo ideológico, segundo o Círculo, é a *palavra*, que não apenas dá forma ao signo como, dada a gênese ideológica deste, satura-se de modos plurais de produção de sentido e efeitos de sentido. Toda

⁵ Estudo de Bakhtin/Volochínov sobre Freud à luz da filosofia da linguagem.

⁶ Não vamos tratar extensivamente dessas orientações. Para tanto sugerimos a leitura da obra *O Freudismo*, de Bakhtin [Volochínov] (2009 [1927]).

palavra, portanto, é necessariamente *semiótico-ideológica*, refletindo e refratando⁷ *realidades*.

A expressão semiótico-ideológica está sendo utilizada [...] com base na articulação de ideias presentes em dois textos do Círculo: O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas, conjunto de anotações feitas por Bakhtin entre 1959 e 1961, não revistas, mas publicadas em *Estética da criação verbal* [e mais recentemente, em nova tradução, O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica (BAKHTIN, 2016), e o primeiro capítulo da primeira parte de *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem, intitulado A ciência das ideologias e filosofia da linguagem (BRAIT, 2011, nota 6, p. 186).

É a dimensão semiótico-ideológica que possibilita sua natureza reflexivo-refrativa, como explica Medviédev:

Todos os produtos da criação ideológica [...] são objetos materiais e partes da realidade que circundam o homem. É verdade que se trata de objetos do tipo especial, aos quais são inerentes significado, sentido e valor interno. Mas todos esses significados e valores são somente dados em objetos e ações materiais. Eles não podem ser realizados fora de algum material elaborado. [...] *Eles tornam-se realidade ideológica somente quando realizados nas palavras, nas ações [...] em uma palavra, em algum material em forma de um signo determinado*. Por meio desse material, eles tornam-se parte da realidade que circunda o homem (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 48-49, grifos nossos).

Retomados esses trabalhos do Círculo, é possível afirmar que a dimensão semiótico-ideológica diz respeito à atualização dos signos em palavras e sua projeção reflexivo-refrativa se realiza em resposta à avaliação ideológica do mundo social, cultural, histórico, impulsionada pelas relações sociais, intersubjetivas, humanas. E se toda palavra pode refletir e refratar diferentes modos de (re)conhecer, compreender e apreender a realidade social, ela se caracteriza, por princípio, pela *neutralidade* ideológica, ou seja, por sua capacidade de absorver qualquer carga ideológica. Essa questão será abordada a seguir, considerando-se que isso não significa que “a palavra é neutra” quando em uso efetivo. Ao contrário, ela estará sempre carregada de valores dos sujeitos e situações que a colocam em circulação e nela se enunciam. A “mesma” palavra estará permeada de valores diferentes dependendo dos sujeitos que as enunciam em diferentes situações e contextos. Basta pensar, na atualidade brasileira, na carga diferenciada de valores dos signos *ideologia* e *ideológico*, quando se tornam *palavras* enunciadas por diferentes sujeitos, em diferentes situações e esferas de atividade.

⁷ Conforme Faraco (2009, p. 50-51, grifos do autor), “No processo de referenciação, realizam-se, portanto, duas operações simultâneas nos signos: eles *refletem* e *refratam* o mundo. Quer dizer: com os signos podemos apontar para uma realidade que lhes é externa (para a materialidade do mundo), mas o fazemos sempre de modo refratado. E *refratar* significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos [...] diversas interpretações (refrações) desse mundo.”

3 A NEUTRALIDADE IDEOLÓGICO-VALORATIVA DA PALAVRA

As palavras são tecidas por fios ideológicos diversos e, por vezes, até mesmo contraditórios. Esses fios são tramados no interior das esferas da atividade humana, espaços sociais de gênese, regularização e legitimação das situações de interação, engendrando os variados matizes ideológicos das palavras. Isso significa que toda palavra traz em si marcas sociodiscursivas de esferas, de situações de interação que, em confluência, constituem seus sentidos, seus efeitos de sentido, integrando-a organicamente à situação de interação e à esfera da atividade humana da qual faz parte. De acordo com Volóchinov (2017 [1929/1930], p. 109, destaques do autor), “[...] *as formas do signo são condicionadas, antes de tudo, tanto pela organização social desses indivíduos quanto pelas condições mais próximas da sua interação.*” Nessa perspectiva, é possível compreender a relação entre esferas da atividade humana, ideologias do cotidiano e ideologias sistematizadas:

Estabelecemos o acordo de chamar de ideologia do cotidiano a todo conjunto de sensações cotidianas – que refletem e refratam a realidade social objetiva – e as expressões exteriores imediatamente a elas ligadas. A ideologia do cotidiano dá significado a cada ato nosso, a cada ação nossa e a cada um de nossos estados “conscientes”. Do oceano instável e mutável da ideologia [do cotidiano], afloram, nascem gradualmente as inumeráveis ilhas e continentes dos sistemas ideológicos: a ciência, a arte, a filosofia, as teorias políticas. Esses sistemas são, no fim das contas, um produto do desenvolvimento econômico, um produto do enriquecimento técnico e econômico da sociedade. Por sua vez, esses sistemas exercem uma influência fortíssima sobre a ideologia cotidiana e na maior parte das vezes lhe dão o tom dominante [...] (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930], p. 151-152).

A ideologia do cotidiano é compreendida por Volochínov como aquela que penetra integralmente o nosso comportamento, pois “[...] é mais sensível, compreensiva, nervosa, móvel que a ideologia enformada, ‘oficial’.” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2009 [1927], p. 88, destaques do autor). Entre a ideologia do cotidiano e a ideologia sistematizada há uma relação orgânica:

Os sistemas ideológicos estáveis e enformados das ciências, das artes, do direito etc. cresceram e se cristalizaram a partir do elemento ideológico instável, que através das ondas vastas do discurso interior e exterior banham cada ato nosso e cada recepção nossa. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2009 [1927], p. 88).

É no centro da ideologia do cotidiano que se engendram contradições, que após atingirem certo limite, originam o sistema da ideologia oficial. Esses dois conjuntos ideológicos são antagônicos, pois, ao passo que a ideologia oficial apresenta um conteúdo relativamente estável, a ideologia do cotidiano apresenta conteúdos relativamente instáveis. É uma relação entre instabilidades e estabilidades, própria da tensão viva entre sistemas ideológicos. Distintas e entrelaçadas por contradições, elas formam um complexo contexto semiótico-ideológico.

A partir daí, podemos compreender que toda esfera da atividade humana gera, regulariza e legitima situações de interação específicas. Essas situações de interação, por sua vez, são organizadas por sujeitos engajados em relações intersubjetivas e que interagem por meio de palavras atravessadas por ideologias do cotidiano e ideologias sistematizadas. Essas palavras são marcadas pelas ressonâncias semântico-ideológicas das esferas e os sentidos das palavras respondem axiologicamente a essas ressonâncias. Segundo Medviédev (2012 [1928], p. 185-187),

A palavra torna-se um material do enunciado apenas como expressão da avaliação social. Por isso, a palavra entra no enunciado não a partir do dicionário, mas a partir da vida, passando de um enunciado a outros. [...] As possibilidades de uma língua tornam-se realidade somente por meio da avaliação.

Índices sociais de valor dizem respeito a projeções semântico-valorativas que afetam todo e qualquer signo, isto é, “[...] *somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se*” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930], p. 111, destaques do autor). Toda palavra é apreciativa, especialmente se considerada como um enunciado concreto ou parte de um. Medviédev (2012 [1928], p.185), ao discutir avaliação social, afirma que: “De fato, é impossível compreender [uma palavra] um enunciado concreto sem conhecer sua atmosfera axiológica e sua orientação avaliativa no meio ideológico”.

Toda palavra, portanto, traz o potencial da neutralidade ideológico-valorativa. A depender da esfera da atividade humana, das condições da situação de interação, a palavra é atravessada pelas projeções e ressonâncias ideológico-valorativas destas. E são essas projeções e ressonâncias que dão vida à palavra, que dão vida a sua “multiacentuação” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930], p. 113). Com isso, toda a palavra é caracterizada pela neutralidade semântico-ideológico-valorativa matizada pela esfera e pelas condições sociais da interação verbal, ou seja, toda palavra é “neutra” em relação à função ideológica, podendo assumir qualquer função ideológica em um dado enunciado (ver as discussões na seção 4 deste artigo). Assim, para cada situação de interação, no interior de uma dada esfera sociodiscursiva, a palavra pode receber diferentes cargas ideológicas, o que caracteriza sua *neutralidade*.

Embora este artigo tenha escopo *bibliográfico*, neste ponto, para maior clareza da complexa e pertinente questão da *neutralidade ideológico-valorativa* da palavra, nos valem de duas reflexões: a) uma poética, o poema verbo-visual de José Paulo Paes, intitulado *sick transit*, de onde escolhemos a epígrafe deste artigo, que é também o título do poema, (PAES, 1986); b) outra analítica, a leitura crítica do poema, intitulada Placa-Poema: interdições sinalizadas (BRAIT, 2015, p. 219-224)⁸ textos que mobilizam e

⁸ Consideramos que é desnecessário transcrever o poema na íntegra, pois ele já está transcrito na leitura feita por BRAIT (2015), aqui mobilizada para exemplificar a *neutralidade ideológico-valorativa* da palavra *liberdade*, no poema de José Paulo Paes. O enunciado concreto, do qual a palavra *liberdade* é o eixo central, apresenta-se por meio de uma composição que indicia um jogo: o título do poema só aparece no sumário (PAES, 1986, p. 9); a epígrafe, assinada Demócrito está isolada no final de uma página (PAES, 1986, p. 62); a foto de uma placa de trânsito destaca-se como atrativo visual (PAES, 1986, p. 63). Essa composição inusitada, articulando partes presentes em diferentes páginas, é que

certificam, em duas esferas de produção, circulação e recepção, a *neutralidade ideológico-valorativa* da palavra *liberdade*.

Apenas para resumir drasticamente, a palavra *liberdade* é surpreendida, pelo olhar do poeta, em uma placa de trânsito, que é por ele fotografada e articulada verbo-visualmente para compor, com a epígrafe de Demócrito e o título *sick transit*, um dos poemas da obra *Meias palavras*, de 1973, incluída em *Poesia reunida*, de 1986. Na placa de trânsito, enunciado verbo-visual produzido e regulamentado institucionalmente de forma objetiva para orientar pedestres e motoristas, a palavra *liberdade*, que compõe a expressão LIBERDADE INTERDITADA, refere-se ao nome de uma avenida paulistana, Avenida da Liberdade, que à época estava interdita em função da reurbanização do bairro da Liberdade. Na placa, portanto, a sequência Liberdade Interditada era compreendida pelos destinatários, sem qualquer problema, como “via pública interdita ao trânsito”. Isso graças ao conjunto verbo-visual, ao posicionamento em um ponto específico da cidade e sua função de dispositivo de sinalização.

No momento em que perde sua função de dispositivo de sinalização urbana e, sob a forma de fotografia, cujo autor/enunciador não é mais o Departamento de Trânsito, mas um poeta, ela passa a circular em outra esfera de atividade humana – a esfera artística, literária, poética. E aí, as palavras *liberdade* e *interditada*, articuladas entre si e também ao título e à epígrafe, assumem outra carga ideológica, numa espécie de jogo de esconde entre esferas, citação e autoria, apontando para a perversa situação política dos anos 1970 no Brasil. “A composição os redimensiona, harmoniza-os como vozes com nova tonalidade [novo tom avaliativo], escancarando, pelo estilo inusitado e irônico o famigerado e proibido assunto: liberdade interdita” (BRAIT, 2015, p.224).

A partir dessa discussão, podemos pensar no como compreendemos e apreendemos as palavras nas diferentes situações interlocutivas nas quais nos engajamos com outrem. Para Volóchinov (2017 [1929/1930]), essa explicação se assenta na relação entre psiquismo e ideologia, questão discutida a seguir.

4 A POSSIBILIDADE DE INTERIORIZAÇÃO DA PALAVRA

Volochínov explica que, em sua época, os trabalhos situavam erroneamente o estudo da ideologia na consciência, quando em verdade:

Um signo se opõe a outro signo e que *a própria consciência pode se realizar e se tornar um fato efetivo apenas encarnada em um material signico*. Porque a compreensão de um signo ocorre na relação deste com outros signos já conhecidos; em outras palavras, a compreensão responde ao signo e o faz também com signos. [...] o signo surge apenas no processo de interação *entre* consciências individuais. E a própria consciência individual está repleta de signos. Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação verbal. (VOLÓCHINOV (2017 [1929/1930], p. 95, destaque do autor).

permite a concretização da ideia de “neutralidade da palavra”, revelando seu potencial significativo, multifacetado..

Para ele, a consciência individualizada/idealizada nada pode explicar. Mas, ao contrário, quando entendida como fato social e, por consequência, ideológico, resulta em estudo que, de fato, contribui para a compreensão do signo ideológico e, portanto, da palavra:

[...] toda expressão tem uma *orientação social*. Em consequência, ela é determinada pelos *participantes do acontecimento* constituído pela enunciação [...]. [...] a expressão de qualquer sensação necessita antes de tudo da linguagem, entendida em seu sentido mais amplo, isto é linguagem exterior e interior. Sem a linguagem, sem a enunciação bem definida, verbal ou gestual, não existe expressão; assim como não existe expressão sem uma real situação social com participantes reais. [...] *A linguagem interior é a esfera, o campo em que o organismo passa do ambiente físico ao social*. [...] Uma consciência que não se encarna no material ideológico da palavra interior, do gesto, do signo, do símbolo, não existe ou não pode existir. (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930], p. 149-151, destaques do autor).

Entendemos, portanto, que a única forma de situar a consciência é na ordem do social-sígnico, ou seja, “A consciência se forma e se realiza no material sígnico criado no processo da comunicação social de uma coletividade organizada” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930], p. 97) e somente nesse curso pode ser explicada. A lógica da consciência é a lógica da interação e, como toda consciência é semiotizada, a realidade da consciência segue a realidade do signo ideológico: “A lógica da consciência é a lógica da comunicação ideológica, da interação sígnica de uma coletividade.” (VOLÓCHINOV, 2017 [1929/1930], p. 98).

Desse modo, é possível concluir que a realidade do psiquismo interior é o signo ideológico e que sem material semiótico não há psiquismo. O estudo dialógico da palavra segue esse princípio: o organismo e o mundo exterior se encontram, de forma integrada e confluyente, no signo ideológico. Como não há fronteira entre o psiquismo e a ideologia, conforme Volóchinov (2017 [1929/1930]) explica, há de fato uma diferença de grau: “[...] no estágio de desenvolvimento interior, um ideologema vago; só no processo de encarnação ideológica ele é capaz de se tornar claro, se diferenciar e se fixar” (p. 128).

A linguagem interior consiste principalmente de *palavras*, ou seja, de signos absolutamente *materiais*, embora elas não sejam pronunciadas em voz alta, mas para si mesmo. Quando nós compreendemos uma palavra ou uma sequência organizada de palavras, em certo sentido traduzimos esta palavra do discurso externo (escutado ou lido) de outro homem para o nosso discurso interno e com isso reproduzimos novamente esta palavra, circundamo-la com outras palavras, encontramos seu lugar particular no fluxo verbal completo de nossa consciência. (VOLOCHÍNOV, 2013c [1930], p. 194, destaques do autor).

Volóchinov (2017 [1929/1930]) indaga a respeito de como se realizam as formas sígnicas, entendendo-as como *impressões totais dos enunciados* (p. 136). A seguir, perseguiremos essa questão.

5 A PALAVRA COMO PALAVRA-ENUNCIADO

Se as formas sgnicas do discurso interior, e podemos acrescentar, do exterior, na materialidade da palavra, se dão sob as impressões da enunciação (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930b]), a palavra, enquanto encarnação material do signo ideológico, é concebida como palavra-enunciado.

Fora da enunciação, a palavra só existe no dicionário, mas nesse é uma palavra morta [...] A palavra torna-se palavra somente no intercâmbio comunicativo social vivo, na enunciação real, que pode ser compreendida e avaliada não somente pelo falante mas também pelo seu auditório, seja este potencial ou realmente existente. (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930], p. 195-196, destaque do autor).

Isso significa, em termos teórico-metodológicos, que a palavra é entendida como unidade da comunicação discursiva, material das interações verbais, caracterizada por três peculiaridades constitutivo-funcionais: (i) alternância de uso por sujeitos em situação de uso (fala ou escrita); (ii) conclusibilidade e (iii) expressividade semântico-axiológica. Em síntese, a palavra, como forma material do signo ideológico, compartilha das mesmas feições/peculiaridades de qualquer enunciado.

Para Bakhtin (2003a [1951-1953]), a *alternância dos falantes* é o que delimita o início e o fim da enunciação, ou seja, é o que possibilita os limites entre os *já-ditos* aos quais o enunciado responde. Bakhtin (2003a [1951-1953]) ainda explica que essa peculiaridade pode se realizar de várias formas, frente aos diversos campos da atividade humana e às distintas formas de interação social das quais participamos. A troca de turnos tem no diálogo real sua forma mais evidente, embora não se restrinja a essa possibilidade.

A segunda peculiaridade do enunciado é a *conclusibilidade*. Bakhtin (2003a [1951-1953]) explica que a conclusibilidade é um tipo de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso, determinando o todo do enunciado, ou seja, aquilo que constitui sua inteireza. Três elementos engendram a conclusibilidade: (i) a exauribilidade semântico-objetual; (ii) o projeto de discurso ou vontade de discurso e (iii) as formas típicas composicionais e de acabamento.

Sobre o primeiro elemento, o pensador esclarece que o objeto do discurso é, a *priori*, inexaurível, mas ao se tornar tema do enunciado, ganha uma relativa conclusibilidade nos diferentes campos da vida, bem como em distintas condições de interação. O projeto de discurso, segundo elemento, está diretamente ligado ao primeiro e dá conta da intencionalidade discursiva do falante, delimitando as fronteiras do enunciado. Por fim, as formas típicas composicionais e de acabamento envolvem a escolha de gêneros do discurso, posto que a intencionalidade discursiva, o projeto discursivo, só se realiza a partir da seleção de um determinado gênero, ou seja, a partir de uma forma relativamente estável de construção do todo, que irá mediar a realização desse projeto discursivo.

Como cada gênero traz as ressonâncias ideológico-valorativas da esfera na qual se constitui, circula e é recebido, a palavra (como palavra-enunciado), quando incorporada

a um gênero, é atravessada por ressonâncias. Os gêneros do discurso não apenas estabilizam relativamente o dizer nas situações particulares e concretas de interação, mas também se orientam duplamente na realidade, como sugere Bakhtin, (2003a [1951-1953]) e também Medviédev:

A totalidade [...] de qualquer gênero orienta-se [...] na realidade de forma dupla, e as particularidades dessa dupla orientação determinam o tipo dessa totalidade, isto é, seu gênero. [...] Cada gênero é capaz de dominar somente determinados aspectos da realidade, ele possui certos princípios de seleção, determinadas formas de visão e de compreensão dessa realidade, certos graus na extensão de sua apreensão e na profundidade de penetração nela. [...] podemos dizer que cada gênero possui seus próprios meios de visão e de compreensão da realidade, que são acessíveis somente a ele. [...] Cada um dos gêneros efetivamente essenciais é um complexo sistema de meios e métodos de domínio consciente e de acabamento da realidade (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 193-198).

Para Medviédev (2012 [1928]), a dimensão exterior orienta a enunciação de interlocutores específicos e determina as circunstâncias temporais, espaciais e ideológicas do enunciado. A dimensão interior, por sua vez, norteia a interdependência do conteúdo temático, do estilo e da construção composicional do gênero do discurso: “o gênero é a unidade orgânica entre o tema e o que está além dos seus limites” (p. 197). Isso significa que

A realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo da comunicação social. Dessa forma, o gênero é um conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento. Essa orientação é capaz de compreender novos aspectos da realidade. A compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo da comunicação social ideológica. (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 200).

Retomando as peculiaridades do enunciado, o terceiro elemento apresentado por Bakhtin consiste na *expressividade*, que dá conta da “relação emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado.” (BAKHTIN, 2003a [1951-1953], p. 289). Ele afirma que não existe enunciado neutro e, portanto, o elemento expressivo sempre irá atravessar a enunciação, e esse atravessamento terá graus e significados vários nos diferentes campos da comunicação discursiva. Além disso, é essa relação emocionalmente valorativa do falante com o objeto do discurso e com o sentido do enunciado que irá determinar o estilo da enunciação, que irá orientar as escolhas léxico-gramaticais e composicionais, assim como a disposição desses elementos na constituição do enunciado. Ele esclarece, ainda, que embora a língua ofereça recursos sintáticos, morfológicos e lexicais para a expressão de uma posição valorativa, as unidades do sistema são neutras em relação a qualquer expressão axiológica. Apesar de, em determinados momentos, sentirmos que dadas palavras (enquanto palavras-enunciados) expressam juízos de valor, isto é, que as palavras carregam posições avaliativas, o aspecto expressivo é possível unicamente no enunciado concreto: “a emoção, o juízo de valor, a expressão, são estranhos à palavra da língua e surgem unicamente no processo do seu emprego vivo em um enunciado concreto.” (BAKHTIN,

2003a [1951-1953], p. 292). O poema de José Paulo Paes, invocado como exemplo, ajuda a concretizar essa reflexão teórica de Bakhtin.

A expressividade da palavra é o elemento que marca seu índice valorativo, que possibilita à palavra receber um determinado valor na situação de interação da qual participa. Como pontua Volóchinov (2017 [1929/1930], p. 111), “[...] somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se”. Toda palavra constitui-se e funciona sob a totalidade da enunciação, engendrando-se à alternância do discurso, à conclusibilidade e admitindo uma coloração axiológica, um valor.

Para o Círculo, a palavra, como palavra-enunciado, é entendida como unidade da comunicação discursiva, necessitando ser estudada em sua concretude em situações de interação específicas (assim como sugerimos anteriormente, com a palavra *liberdade*). Enquanto realidade concreta, toda palavra-enunciado se constitui em uma situação de interação específica e, acima de tudo, é determinada pelas condições sociais da interação e pelos participantes, que são parte constitutiva dessa dimensão social. Para Volochínov (2013b [1930]), todo pensamento, toda percepção do mundo e, por conseguinte, toda enunciação, tem sempre uma estrutura sociológica e uma orientação social. A vida da palavra-enunciado existe apenas no processo de interação social. Se retirarmos a palavra-enunciação dessa realidade que a constitui e a faz funcionar enquanto unidade da comunicação discursiva, restará apenas um material abstrato, pois, de acordo com Volochínov (2013b [1930]) só podemos entender, de fato, o sentido de um enunciado se entendermos sua relação com a vida, sua realidade social, conforme explicações anteriores.

Tudo que foi apresentado nas seções precedentes nos conduz a repensar o estatuto da palavra, não como forma idêntica a si mesma ou como produto do pensamento, mas como construto social, reafirmando a possibilidade de considerar seu estatuto a partir da perspectiva dialógica, ou seja, envolvendo um procedimento teórico e metodológico que exige sua articulação com outros constructos de Bakhtin e do Círculo, caso de signo ideológico, dimensão semiótico-ideológica, interação, esferas de atividade humana, gênero, enunciado, relação entre elementos verbais e não verbais, dentre outros.

6 POR UM ESTUDO/ESTATUTO DIALÓGICO DA PALAVRA

É possível, portanto, compreender que o estudo da palavra conduzido pelos escritos de Bakhtin e o Círculo, em especial, mas não exclusivamente, aqueles sobre signo ideológico, nos encaminham para as seguintes considerações teórico-metodológicas:

- (i) o signo é o material das formas de (re)conhecer, compreender e apreender a realidade social;
- (ii) todo signo é ideológico por natureza;
- (iii) a forma de encarnação material dos signos, por excelência, é a palavra;
- (iv) toda palavra reflete e refrata realidades;
- (v) toda palavra é caracterizada pela neutralidade ideológico-valorativa;

(vi) a neutralidade ideológico-valorativa diz respeito às múltiplas possibilidades semântico-axiológicas da palavra;

(vii) toda palavra pode ser interiorizada;

(viii) a palavra é entendida como palavra-enunciado.

As considerações teórico-metodológicas acima elencadas não encerram o estatuto dialógico da palavra enquanto signo ideológico, enquanto dimensão semiótico-ideológica, mas convergem para as discussões postuladas pelos escritos do Círculo, em especial aqueles que trazem, explicitamente, encaminhamentos metodológicos para o trabalho com a língua(gem) sob uma perspectiva dialógico-social. Dentre os vários momentos em que o Círculo se dedica a elencar esses encaminhamentos, podemos evocar Volochínov (2017 [1929/1930]):

A língua vive e se forma historicamente justo aqui, na comunicação discursiva concreta, e não no sistema abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes. Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual (p. 220, destaques do autor).

Dessas etapas depreende-se que o analista inicia o trabalho com o *corpus* considerando as formas e os tipos de interação para, em seguida, proceder ao exame das formas da língua, aceitando o pressuposto de que a comunicação verbal só pode ser entendida a partir do vínculo com a situação concreta de interação. Em uma *perspectiva sociológico-dialógica*, portanto, *a unidade de análise é o enunciado*, unidade discursiva por excelência, envolvendo a situação social ampla (as condições sociais, históricas, culturais, políticas, etc.) e a situação imediata (os interlocutores e seus horizontes ideológico-valorativos) Ao estudar as formas e tipos de interação verbal, o pesquisador procura compreender a dimensão social, histórica e cultural para a qual a palavra-enunciado aponta, à qual pertence, refletindo-a e refratando-a.

A segunda etapa refere-se às formas típicas e relativamente estáveis da palavra-enunciado, referindo-se ao fato de que a análise da palavra-enunciado se dará a partir de determinado gênero do discurso e as relações entre suas dimensões social, histórica, cultural, levada em conta sua dimensão unicamente verbal e/ou visual, verbo-visual ou mesmo gesto visual, como nas línguas de sinais.

Na terceira etapa, ao analisar “as formas da língua” conjugando-as às duas etapas anteriores, o pesquisador analisará como, no uso de determinadas palavras-enunciados, os diversos recursos da língua (lexicais, gramaticais, fraseológicos) são agenciados sob a baliza da enunciação. É o momento no qual o pesquisador “embrenha-se” na projeção a partir da qual as palavras-enunciados engendram “potenciais de sentido” e tornam-se temático-valorativas em situações de uso. Novamente, propomos aos leitores deste artigo que retomem a análise da sequência LIBERDADE INTERDITADA, referida no final do item 3.

As explicações de Volochínov (2013b [1930], p.158, destaques do autor) sobre a

enunciação reiteram, como se verá, sua proposta de 1929/1930. Depois de afirmar que “[...] a essência efetiva da linguagem está representada pelo fato social da interação verbal⁹, que é realizada por uma ou mais enunciações”, ele se pergunta: “De que depende e em que ordem ocorre a mudança das formas da linguagem?” e apresenta, como resposta, um esquema, considerando-o como “[...] guia na investigação dessa unidade real da linguagem que chamamos *enunciação*”¹⁰:

1. Organização [...] da sociedade.
2. Intercâmbio comunicativo social.
3. Interação verbal.
4. Enunciações.
5. Formas gramaticais da língua.

Somando-se as orientações que se encontram em *Marxismo e filosofia da linguagem* com as do artigo *A construção da enunciação*, é perfeitamente possível destacar a preocupação teórico-metodológica do autor, claramente evidenciada como *sociológico-dialógica*. Nessa perspectiva, o analista parte das questões associadas à organização social, histórica, política, econômica e cultural da sociedade, mas sem encerra-se aí: “Não devemos, obviamente, encerrar-se no exame dos problemas ligados ao estudo das formas e dos tipos de vida econômica da sociedade. Esses problemas são objeto de estudo de outras ciências, as ciências sociais [...]” (p. 158). O movimento teórico-metodológico aponta para os intercâmbios comunicativos, para as esferas da atividade humana, buscando entender suas particularidades axiológicas e a situação de interação que se constitui e funciona no interior desse universo discursivo. A situação “[...] não é senão a *efetiva realização na vida real de uma das formas, de uma das variedades, do intercâmbio comunicativo social.*” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930], p. 159, destaques do autor). Nesse percurso, o olhar recai sobre as enunciações reconhecidas como unidades da comunicação discursiva: “[...] forças vivas organizadoras que, junto com a situação da enunciação, constituem não só a forma estilística, mas também a estrutura puramente gramatical da enunciação” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930], p. 169).

Como em *MFL*, o olhar para as formas gramaticais da língua conclui o percurso analítico: “Uma vez estabelecido que o significado de qualquer enunciação da vida cotidiana depende da situação e da orientação social face ao ouvinte-participante de tal situação, devemos agora examinar a forma da enunciação” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930b], p. 173). Pensamos que essas importantes observações teórico-metodológicas nos ensinam, ainda, que no momento real de análise e diante de *enunciados concretos, palavras-enunciado, o corpus* certamente determinará as direções e as sequências, aqui exemplificadas didaticamente, mas que não devem ser tomadas como normas rígidas a serem seguidas cegamente. Afinal, os óculos teóricos não podem ser mais importantes que o *acontecimento de linguagem* escolhido para a análise e interpretação. O pesquisador

⁹ Nas traduções feitas diretamente do russo, em lugar da expressão *interação verbal* encontra-se *interação discursiva*, que aponta para o verbal e o extraverbal.

¹⁰ Os termos enunciação/enunciado (*viskázivanie*, em russo) são intercambiáveis. A escolha de um ou outro depende do tradutor.

tem o dever da produção de conhecimento diante dos enunciados e não da aplicação mecânica da teoria. Isso vai ficando claro nos escritos de Volochínov e dos demais pensadores do Círculo, o que nos permite, entendendo a palavra como *palavra-enunciado*, seguir os mesmos princípios.

Em consonância com as postulações do Círculo, em especial as de Volochínov, Medviédev e Bakhtin, podemos afirmar que toda palavra é interindividual, posto que nenhum enunciado se constitui fora da alteridade, isto é, da relação necessária com o outro (BAKHTIN, 2003a [1951-1953]). Para esse pensador:

A palavra da língua é uma palavra semi-alheia. Ela só se torna 'própria' quando o falante a povoa com sua intenção, com seu acento, quando a domina através do discurso, torna-a familiar com a sua orientação semântica e expressiva. Até o momento em que foi apropriado, o discurso não se encontra em uma língua neutra e impessoal (pois não é do dicionário que ele é tomado pelo falante!), ele está nos lábios de outrem. (BAKHTIN, 1998 [1975], p. 100, grifo do autor)

Ao que se pode acrescentar sua afirmação de que a língua não conserva palavras neutras, de ninguém; ela é totalmente acentuada, ou seja, todas as palavras são povoadas e atravessadas por valores, evocando discursos e contextos outros. É justamente nesse enfrentamento de enunciados e pontos de vista que Bakhtin (2008 [1963]) discute o conceito de *relações dialógicas*, entendidas como relações semântico-valorativas que somente se concretizam no plano do discurso enquanto língua viva.

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca a boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou. Um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes de outros. Absolutamente. A palavra, ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outros (BAKHTIN, 2008 [1963], p. 232).

Ao propor que as relações dialógicas não podem ser estudadas em uma análise estritamente linguística (embora considere essenciais as abordagens linguísticas e as conquistas desse ramo do conhecimento para o conhecimento da língua/linguagem), Bakhtin (2008 [1963]) propõe uma nova abordagem que possibilite a adoção de uma postura dialógica no estudo da língua/linguagem e, portanto, a compreensão das relações que existem entre os enunciados. Esse novo ramo do conhecimento ele denomina metalinguística (ou translinguística), estudo voltado para a língua viva, língua-discurso. Na verdade, ele está propondo o que hoje denominamos, no Brasil, Análise Dialógica do Discurso (ADD).

Sob a perspectiva da metalinguística, o autor explica que, embora a Linguística proponha caminhos analíticos para a descrição dos elementos sintáticos, morfológicos e lexicais, necessários para que as relações dialógicas se materializem no discurso, essas

relações (descritivas) pertencem ao campo estritamente linguístico de análise, não abrangendo o contexto social. Assim, Bakhtin discute que, por só existirem no enfrentamento de enunciações concretas (situadas em diferentes interações sociais) e, portanto, só se realizarem no campo do discurso, no campo de estudo da língua viva, as relações dialógicas

[...] são profundamente originais e não podem reduzir-se a relações lógicas, ou linguísticas, ou psicológicas, ou mecânicas, nem a nenhuma outra relação natural. É o novo tipo de relações semânticas, cujos membros só podem ser *enunciados integrais* (ou vistos como integrais ou potencialmente integrais), atrás dos quais estão [...] sujeitos do discurso reais ou potenciais, autores de tais enunciados. (BAKHTIN, 2003b [1930], p. 330-331, destaque do autor).

Com mais esse conceito, *relações dialógicas*, aqui trabalhado rapidamente, podemos entender que toda palavra-enunciado é sempre constituída por essas relações, que são relações de sentido e de valor (relações semântico-axiológicas). O estudo das relações dialógicas reitera a característica da palavra como palavra-enunciado, por sua concreta e viva totalidade, em sua autêntica forma de constituição e funcionamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação deste artigo, que poderia parecer uma simples revisão da “literatura”, residiu na constatação de que os escritos de Bakhtin e do Círculo, bastante conhecidos e mobilizados em diferentes vertentes do conhecimento e também do ensino-aprendizagem, por vezes requerem um voltar-se a determinados conceitos, noções, categorias oriundas desse pensamento para, na releitura, recuperar elementos fundantes de sua constituição semiótica, sociológica, dialógica. Ao longo deste artigo, procuramos revisitamos escritos de Bakhtin e do Círculo com o objetivo de repensar, teórica e metodologicamente, um desses constructos, a *palavra*, e seu estatuto dialógico, aí implicada, necessariamente, sua dimensão semiótico-ideológica. Para tanto, organizamos nossa discussão a partir do que Bakhtin e o Círculo consideram propriedades caracterizadoras da palavra, a saber, sua natureza semiótico-ideológica; sua neutralidade ideológico-valorativa; sua possibilidade de interiorização; sua essência como ato enunciativo.

Reiteramos que o signo, na perspectiva dialógica, é a forma material da realidade social e que todo signo é ideológico e concretiza diferentes formas/modos de compreender e apreender a realidade social. E que o material da realização concreta do signo é a palavra, sempre atravessada por projeções semântico-axiológicas diversas, que respondem às coerções da situação de interação e do contexto sócio-histórico-cultural em que se insere enquanto produção, circulação e recepção. Assim, toda palavra caracteriza-se por uma neutralidade ideológica: ela pode assumir qualquer função ideológica em uma dada enunciação. Fomos sensíveis, coerentemente com a perspectiva dialógica, ao fato de que, neste momento que o Brasil atravessa, as palavras *ideologia* e *ideológico*, por exemplo, são enunciadas com uma entonação, com uma valoração negativa, que as

confinam a discursos de um determinado viés. Como se todo discurso, todo signo, todo enunciado não fosse, inescapavelmente, ideológico.

Podemos também afirmar que toda palavra tem a possibilidade de interiorização. Em outras palavras e segundo o Círculo, a linguagem interior consiste de palavras e estas encontram lugar particular nos fluxos verbais da consciência. Há uma síntese dialético/dialógica entre vida interior (psiquismo) e vida exterior (ideologia). A partir dessas considerações, recolhidas nos trabalhos do Círculo, entendemos que a palavra, a palavra-enunciado (a palavra enunciada?!...), caracteriza-se pela alternância interlocutiva, conclusibilidade e expressividade.

Ademais, nossa discussão pretendeu contribuir para as pesquisas no campo da Análise Dialógica do Discurso (ADD), em especial quanto às questões sobre (i) a relação entre signo ideológico e valoração; (ii) a concretude do signo ideológico na *palavra-enunciado*; (iii) as relações entre discurso interior e discurso exterior; além de corroborar (iv) a natureza dialógica da linguagem em sua dimensão semiótico-ideológica. O artigo, em outras palavras, colabora para as pesquisas contemporâneas em ADD, na medida em que faz uma retomada das considerações em torno da palavra-enunciado, como materialidade do signo ideológico, rediscutindo valoração/axiologia e interiorização/consciência na/da palavra-enunciado.

O artigo procurou retomar características da palavra-enunciado, discutida por Bakhtin, Volochínov e Medviédev, a fim de compreender como ocorre o diálogo entre os autores e, a partir disso, retomar o caminho epistemológico, teórico e metodológico da abordagem dialógica aí sugerida. Longe de termos aqui uma abordagem, um levantamento exaustivo da questão, esboçamos um contorno possível para, no interior de trabalhos de diferentes épocas, apreender/revisitar esse tema tão caro aos estudos bakhtinianos, à perspectiva dialógica, aos estudos atuais da linguagem – que é o *estatuto da palavra*, abordado com método e rigor pelos autores dos trabalhos aqui selecionados.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini et al. 6. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 1998 [1975].
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003a [1951-1953]. p. 261-306.
- BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Organização, tradução, posfácio e notas Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 307-335. [1959-1961].
- BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas: um experimento de análise filosófica. In: BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016. p. 71-107.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1963].
- BAKHTIN, M. *O freudismo: um esboço crítico*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2009 [1927].

- BRAIT, B. Placa-Poema: interdições sinalizadas. In: BRAIT, B. *Literatura e outras linguagens*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 219-224.
- BRAIT, B.. Polifonia arquitetada pela citação visual e verbo-visual. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n.5, p. 183-196, 1º semestre 2011.
- FARACO, C. A. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- GRILLO, S. V. de C. Marxismo, psicanálise e método sociológico: o diálogo de Volóchinov, marxistas soviéticos e europeus com Freud / Marxism, Psychoanalysis and Sociological Methods: Voloshinov's, Soviet and European Marxists' Dialogue with Freud. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 54-75, set./dez. 2017.
- MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. Trad. Sheila Camargo Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].
- PAES, J. P. sick transit. In: *Um por todos*. Poesia reunida. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62-63. [1. ed. *Meias palavras*, 1973].
- VOLOCHINOV, V. (Círculo de Bakhtin) *Marxismo e filosofia da linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2017 [1929-1930].
- VOLOCHÍNOV, V. Que é linguagem. In: VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013a [1930].
- VOLOCHÍNOV, V. A construção da enunciação. In: VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b [1930].
- VOLOCHÍNOV, V. A palavra e suas funções sociais. In: VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013c [1930].
- VOLOCHÍNOV, V. As mais recentes tendências do pensamento linguístico ocidental. In: VOLOCHÍNOV, V. *A construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução de João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013d [1928].



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200109-3419>

Recebido em: 17/04/2019 | Aprovado em: 17/11/2019

PERSONAGENS DE FOLHETIM: ESTEREÓTIPOS E LINGUAGEM

The Feuilleton's Characters: | Personajes del Folletín:
Stereotypes and Language | Estereotipos y Lenguaje

Rosimeri Ferraz Sabino*

Universidade Federal de Sergipe

Departamento de Secretariado Executivo

Aracaju, SE, Brasil

Antônio Ponciano Bezerra**

Universidade Federal de Sergipe

Departamento de Letras Vernáculas

Aracaju, SE, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo a análise da função social do gênero romance-folhetim, no formato de livro de bolso, e sua repercussão nas representações e estereótipos sobre a mulher, em especial sobre o ofício de secretária. Como objeto, examina o livro *A secretária*, publicado no Brasil em 1968. A análise foi realizada diante da perspectiva da Semiótica, na relação entre signo, objeto e significado; e da Linguística, na expressão da narrativa ficcional. Considerou, ainda, o diálogo com os pressupostos da História Cultural com vistas à análise dos sentidos incorporados e ensejados sobre o mundo social a partir dessas leituras. O exame sobre o romance-folhetim indica um discurso constituinte de intenções morigeradoras do papel da mulher na sociedade.

Palavras-chave: Linguagem. Livro de bolso. Romance-folhetim. Secretária. Semiótica.

Abstract: This article aimed at analyzing the social function of the *roman-feuilleton* genre, in the pocket-book format, and its repercussions on representations and stereotypes about women, especially in the secretarial work. As an object, it exams the book *The secretary*, published in Brazil in 1968. The analysis was carried out in Semiotics perspective, in the relation among sign, object and meaning; and of Linguistics, in the fictional narrative expression. It was also considered the dialogue with the Cultural History presuppositions in a view of the analysis of the meanings incorporated and occasioned on the social world based on these readings. The examination of the *roman-feuilleton* indicates a constituent discourse of morigeration intentions for women's role in society.

Keywords: Language. Pocket book. Roman-feuilleton. Secretary. Semiotics.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la función social del género folletín, en formato de bolsillo, y su repercusión en las representaciones y estereotipos sobre las mujeres, especialmente sobre la

* Professora Adjunta. Pós-Doutoranda em Letras (PPGL/UFS). Líder do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Secretariado (UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7948-3185>. E-mail: rf.sabino@gmail.com.

** Doutor em Linguística. Professor Titular vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UFS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3728-070X>. E-mail: ponbez@bol.com.br.

posición de secretaria. Como objeto, examina el libro *La secretaria*, publicado en Brasil en 1968. El análisis se ha realizado desde la perspectiva de la Semiótica, en la relación entre signo, objeto y significado; y Lingüística, en la expresión de la narrativa ficticia. También consideró el diálogo con los supuestos de la Historia Cultural para analizar los significados encarnados y deseados sobre el mundo social a partir de estas lecturas. El examen del folletín indica un discurso que constituye intenciones de morigeración del role de la mujer en la sociedad.

Palabras clave: Folletín. Lenguaje. Libro de bolsillo. Secretaria. Semiótica.

1 INTRODUÇÃO

O romance-folhetim surgido nos rodapés do jornal francês “*La presse*”, em 1830 (MEYER, 1996) assumiu o formato de livro de bolso, constituindo uma literatura de entretenimento (ECO, 2000) de ampla circulação no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. A produção desse gênero, considerado distante dos cânones da alta literatura, na medida em que atendeu a interesses de comercialização, também proporcionou a ampliação do hábito da leitura. Segundo Bragança e Abreu (2010, p. 590) os livros de bolso eram “[...] vendidos por preços módicos e feitos de papel tipo jornal, sem grandes preocupações estéticas em formato pequeno, o que possibilitava a leitura em qualquer lugar e tornava mais fácil a leitura”. Embora sob a crítica de constituir “[...] uma cultura com desconto, uma cultura de bolso” (HORELLOU-LAFARGE, SEGRÉ, 2010, p. 40), indicando uma vulgarização da cultura e do próprio livro, o livro de bolso conquistou leitores chegando a alcançar um terço da venda editorial no início do século XXI em países como a França.

A grande aceitação do gênero romance-folhetim, no formato de livro de bolso, junto ao público feminino (CUNHA, 2009) constituiu uma prática de leitura promotora do reconhecimento de uma identidade social da mulher. As histórias e seus enredos, a linguagem e os discursos adotados emanavam sentidos sobre comportamentos da mulher em tempos de modernização. A apropriação desses discursos, a partir da articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito, reflete sobre o leitor no tocante à compreensão de si e do mundo (CHARTIER, 2002). Neste contexto, a análise sobre o romance-folhetim, em sua nova roupagem de livro de bolso, pode indicar a função social desse gênero e suas repercussões nas representações e estereótipos da mulher na sociedade. Como objeto do estudo, examinou-se o livro *A secretária*, de Eulalia D’Elattre, publicado originalmente em 1968, sob o título *Porque te di mi amor*, em Madri, pela Editora Bruguera. A tradução (indicada apenas pelo nome “Myriam”) foi publicada no mesmo ano no Brasil. A opção por esse romance-folhetim deve-se à indicação, já em seu título, de envolver um ofício historicamente atribuído a mulheres (BOORSTIN, 1974; SCHAPOCHNIK, 1998).

Sob a perspectiva teórico-metodológica da semiótica, na relação proposta por Peirce (2017) entre “signo” (representâmen), “objeto” (referente) e “significado” (interpretante)”, bem como da Linguística, na situação de discurso da narrativa ficcional e sua cena de enunciação (MAINGUENEAU, 2010, 2015, 2018), intenta-se identificar aspectos da materialidade do objeto, da construção dos personagens e da urdidura de enredo que permitam inferir representações e sentidos difundidos por esse gênero

literário. Tal escopo metodológico permite, ainda, análises em diálogo com a História Cultural, uma vez que o livro constitui uma produção cultural que incorpora e ensina sentidos sobre o mundo social (CHARTIER, 1999, 2002).

Diante desta introdução, apresenta-se o embasamento teórico adotado no estudo, prosseguindo-se para as análises sobre a materialidade e o conteúdo do livro de bolso “A secretária”. Por fim, expõem-se as considerações sobre as implicações da leitura para o universo feminino, especialmente, para o ofício de secretária. Dessa forma, tem-se a expectativa de obter inferências que auxiliem na compreensão dos efeitos da linguagem e leitura do romance-folhetim na construção de estereótipos sobre a mulher.

2 REFERENCIAL

A narrativa ficcional pode ser entendida como uma interpretação do autor sobre determinada realidade. Nesse sentido, ela “[...] é produto da imaginação criadora, embora, como toda a arte, suas raízes mergulhem na experiência humana” (COUTINHO, 1976, p. 30). Como exemplo desse gênero narrativo, tem-se o romance-folhetim. Nascida sob o contexto de uma imprensa industrializada, na França, ainda no século XIX, essa literatura configurava-se como “[...] não legitimada pela escola ou por instituições acadêmicas, mas pelo próprio jogo de mercado (SODRÉ, 1985, p. 10). Embora comumente qualificado como “baixa literatura”, o romance-folhetim tem a sua marcante característica de melodrama encontrada em obras de Balzac (1799-1950), Dickens (1812-1870) e Vitor Hugo (1802-1885).

A narrativa do romance-folhetim desenvolve-se, geralmente, sobre uma temática amorosa e com a apropriação de elementos do drama, como tensão, clímax e desenlace. Porém, a superficialidade da trama e o uso exacerbado do sentimentalismo atribuem a esse gênero a característica de melodrama (MAGALDI, 1998). A estruturação do romance-folhetim, com as suas rupturas para tornar o suspense alvo de interesse pela continuidade (MEYER, 1996), o coloca como uma antiga versão das telenovelas.

Na condição de um discurso literário, o romance-folhetim deriva da esfera da “literatura comercial” (MAINGUENEAU, 2015, p. 67), inscrito no campo discursivo da literatura de entretenimento e, especificamente, no da leitura para mulheres (LYONS, 1998). Na concepção de Maingueneau (2008, p. 34) o campo discursivo é “[...] “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em região determinada do universo discursivo”. Dessa forma, tais discursos concorrem em espaço, mas convergem no objetivo de sua função para além do campo. O estudo sobre o discurso impõe considerar que:

a) o discurso é uma organização para além da frase: “Isso não quer dizer que ele tenha necessariamente um tamanho superior à frase, mas que mobiliza estruturas de ordem diversa das da frase” (MAINGUENEAU, 2018, p. 40);

b) o discurso é uma forma de ação: “Atividade singular, mas também atividade entre outras, o discurso literário participa do mundo que se considera que reflita” (MAINGUENEAU, 2018, p. 40);

c) o discurso é interativo: “Nenhum escritor pode desvincular-se do princípio de cooperação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 41);

d) o discurso é orientado: “[...] o discurso é construído em função de um fim, julga-se que tenha uma destinação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 41);

e) o discurso é contextualizado: “[...] o discurso contribui para definir o seu contexto e pode modificá-lo ao longo da enunciação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 42);

f) o discurso é regido por normas: “[...] o discurso está sujeito, ao mesmo tempo, a normas sociais muito gerais e a normas de discurso específicas” (MAINGUENEAU, 2018, p. 42);

g) o discurso é considerado no âmbito do interdiscurso: “Para interpretar mesmo o menor enunciado, é preciso relacioná-lo com todos os tipos de enunciados” (MAINGUENEAU, 2018, p. 42).

O discurso, portanto, não se constitui no vazio de experiências e contextos. No âmbito do discurso literário, o investimento semântico desenvolve um percurso gerador da isotopia desejada pelo autor. Isso corresponde à “[...] permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso” (BERTRAND, 2003, p. 153). As expressões e figuras utilizadas por um autor, bem como a frequência com que surgem no texto, buscam, assim, motivar percepções intencionadas sobre o conteúdo. Nessa dinâmica há a representação de algo – o signo –, o objeto – referente do signo –, e o interpretante, significado do signo. Na concepção de Peirce (2017, p. 46), um signo dirige-se “[...] a alguém, isto é, cria na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo”. Tal tríade do sistema peirciano para a semiótica coloca o signo como o primeiro dessa relação, servindo como mediador entre o que é representado e o efeito produzido. Dessa forma, constata-se que os elementos da semiótica possibilitam observar a dinâmica dos signos e suas implicações no interior das relações sociais, a partir da apropriação de conteúdos e seus sentidos.

A construção dos sentidos sobre uma leitura não pode, no entanto, ser analisada de forma despreendida da “construção” de seu consumo. Nesse sentido, Chartier (2002, p. 59) afirma que eliminar “[...] o corte entre produzir e consumir é antes de mais nada afirmar que a obra só adquire sentido através da diversidade de interpretações que constroem as suas significações”. Os caminhos que levam ao consumo de determinado gênero literário compõem o conjunto de elementos para a interpretação sobre o seu alcance, público e significados sobre a leitura. Disso se evidencia o contexto cultural que envolve o exame sobre uma obra literária. Mesmo os textos ficcionais, que não buscam testemunho da realidade, podem, assim, alcançar o estatuto de “material-documento”, revelando discursos para além da intenção de mera descrição.

Isso se confirma no conceito de “cena de enunciação” de Maingueneau (2018), distinguindo-o nos planos complementares da cena englobante, da cena genérica e da cenografia. A primeira está relacionada ao tipo de discurso: “Quando se recebe um folheto na rua, deve-se ser capaz de determinar se é membro do discurso religioso, político, publicitário, etc., em outras palavras, em que cena englobante se deve situá-lo para interpretá-lo” (MAINGUENEAU, 2018, p. 251). Já as condições de enunciação

constituem a cena genérica, respondendo a circunstâncias como: “[...] quais são os participantes, o lugar e o momento necessários para realizar esse gênero? Quais os circuitos pelos quais ele passa? Que normas presidem ao seu consumo” (MAINGUENEAU, 2018, p. 251). A cenografia é a construção de uma cena pela narrativa do texto. Esse é o plano que o leitor recebe em primeiro lugar, o que Maingueneau atribui como “armadilha” ao leitor, pois a cena englobante e cena genérica ficam “[...] relegadas ao segundo plano, mas [...] na verdade constituem o quadro dessa enunciação” (MAINGUENEAU, 2018, p. 252).

Observa-se, assim, que o exame sobre uma obra literária demanda um olhar sob diferentes prismas, considerando não apenas a especificidade do gênero, mas as variadas dimensões que implicam sentidos e representações aos seus leitores. Esses são aspectos tratados na seção a seguir, na análise sobre o romance-folhetim *A secretária*.

3 O CONTEXTO LITERÁRIO DE A SECRETÁRIA

O romance-folhetim *A secretária*, de Eulalia Lastre Ferrándiz, sob o pseudônimo de Eulalia D’Elattre, foi publicado no Brasil em 1968 pela Editora Bruguera como tradução do título original *Porque te di mi amor*, lançado em Madri também naquele ano. A autora era escritora madrilena, com vários títulos produzidos pela Editora Bruguera na década de 1960. Nas diversas coleções de romances-folhetins daquela editora, no formato de livro de bolso, D’Elattre teve vários títulos publicados como *Sol ardiente*, *Sobre el arco Iris*, *Primavera en el corazón*, *Alma en la niebla* e *Un alto en el corazón*. Todos foram traduzidos e lançados no Brasil.

A Bruguera foi criada sob o nome de *El gato negro* em 1910, em Barcelona/Espanha, por Juan Bruguera Teixidó (GUIRAL, 2010). Especializada em folhetins e literatura popular, em 1939 a editora alterou seu nome para *Bruguera*. Seu crescimento nas décadas seguintes a colocou como uma das mais importantes editoras espanholas. No início da década de 1960, a Bruguera iniciou sua expansão para o exterior, criando filiais nos seguintes países: Argentina, Brasil, Colômbia, México, Portugal e Venezuela. A filial brasileira foi sediada na Rua Filomena Nunes, nº 162, na cidade do Rio de Janeiro. Nos anos de 1970, a editora alterou seu nome em solo brasileiro para Companhia Editora Brasileira (CEDIBRA), vivendo sua fase áurea, com média de venda mensal de cinquenta mil exemplares de cada um de seus títulos. A Bruguera encerrou suas atividades em 1986, sendo seu acervo adquirido pelo Grupo Zeta, transformando-a nas Edições B.

O período em que obras de D’Elattre surgem ao público brasileiro foi propício para o mercado editorial. Nos anos de 1960 a produção de livros crescia doze por cento ao ano, chegando a representar lucro de mais de cinquenta por cento às editoras. O número de obras lançadas expandia-se a cada ano. Só no ano de 1969, a Bruguera produziu 149 novos títulos, sendo vencida entre as editoras brasileiras apenas pela Edições de Ouro, que lançou 281 títulos naquele ano (HALLEWELL, 1985)

O formato escolhido pela editora, que ela mesma batizou de “bolsilivro”, sob dimensão de 10cm x 15cm e produzido em papel de baixa qualidade, trazia não só a

praticidade para o leitor, uma vez que proporcionava a leitura em um volume portátil, como também a ampliação de mercado para a editora. Com menor investimento, os títulos eram vendidos sob valores acessíveis a leitores com menor poder aquisitivo. O formato, no entanto, já não era inovador. Segundo Oliveira (1989), que também denomina o livro de bolso “livro anão”, esse formato tem origem na Idade Média, com Aldo Manúcio, que “[...] inaugurou o seu lançamento na infância da tipografia” (OLIVEIRA, 1989, p. 374). Porém, a redução do formato das obras não se colocava como obstáculo a uma brochura e papel de qualidade. No caso dos romances-folhetins da Bruguera, a materialidade indicava uma literatura descartável ou para pouca durabilidade. As capas eram produzidas em cartolina e as páginas internas em papel jornal, assemelhando-se ao espaço de origem do romance-folhetim na prensa francesa. Esses aspectos implicam na experiência da leitura de uma obra. Como enfatiza Chartier (1999, p. 128), “[...] a forma do objeto escrito dirige sempre o sentido que os leitores podem dar àquilo que lêem”.

Na mesma medida em que a comunicação semiótica na materialidade do livro emana um direcionamento a determinado público leitor, as palavras adotadas formam a linha orientadora do discurso do autor. Embora se considere que o discurso tenha uma função destinada, mas que “[...] pode desviar-se no meio do caminho (digressões), voltar à sua direção inicial, mudar de direção etc.” (MAINGUENEAU, 2018, p. 41), o enunciado por um autor constitui um discurso controlado por ele do início ao fim da obra. No caso do romance-folhetim aqui analisado, o direcionamento no título dado pela autora foi, de certa forma, corrompido pela tradução. A evidência sobre um ofício historicamente entendido como feminino sobrepujou o título original que remetia a uma experiência amorosa, mas não tornava a atividade ou figura de secretária o ponto central da trama. Esse fato proporciona alterações nos sentidos pretendidos pela autora, uma vez que o título traduzido enuncia a relação com um universo específico: as mulheres secretárias. Essa consideração se faz necessária, pois o fato literário como “discurso” mantém relação com que lhe é exterior. Segundo Maingueneau (2018, p. 43):

As condições do *dizer* permeiam aí o *dito*, e o *dito* remete às suas próprias condições de enunciação (o estatuto do escritor associado a seu modo de posicionamento no campo literário, os papéis vinculados com os gêneros, a relação com o destinatário construída através da obra, os suportes materiais e os modos de circulação dos enunciados...). A partir do momento em que não se podem separar a instituição literária e a enunciação que configura um mundo, o discurso não se encerra na interioridade de uma intenção [...].”

A opção da tradutora, apenas mencionada como “Myriam”, por um título tão diverso do original já torna a obra emblemática para o público feminino e um de seus ofícios mais ocupados, à época: o secretariado. Com a expansão do ingresso da mulher no mercado de trabalho brasileiro na década de 1960 (mais de sessenta por cento em relação à década anterior) grande parte das trabalhadoras atuava como secretárias (WAJNMAN, RIOS NETO, 2000; MATOS, BORELLI, 2012). Esse cenário pode indicar a escolha do título brasileiro como estratégia dos produtores - a tradutora e o editor, para maior alcance de comercialização do romance-folhetim.

No âmbito da enunciação, o título traduzido antecipava a intenção de destacar um enredo que ocorria no ambiente profissional ou, ainda, que envolvia chefe e secretária. O

gênero de romance-folhetim também já atribuía a cena englobante de um discurso dotado de excessivo sentimentalismo. O contexto amoroso pretendido para a obra pode ser observado a partir de sua capa. Nela, a indumentária feminina remete à sensualidade e não à discrição aguardada para situações de trabalho. A secretária, jovem e sorridente, sob um vestido ajustado ao corpo, segura um copo de bebida nas mãos, que contribui para realçar o decote da roupa e afastá-la de uma relação profissional. Os cabelos curtos, soltos e os gestos também são insinuantes, para além do sorriso que esboça. A secretária apresenta-se de costas para o chefe, estado em que o deixa à vontade para mirá-la. A capa do romance-folhetim é exposta na Figura 1.



Figura 1 – Capa do livro de bolso A secretária

Fonte: D'Elattre (1968).

Tomando-se a capacidade dos signos em representar a realidade, seja por uma imagem ou palavra, e o foco de Peirce (2017) na interpretação dessa realidade feita pelo pensamento, é possível identificar aspectos da capa de *A secretária* que promoveriam sentidos relacionados a um romance, talvez escuso, entre chefe e secretária. A partir das etapas do processo de pensamento, tem-se o conceito de primeiridade como impressão inicial e imediata: uma mulher, um homem e o título de um ofício feminino. A seguir, a secundidade dá forma à impressão por meio da distinção sobre algum referente anterior no pensamento. Nesse caso, a cenografia se distingue de um contexto, por exemplo, familiar, remetendo a um clima amoroso e sedutor entre as figuras. A compreensão, no conceito de terceridade, consiste na conclusão sobre o sentido da primeira impressão e a distinção, resultando na significação da realidade. Os elementos da capa do romance-folhetim poderiam, então, promover o entendimento de que o conteúdo versaria sobre um caso amoroso entre chefe e secretária.

Examinando-se o material sob a relação triádica proposta por Peirce (2017), o objeto da realidade, a partir do próprio título, é um ofício desenvolvido por mulheres; o signo é uma mulher sedutora e o interpretante é a proximidade entre secretária e chefe, denotando cumplicidade e intimidade. Os sentidos ao leitor reforçam, portanto, o estereótipo da secretária como uma mulher jovem, bonita, conquistadora e potencial amante de seu chefe. A busca pelo afastamento a esse estereótipo é constatada nos discursos de livros destinados à educação profissional das secretárias. Na obra *Manual da Secretária Moderna*, de Helena Montezuma, publicada em 1961 pela Edições de Ouro (denominação que sucedeu a Tecnoprint Gráfica S.A), o discurso busca um efeito morigerador sobre o comportamento da secretária, enfatizando a dignidade da profissão. Já no início da obra a autora, que se apresenta com longa experiência no secretariado, alerta que o ofício “[...] não é um estágio inicial para concurso de beleza ou carreira de vedete...É uma profissão séria, para ser exercida com seriedade” (MONTEZUMA, 1961, p. 13).

A valoração do ofício pelo comportamento comedido e discreto de quem o exerce é encontrado também no livro *A secretária na empresa moderna*, de A. Nogueira de Faria, lançado em 1970 pela Editora APEC. O autor, apresentado como professor da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e presidente da Associação Brasileira de Técnicos de Administração (ABTA), menciona a necessidade de distanciamento e respeito entre chefe e secretária: “O relacionamento bem sucedido entre chefe e secretária é estritamente profissional, negócios, brincadeiras e casos sentimentais não se misturam bem, nem dentro e nem fora do escritório” (FARIA, 1970, p. 37).

A advertência sobre os perigos para a “imagem” da secretária na relação com o chefe é, ainda, encontrada no livro *Curso de secretariado e assessoria empresarial*, organizado por Raymundo Gonçalves da Mota e lançado em 1973 pela editora Sugestões Literárias S.A. No capítulo escrito por Letícia Monteiro de Barros, professora do curso de Secretariado no Colégio Anglo-Americano, são dadas as recomendações para que a secretária: “[...] Nunca se sente sobre as mesas. Não adote poses de vedeta. Não pareça ter familiaridade indevida para com os seus superiores, nem use bajulação” (MOTA, 1973, p. 303). Nos capítulos elaborados por Maria Regina Teixeira, Nancy Palladini e Renné Martinelli, membros da diretoria do Clube das Secretárias do Rio de Janeiro, as secretárias leitoras recebem as lições sobre aspectos proibidos no exercício do ofício:

[...] Nunca use roupas de cores ou feitios berrantes. Nunca use perfumes fortes, lenços ou turbantes na cabeça [...]. Nunca use jóias em profusão. Nunca use sapatos do tipo chinelo, batendo com os saltos. Nunca se permita intimidades [...] conserve sempre a cerimônia exigida pelo ambiente de trabalho. (MOTA, 1973, p. 316).

A análise semiótica da capa de *A secretária* associa-se, assim, ao estereótipo do ofício, evidenciado na refutação dele pelos que ensinavam o “fazer” secretarial por meio dos livros. Tem-se, então, a representação da secretária a partir do gênero feminino, da beleza e da sedução. No entanto, o aprofundamento no exame sobre o enredo e os personagens do romance-folhetim pode, ainda, relevar discursos que corroboram ou se distanciam dos sentidos promovidos por sua capa.

4 LINGUAGEM, ENREDO E PERSONAGENS

Embora a representação da secretária na capa desse romance-folhetim esboce um conjunto de sinais que podem induzir a uma situação de conquista do chefe por sua secretária, o enredo distancia-se disso. A estória ocorre na década de 1960, a partir do romance entre um magnata do petróleo, Cliff Hawkins, e uma secretária, de vida simples, Gail Boehm. Esses protagonistas têm o seu primeiro encontro em um cenário descrito como requintado: “No Hall do elegante Lieblich, o movimento era intenso. Os magnatas do petróleo do mundo inteiro ali reuniam-se, num conagraçamento anual” (p. 49). Essa cenografia expõe a relação entre o ramo petrolífero, pungente à época, e a alta classe social.

Constando como participante, embora não integrante daquele grupo social, a secretária é apresentada em sua jovialidade, beleza e independência. Gail Boehm tinha 27 anos, era loira, nascida em Viena. Tendo os pais falecidos em sua infância, essa protagonista dividia apartamento com uma amiga, desfrutando uma vida “simples e clara” (p. 61). Essa descrição pela autora parece afastar a protagonista de uma vida de segredos ou em busca de luxos, tornando-a ilibada, despreziosa e humilde. Aqui se tem um exemplo destoante entre capa e conteúdo. Enquanto as imagens apontam para a sensualidade e sedução, o texto enaltece a discrição e o comedimento do comportamento da mulher.

Essa personagem torna-se, então, o centro da atenção de Cliff Hawkins, que apaixonado, casa-se com ela. Tal fato, no entanto, só é revelado ao leitor após vários cortes na estória, utilizados pela autora como se elaborasse capítulos independentes, assumindo uma estratégia de suspense peculiar a esse gênero literário. Dos demais seis personagens, apenas a mãe de Cliff Hawkins, Ruth Hawkins, parece ter relevância para o desfecho da trama. Essa personagem surge desde as páginas iniciais do romance-folhetim e também é dela que emana o sentido de que a secretária não compunha a alta sociedade. As falas de Ruth Hawkins a revelam como articuladora do destino afetivo do filho, a quem visava um casamento promissor com Elisabeth, amiga da família. Essa última personagem é também descrita em sua jovialidade e beleza, mas, também em seu comportamento egoísta. Esse aspecto contrasta com a aura de dedicação e desprendimento atribuída ao caráter da secretária/esposa.

A obra se desenvolve sob uma linguagem adocicada. Os sentimentos fáceis e as fragilidades emotivas, à flor da pele, em vários momentos, dominam a figura da mulher e do homem. Na cena inicial da trama, quando Cliff Hawkins dirige-se a sua mãe, relatando seu primeiro dia de trabalho após um afastamento por problemas de saúde, já se revela a adoção de uma linguagem que busca atingir a emoção do leitor: “– Assim que entrei na sala e vi aqueles rostos voltados para mim, senti-me vacilar, e meu coração disparou” (p. 12). Os lamentos desse personagem ocupam o introito da trama, situando-o em um estado de profundo sofrimento devido a amnésia após um acidente de carro: “– Oh! Meu Deus, como é horrível meu estado dalma. Parece que estou caindo num abismo negro e profundo” (p. 17).

As recorrentes falas desse personagem que remetem ao sentimentalismo exacerbado contrastam com a caracterização pela autora de um homem com imagem

forte: “Era um homem de seus trinta e cinco anos, alto e moreno. Tinha uma expressão viva e inteligência aguçada, que parecia penetrar no íntimo de cada pessoa. Seu corpo atlético e elástico sugeria um perfeito ginasta” (p. 5-6). Observa-se, assim, o não comprometimento da autora com a coerência entre enunciações e enredo, priorizando a percepção da beleza dos personagens. Nos romances-folhetins esse traço evidencia uma leitura destinada, principalmente, a jovens mulheres, sonhadoras de um amor perfeito junto a um lindo par.

O estereótipo da uma mulher perfeita, bela, comedida e capaz de renúncias pelo homem amado é identificado na personagem Gail Boehm. Embora os sentidos promovidos pela capa e título possam gerar a expectativa ao leitor sobre um romance que surge nos escritórios, a protagonista torna-se, primeiramente, esposa. Gail só assume o papel de secretária do marido como estratégia para o tratamento de amnésia de Cliff, sugerido pelo psiquiatra e amigo da família Rod Adams. O sofrimento da protagonista em participar da farsa associa-se, ainda, à recusa pela sogra em aceitar o casamento com uma mulher de classe social inferior. Embora a caracterização da personagem Gail perpassasse por uma imagem inicial de mulher independente, capaz de construir e conduzir sua vida profissional com êxito, esses traços são esquecidos ao longo da trama, sendo privilegiado um repertório de expressões relacionadas à beleza e à perfeição: “doce e feminina” (p.10), “linda, brilhante, inteligente e eficiente” (p.21), “linda mulher. Perfeita de corpo, de rosto, de inteligência e de espírito” (p. 22).

A linha sintagmática do discurso da autora permite identificar a construção da perfeição feminina pela beleza, mas, também, pela moral. Essa conexão não evidenciada na personagem da noiva prometida a Cliff, Elisabeth. Embora descrita como uma mulher bonita, jovem, loira e de olhos verdes, ela também é denotada como “sem muito interesse” nas conversas da família de Cliff Hawkins (p. 93). Como ameaça ao casamento de Cliff, Elisabeth é vista por Gail como uma mulher “egoísta” (p. 117). A acentuação desse traço na personalidade da rival surge também em suas falas, as quais destacam o perfil de uma mulher insensível, interesseira e fútil: “Na verdade, não me animo a me unir a um homem doente – declarou, abertamente – Sou jovem e quero gozar a vida. Cliff sempre viveu mergulhado no mundo dos negócios, mas sempre era gentil e atencioso. Ao passo que doente, será um eterno pesadelo para mim” (p. 117).

A oposição entre as personalidades de Gail e Elisabeth, colocando a primeira como esposa dedicada e generosa e a segunda como libertina, deixa indícios da representação, à época, da “boa moça”, recomendável para constituir uma família. O discurso da autora reverbera, assim, o estereótipo da mulher-esposa, constituindo uma narrativa que trazia “[...] embutida a tarefa de ‘educar’ sentimentalmente seu público. [...] as histórias de amor consideradas adequadas [perpetuavam] receitas de como bem se comportar, de como ser mulher, com o matrimônio e a indefectível prole decorrente como seus objetivos finais” (MIGUEL; RIAL, 2012, p. 151).

A moralidade da mulher é, portanto, o mote da trama. Na medida em que o texto é construído sob superficialidade e verossimilhança improvável, dado o excesso de confissões amorosas lançadas em qualquer lugar ou a qualquer momento, ele também apresenta uma passagem que se distingue como vetor para a imagem da protagonista como a mulher ilibada. Tal passagem, no entanto, também revela o estereótipo do ofício

de secretária como um caminho para o casamento. Ao procurar o psiquiatra Rod para desabafar sobre a situação de ter de representar o papel de secretária de seu marido adoecido, Gail recebe a proposta do médico de acompanhar Cliff em uma viagem, ao que ela responde: “– Seria fácil. Afinal, é tão comum secretárias acompanharem os chefes em viagens. E, muitas vezes a coisa termina em casamento – completou ela, sarcástica” (p. 35-36). A expressão do sarcasmo, situando a fala de Gail, manifesta ironia e malícia ao tratar do trabalho das secretárias, assumindo como natural e provável ocorrer um romance entre chefe e secretária.

Considerando que a própria protagonista era secretária quando iniciou o romance com seu marido, mesmo não trabalhando para ele à época, o estigma sobre a atividade atingiria também a ela. A continuação do diálogo parece buscar dissuadir o leitor da relação entre Gail e do ofício de secretária. A protagonista resta, então, como esposa, ao tempo em que é reforçado o estereótipo da secretária amante:

– Eu daria a minha vida por Cliff, Rod, respondeu ela, soluçando. O que não posso é manchar o nosso amor, aparentando ser uma aventureira vulgar. Sim, porque eu não resistiria e acabaria entregando-me a êle, como já fiz, quando nos unimos perante Deus e os homens. Compreenda que para mim será impossível manter uma atitude de **secretária sapeca**. (p. 36, grifos nossos).

A expressão “*sapeca*” merece atenção sobre a sua etimologia e seu emprego no texto. Considerando a circulação do livro entre os leitores brasileiros, a escolha pela palavra “*sapeca*” indicia a interferência da tradutora para um sentido ajustado à cultura nacional. A palavra tem sua origem na língua Tupi, dos povos tupi-guaranis que habitavam o litoral do Brasil no século XV (PEREIRA, 2000). Em Ali e Bechara (2006, p. 239) encontra-se o significado da palavra naquele povos: “Sapeca (1), termo de origem tupi, é ação ou efeito de sapecar, com a significação de 'chamuscar', 'queimar levemente' [...]”. Os significados assumidos, ao longo do tempo, na cultura brasileira são encontrados em diversos dicionários, conforme o Quadro 1.

Dicionário	Autor	Significado da palavra “sapeca”
Dicionário escolar da língua portuguesa	Academia Brasileira de Letras (2008)	“sapeca adj. 1. Diz-se de criança travessa: menina sapeca. 2. Diz-se de pessoa namoradeira” (p. 1160)
Dicionário etimológico da língua portuguesa.	Antônio Geraldo da Cunha (2012).	“sapecar (1) vb. 'chamuscar, crestar' 1899. De origem tupi, mas de étimo indeterminado. sapeca (2) sf. 'chamuscadura' 1899. Dev. de sapecar. sapeca (3) adj.2g. 'diz-se de, ou pessoa muito saliente, assanhada, irrequieta'. De sapeca (2) vb. 'namorar muito, divertir-se, vadiar' ” (p. 581)
Melhoramentos minidicionário da língua portuguesa	Melhoramentos (1992)	“sapeca adj + sf Diz-se de moça desenvolta ou namoradeira, ou criança muito levada. (p. 467)
Minidicionário Luft	Cel Pedro Luft (1991)	“sapeca s.f 1. Ação ou efeito de sapecar. Adj, e s.f. 2.(Moça) namoradeira. Adj. 3. Diz-se de criança.(p. 557)
Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa	Instituto Antônio Houaiss de Lexografia (2015)	“sapeca adj.2g.s2g. 1 que(m) é assanhado, irrequieto. 2 que(m) é saliente, namorador” (p. 849).

Quadro 1 – Significado da palavra sapeca

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Observa-se que os significados remetem à infância e à vida adulta, sendo esta última a que se aplica aos personagens. Para esse estágio, o significado comum é uma pessoa que “namora em excesso”. Cabe ressaltar que, a partir da década de 2000, o significado não remete o termo exclusivamente ao universo feminino. O exame sobre o uso dessa palavra deve considerar, ainda, a época da circulação de “A *secretária*”. No texto publicado no tablóide “A *Gazeta*” (Vitória), em 1960, identifica-se os sentidos atribuídos à palavra na cultura popular, relacionando-o diretamente à mulher. O autor, professor Guilherme Santos Neves, buscando verificar entre suas alunas “[...] o que sabiam sobre o Diabo” (1960, s/p) encontrou entre as respostas das estudantes “[...] Casar com **mulher 'sapeco'** é ser o seu segundo marido, pois o Diabo já foi o primeiro” (grifos nossos). A significação dada por essas alunas, indicando um comportamento frívolo e leviano da mulher sobre um único amor, também é encontrada na cultura popular da década anterior. A marchinha “*Rita Sapeco*”, de Klécio Caldas e Armando Cavalcanti, interpretada pela cantora Vera Lúcia, foi o grande sucesso no carnaval de 1951. A letra mencionava: “A Rita Sapeco, levada da breca, saiu de boneca, puxando o cordão. E logo de cara, **pegou um careca**. A Rita não é sopa não. Ela quer **aproveitar, até não poder mais**. Onde quer que a Rita vá, a turma vai atrás” (CALDAS, CAVALCANTI, 1951) (grifos nossos). Constata-se, portanto, a representação da mulher sapeco como interessada em uma vida de prazeres, sedutora de homens para a sua diversão e, dessa forma, não apropriada ao casamento.

A expressão *sapeco* no texto surge, assim, como um eufemismo para a adjetivação do ofício de secretária. Dessa forma, a autora deixa ao leitor a escolha dos sentidos ao vocábulo, em uma dubiedade oportuna – mera extroversão ou intenção sedutora, já que as próprias secretárias podem constar entre seus leitores. Diante disso, a autora se vê impelida a atribuir falas a Gail que não permitam confundi-la com uma “secretária sapeco”. Faz-se necessário à trama garantir a moralidade em seu desfecho. É nele que surgem os elementos que compõem a enunciação de amor verdadeiro e família. Gail constata que está grávida e em recusa à própria felicidade, decide abandonar o marido para que ele possa seguir os planos de sua mãe, casando-se com a noiva prometida. A notícia da gravidez reverte a posição da sogra sobre Gail, passando a defendê-la. A vinda de um filho parece ungi-la a protagonista de uma aura de decência e bondade, necessária à mulher e mãe. Isso é denotado na narrativa do diálogo que transcorre entre Gail, Elisabeth e a matriarca, Ruth Hawkins, no momento em que a protagonista anuncia que se afastará do marido, deixando o caminho livre para o romance entre ele e Elisabeth. Essa personagem responde a Gail:

- Por que deseja me atrapalhar a vida? Outra mulher, em seu lugar, ficaria felicíssima em ter, de novo, a oportunidade de reconquistar o marido. Não entende?
- Uma mulher tão elevada espiritualmente como Gail, não pode entendê-la, Elisabeth, interveio a Senhora Hawkins. [...]
- Ruth voltou a si e, compreendendo que não estava sendo humana, acariciou o rosto delicado de Gail.
- Perdoe-me, creio que estou tendo um pesadelo. Não posso ser assim tão egoísta – falou, procurando as mãos de Gail, que não se furtou ao gesto de afeto. – Fechei os meus olhos ao seu sofrimento, unicamente pensando na felicidade de meu filho! Como pode perdoar-me, Gail? (p. 118-120).

A expressão de “viver um pesadelo” revela a aflição sofrida pela sogra para a aceitação de um casamento não planejado ao filho. No entanto, a notícia de um filho impunha sublimar suas preferências sobre o destino de Cliff. A nova postura de Ruth Hawkins em relação à protagonista vem como um sinal tardio de suavização da figura da mãe, como forma de encaminhar a harmonia necessária a uma família feliz. Para alcançar esse desfecho, a protagonista desiste de abandonar o marido, ocorrendo o seguinte diálogo entre o casal:

- Não pude partir. Amo-o demais e isto me impediu – sussurrou ela, com os olhos cheios de lágrimas e um sorriso nos lábios.
- Gail, meu amor! gritou ele, abraçando-a com força, com ímpeto de um amor louco. Ela segurou-lhe a cabeça e atrai-o para seu coração, num gesto maternal e carinhoso.
- Meu querido. Agora seremos felizes, de nôvo, murmurava ela, embalando-o.

O sentimentalismo marcado nessas falas também indica a transferência de emoções ligadas ao materno para o terreno das relações entre marido e mulher. Isso incide sobre a imagem de um homem frágil e dependente da força emocional da mulher. Gail é, então, a heroína da trama, capaz de tudo superar para o bem de seu marido, servindo de verdadeiro esteio da família. A orientação desse discurso é evidenciada no encerramento do livro: “Gail ria, feliz. Enfim, seu amor vencera aquela dura batalha e eles seriam, finalmente, felizes. Ruth Hawkins, comovida, contemplava a cena do reencontro de duas almas gêmeas. (p.125). Dessa forma, personagens e enredo retomam, no âmbito do interdiscurso, a representação da mulher dos anos dourados: a “rainha do lar”. A ela cabe a manutenção do casamento e, por consequência, da família. Mesmo sob uma abordagem rasa e, muitas vezes, incoerente no enredo, a atividade de secretária serve apenas ao título, mas não sem deixar indícios do estereótipo sexualizado do ofício, não adequado às “boas moças” que desejassem conquistar a felicidade conjugal.

5 CONCLUSÃO

A análise do livro *A secretária*, a partir dos estudos discursivos de Maingueneau, da semiótica peirciana e das práticas culturais de Chartier, permitiu identificar, desde sua capa, o estereótipo sobre o ofício, constituindo um espaço voltado a mulheres, com comportamento tentador e atraente, e dispostas a romance com seus chefes. No entanto, a estória do romance-folhetim inicia pelo que a principal personagem não é: uma secretária sedutora.

O ofício da personagem é somente utilizado em uma farsa para justificar a sua proximidade a um marido que perdeu a memória. A caracterização da protagonista remete à beleza, mas também à eficiência, o que atribui o aspecto profissional à relação com seu suposto chefe. Isso é necessário para afastar a personagem do estereótipo de “secretária sapeca”, referido e temido por ela.

A linguagem repleta de clichês e sentimentalismo, minimiza a capacidade de leitura do seu público. Os personagens são construídos de forma plana, mal costurada no contexto e sem densidade psicológica. O estereótipo da beleza pela jovialidade parece não incomodar a autora, que a ele recorre a todo o momento para enunciações e construção de diálogos superficiais. Enquanto as características “loira e olhos verdes” são inúmeras vezes mencionadas para evidenciar a beleza da protagonista e sua rival, a resignação e a bondade surgem como diferenças que colocam a primeira como merecedora da felicidade conjugal.

As situações, mesmo que desconexas na tentativa de suspense, são constituintes de intenções morigeradoras sobre o leitor. Ao homem é permitida a fragilidade emocional não licenciada à mulher. Esta, por sua vez, deve mostrar-se forte diante das adversidades e ilibada em seu comportamento. Dessa forma, os leitores do romance-folhetim *A secretária*, recebiam uma produção cultural cujo discurso mobilizava sentidos sobre o papel destinado à mulher na sociedade.

REFERÊNCIAS

- A GAZETA. *Folclore capixaba: diaburas do diabo*. Texto de Guilherme Santos Neves. 20 set. 1960. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=29622>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Dicionário escolar da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
- ALI, M. S.; BECHARA, E. (Org). *Investigações filológicas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.
- BOORSTIN, D. J. *The americans: the democratic experience*. New York: Random House, 1974.
- BRAGANÇA, A.; ABREU, M. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: UNESP, 2010.
- CALDAS, K; CAVALCANTI, A. *Rita Sapeca*, marchinha de carnaval, intérprete Vera Lúcia. 1951. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M1yxc-tCTIU>. Acesso em: 02 dez. 2018.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo UNESP, 1999.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algez (Portugal): Difel, 2002.
- COUTINHO, A. *Notas de teoria literária*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- CUNHA, M. T. S. Para ler e educar-se: a circulação das novelas de Corin Tellado no sul do Brasil (1965-1975). In: CUBERO, L. N.; PÉREZ, C. R. (Org.). *Emociones, cultura y educación: en enfoque interdisciplinar*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2009. p. 49-60.
- D'ELATTRE, E. *A secretária*. Tradução Myriam. Guabanara: Bruguera, 1968.
- ECO, U. *Tratado de semiótica general*. Tradução Carlos Manzano. 5. ed. Barcelona: Lumen, 2000.
- FARIA, A. N. *A secretária na moderna empresa*. Guabanara: APEC, 1970.
- GUIRAL, A. *100 anos de Bruguera: de El gato negro a Ediciones B*. Barcelona: Ediciones B, 2010.
- HALLEWELL, L. *O livro no Brasil*. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1985.
- HORELLOU-LAGARFE, C.; SEGRÉ, M. *Sociologia da leitura*. Tradução Mauro Gama. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.

- INSTITUTO ANTÔNIO HOUAISS DE LEXICOGRAFIA. *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Moderna, 2015.
- LYONS, M. A leitora: a conquista de um espaço autônomo. In: CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. *História da leitura no mundo ocidental*. v. 2. São Paulo: Atica, 1998.
- LUFT, C. P. *Minidicionário Luft*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1991.
- MAGALDI, S. *Iniciação ao teatro*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- MAINGUENEAU, D. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso literário*. Tradução Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2018.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. Org. SOUZA-E-SILVA, M. C.; POSSENTI, S. Tradução Adail Sobra et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Tradução Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MATOS, I. M.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 126- 147.
- MELHORAMENTOS. *Melhoramentos mini dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1992.
- MEYER, M. *Folhetim: uma história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MIGUEL, R. de B.; RIAL, C. Programa de mulher. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 149-168.
- MONTEZUMA, H. *Manual da secretária moderna*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1961.
- MOTA, R. G. da. *Secretariado executivo na moderna empresa*. São Paulo: Sugestões Literárias S.A, 1973.
- OLIVEIRA, J. T. de. *A fascinante história do livro: de Gutenberg aos nossos dias*. v. 4. Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1989.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica*. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PEREIRA, M. S. *Índios Tupi-Guarani na pré-história: suas invasões do Brasil e do Paraguai, seu destino após o descobrimento*. Maceió: EDUFAL, 2000.
- SCHAPOCHNIK, N. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, F. A. (Coord.); SEVCENKO, N. (Org.) *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Epoque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 423-620.
- SODRÉ, M. *Televisão e psicanálise*. São Paulo: Ática, 1985.
- WAJNMAN, S; RIOS-NETO, E. L. G. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: ROCHA, M. I. B. da . (Org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 309-346.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200110-3919>

Recebido em: 09/05/2019 | Aprovado em: 18/11/2019

MENSAGEM DE FIM DE ANO E BLITZ EM ESCOLAS: DISCURSO, VIOLÊNCIA E AMEAÇA NO PROGRAMA *ESCOLA SEM PARTIDO* NO BRASIL

New Year's Message and School Blitz: Discourse, Violence and Threat in Brazil's <i>School Without Party</i> Program	Mensaje de Fin de Año y "Blitz" en Escuelas: Discurso, Violencia y Amenaza en el Programa <i>Escuela Sin Partido</i> en Brasil
---	--

Renata Rena Rodrigues *

Universidade de Brasília

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Brasília, DF, Brasil

Viviane de Melo Resende**

Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Brasília, DF, Brasil

Resumo: O movimento autointitulado *Escola sem Partido*, segundo seu sítio oficial, seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o [suposto] grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Para investigar, por meio da análise de discurso crítica, a construção discursiva de ameaça e violência em torno desse movimento, este artigo toma como objeto analítico dois textos disponíveis na Internet, um do âmbito organizacional do Programa e um de mídia jornalística online. O primeiro intitula-se *Mensagem de Fim de Ano*, e o segundo é uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo* sobre visitas-surpresa em escolas de São Paulo. O objetivo é refletir sobre como o discurso particular de censura do Programa *Escola sem Partido* pode ser legitimado em gêneros específicos (mensagem e notícia) e inculcado em estilos projetados na construção de identidades e identificação de grupos sociais.

Palavras-chave: Discurso. *Escola sem Partido*. Violência.

Abstract: The self-titled *School Without Party* movement, according to its official website, would be "a joint initiative of students and parents concerned about the [supposed] political-ideological degree of contamination of Brazilian schools at all levels: from primary to higher education." In order to investigate, through critical discourse analysis, the discursive construction of threat and violence around this movement, this article takes as analytical object two texts available on the Internet, one of the Program's organizational scope and other of online journalistic media. The first text is entitled *New Year's Message*, and the second one is a news article from the *Estado de S. Paulo* newspaper about surprise visits to schools in São Paulo.

* Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília (UNB). Professora do CAP-Coluni da Universidade de Viçosa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5389-4912>. E-mail: renata.rena@ufv.br.

** Doutora em Linguística (Linguagem e Sociedade) pela Universidade de Brasília (UnB). Professora Associada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7791-5757>. E-mail: resende.v.melo@gmail.com.

The purpose is to reflect on how the private censorship discourse of the *School Without Party* Program can be legitimized in specific genres (message and news) and inculcated in styles designed to construct identities and identifications of social groups.

Keywords: Speech. *School without Party*. Violence.

Resumen: El movimiento auto titulado *Escuela sin Partido*, según su sitio oficial, sería "una iniciativa conjunta de estudiantes y padres preocupados por el [supuesto] grado de contaminación político-ideológica de las escuelas brasileñas en todos los niveles: de la enseñanza básica al superior". Para investigar, a través del análisis del discurso crítico, la construcción discursiva de amenaza y violencia en torno a ese movimiento, este artículo lleva como objeto analítico dos textos disponibles en Internet, uno del ámbito organizacional del Programa y otro de medios periodísticos en línea. El primer texto se titula *Mensaje de fin de año*, y el segundo es una noticia del periódico *Estado de S. Paulo* sobre visitas sorpresa en escuelas de São Paulo. El objetivo es reflexionar sobre cómo el discurso particular de censura del Programa *Escuela sin Partido* puede ser legitimado en géneros específicos (mensaje y noticia) e inculcado en estilos proyectados en la construcción de identidades e identificaciones de grupos sociales.

Palabras clave: Discurso. *Escuela sin Partido*. Violencia.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Admitir que a linguagem é parte irredutível da vida social, pressupondo, assim, relação interna e dialética de linguagem-sociedade, é admitir que questões sociais são também questões de discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Neste trabalho investigamos, por meio da análise de discurso crítica (ADC), a construção discursiva de ameaça e violência em torno do movimento autointitulado *Escola sem Partido*, tomando como material de análise dois textos disponíveis na Internet, um do âmbito organizacional do Programa e um de mídia jornalística online. Em ordem cronológica, o primeiro texto, de autoria do coordenador do Programa, intitula-se *Mensagem de Fim de Ano*, publicado em dezembro de 2016, e o segundo, de abril de 2017, é uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo* sobre 'visitas surpresa' em escolas de São Paulo, por um vereador, com fins de censura e ameaça a docentes.

Considerando o pressuposto de que o uso da linguagem é constitutivo e, portanto, ideológico (BAKTHIN, 2003), para a análise aqui apresentada mapeamos escolhas linguísticas ligadas à construção discursiva de violência e ameaça, ideias centrais à prática discursiva do programa. Considerando as categorias analíticas *vocabulário*, *gramática*, *estrutura genérica* e *intertextualidade*, o objetivo da análise é refletir sobre como o discurso particular de censura do Programa *Escola sem Partido* pode ser legitimado em gêneros específicos (mensagem de fim de ano e notícia) e inculcado em estilos projetados na construção de identidades e identificações de grupos sociais.

Com a análise das materialidades linguísticas selecionadas, pretendemos sinalizar aspectos concernentes a representação, identificação e ação (FAIRCLOUGH, 2003) nos textos, para uma reflexão sobre práticas discursivas opressoras disseminadas pelo Programa *Escola sem Partido*.

2 O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

O movimento autointitulado *Escola sem Partido*, segundo seu sítio oficial,¹ seria “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o [suposto] grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Com inspiração em uma experiência estadunidense autointitulada *No Indoctrination*, criou-se o movimento *Escola sem Partido*, “uma associação informal, [dita] independente, sem fins lucrativos e [supostamente] sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”.

No Brasil, os Projetos de Lei (PL) que configuram o programa e tramitam no Congresso Nacional referenciam-se nas propostas do movimento *Escola sem Partido*, criado em 2004 e transformado em Associação em 2015. Os PL 7180/2014, 7181/2014 e 867/2015 propõem alterações nos currículos escolares e a instituição do *Programa Escola sem Partido* mediante alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Acrescidos a estes, os PL 1411/2015 e 2731/2015 referem-se à criação de leis de disciplinamento e punição de docentes que praticarem ações consideradas por seus autores como “doutrinação ideológica”.

Os projetos-padrão que vêm sendo replicados nas casas legislativas (incluída a Lei no 7800/2016 do Estado de Alagoas, julgada inconstitucional em 2017 pelo STF) que articulam as inovações pretendidas são estrategicamente apresentados em meio aos princípios do ensino inscritos na Constituição de 1988 e na própria LDB. Tais proposições são abusivas e inconstitucionais, porque violam frontalmente direitos e garantias constitucionais referentes à educação. Contudo, observa-se que a estratégia do debate legal vem ganhando espaço em outros estados e municípios, como a aprovação em primeiro turno do Projeto *Escola sem Partido* pela câmara municipal de Belo Horizonte, em outubro de 2019.

O programa diz que práticas nas salas de aula afrontariam o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado e ameaçariam o próprio regime democrático, na medida em que instrumentalizariam o sistema de ensino com o objetivo de “desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores”. Baseia-se no discurso da disputa entre atores políticos para justificar, em muitos casos, suas propostas contidas do projeto de lei e alicerçadas na intimidação e punição de professoras, professores e escolas. Ainda no intuito de justificar o surgimento do “Programa”, seu coordenador Miguel Nagib (advogado, ex-procurador do Estado de São Paulo, autor do projeto *Escola sem Partido*, fundador e líder do movimento *Escola sem Partido* instituído em 2003) explicita uma das razões que teriam levado à criação do movimento e à apresentação do Projeto de Lei:

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros

¹ É nossa escolha não reproduzir aqui o link para o site, que de todo modo pode ser facilmente encontrado, caso seja de interesse de nossa leitora.

da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.²

No campo universitário, o pesquisador Fernando Penna vem debatendo em profundidade as implicações do movimento *Escola sem Partido*, e também as ameaças trazidas pelo programa materializado em projetos de lei. Em relação à propagação de discursos por esse movimento/programa, ele destaca que uma reação comum é:

não levar a sério a ameaça apresentada por esse discurso e os projetos de lei que incorporam suas ideias por ser algo que, para nós, é muito obviamente contraditório com a legislação educacional existente. O discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado, a meu ver, desde o momento em que ele surgiu, em 2004, justamente por parecer absurdo e sem fundamentos legais para aqueles que conhecem o debate educacional, e também porque ele se espalha com muita força, não em debates acadêmicos, mas nas redes sociais. Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. (PENNA, 2017, p. 35)

Penna destaca aspectos relevantes dessa movimentação surgida em 2004 e que não foi encarada com a devida atenção por parte de professoras e professores críticos, de estudantes que defendem uma educação plural, da sociedade como um todo. Com estratégias simples, o movimento/programa vem ganhando espaço na defesa dessa proposição de política pública educacional, e muito mais agora, desde as eleições de 2018. Para Penna, a principal questão a ser debatida não trata só da constitucionalidade, da discussão legal; talvez o mais importante seja uma disputa pela opinião pública, o debate no espaço público, e a compreensão das razões pelas quais essas ideias estão ganhando força em alguns segmentos da sociedade civil.

Ao se autodeclarar como *Programa e Projeto*, seus formuladores parecem buscar uma ordem discursiva de maior formalidade. Um efeito de sentido pode ser a ampliação do campo da disputa de ideias à projeção de uma prática, o que sugere uma ação em sentido prático, uma vez que apresenta propostas que buscam condicionar e normatizar atitudes de sujeitos envolvidos em tais práticas. No caso específico, os atores sociais centrais são as professoras e professores, estudantes e responsáveis, atores de gestão e administração escolar e até o ministério público.

No intuito de se constituir como esse “movimento” ou “programa”, o *site* oficial sustenta o seguinte objetivo:

dar visibilidade a um problema gravíssimo que [supostamente] atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos.

² Disponível no site oficial do movimento, cujo endereço não reproduzimos, mas que pode ser encontrado na Internet sem qualquer dificuldade, caso seja de interesse de nossa leitora.

Considerando tal objetivo, outro aspecto oportuno para nossas reflexões se destaca: uma das práticas recomendadas pelo movimento como reação da comunidade escolar à suposta instrumentalização do ensino para doutrinação. É sugerida a denúncia por parte de alunas/os e responsáveis, com a disponibilização de canais na página oficial do programa (e-mail, espaço para comentário etc.) e até mesmo de formulários (para notificação extrajudicial) destinados a acionar meios jurídicos para formalização de denúncias.

A observação da descrição do movimento e seus objetivos permite perceber, nos textos que são rastro e materialização de discursos, as insinuações de ameaça, preconceito, exclusão, discriminação, ligadas à ação do movimento *Escola sem Partido*. O potencial acional dos textos encontrados no *site* do “movimento/programa” indica esses efeitos de sentido.

O movimento engendra diversas ordens do discurso, diretamente relacionadas a práticas sociais discriminatórias e até punitivistas, o que faz desse tema/problema uma oportunidade para reflexões sobre as relações de linguagem-sociedade, que aqui serão feitas por meio dos textos que, de nosso *corpus* mais amplo, foram selecionados para este artigo. Na próxima seção, apresentamos alguns apontamentos teóricos que subsidiarão a análise dos dois textos, *Mensagem de Fim de Ano* e *Blitz em Escolas*.

3 APONTAMENTOS TEÓRICOS

Como observa Resende (2016, p. 9), “o discurso estabelece as formas que podemos dar à realidade (é um princípio construtivo), as regras para o funcionamento das práticas (é um princípio normativo) e os pressupostos para sua avaliação (é um princípio interpretativo)”. Nesse sentido, a análise discursiva crítica dos textos selecionados sustenta-se no princípio de que o discurso deve ser tomado como ponto de partida para investigação do objeto aqui delineado, já que se trata de refletir sobre o que uma dada sociedade, em um espaço-tempo definido, entende ser necessário e importante para linhas de ação discursivas ou não, um interesse analítico da Análise Interdiscursiva de Políticas Públicas (AIPP), que orienta o projeto de que este artigo é parte (RESENDE, 2018).

Como já mencionado, a escolha teórico-metodológica para a presente análise é a Análise de Discurso Crítica (ADC) na perspectiva de Fairclough (2010, 2003) e seus desdobramentos latino-americanos. De acordo com Resende e Ramalho (2011, p.12), “a perspectiva crítica da ADC, herdada também de suas origens na Linguística Crítica, assenta-se no diálogo com a Ciência Social Crítica, comprometida com o questionamento de aspectos políticos e morais da vida social”, o que será oportuno para a análise aqui pretendida.

Considerando a linguagem como prática social e o contexto de uso da linguagem crucial para a construção de sentidos, a ADC tem como objetivo investigar criticamente como desigualdades são expressas, constituídas, legitimadas pelo uso da linguagem, tornando possível identificar ideologias subjacentes às relações de poder e sua conexão com a linguagem. Nesse sentido, a ADC pretende investigar o modo como práticas discursivas estão imbricadas com estruturas sociopolíticas mais abrangentes, de poder e dominação (VAN DIJK, 2009).

Como área de estudo interdisciplinar que se compromete com estudos dos aspectos discursivos da mudança social, a ADC investiga, de forma crítica, como relações de poder assimétricas são expressas e legitimadas por meio da linguagem (FAIRCLOUGH, 2001). Esse é um fundamento de seu caráter posicionado diante de problemas sociais, uma vez que pesquisadores/as em ADC não se pretendem neutros/as. Já que o discurso, concebido como modo de ação e de representação, como aspecto da prática social, é intrínseco à sociedade, presta-se como instância epistemológica útil para a investigação de problemas sociais ligados ao abuso de poder, oportunidade que pesquisadoras/es em ADC buscam aproveitar.

No enquadre para ADC proposto por Fairclough (2003), o aspecto discursivo de práticas sociais inclui gêneros (modos de ação), discursos (modos de representação) e estilos (modos de identificação). Interessa-nos na reflexão proposta, em função do recorte necessário a nossa pesquisa, investigar como os textos focalizados contribuem para construção de significados que conduzem a ameaça e violência.

Nesse sentido, o objeto da análise proposta é a articulação de sentidos e significados nas materialidades linguísticas selecionadas, pois tais sentidos modificam não só as práticas discursivas, mas também as práticas sociais. É de interesse, portanto, reconhecer o que as pessoas estão fazendo discursivamente na produção dos objetos analíticos selecionados, daí a relevância do conceito de gênero para nossa análise a seguir.

4 MENSAGEM DE FIM DE ANO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE INTIMIDAÇÃO E AMEAÇA

Para Wodak (2003), as diferenças discursivas se negociam nos textos. Estão regidas por diferenças de poder que se encontram, por sua vez, parcialmente codificadas no discurso e determinadas por ele e pela variedade discursiva. Como consequência, os textos frequentemente mostram pistas dos discursos e das ideologias em disputa.

O primeiro texto tomado aqui como objeto analítico, “Mensagem de Fim de Ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor”, foi publicado em dezembro de 2016 no *site* oficial do programa e tem como autor o idealizador do *Escola Sem Partido*, Miguel Nagib. A Mensagem se configura, em linhas gerais, como uma espécie de carta, ao apresentar os aspectos composicionais de título, vocativo, despedida e assinatura. Contudo, como a própria nomeação do texto materializa, traz ainda a estrutura discursiva de ‘mensagem de fim de ano’, que em nosso contexto sociocultural se consolida como uma prática ainda usual. Em tempos de fim de ano, empresas (a clientes e parceiros) e pessoas físicas (a amigos e familiares) por vezes manifestam textualmente uma espécie de “balanço” do ano que passou e explicitam prospecção (votos e desejos) para o próximo período que se inicia.

Para que possamos, em seguida, realizar a análise com as categorias selecionadas para esta reflexão, apresentamos antes a reprodução da mensagem de Miguel Nagib (destaques reproduzidos do original):

Texto 1 – Mensagem de fim de ano/ Carta**“Mensagem de fim de ano do coordenador do Escola sem Partido ao militante disfarçado de professor”**

Prezado Militante Disfarçado de Professor:

2016 está chegando ao fim. Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? O ano do "gópi", do "Fora, Temer!", das "ocupações" contra a PEC 241... Quanta politicagem! E a trabalhadora para "desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs"? Mesmo sem dar aulas e fazendo aquilo de que mais gosta, você deve estar exausto. Agora vêm as férias, o descanso merecido antes de voltar ao front em 2017.

Pois é de 2017 que eu gostaria de lhe falar. Tudo indica que não será um ano muito tranquilo para politiquieiros como você. O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você tanto odeia quanto teme –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco. A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais, o que significa que você pode acabar tomando um processo nas costas caso venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos.

A situação vai ficar ainda mais complicada para o seu lado quando sair pela editora Record o livro que Rodrigo Constantino e eu estamos escrevendo, o que deve acontecer logo no começo do ano. Mais e mais estudantes e pais saberão como lidar com abusadores como você.

Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos, segundo o Código Civil. É o tempo de que dispõem as suas vítimas para decidir se desejam processá-lo. O interessante é que, nesse meio tempo, elas já não estarão sob o seu poder, de modo que você não poderá persegui-las ou prejudicá-las. Você provavelmente já terá esquecido o nome delas, mas elas se lembrarão perfeitamente do seu.

Agora, pense no número de estudantes e pais que podem se sentir lesados pelas suas práticas abusivas ao longo desses três anos, e calcule o tamanho do risco a que você está se expondo e expondo as escolas onde trabalha, que respondem solidariamente pelos danos que você causar aos usuários dos serviços que elas prestam. É por isso que professores com o seu perfil passarão a encontrar cada vez mais dificuldade para arrumar emprego nas escolas particulares. Você pode ser muito útil para os partidos e organizações a que serve, mas para as escolas em que trabalha é sinônimo de encrenca.

Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria bastante preocupado. Só para você ter uma ideia: nos juizados especiais, se o valor da indenização pleiteada for igual ou inferior a 20 salários mínimos (R\$ 15.760,00), o autor da ação nem precisa gastar dinheiro com advogado: ele mesmo pode assinar a petição, cujo modelo eu terei o prazer de disponibilizar. É claro que algumas dessas ações podem vir a ser julgadas improcedentes; mas até isso acontecer, você já terá tido um bocado de aborrecimentos e despesas. O simples fato de ser processado já é uma “condenação”. Enfim, tudo vai depender das suas vítimas. Se elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça. De minha parte, continuarei me esforçando para que molestadores empedernidos como você sejam expelidos do sistema. Desejo-lhe, portanto, um 2017 cheio de denúncias e processos. Que seus alunos não caiam na sua conversa, e os pais deles estejam sempre de olho em você. Estes são os meus votos de Ano Novo para você e seus colegas de militância.

Sem o menor respeito ou admiração, Miguel Nagib

A primeira categoria que exploraremos neste texto é a de vocabulário. Para melhor visualização da análise, organizamos no quadro a seguir os modos de referência aos atores cuja representação nos interessou mapear por meio dessa categoria: docentes e discentes.

“Professor(es)”	“Alunos”
Militante disfarçado de Professor Político Professores com o seu perfil Abusadores Molestadores Empedernidos	Alunos Vítimas Estudantes

Quadro 1 – Vocabulário como estratégia para representação de atores sociais

Fonte: Elaboração própria.

Ao atribuir várias formas de nomear docentes, opta-se por qualificação sempre de aspecto negativo. São reivindicados, pelos modos de referência utilizados na lexicalização do grupo, representações sociais que extrapolam seu papel social, com efeito de desqualificação de sua ação ou mesmo de sua personalidade. O autor dirige-se a docentes, mas enfatiza nos modos de referência sua atuação política (“militante”, “político”, “disfarçado”, “com o seu perfil”), desqualificando-a. Nesse sentido, podemos aqui retomar Fairclough (2003, p. 91), para quem “o discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”.

As escolhas vocabulares na representação de docentes também estabelecem, em nível pressuposto, certas relações entre docentes e discentes, especialmente nos itens “abusadores” e “molestadores”. Ao referir assim docentes a que se dirige, o autor também enfatiza a referência a discentes como “vítimas”, item também presente no quadro.

Ainda nos valendo da categoria de vocabulário, observemos efeitos de sentido que enfatizam uma significação depreciativa, que se dá na lexicalização dos termos e qualificações de fatos, por meio do uso expressivo de adjetivos e advérbios para qualificar dois períodos em oposição: o ano que passara e o que se iniciava:

Ano de 2016	“Ouro”	“militância em sala de aula” “gópi” “Fora, Temer!” “‘ocupações’ contra a PEC 241” “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”
Ano de 2017	“não muito tranquilo”	“trabalho realizado pelo Escola sem Partido”; “atividade de alto risco”; “processo nas costas”.

Quadro 2 – Uso de adjetivos e outros qualificadores na avaliação dos anos (2016 e 2017)

Fonte: Elaboração própria.

A estratégia da comparação é uma ferramenta eficiente ao longo do texto, cuja estratégia discursiva principal é a construção de polos opostos. Pela qualificação dos anos de 2016 e 2017 (comparação que justifica o gênero escolhido: balanço e prospecção), as avaliações que conduzem a oposição (“ouro” e “não muito tranquilo”) já sinalizam a ameaça evidenciada principalmente na qualificação do que se espera de atitudes por parte do programa *Escola sem Partido* e seus participantes.

Em relação ao uso de reforçadores no texto, podemos observar, em trechos como (grifos adicionados): “Tudo indica que *não* será um ano *muito* tranquilo”; “a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de *alto* risco”, “A situação vai ficar ainda *mais* complicada”, “Se você soubesse como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, ficaria *bastante* preocupado” , “Você vai receber *tantas* intimações que pode acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça”, que a recorrência do uso de advérbios de negação e de intensidade, e de adjetivos se torna também estratégia relevante para qualificar violência e ameaça que são, assim, construídas ao longo da mensagem de fim de ano.

No que diz respeito à organização do texto, há alternância de períodos coordenados e subordinados, sendo os primeiros a forma mais recorrente. A coordenação das orações pode ser percebida como uma estratégia do encadeamento da argumentação no sentido da avaliação negativa do trabalho docente e a conseqüente ameaça que se instaura. Já a subordinação das orações é recurso que enfatiza a lógica da argumentação, que também recorre a desqualificação e ameaça, valendo-se das relações de causa-conseqüência, condição etc. Assim, processos e participantes, como por exemplo atores sociais (“professores”/ “pais”/ “alunos”) e suas ações desempenhadas (“militância”/ “preocupação”/ intimidação) estão articulados num esquema retórico mais asseverativo.

O Quadro 3 ordena algumas dessas questões:

Predominância de frases declarativas (modalidades categóricas)	Quanta politicagem! A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. Três anos é o prazo de prescrição das ações de reparação de danos O simples fato de ser processado já é uma “condenação”
Orações interrogativas com sentido de reafirmação do ponto de vista e construção da ironia	Foi um ano de ouro para a militância em sala de aula, não é mesmo? E a trabalhadeira para "desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs"?
Expressão de possibilidade: uso do futuro do pretérito ou pretérito imperfeito do subjuntivo (com efeito de ameaça)	Se você <i>soubesse</i> como é fácil, no Brasil, processar outra pessoa, <i>ficaria</i> bastante preocupado.
Expressão de possibilidade: uso de estruturas semânticas de valor condicional e auxiliares modais (com efeito de ameaça)	<i>Se</i> elas não se acovardarem ou se omitirem, você vai receber tantas intimações que <i>pode</i> acabar ficando amigo do carteiro ou do oficial de justiça. você <i>pode</i> acabar tomando um processo nas costas <i> caso</i> venha a causar algum dano, material ou moral, a qualquer dos seus alunos.

Quadro 3 – Gramática: palavras combinadas em frases e orações

Fonte: Elaboração própria.

No aspecto gramatical, a modalidade é, nesse texto, uma importante estratégia para realizar afirmações (categóricas ou não) construindo efeito de sentido de ameaça, assim como o uso da narração e descrição são estratégias para contextualização dos fatos e fundamentação da argumentação. Essas estratégias têm no texto efeito cumulativo, de modo que a ameaça vai se adensando a cada parágrafo.

O texto se apresenta como uma espécie de carta em que Miguel Nagib se dirige ao seu interlocutor, o “Militante Disfarçado de Professor”, identificando-se como uma sorte de autoridade moral. Nesse sentido, o estilo do discurso tem características informais e mais diretas, fazendo com que a articulação de ideias fique pouco marcada entre os parágrafos e o uso de elementos coesivos seja restrito, carecendo de conectores. As relações entre as partes, como na fala, são deixadas ao subentendido, mas certamente recuperadas na leitura.

Outros aspectos referentes à coesão, que também compõem a organização sistemática da mensagem, podem ser observados se retomamos o propósito comunicativo do texto. A constante interpelação do “Professor” está presente no uso recorrente do vocativo “você”, e sobretudo no uso dos pronomes pessoais e possessivos.

O ponto de partida na análise da “mensagem de fim de ano” não está simplesmente ligado ao conteúdo e à forma, mas à ação que é evidenciada pelo seu uso. Nesses termos, relacionado a cada gênero não está só um tipo particular de texto, mas processos de produção, distribuição e consumo. A estrutura apresentada se presta tanto a levar um recado, narrar situações, como no caso da carta, quanto a fazer um balanço e prospecção, no caso da mensagem de fim de ano, mas também assume um viés de intimidação, na forma da interpelação asseverativa. A questão do gênero no texto analisado, então, mostra-se como “faceta reguladora do discurso”, estratégia de controle sobre o discurso (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O gênero se torna a principal estratégia para produção do efeito de sentido de ameaça.

A movimentação de práticas discursivas no âmbito do *Escola sem Partido* chama atenção. Essa mensagem de fim de ano, publicada pelos meios de divulgação do programa, é de extrema violência. Encontramos na materialização do texto a naturalização da violência simbólica registrada em forma de ameaças explícitas ao ato de lecionar. O que antes era uma atividade de liberdade de expressão num espaço de formação cidadã, com abertura ao que é diferente – a escola – está hoje ameaçado pelo *Escola sem Partido* de se consolidar exclusivamente como um espaço de vigilância e coação. De forma direta e sem o menor constrangimento, Miguel Nagib, autor do texto e idealizador do programa, explicita sua percepção da conjuntura política e educacional do ano de 2016 e sinaliza, portanto, sua prospecção das práticas que esperava num futuro próximo.

Para trazer ao espaço discursivo a percepção do que em sua visão teria sido 2016, Nagib apela para sentidos pressupostos e para a intertextualidade, em ambos os casos criando um espaço avaliativo subentendido, profundamente inserido nos sentidos enunciados. No primeiro parágrafo (em “gópi”, “Fora, Temer!”, “ocupações”, “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”), a recorrência de expressões destacadas pelo uso de aspas ecoa uma voz de enunciador genérico ligado a eventos políticos do “ano de 2016”. A tentativa de deslegitimação do Golpe de Estado que levou ao impeachment da então presidenta Dilma Rousseff aparece na forma recontextualizada de “gópi” – aqui o autor expressa a ironia por um recurso ortográfico. No mesmo sentido, as expressões “Fora Temer” e “ocupações”, remetendo ao mesmo momento social e político, podem ser observadas como vozes genéricas trazidas, de forma irônica, por Miguel Nagib.

No que se refere à expressão “desconstruir a heteronormatividade dxs alunxs”, observamos a utilização da marcação da concordância de gênero substituída pelo “x”, que, no contexto da Mensagem de fim de ano, pode ser compreendida como uma espécie de ironia. A discussão sobre a suposta doutrinação ideológica nas escolas no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade que alavancou a carreira e candidatura do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, não é uma retórica isolada ou original circunscrita ao contexto brasileiro. Movimentos que se opõem à discussão de gênero nas escolas existem e ganham forças de alas de discurso conservador mundo afora. Esta é uma bandeira declarada do Movimento *Escola sem Partido* que tem sido operacionalizada pelo Ministério da Educação com a justificativa de “promessa de campanha” do atual governo.

As expressões intertextualmente articuladas fazem parte de um contexto de resistência ao cenário político vivenciado, mais especificamente em 2016, e embora não sejam vozes atribuídas, podem ser facilmente reconhecidas pela leitora ou leitor familiarizado com o contexto.

Essas expressões são constituídas de profundos significados políticos, carregam sentidos das lutas de vários movimentos que se opuseram ao Golpe Jurídico-Parlamentar-Midiático no Brasil. “Fora Temer”, mais que uma expressão, ou uma palavra de ordem, se assim quiséssemos pensá-la dentro desse cenário de inconformismo político, representa um momento da história do país em que um vice-presidente com baixíssimo índice de popularidade assumiu o poder, e mesmo sem apoio popular adotou medidas neoliberais que afetaram profundamente diversas áreas, principalmente as sociais.

A questão das “ocupações” também pode ser pensada à semelhança do “Fora Temer”. Mais que referência a um fato específico ocorrido – ocupação do espaço físico das escolas por discentes, principalmente de Ensino Médio, contra a aprovação da PEC 241 –, as “ocupações” se constituíram como um movimento que representou a principal forma de resistência à considerada PEC da Morte, a qual congela os investimentos sociais por 20 anos. As “ocupações” foram a resposta de muitas e muitos alunos às políticas de ajuste fiscal implantadas pelo governo, reforçando o espaço de resistência da educação nessa conjuntura política.

Ao ironizar as expressões com uso de aspas logo na abertura de sua mensagem, o autor topicaliza os fatos a partir dos quais vai particularizar suas ameaças ao longo do texto. Assim, o balanço do ano de 2016 parte de um contexto histórico definido menos por fatos claramente delimitados que por grandes disputas discursivas. Uma das ambições do Programa Escola sem Partido está justamente nessa disputa discursiva sobre as narrativas, sobre a construção do imaginário dos fatos, sobre a estruturação da opinião pública.

Segundo Fairclough (2003, p. 41), a articulação de vozes é possível por muitas formas de materialização: podem ser explicitamente delimitadas na representação por discurso direto; mescladas, por discurso indireto; assimiladas, em pressuposições; apenas ecoadas em relatos narrativos de atos de fala. A análise do aspecto intertextual de textos deve ser orientada pela observação da abertura ou do fechamento da diferença, isto é, dos variados graus de dialogicidade com as vozes recontextualizadas. No texto em análise, as instâncias de articulação intertextual mostram fechamento para a diferença, por meio de

vários recursos sobrepostos: o enunciador genérico, a ironia e a pressuposição. Esses recursos constroem o pressuposto negativo em relação à conduta do suposto “professor militante”, destinatário da mensagem de fim de ano, e assim o espaço discursivo se fecha à diferença, pois a violência e a ameaça supõem o autoritarismo.

Também a interdiscursividade ativada na metáfora, por exemplo na expressão “voltar ao front”, alude ao discurso bélico que Nagib parece querer estabelecer por comparação. Na mensagem proposta por ele, nota-se uma separação em dois grupos de docentes: os militantes (“com o seu perfil”) e os não militantes, aos quais a mensagem não se dirige. Além disso, o discurso da guerra pode ser compreendido dentro do propósito do programa *Escola sem Partido*, que explicita a disputa pela reivindicação do papel da escola, a disputa pelo conceito de ideologia, a disputa pela compreensão do papel docente no processo educacional. Assim, se estabelecem grupos adversários a partir dessa suposta divisão sinalizada pelo autor da mensagem já no título que a compõe. Tal efeito de sentido é reforçado ao longo do texto na forma de ameaça reificada uma e outra vez, por meio de variados recursos, como apontamos aqui.

O segundo parágrafo da mensagem começa com previsões para o ano de 2017. Aqui também podemos inferir que o criador do programa *Escola sem Partido* se vale de estratégias para o efeito de ameaça. No fragmento “O problema é que, graças em parte ao trabalho realizado pelo Escola sem Partido – que você *tanto odeia quanto teme* –, a doutrinação ideológica e a propaganda política e partidária em sala de aula estão se tornando uma atividade de alto risco” (destaques acrescentados), as expressões verbais com “odiar” e “temer” sinalizam a posição de poder assumida pelo autor quando enuncia pressupostos sentimentos de seu interlocutor ou interlocutora. Também se ativa avaliação positiva do programa.

Na sequência do parágrafo, novamente em estrutura de pressuposição – “A cada dia mais gente fica sabendo quem você é e o que você faz no segredo das salas de aula. E o que é pior: essas pessoas já entenderam que aquelas práticas, além de covardes e antiéticas, são ilegais” –, além da desqualificação categórica do/a docente pelo que supostamente “é” e “faz”, observamos a ativação de uma avaliação negativa enfatizada pelo conectivo “e” acrescido do qualificador “pior”. O texto produz a partir daí um efeito de sentido de inverdade, quando, para além de avaliar (“covardes” e “antiéticas”), afirma que “aquelas práticas” seriam “ilegais” e passíveis de processo. Mesmo sendo mentira, como atesta o parecer emitido pelo Ministério Público Federal, na Nota Técnica 01/2016 PFDC, a informação vem expressa com alto valor modal epistêmico.

No mesmo sentido, na elaboração de sua argumentação sobre as previsões para o ano de 2017 e a materialização das propostas do programa *Escola sem Partido*, Miguel Nagib tenta profetizar lugares e ações do/a professor/a, sempre trabalhando com sentidos pressupostos. No trecho (destaques acrescentados) “O interessante é que, nesse meio tempo, elas *já não* estarão sob o seu poder, de modo que você *não* poderá persegui-las ou prejudicá-las”, os advérbios sublinhados explicitam o pressuposto de que o/a interlocutor/a atualmente exerça esse poder de perseguição, mais uma vez ativando avaliação negativa.

O domínio discursivo empresarial se torna relevante ao ser colocado dentro do campo de sentido da escola, atribuindo à relação docente-discente um papel de prestação

de serviço: “usuários dos serviços que elas [escolas] prestam”. Assim, os sentidos pressupostos cumprem também o papel de instrumento de propagação dos ideais do programa *Escola sem Partido*. Ao programa interessa que a relação entre professores/as e estudantes seja entendida como de prestação de serviços, já que uma das grandes disputas em questão é o conceito de educação como formação técnica.

Para finalizar a mensagem, Nagib ainda recorre a estratégias que se destacam na construção do efeito cumulativo de ameaça. Ao dizer que disponibilizará modelo de petição para criminalizar docentes, Nagib evidencia seu papel social de advogado, colocando-se, uma vez mais, em posição de poder. A qualificação expressa em “prazer” materializa a construção desse objetivo de ameaça, que perpassa toda estrutura da mensagem. Novamente é relevante a escolha lexical, por exemplo, de “vítimas”, que reforça o argumento do antagonismo da figura docente frente ao papel supostamente vulnerável e paciente de estudantes nessa representação.

Assim sendo, podemos depreender, a partir da lente analítica da intertextualidade e dos sentidos pressupostos ativando avaliação, que recursos discursivos cumulativos servem ao propósito comunicativo de desqualificar a figura docente ou imprimir-lhe ameaça. Os discursos ativados no texto trazem fatos e argumentos do ano de 2016 para o “balanço” pretendido pelo autor, assim como geram oportunidade para prospecção do ano de 2017 com o pano de fundo da intimidação.

Nesse sentido, podemos deduzir que, em sua mensagem de fim de ano, Miguel Nagib, tendo como alicerce o discurso opressor e violento do programa *Escola sem Partido*, age discursivamente de modo a constranger, intimidar e violentar professores e professoras, restringindo sua liberdade de cátedra e, pelo recurso dos pressupostos recorrentes, suas possibilidades interpretativas do presente e do futuro.

Com a observação de vocabulário, gramática e estrutura textual, podemos discutir como o programa *Escola sem Partido* alicerça-se sobre discursos de violência e opressão, e como o discurso organizado em ação (gênero), constrói suas práticas particulares de produção, distribuição e consumo.

A seguir, nos debruçamos sobre o segundo objeto analítico deste artigo: notícia publicada pelo jornal *Estado de S. Paulo*. Nela, é possível observar que o que era uma ameaça em 2016 se constitui como uma prática que se legitima em 2017.

5 “BLITZ EM ESCOLAS”: A AMEAÇA SE MATERIALIZA

Nosso segundo objeto de análise neste artigo é um texto publicado na plataforma online do jornal *Estado de S. Paulo*, jornal paulista fundado em 1875, online desde 1995, e de viés marcadamente conservador. A notícia apresenta a estrutura clássica do gênero, mas materializa, à semelhança da mensagem anteriormente analisada, oportunidade para produção do efeito de sentido de ameaça e a construção da representação negativa da categoria docente.

A análise do vocabulário mostra a narrativa do jornal sobre a ação do vereador que faz “blitz” em escolas em busca da ‘doutrinação’ propalada pelo movimento *Escola sem Partido*. Com o título “Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar ‘doutrinação’”, a notícia publicada em 4 de abril de 2017 é reproduzida a seguir:

Texto 2 – Notícia

Vereador Fernando Holiday faz blitz em escolas para verificar “doutrinação”

Atitude do vereador provocou reação na Câmara; sindicato dos professores repudiou visitas.

SÃO PAULO - O vereador Fernando Holiday (DEM-SP) anunciou em sua página no Facebook que está fazendo visitas surpresas a escolas municipais de São Paulo para verificar se está acontecendo algum tipo de "doutrinação ideológica" dentro das salas de aula. As blitzes de Holiday provocaram a reação do sindicato dos professores e de outros parlamentares.

"Estamos indo fiscalizar a estrutura das escolas para ver se está tudo em ordem, mas também o conteúdo que é dado em sala de aula, se está havendo algum tipo de doutrinação ideológica, se os professores estão dando aquilo que realmente deveriam dar ou se têm professores entrando lá com camiseta do PT (Partido dos Trabalhadores), do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Por enquanto nas escolas que fui isso não está acontecendo", disse Fernando Holiday em um vídeo publicado nesta segunda-feira, 3. Em uma das publicações no Facebook, o vereador dizia ter visitado duas escolas na zona sul de São Paulo. Holiday pediu ainda denúncias sobre as unidades. "Se seu filho, filha, neto ou neta estuda em uma escola que não é exemplo, onde os professores abusam da autoridade em sala de aula, onde a direção não faz o seu trabalho devidamente, não deixe de denunciar. Eu vou chegar de forma surpresa para que todos saibam que tipo de escola é aquela".

Em reação às visitas de Holiday, a bancada do PT na Câmara divulgou nota em que diz que a atitude do parlamentar fere a legislação, a liberdade de cátedra e a autonomia das escolas sobre o conteúdo ministrado nas salas de aula. Segundo o partido, as visitas "desrespeitam os milhares de educadores que atuam nas escolas da Prefeitura de São Paulo".

O partido defende que os vereadores visitem as escolas públicas, dialoguem com a direção e conheçam as condições do equipamento. "Mas não podem entrar em sala de aula sem serem convidado pelo professor, que detém a autonomia e a autoridade pedagógica no ambiente de ensino. Muito menos adentrar a sala para conferir o conteúdo que os educadores estão ministrando aos estudantes".

O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal (Simpeem) repudiou as blitzes de Holiday e pediu que a Câmara e o Ministério Público tome providências. O sindicato diz ainda que "agirá judicial e politicamente contra a ação tresloucada e irresponsável do vereador".

Em resposta às críticas, Fernando Holiday disse, no plenário da Câmara nesta terça-feira, 4, que atendeu à "reclamação de muitos pais", que diziam que "alguns professores estavam fazendo propaganda partidária dentro da sala de aula induzindo seus filhos a aderir a essa ou aquela bandeira".

"Estou indo a escolas fazer visitas surpresas, sim, e pretendo continuar, a menos que o Tribunal de Justiça diga que isso não é possível", afirmou Holiday.

Procurada pelo Estado, a Secretaria Municipal da Educação (SME) disse que "zela pela garantia dos princípios estabelecidos na legislação educacional vigente no país". A pasta destacou incisos do artigo 3 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que diz que o ensino será ministrado a partir dos princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; do respeito à liberdade e apreço à tolerância; da valorização do profissional da educação escolar; e da garantia de padrão de qualidade.

A Secretaria diz ainda que, "qualquer notificação de eventuais irregularidades ou procedimentos contrários aos princípios acima descritos devem ser notificados, diretamente, à SME para a análise pelos órgãos competentes".

O secretário municipal da Educação, Alexandre Schneider, também se manifestou em sua página no Facebook. "Evidentemente o vereador exacerbou suas funções e não pode usar de seu mandato para intimidar professores", disse.

"A escola, como qualquer organização social, pública ou privada, não é nem nunca será um espaço neutro. A escola pública, laica, plural, não deve ser espaço de proselitismo de qualquer espécie. É o que diz a lei de diretrizes e bases da educação. É o que fundamenta a sua base republicana", disse o secretário. "Convido, respeitosamente, o vereador Holiday a se juntar a nós na construção de uma escola pública que represente os valores da liberdade, do pluralismo de ideias e da tolerância."

Fonte: Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-faz-blitz-em-escolas-para-verificar-doutrinação,70001726796>. Acesso em: maio 2019.

RODRIGUES, Renata Rena; RESENDE, Viviane de Melo. Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola sem Partido no Brasil. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 159-177, jan./abr. 2020.

A notícia, que gerou repercussão quando publicada, narra visitas do vereador de São Paulo Fernando Holiday a escolas em busca da “doutrinação” que supostamente justificaria o movimento e o programa “Escola sem Partido”. À semelhança do texto anterior, a notícia do jornal pauta-se em recursos de lexicalização na construção de efeitos de sentido. Já no título, a escolha da palavra “blitz” talvez constitua a estratégia mais significativa para observarmos a articulação do discurso de ameaça e violência difundido pelo Programa Escola sem Partido e neste texto referendado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ao se utilizar desse léxico, o jornal confere à “visita” do vereador uma conotação ou efeito de sentido particular, e estabelece relações entre práticas em princípio não relacionadas, aludindo ao significado de “operação policial rápida e inesperada”, segundo dicionário. Blitzes nos remetem ao campo semântico do policiamento. Não é qualquer ator social que pode executar uma blitz: trata-se de prática restrita a certos grupos bem definidos de atores, dos quais vereadores não fazem parte, e a certos contextos também definidos, não incluindo o espaço escolar.

Assim, estamos diante de um contexto em que causa estranhamento a utilização da palavra, uma vez que a ação pretendida da “blitz” seria realizada em escolas e por um vereador, e esse estranhamento é o que desperta o efeito de sentido de intimidação e ameaça, mas também de transgressão por parte do grupo social submetido à vigilância: o corpo docente.

O fato de as “blitzes” serem também nomeadas como “visitas surpresas” nos remete novamente aos papéis sociais dos sujeitos que desempenham as ações noticiadas. A quem caberia a “liberdade” de realizar essa surpresa nas escolas? Compreendemos aqui que ao se valer dessa escolha lexical e não outra o vereador se coloca numa posição de autoridade que lhe conferiria essa “competência”. Surpresa, nesse contexto, é relacionada ao potencial de sentido de algo súbito, com efeito de ameaça de ‘flagrante’, para seguir no léxico policial, uma vez que o propósito de tal visita inesperada é exercer práticas no campo da averiguação, intimidação, ameaça – o que põe o corpo docente em suspeição.

A estrutura textual diz respeito à arquitetura do texto, principalmente no que se refere a aspectos superiores do planejamento de diferentes tipos de texto. A forma como o texto se organiza sinaliza a percepção dos sistemas de crenças e conhecimentos que se quer divulgar, apontando, assim, escolhas e lugares de fala definidos (van DIJK, 2005). A opção pelo gênero notícia, em detrimento, por exemplo, de reportagem, comentário, artigo de opinião, já indica um propósito definido que a princípio poderia remeter à ingênua ideia de imparcialidade ou relato de fatos ocorridos. Entretanto, notamos que a própria escolha vocabular do título da notícia já sugere um posicionamento do jornal em relação aos fatos relatados, assim como as relações intertextuais estabelecidas.

O texto, organizado em 11 parágrafos, articula elementos típicos ao gênero notícia, inclusive relações intertextuais como fontes jornalísticas e a estratégia de reunir vozes antagônicas na disputa. Chama atenção, nessa articulação específica da intertextualidade, a organização geral das vozes ao longo do texto e como contribuem para os efeitos de ameaça já anunciados na manchete.

Os três primeiros parágrafos organizam referências a textos anteriores do vereador: o primeiro parágrafo, a texto publicado por Holiday em rede social; o segundo, a vídeo

publicado pelo vereador na internet; o terceiro, novamente a rede social do vereador. Nos três com aspas de Holiday em discurso direto, e no terceiro com espaço de propaganda do pedido de denúncia que é típico do programa *Escola sem Partido* (como vimos na análise anterior).

No fragmento (destaques acrescentados) “O vereador Fernando Holiday (DEM-SP) anunciou em sua página no Facebook que *está fazendo visitas* surpresas a escolas municipais de São Paulo para *verificar se está acontecendo* algum tipo de ‘doutrinação ideológica’ dentro das salas de aula”, a escolha lexical para representar as ações do vereador já sinaliza papel fiscalizador (executivo) que ele acredita exercer junto às escolas de São de Paulo. A ideia de anúncio pode ser percebida num campo semântico de declaração, previsão, anúncio, que materializa a primeira ameaça feita pelo vereador: o “comunicado” da sua atitude de intimidação a docentes.

A utilização de formas verbais com gerúndio (“está fazendo”, “está acontecendo”) cria um paralelismo que remete a ação contínua, tanto por parte do vereador quanto do fato ‘denunciado’ em si. Por fim, a utilização da forma verbal “verificar” implica sentido de *averiguar, investigar, apurar, aferir, examinar, confirmar*, campo de sentido que à vez coloca docentes numa situação de suspeita e ativa pressupostos de verdade.

A oposição entre “algum tipo de doutrinação” e “aquilo que realmente deveriam dar” evidencia a vaguidão nos dois polos criados: nada se especifica, nem em termos de doutrinação (algum tipo) nem em termos do conteúdo esperado (aquilo). Somado a isso, a expressão “realmente deveriam dar” pressupõe o efeito de sentido de ameaça, pela força da combinação de modalidade epistêmica (realmente) e deôntica (deveriam). Segundo Holiday, a professora ou o professor estaria incorrendo em delito caso não estivesse cumprindo o suposto protocolo, vagamente referido.

Ainda em relação a esta fala de Holiday, é importante destacar as justificativas que apresenta para suas “visitas surpresas”, expressas naquilo que ele parece buscar. Ele estaria “verificando” conteúdos ministrados ou criminalizando vinculações partidárias? Enquanto a suposta doutrinação (algum tipo) e o conteúdo acadêmico (aquilo) são referidos vagamente, nota-se que o único elemento de referência claramente definido é a camiseta de partido político ou movimento social (do PT e do MST – mas do DEM e do MBL não?).

Depois, também em três parágrafos, organizam-se os espaços intertextuais do ‘outro lado’, mas com distinta força de ênfase. Quando o jornal aponta a oposição apenas da bancada do PT, apaga os outros partidos e confina a questão em uma disputa de duas polaridades. O PT é diretamente referido (“camiseta do PT”) e se defende, mas o debate fica nessa polarização, quando de fato é maior que isso. O jornal escolhe afirmar que “a bancada do PT na Câmara divulgou nota em que diz que a atitude do parlamentar fere a legislação”, quando poderia atribuir a mesma avaliação, por exemplo, à voz do Ministério Público ou outros órgãos que já se manifestaram a respeito do programa *Escola sem Partido* em sua inconstitucionalidade. Assim o jornal faz parecer que esse aspecto legal seja uma questão de polaridade partidária ou de mera opinião, quando se trata de questão já julgada em instâncias competentes. Somente no espaço intertextual em discurso direto com aspas para o Sindicato de Profissionais da Educação aparece uma avaliação mais forte da ação do vereador (“tresloucada e irresponsável”), mas logo em seguida vem o espaço de resposta, em que ele apela para a sociedade de forma indefinida na estrutura pronominal (muitos pais, alguns professores).

O tribunal de justiça não foi procurado pela matéria, e essa é uma ausência significativa, já que todas as vozes articuladas, à exceção do vereador, mencionam a lei e a justiça. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o argumento legal, em referência ao Ministério Público, são identificados nas falas articuladas na notícia, e por isso é curioso o fato de que nenhum órgão do judiciário tenha sido procurado pela redação para esta notícia.

Por fim, cabe ressaltar o papel institucional conforme referido na notícia: a secretaria municipal e o secretário municipal de educação. Ao dizer que “qualquer notificação de eventuais irregularidades ou procedimentos contrários aos princípios deveriam ser notificados diretamente a secretaria de educação para análise pelos órgãos competentes”, o jornal faz parecer que a secretaria estaria ratificando a perseguição do vereador, assim como na mitigação articulada à fala do secretário, com “exacerbou” para qualificar a atitude do vereador. Quase como em um pronunciamento político continua o secretário, cuja voz fecha a notícia com tom atenuador diante das “visitas” de intimidação. Evocando o domínio discursivo da liberdade, apela para o argumento legal, porém termina com um cordial convite ao vereador para se juntar na construção de uma escola plural.

Assim, à semelhança da mensagem de fim de ano, a notícia do jornal *Estado de S. Paulo* traz representações de ameaça e violência que são elementos estruturantes do movimento *Escola sem Partido*. São práticas discursivas que, recontextualizadas, têm disseminado e naturalizado de forma bastante rápida as ações do Programa. Mesmo que em sua inconstitucionalidade não se possa tornar lei, o programa já deu seus frutos, instalando posturas autoritárias e opressoras da liberdade e do questionamento que devem constituir todo processo educativo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Mensagem de fim de ano* e a notícia sobre a *Blitz em escolas* entrelaçam distintas ordens do discurso e assim explicitam relações de poder pretendidas e já estabelecidas entre o movimento *Escola Sem Partido* e o professorado. Mesmo tratando-se de ações discursivas distintas, disputam algo em comum, e para isso reproduzem discursos de ameaça que contêm sugestões de disciplinamento e violentam a relação histórica entre docentes e discentes, e o espaço da sala de aula.

Na notícia, o agente da ação que conduz as representações no texto é o vereador, e sua atitude de intimidação tem um alvo bastante determinado: novamente a figura docente. Nesse sentido, as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz dessa instância particular da prática social do *Escola sem Partido* (coação e agressão) explicitam papéis e discursos assumidos pelos atores sociais envolvidos nas práticas sociais.

As ideologias presentes nos textos são significações/construções da realidade em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas, e contribuem para a produção, reprodução ou transformação de relações de dominação. Assim sendo, por meio de análises, podemos buscar refletir sobre os poderes em disputa no contexto

investigado e como se deixam ver em textos particulares. Certos papéis sócio-históricos (de docente e discente) e espaços sociais (espaço físico da escola, mas também espaço simbólico de aprendizagem) estão sob questionamento pelo movimento/programa *Escola sem Partido*.

O direito de questionar, componente da prática escolar que corrobora o papel dialógico da escola, passa a ser substituído pelo direito de incriminar, numa incitação clara e violenta para que o professorado possa ser monitorado em relação a sua liberdade de produzir conhecimento em sala de aula, modificando, assim, o direito do alunado de demandar, indagar. Este último grupo sendo estimulado a acusar, delatar e condenar práticas docentes, o que se supõe é uma disputa sobre as relações sociais entre os atores da educação, passando a constituírem-se como adversários, não parceiros no processo ativo de aprendizagem.

Há aí uma tentativa de alterar também o papel da escola, de local de produção e exposição de divergências e debates, do exercício da democracia, a que pertence o âmbito escolar, a espaço de exclusão e de verdades únicas, de policiamento e coação, de suposta neutralidade, impossível de ser alcançada. Há uma ameaça muito clara de que práticas sociais exercidas na escola plural e democrática passem a ser reprimidas ou condenadas. O que está em jogo é maior que os lugares institucionais... sairíamos da sala de aula para uma sala de audiência? Estes e outros questionamentos se fazem urgentes no contexto de práticas do movimento/programa *Escola sem Partido*.

O que se coloca em disputa é mais que o que seriam as ordens do discurso do âmbito escolar e/ou familiar. Sem a interação subjetiva, o papel ativo dos sujeitos na atribuição de sentidos, não existem condições para explicar o processo de produção do discurso. É necessário um trabalho não só pela academia, que se debruça sobre a investigação mais sistemática desses discursos, mas um trabalho de reflexão que possa ser, na prática, de alcance social no intuito de não nos abstermos desse debate tão importante em nosso contexto sócio-histórico.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 277-326.
- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity*. Edinburgh: University Press, 1999.
- CHOUILIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity*. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh University Press, 1999.
- CONSULTA PÚBLICA Senado Federal: Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/ecidania/visualizacaomateria?id=125666>. Acesso em: 10 ago. 2016.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*. 2. ed. New York: Longman, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (Eds.). *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.

RODRIGUES, Renata Rena; RESENDE, Viviane de Melo. Mensagem de fim de ano e blitz em escolas: discurso, violência e ameaça no Programa Escola sem Partido no Brasil. *Linguagem em (Dis)curso* – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 159-177, jan./abr. 2020.

- FRIGOTTO, G. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2017.
- PEDRO, E. R. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org.). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1998a, p. 19- 46.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011).
- RESENDE, V. *Análise de Discurso Crítica e Realismo Crítico: implicações interdisciplinares* Campinas: Pontes, 2009.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- VAN DIJK, T. Nuevo racismo y noticias: un enfoque discursivo. In: NASH, M.; TELLO, R.; BENACH, N. (Org.). *Inmigración, género y espacios urbanos*. Los retos de la diversidad. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005. p. 33-55.
- VAN DIJK, T. A. *Society and Discourse*. How Social Contexts Influence Text and Talk. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso. Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Org.). *Métodos de Análisis Crítico del Discurso*. Barcelona: Gedisa, 2003. p. 17-34.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200111-5718>

Recebido em: 30/07/2018 | Aprovado em: 03/05/2019

A NOÇÃO DE ACONTECIMENTO À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO, DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO E DA SEMIÓTICA TENSIVA

<p>The Notion of Event In the Light of Discourse Analysis, Semantics of the Event and Tensive Semiotics</p>	<p>La Noción de Acontecimiento a la Luz del Análisis de Discurso, la Semántica del Acontecimiento y la Semiótica Tensiva</p>
---	--

Conrado Moreira Mendes*

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Faculdade de Comunicação e Artes – Departamento de Comunicação Social

Belo Horizonte, MG, Brasil

Jocyare Souza**

Universidade Vale do Rio Verde

Três Corações, MG, Brasil

Sueli Maria Ramos da Silva***

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Centro de Ciências Humanas e Sociais – Departamento de Letras

Campo Grande, MS, Brasil

Resumo: No âmbito dos estudos textuais/discursivos, na década de 1980, foi introduzido o conceito de *acontecimento* pela análise do discurso (AD) pêcheutiana. A partir dos anos 2000, outras perspectivas teóricas, como a semântica do acontecimento, apropriando-se à sua maneira do referido conceito da AD, correlacionam a enunciação como um *acontecimento* de natureza histórico-social com a língua (o sistema). Uma terceira corrente de estudos discursivos, a semiótica da Escola de Paris, especificamente em sua vertente tensiva, também desenvolve, a seu modo, outra noção de *acontecimento*: algo da ordem do inesperado e do impactante. Assim, este artigo procura reunir os pontos em comum acerca dos conceitos de *acontecimento* a partir das referidas teorias, mas, sobretudo, objetiva salientar suas diferenças conceituais e epistemológicas.

Palavras-chave: Acontecimento. Análise do discurso. Semântica do acontecimento. Semiótica tensiva.

Abstract: Within the textual/discursive studies in the 1980s, the concept of *event* was introduced in discourse analysis by Pêcheux. From the 2000s, other theoretical perspectives, such as the semantics of the event, which appropriates the AD definition in this own way, relates the enunciation as an event of historical-social nature to language (the system). A third line of discourse studies is the French semiotics, specifically its tensive semiotics, also develops another notion of *event* its own way: something unexpected

* Doutor em Semiótica e Linguística Geral Pela USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3721-8578>. E-mail: conradomendes@yahoo.com.br.

** Pós-doutora em Linguística pela Unicamp. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2215-0774>. E-mail: prof.jocyare.souza@unincor.edu.br.

*** Doutora em Semiótica e Linguística Geral Pela USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2631-066X>. E-mail: profa.dra.sueliramos@gmail.com.

and impactful. Thereunto, this paper seeks to bring together the commonalities about the concept of event from those theories, but it mainly pursues emphasize their conceptual and epistemological differences.

Keywords: Event. Discourse analysis. Semantics of the event. Tensive semiotics.

Resumen: En el ámbito de los estudios textuales/discursivos en la década de 1980, fue introducido el concepto de *acontecimiento* por el análisis del discurso (AD) de Pêcheux. Desde los años 2000, otras perspectivas teóricas, cómo la semántica del acontecimiento, se apropiando, a su manera, del referido concepto del AD, correlacionan la enunciación como un *acontecimiento* de naturaleza histórico-social con la lengua (el sistema). Una tercera corriente de estudios discursivos, la semiótica de la Escuela de Paris, específicamente en su vertiente tensiva, también desarrolla, a su manera, otra noción de *acontecimiento*: algo de la orden del inesperado y del impactante. Así, en ese artículo, se busca reunir los puntos comunes acerca de los conceptos de *acontecimiento* desde las referidas teorías, pero sobremodo tiene el objetivo de despegar sus diferencias conceptuales y epistemológicas.

Palabras clave: Acontecimiento. Análisis del discurso. Semántica del acontecimiento. Semiótica tensiva.

1 INTRODUÇÃO

Desde pelo menos 1983, com a publicação de *Le discours: structure ou événement ?* [*O discurso: estrutura ou acontecimento*], última obra de Michel Pêcheux, as teorias do texto e do discurso têm se debruçado sobre a temática do acontecimento, cada qual, evidentemente, à sua maneira. Neste artigo, pretendemos discutir o conceito de *acontecimento* por três vias teóricas: a análise do discurso francesa (pêcheutiana) – doravante AD –, a semântica do acontecimento (cf. GUIMARÃES, 2002a; 2002b) e a semiótica tensiva (cf. FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001; ZILBERBERG, 2011), atual desdobramento da semiótica da Escola de Paris, também conhecida como semiótica greimasiana, em homenagem a seu maior expoente, A. J. Greimas.

Para iniciar a discussão, é preciso definir o que ordinariamente se entende por *acontecimento*. O dicionário *Houaiss* (HOUAISS; VILLAR, 2001) designa o termo da seguinte maneira: (1) “o que acontece; fato, ocorrência”; (2) “o que acontece ou se realiza de modo inesperado; acaso, eventualidade”, (3) ou, ainda: “pessoa ou fato digno de nota, que produz viva sensação ou constitui grande êxito; sucesso”. Embora *acontecimento* tenha sido, majoritariamente, o item lexical escolhido para traduzir *événement* em obras da área traduzidas para o vernáculo, o termo de mesma raiz latina em português é *evento*, definido pelo mesmo dicionário como “acontecimento geralmente observável; fenômeno”. Salienta-se, dessa forma, que tanto o primeiro quanto o segundo termo se referem a uma ideia central e unificadora: “o que ocorre”. Nesse sentido, ao conceito de *acontecimento* subjaz uma ideia mais abstrata que é a de ruptura que incide num *continuum* e que, por isso, marca uma anterioridade e uma posterioridade.

Entretanto, para além de somente reunir os pontos em comum acerca da noção de acontecimento, o objetivo principal deste artigo é promover um diálogo mais amplo entre o que cada uma das teorias supracitadas entende por esse conceito. Assim, este texto, de natureza sobretudo teórico-epistemológica, estrutura-se desta maneira: primeiramente, introduzimos algumas noções de AD para aí localizar o conceito de *acontecimento* cunhado por Pêcheux (2002). Em seguida, mostramos as contribuições e diálogos da

semântica do acontecimento com a AD em torno do referido conceito para, em terceiro lugar, expormos de que maneira a semiótica tensiva concebe a noção de *acontecimento*.

Assim, serão levantadas as consonâncias, mas, principalmente, serão salientadas as dissonâncias conceituais e epistemológicas que encampam o conceito de *acontecimento* na AD, na semântica do acontecimento e na semiótica tensiva.

2 O ACONTECIMENTO PELA AD: CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO

Antes de tratarmos dos postulados presentes em *Le discours: structure ou événement ? [O discurso: estrutura ou acontecimento]*, última obra de Michel Pêcheux, que priorizam a temática do acontecimento, cabe salientarmos a reconfiguração e a reformulação empreendida pela síntese teórica vislumbrada pelo autor na publicação *Análise do Discurso: três épocas* (PÊCHEUX, 1990 [1983]). Iniciamos nossa exposição por meio da indicação de alguns conceitos essenciais e dos passos importantes empreendidos pelo autor, tendo como premissa a exposição do percurso histórico de Pêcheux e da Análise do discurso (AD) em três fases de desenvolvimento, tal como organizadas por Santos (2013).

Em torno da afirmação de que Saussure teria ficado sozinho com suas ideias, Michel Pêcheux (1988) analisa a história epistemológica da linguística, fazendo observações sobre as tendências à desconstrução das teorias, conforme a análise das alianças teóricas que se estabeleceram com e contra o linguista genebrino.

Pêcheux compreende a linguagem como materializada na ideologia, tendo a ideologia sua manifestação por meio da linguagem. A partir dos postulados estabelecidos por Saussure (1979), Pêcheux atribui a origem do estabelecimento da linguística como ciência. Para Saussure, a linguística é parte de uma ciência geral, a semiologia, que teria por tarefa “definir o que faz da língua um sistema especial no conjunto dos fatos semiológicos” (SAUSSURE, 1979, p. 24). Assim, no início do século XX, mediante a divulgação dos trabalhos de Saussure, a investigação sobre a linguagem passa a se tornar um estudo científico. A distinção entre linguagem, língua e fala situa o objeto da linguística para Saussure.

Para Saussure (1979, p. 17), a linguagem é “heteróclita e multifacetada, pois abrange vários domínios, é ao mesmo tempo física, fisiológica e psíquica, pertence ao domínio social e individual, não se deixa classificar em nenhuma categoria dos fatos humanos”, podendo ser estudada por outras disciplinas. Saussure estabelece a língua como objeto de estudo linguístico; ela é para Saussure, “a parte essencial da linguagem, exterior ao indivíduo; não pode ser modificada pelo falante e obedece às leis do contrato social estabelecido pelos membros da comunidade”. A fala não é, para Saussure, objeto da linguística por ser individual, própria ao falante (SAUSSURE, 1979, p. 17).

A partir da dicotomia saussuriana língua/fala, cuja problemática ausenta-se da perspectiva de estudos discursivos, Pêcheux reflete acerca do discurso, entendido como ponto intermediário entre a linguagem e a ideologia. Para Pêcheux, a linguagem materializa-se por intermédio da ideologia, sendo o discurso entendido como efeito de sentido da relação entre linguagem e ideologia.

Segundo Pêcheux e Fuchs (1990), o quadro epistemológico do campo da AD abrange a articulação entre três regiões do conhecimento científico: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso, como teoria explicativa do modo como se processa a historicidade dos processos semânticos. Ainda de acordo com os autores, essas três regiões são atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

A primeira fase da Análise do Discurso, “AD como exploração metodológica da noção de maquinaria discursivo-textual” (PÊCHEUX, 1983), tem início com a publicação da obra *Analyse automatique du discours*, em 1969. A obra, com clara influência do materialismo histórico, postula que “a partir da palavra e depois da sintaxe da língua, poderia desenvolver uma máquina capaz de realizar a ‘análise automática do discurso’” (SANTOS, 2013, p. 214).

A segunda fase da AD pauta-se, sobretudo, pelo conceito de formação discursiva, conceito produtivo na reformulação que Pêcheux empreende em seu desenvolvimento teórico a partir da articulação entre os conceitos de memória, história e ideologia. A noção de significante com a qual M. Pêcheux trabalha em *Semântica e discurso* (1988) é bastante próxima da que J. Lacan, relendo Saussure, postula. Em ambos os autores, uma teoria do sujeito é inseparável da noção de significante. Não podemos esquecer que, na base do quadro epistemológico fundador da AD, Pêcheux já previa uma teoria da subjetividade de base psicanalítica.

A ideologia, considerando as formações discursivas, aponta para a necessidade de atribuição de sentidos, interpretação. Orlandi (1996) mostra que é pela ideologia que se organiza a naturalização dos sentidos, já que o movimento contínuo dos processos de significação supõe sua inscrição na materialidade da língua e da memória discursiva (interdiscurso). Assim, com fundamentos discursivos, a AD, enquanto disciplina de “entremeio”, arregimenta, por meio da noção de discurso, a noção de ideologia como relação necessária e constitutiva entre linguagem/mundo. Segundo a autora, “a possibilidade mesma da ação mundo-linguagem se assenta na ideologia” (ORLANDI, 1996, p. 28). Assim, a distinção completa entre linguagem e ideologia acarretaria a ausência plena de sentido. Para Orlandi (1996), a língua como objeto autônomo só permite a análise de seus níveis formais, dos quais podemos mencionar as perspectivas fônica, morfológica e sintática. A AD concebe a perspectiva do sujeito e do sentido da linguagem mediante a noção de exterioridade, não concebida como um “fora do texto”, mas na maneira como os sentidos trabalham conjuntamente no texto em sua discursividade.

Desse modo, a distinção que Orlandi (1996) faz entre ordem e organização da língua merece menção, uma vez que, para a autora, ser trabalhado pela língua diz respeito à entrada do sujeito em um mundo já dotado de sentidos que o antecedem. Nessa concepção, o sujeito está na língua porque está sendo trabalhado pela língua. Se ele é envolto pelas redes significantes, essas tanto podem articular como desorganizar sua inserção no simbólico. Dentro desse princípio, a relação imaginária do sujeito com a transparência dos sentidos ora se define pelas evidências da realidade daquilo que lhe é dado falar, ver, ouvir, pensar, apagando o fato de que o sujeito resulta de um processo; ora se define pelo que se instaura como sendo uma ordem própria do significante, desarticulando, assim, na realidade imaginária, a identificação com o outro: as repetições (paráfrases), deslocamentos (processos metafóricos) e a multiplicidade (polissemia).

A AD define-se, portanto, como teoria e método de investigação que busca instaurar nos entremeios textuais uma leitura que permite liberar os sentidos do discurso por meio da sua materialidade, compreendida como o encontro do histórico com o linguístico. A história está posta não pela simples cronologia dos fatos, mas por sua condição de produção: a historicidade se faz reconhecer no texto.

Nessa cronologia, merece destaque a terceira fase da AD, tendo o interdiscurso como característica fundamental. Pêcheux (1990) inclui a noção de interdiscursividade (como designação da exterioridade própria a uma formação discursiva. Merece destaque, ainda, o conceito de memória (PÊCHEUX, 1999), em correspondência a um salto teórico em relação aos primeiros trabalhos, de modo a apresentar um deslocamento entre o sujeito histórico e o analista do discurso.

De fato, a questão do papel da memória permitiu um encontro efetivo entre temas a princípio bastante diferentes. Esta questão conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória. Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da "memória individual", mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. (PÊCHEUX, 1999, p. 49-50)

Dessa maneira, temos em AD o desenvolvimento do conceito de memória como modelo de trabalho do analista, que deve dar conta de que “a memória suposta pelo discurso é sempre reconstruída na enunciação” (ACHARD, 1999, p. 17). A memória recontrói-se, portanto, pela construção do interdiscurso por meio dos já-ditos.

Assim, temos em Pêcheux (1999, p. 50-57) o acontecimento discursivo tomado enquanto ruptura da memória recorrente por meio do interdiscurso.

A certeza que aparece, em todo caso, no fim desse debate é que uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 1999, p. 56)

Orlandi (2001), ao retomar a perspectiva das condições de produção e do interdiscurso, expõe as características da memória, pensada em relação ao discurso. Assim, por memória discursiva compreende-se o interdiscurso; “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 1999, p. 31). Assim, segundo a autora, por meio da imbricação entre o interdiscurso (o já dito – memória discursiva) e o intradiscurso (discurso em enunciação), constitui-se o dizível.

A reconfiguração teórica empreendida por Pêcheux, tal como demonstrada por Santos (2013, p. 227), estabelece a heterogeneidade e a instabilidade das formações discursivas na relação entre o intradiscurso e o interdiscurso. O sujeito do discurso passa

a caracterizar-se pela ruptura, pelo desarranjo, “dependente de uma relação espaçotemporal e de produção de sentidos no interior do discurso” (SANTOS, 2013, p. 231).

O acontecimento discursivo engloba o embate entre a atualidade e a memória que não estabelece uma recorrência repetível, mas, sim, uma ressignificação. Enquanto a memória procura estabelecer uma regularidade enunciativa, o acontecimento discursivo caracteriza-se, contrariamente, como sua irrupção. “O sentido, então, emerge da materialidade discursiva em relação com a história e com o acontecimento, uma vez que a materialidade linguística em si não dá conta do seu sentido” (SANTOS, 2013, p. 231).

Destacamos a publicação *Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 2002). Para Pêcheux (2002), a noção de acontecimento, dentro dessa concepção, não é apenas fato exterior ao discurso, mas parte constitutiva da discursividade. O autor exemplifica o que chama de *acontecimento* no seguinte trecho: “Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local): a imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa aparece nos televisores... Estupor (de maravilhamento ou de terror): é a de François Mitterand!” (PÊCHEUX, 2002, p. 19). O acontecimento jornalístico remete a um acontecimento de natureza sociopolítica simultaneamente transparente (pelo resultado nas urnas) e opaco, uma vez que, por meio de enunciados que remetem ao mesmo fato (a vitória de Mitterand), gera significações distintas. Como exemplo, Pêcheux (p. 20) cita: “F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”, “A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidenciáveis” e “A coalização socialista-comunista se apodera da França”. Nota-se que os primeiros enunciados constroem, pelo discurso, uma ocorrência desejável, enquanto o último, indesejável. Ao acontecimento descrito, junta-se o clamor popular *On a gagné* [Ganhamos] cantado em uníssono na Praça da Bastilha, o qual é perpassado pelo grito coletivo de torcedores de competições esportivas “materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável...” (p. 21).

Assim, o enunciado *On a gagné* passa a sobredeterminar o acontecimento, de modo, segundo Pêcheux (2002, p. 22), a sublinhar sua “equivocidade”. Noutros termos, para o autor, abre-se uma questão teórica: a do “estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de respostas unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc.) e formulações irremediavelmente equívocas” (p. 28). Ao ser, portanto, discursivizado, o acontecimento torna-se opaco. É, pois, atravessado pela historicidade, pela ideologia, pela posição de quem fala.

3 O ACONTECIMENTO PELA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: O FUNCIONAMENTO DA LÍNGUA NA SUA HISTORICIDADE

A abordagem semântica desenvolvida por Guimarães (2002a), ao propor um dispositivo teórico de análise que nos permite analisar o discurso em relação aos processos de significação que o constituem, por meio de seus mecanismos de funcionamento, pretende abrir uma relação com a AD, de modo específico e, em geral,

com as teorias do sujeito. A semântica do acontecimento proposta por Eduardo Guimarães se apresenta como o resultado de filiações teóricas entre a escola francesa de AD e a semântica argumentativa em moldes ducrotianos; define-se por estabelecer um diálogo entre as análises semânticas do nome próprio, a teoria dos atos de fala e a AD. Ao considerar que a exterioridade discursiva não abandona a especificidade do sistema linguístico, a semântica do acontecimento se filia, por um lado, aos trabalhos de Frege, Russell, Searle, Grice, Bréal, Bally, Benveniste e Ducrot e, por outro lado, aos estudos de Pêcheux, Authier-Revuz, Henry e Orlandi. A semântica do acontecimento marca, no entanto, sua especificidade em relação a esses teóricos, como destacaremos.

Autores como Benveniste e Ducrot, apesar de reintroduzirem em seus estudos linguísticos a exterioridade, concebem a história cronologicamente. Guimarães, ao incluir a história, procura constituir uma semântica enunciativa que considera a representação do sujeito na constituição do sentido; considera, assim, que o sentido de um enunciado são os efeitos de sua enunciação, segundo as condições histórico-enunciativas em que aparece.

Guimarães (2002a) considera que a linguagem fala de algo e o que se diz é construído na e pela linguagem. Ao definir a semântica do acontecimento como a responsável por uma análise do sentido da linguagem, centrada no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer, encontra impedimentos quanto à posição de Saussure no *Curso de linguística geral* (1979). Saussure, ao definir a língua como objeto de estudo da linguística, deixa para a fala o individual, o subjetivo; nessa concepção, são as relações internas que dão o caráter definidor para a língua, e o que há de significação no *Curso* é o que há de codificado como significado. A semântica do acontecimento é um gesto de incluir o excluído saussuriano, uma vez que considera, além do sistema linguístico (a língua), a discursividade (historicidade da língua). Para Guimarães, a significação está justamente no que Saussure definiu como exterior; considera, portanto, a significação a partir da questão da exterioridade da língua (o mundo, o sujeito, o referente, a história) que é uma exterioridade discursiva, ou seja, tomando o conceito de interdiscurso a partir do que propõe Orlandi, é o “interdiscurso, que se define como o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente constituído” (ORLANDI, 1999, p. 89).

A linguagem, nessa perspectiva, passa a ser entendida como um fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Conforme o autor, “quanto a uma língua, diríamos que ela é uma dispersão de regularidades linguísticas que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno social e histórico” (GUIMARÃES, 2002b, p. 17).

A semântica do acontecimento propõe correlacionar a enunciação, como um acontecimento de natureza histórico-social, com a língua; o enunciado, nessa concepção, se constitui como elemento de uma prática social, em que os sentidos são determinados pelas distintas posições-sujeito ocupadas pelo indivíduo e caracterizadas histórica e socialmente no acontecimento enunciativo. Desse modo “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência” (GUIMARÃES, 1995, p. 66). Para Guimarães (1999), o acontecimento histórico não está num presente de um antes e de um depois no tempo. A significação é, portanto, histórica, não no sentido cronológico, historiográfico,

em que os fatos significam um acontecimento social, determinados apenas no tempo, constituindo um fato sempre único e irrepetível, mas no sentido de que a história é constituída do presente da enunciação. Dessa forma, a enunciação, entendida como a língua posta em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento, torna-se o ponto central da constituição da semântica do acontecimento, uma vez que o *acontecimento* – relação do interdiscurso com as regularidades da língua – torna-se constitutivo de sentido. Observamos, assim, a correlação entre os termos discurso, enunciação sentido e significação, caros à AD.

Nessa concepção, o sentido está posto como uma questão enunciativa em que a enunciação é constituída de uma historicidade entendida como a determinação pelas condições sociais de sua existência; o sentido constitui-se discursivamente a partir de um acontecimento enunciativo. Assim, Guimarães (1995, p. 85), ao já conceber uma semântica histórica da enunciação que “se constitui no lugar em que trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia”, considerando que a linguagem funciona na relação língua/interdiscurso, estabelece um diálogo com a AD.

Na semântica do acontecimento, uma semântica fundamentada na historicidade da língua, o sujeito se constitui na e pela linguagem. Para Guimarães (2011):

Minha posição enquanto historiador da Ciência é compreender os sentidos dos acontecimentos humanos; uma compreensão dos fatos tomados como acontecimento. Enquanto historiador, no entanto, não me ocupo de fatos singulares, não me ocupo das singularidades das coisas, e, sim da especificidade dos fatos, ou seja, enquanto elemento de uma série, algo constituído por uma especificidade é acontecimento. O acontecimento, no entanto, apresenta uma temporalidade própria, não se deixa tomar por uma cronologia dos fatos (Comunicação oral)¹.

Assim, a perspectiva teórica da semântica do acontecimento, formulada por Guimarães (2002a), concebe o objeto como uma exterioridade produzida pela linguagem, todavia não se reduz ao que se fala dela, pois é objetivada pelo confronto de discursos; isso se dá no sentido em que o objeto é construído por uma relação de discursos. A sua materialidade é esse confronto: a relação de sentido é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é, ao contrário, exposto à diferença.

Para a semântica do acontecimento, não é a uma realidade preexistente que as palavras constroem o sentido em si mesmas, apesar de toda relação de linguagem estar, materialmente, exposta ao real. Nesse sentido, Guimarães (2007) desenvolve um procedimento de interpretação específico, o de Domínio Semântico de Determinação (DSD), e propõe um estudo do sentido em que a sinonímia, a homonímia, a antonímia, a hiperonímia, a polissemia e a ambiguidade não sejam tomadas referencialmente. Considera-se que a relação fundamental da significação são as relações de determinação

¹ II Jornada Estudos da Linguagem - Instituto de Letras, UFF – 2011 – Palestra: A história das ideias linguísticas: um acontecimento decisivo no processo de gramatização brasileira do português, de Eduardo Guimarães – UNICAMP.

semântica e que há uma relação de sentidos entre as palavras, um externo à linguagem que deve ser levado em conta não a partir da denotação, mas da relação de uma palavra a outra palavra no texto em que elas ocorrem.

Admitindo essa concepção, os enunciados, ao mesmo tempo que produzem um efeito de unidade no texto, possuem uma independência relativa quanto ao texto porque há algo na significação do enunciado que tem a ver justamente com o texto no qual se integra, relacionando-se com outros enunciados. Logo, os sentidos não se fecham nos enunciados e os textos só funcionam pelo efeito de totalidade, de unidade, pois o enunciado se desintegra, mas o texto não se divide.

Só é possível pensarmos as questões de significação a partir do DSD se considerarmos, além das relações das palavras nos textos em que aparecem, os fatores externos à sua formulação, como o interdiscurso, a ideologia, os locutores: o sentido em sua historicidade, com suas condições de produção. A designação de uma palavra é uma relação de palavra a palavra, por um processo de identificação, não porque as coisas existem, mas porque significam. Assim, pensar o DSD, segundo Guimarães (2009), é considerar o sentido construído na enunciação, historicamente, porque as palavras significam de acordo com as relações de determinação semântica que se constituem no acontecimento enunciativo, pelo modo como se relacionam com outras no texto.

4 O ACONTECIMENTO PELA SEMIÓTICA: PAROXISMO DA AFETIVIDADE, NEGAÇÃO DO DIZER

Antes de falarmos do conceito de *acontecimento* no âmbito da semiótica da Escola de Paris, é importante mencionar que essa teoria, considerando suas bases saussurianas e hjelmslevianas, também trata da exterioridade discursiva.

Segundo Barros (2009, p. 352):

A semiótica discursiva não trata a “exterioridade” discursiva como “exterioridade”, ou seja, como algo exterior ao texto ou ao discurso, mas não deixa de examinar, sob outro prisma e com outros nomes, aquilo que, em outros quadros teóricos, é denominado “exterioridade”, pois, para a teoria semiótica, os procedimentos que constroem os sentidos de um texto são de dois tipos: procedimentos linguístico-discursivos e relações com a sociedade e a História.

Conforme Barros (2009, p. 352), para abordar o que é *exterior* ao texto/ao discurso, isto é, para estabelecer uma relação entre texto e contexto (“relações histórico-sociais, que participam da construção dos sentidos dos textos”), a semiótica atua metodologicamente de três formas: (1^a) pela análise de percursos temáticos e figurativos “que revelam, de alguma forma, as determinações histórico-sociais inconscientes”; (2^a) pelas relações intertextuais e interdiscursivas que o texto em análise estabelece com outros textos; (3^a) pelas relações entre a semiótica da língua e a semiótica do mundo natural (ou outros sistemas de significação). Dessa forma, *a priori*, seria possível a abordagem do *acontecimento*, à luz da semiótica de Greimas e colaboradores, a partir das três formas mencionadas por Barros (2009).

Assim, se, para a AD, o *acontecimento* é o sentido decorrente da exterioridade discursiva que permeia o discurso, o interdiscurso, a memória, o já dito, as condições de produção, entendendo-se a “exterioridade” como uma distinção de ordem (discursiva) e organização (textual); se, para a semântica do acontecimento, o *acontecimento* é o ponto de interseção entre o intra e o extradiscurso; a semiótica tensiva, por sua vez, concebe o *acontecimento* sobretudo de forma intradiscursiva, estrutural da enunciação, uma vez que, conforme será demonstrado, para Zilberberg (2011, p. 12), a semiótica tensiva apresenta-se justamente como uma “gramática do afeto” .

Para darmos prosseguimento à abordagem do acontecimento em semiótica tensiva, é preciso fazer algumas considerações a respeito da teoria. Esta, *grosso modo*, concede espaço privilegiado ao contínuo e à afetividade no discurso. Desse modo, pela semiótica clássica – que teve como núcleo, por muito tempo, a noção de narratividade – a significação se constitui a partir de unidades discretas, haja vista o percurso gerativo de sentido. Cabe ressaltar, entretanto, na esteira de Greimas e Fontanille (1993, p. 10, 15), que a essa discretização subjaz um *continuum*, que já é uma potencialidade de sentido. Desse modo, a semiótica tensiva constitui-se de forma complementar e não em substituição à semiótica clássica. É contundente, assim, a seguinte asserção de Zilberberg (2011, p. 16): “a ‘casa do sentido’ é vasta o bastante para acolher tanto o contínuo, quanto o descontínuo, mesmo porque nem este nem aquele fazem sentido por si mesmos, mas apenas por sua colaboração”.

No que se refere à continuidade, a vertente tensiva apresenta a noção de gradação, que permite a análise de certos fenômenos cuja principal característica não é a oposição. A título de exemplo de oposição, no nível fundamental, podemos citar vida *vs.* morte, da semiótica clássica. No caso da semiótica tensiva o que é posto em relevo é a diferença em algum grau, ou, nas palavras de Zilberberg (2011, p. 14), o “intervalo”:

Dizer que [a] se opõe a [b] equivale a dizer que [a] se afasta “em maior ou menor medida” de [b], e que esse afastamento tem de ser avaliado pela simples razão de que ele corresponde à sua própria definição! Tal escolha leva a conceber, entre [a] e [b], um vão, um intervalo, ocupando-o ou preenchendo-o de alguma maneira (p. 22).

Quanto à afetividade, a semiótica tensiva considera o inteligível e o sensível duas dimensões que se implicam e se condicionam mutuamente num processo em que uma não tem existência própria sem a outra. A teoria, ademais, concede primazia ao afeto, à intensidade, que é regente da extensidade. Aquela, relativa aos estados de alma, dirige, governa a extensidade: os estados de coisas, o inteligível. Assim, a tensividade é o lugar imaginário em que a intensidade se une à extensidade. Portanto, o sentido é, de certo modo, dependente da afetividade. Cabe salientar, entretanto, que o afeto não pressupõe o discurso, como no caso da psicanálise, mas lhe é concomitante. Zilberberg (2011, p. 12) fala, conforme se mencionou, em uma “gramática do afeto”. Logo, por tal ponto de vista, o afeto é gramaticalizável, pois constitui-se na e pela linguagem.

Para a semiótica tensiva, o cruzamento do eixo da intensidade e da extensidade demarca o espaço tensivo, que recebe e qualifica as grandezas que têm acesso ao campo de presença. Um fato semiótico é condicionado, ou, ainda, só tem existência semiótica no e pelo espaço tensivo da seguinte maneira, conforme demonstra a Figura 1:

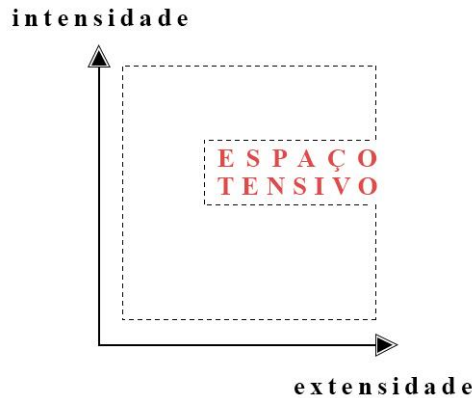


Figura 1 – Espaço tensivo

Fonte: Elaboração dos autores com base em Zilberberg (2011).

Tal espaço é fundamentalmente complexo, pois é produto da relação necessária entre estados de alma e estados de coisas, o qual se produz, conforme dissemos, pela projeção da intensidade sobre a extensidade. Assim, qualquer ponto dentro do espaço tensivo corresponderá a um fato semiótico que, obrigatoriamente, terá uma valência em termos de intensidade e outra valência em termos de extensidade.

O eixo da intensidade opera por meio dos pares [impactante vs. tênue]; o eixo da extensidade, por sua vez, pelos pares [concentrado vs. difuso]. São esses pares que controlam o acesso ao campo de presença. Assim, no que se refere à intensidade, uma grandeza acessa o campo de presença de forma proporcional à quantidade de impacto que carrega consigo e, em termos de extensidade, ela será mais ou menos difusa, a partir das operações de mistura e triagem, conforme pode ser visto na Figura 2:

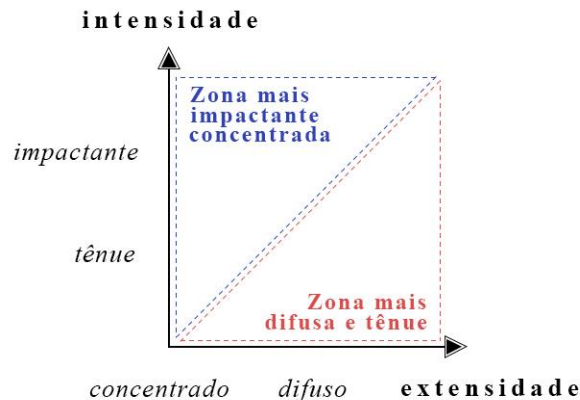


Figura 2 – Áreas do espaço tensivo

Fonte: Elaboração dos autores com base em Zilberberg (2011).

Assim, quanto mais um fato semiótico tender à concentração, mais ele será guiado pelos valores de absoluto. Por outro lado, quanto mais esse fato tender à difusão, mais ele será governado pelos valores de universo. No caso dos valores de absoluto, entram em jogo as operações de triagem; no caso dos valores de universo, opera-se por mistura.

Tal como aponta Fiorin (2017, p. 158), na semiótica tensiva, as alterações e vicissitudes responsáveis pela alteração do sentido decorrem da instabilidade e da imprevisibilidade, pautada na foria (força motriz), sobredeterminada em três grandezas, ou impulsos: a direção, a posição e o elã.

Tendo sido apresentadas algumas concepções basilares da semiótica tensiva, passemos ao conceito que é considerado seu cerne: o *acontecimento*. Para Zilberberg (2007, p. 16), “o fato tem por correlato

intenso o acontecimento. [...] O acontecimento é o correlato hiperbólico do fato, do mesmo modo como o fato se inscreve como diminutivo do acontecimento”. O acontecimento, dessa forma, é raro ao passo que o fato é numeroso. Além disso, o acontecimento é tônico, enquanto o fato é átono. Por fim, o acontecimento não pode ser visado, antecipado, pois, “*quando a coisa acontece, já é tarde demais!*” (ZILBERBERG, 2011, p. 169, grifos do autor).

O acontecimento é, assim, produto das subdimensões paroxísticas andamento e tonicidade, as quais compõem a dimensão da intensidade. Dito de outro modo, é o fruto da velocidade aguda de um evento com sua energia e força de impacto no sujeito. Andamento e tonicidade agem juntos, perturbando o sujeito por meio de uma “tempestade modal” (ZILBERBERG, 2011, p. 236) instantânea, deixando-lhe apenas um sofrer que se sobrepõe ao agir: “o acontecimento, por ser portador do impacto, manifesta enquanto tal que o sujeito trocou ‘a contragosto’ o universo da medida pelo da *desmedida*” (p. 163). Noutros termos, o acontecimento significa levar a afetividade ao auge, e tornar temporariamente a inteligência nula. No que tange às subdimensões da extensidade, a temporalidade é extinta – o tempo fica “fora dos eixos”. O mesmo se pode dizer da espacialidade, pois o sujeito, estupefato, vê-se “fincado” no chão, ou, num lapso de tempo, engolido por um buraco negro, retirado de sua própria ambiência.

Na Figura 3, a seguir, representa-se graficamente o acontecimento, na parte superior esquerda do espaço tensivo, e o exercício, na porção inferior direita:

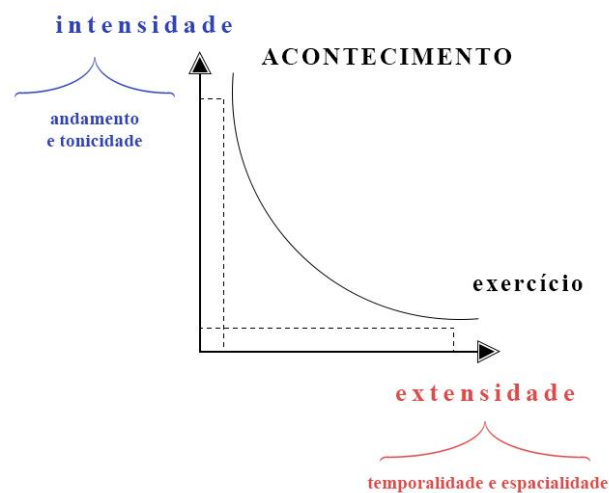


Figura 3 – Acontecimento e exercício

Fonte: Elaboração dos autores com base em Zilberberg (2011)

A hipótese de acontecimento para Zilberberg é, assim, a “realização súbita e extática do irrealizável” (2011, p. 176); mais precisamente, esse sistema levaria em conta o modo concessivo, oposto ao implicativo, segundo o qual: *ainda que não fosse possível, tal coisa aconteceu.*

Zilberberg (2007, p. 25) estabelece três modos – eficiência, existência e junção – cujos respectivos termos configuram os estilos discursivos do acontecimento e do exercício. O modo de eficiência designa “a maneira pela qual uma grandeza se instala num campo de presença” (ZILBERBERG, 2007, p. 18). Se a grandeza se instala lentamente, configura-se a modalidade do *pervir*. Se, ao contrário, penetra abruptamente, tem-se a modalidade do *sobrevir*. O modo de existência, por sua vez, refere-se à alternância

entre os pares *foco* e *apreensão*. Tais termos se referem ao correlato subjetal dos termos *pervir* e *sobrevir*. No caso do *foco*, há um sujeito operador que age, muito próximo ao sujeito do fazer; não há surpresas, mas relações de pressuposição tais como no esquema narrativo. Na *apreensão* ocorre o contrário; não se trata mais de um sujeito do fazer, mas um sujeito de estado que sofre, que suporta, que, enfim, é invadido pelo objeto que surge *ex abrupto*. O modo *juntivo*, por sua vez, coincide com a sintaxe *juntiva* e articula o modo *implicativo* e o modo *concessivo*:

No caso da implicação, o direito e o fato se respaldam mutuamente. Sua esfera é a da implicação: “se a, então b” e geralmente da causalidade legal. [...] No caso da concessão, o direito e o fato estão em discordância um do outro. Ela tem como emblema a dupla formada pelo *embora* e pelo *entretanto*: “embora a, entretanto não b” (ZILBERBERG, 2007, p. 23).

Para Zilberberg (2007, p. 25), o estilo discursivo do acontecimento se define estruturalmente a partir de cada um dos pares dos modos de eficiência, de existência e de junção, a saber: o *sobrevir*, a *apreensão* e a *concessão*. O estilo discursivo do exercício, por sua vez, tem sua estrutura composta pelos termos *pervir*, *foco* e *implicação*, a partir dos modos já mencionados. A seguir, apresentamos de forma esquemática, no Quadro 1, a estrutura do acontecimento e do exercício:

determinados ►	ACONTECIMENTO	EXERCÍCIO
determinantes ▼	-----	-----
modo de eficiência	sobrevir	pervir
modo de existência	apreensão	foco
modo de junção	concessão	implicação

Quadro 1 – Estrutura do acontecimento e do exercício

Fonte: Adaptado de Zilberberg (2007, p. 25).

Acontecimento e exercício são, pois, duas grandes orientações discursivas. A primeira corresponderia à problemática do surpreendente, do inesperado, regido por uma lógica concessiva. A segunda, por sua vez, à questão da narratividade que, por anos, foi o principal foco de interesse da semiótica, a qual, por sua vez, é governada pela lógica implicativa. Com efeito, para Zilberberg (2011, p. 171) o acontecimento e o esquema narrativo canônico são duas grandes vias possíveis de sentido.

Para agir contra esse programa, o do acontecimento, o discurso atuaria como um contraprograma, uma espécie de frenagem do andamento acelerado, isto é, uma inteligência do que é essencialmente sensível: “O discurso se empenha em refazer aquilo que a exclamação desfez” (ZILBERBERG, 2011, p. 194). Ou, ainda: “O acontecimento significa literalmente a negação do dizer, a negação do discurso. [...] O acontecimento é antes de tudo um não-sei-o-quê que deixa o sujeito sem voz, sem a *sua* voz” (ZILBERBERG, 2011, p. 189). Por isso, de acordo com a semiótica tensiva, o discurso depende do acontecimento (mais tônico e concentrado) e do fato (mais átono e difuso) para existir. O discurso, portanto, constrói-se justamente pela sucessão de continuidades e descontinuidades, aumentos e diminuições.

4 OS TRÊS CONCEITOS DE ACONTECIMENTO EM DIÁLOGO

Neste artigo, apresentamos três conceitos de *acontecimento*, cada qual à luz de uma teoria: a AD pêcheutiana, a semântica do acontecimento e a semiótica tensiva.

(1) No caso da AD, ao destacarmos a noção de acontecimento e os princípios básicos de reflexão da disciplina, procuramos aprofundar certas conexões teóricas indicadas por Pêcheux a respeito de uma de suas teses centrais: a questão da constituição do sujeito encontra-se ligada à da constituição do sentido e ambas precisam ser pensadas/articuladas à questão dos processos de interpelação-identificação que atravessam o sujeito. O discurso, tal como foi postulado por Pêcheux (1988) e tem sido minuciosamente discutido e analisado por Orlandi (1996), é concebido como efeito de sentido entre locutores, o que remete a uma compreensão de linguagem como prática simbólica, uma prática que se constitui pela via do significante e que se encontra na gênese do processo de constituição do sujeito. O acontecimento instaura um já-dito e pressupõe a existência de um pré-construído que compõe o jogo discursivo, ou seja, a construção de sentidos pressupõe um acontecimento histórico presente na memória discursiva; o sentido é, portanto, indissociável das práticas sócio-históricas e os acontecimentos discursivos se instauram como enunciações que revelam rupturas que apresentam uma temporalidade específica. Desse modo, o discurso, definido como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX apud ORLANDI, 1999, p. 21), é o lugar de contato entre língua e ideologia; não é, portanto, algo que apenas transmite informações de forma clara e objetiva. Nessa perspectiva, a materialidade linguística deve ser pensada na sua constituição discursiva e o processo discursivo deve ser definido pelas condições de produção de sua enunciação, pelos efeitos do cruzamento de diversos discursos, e das várias posições do sujeito. Para Orlandi (1990), são as relações entre discursos que dão a particularidade que constitui todo discurso; assim, as condições em que os sentidos são produzidos são constituídas pelas formações discursivas, ou seja, pelas diferentes regiões que recortam o interdiscurso, refletindo as diferentes formações ideológicas e o modo como as posições-sujeito, os lugares sociais por eles representados, constituem sentidos diferentes. Dessa forma, o acontecimento da enunciação deve ser entendido como discursivo. Ou seja, são todas essas condições de produção que irão constituir o sentido da enunciação.

(2) Considerando os conceitos teóricos e descritivos propostos e desenvolvidos pela semântica do acontecimento, objetivamos evidenciar o conceito de *acontecimento* proposto por Guimarães (2002), que toma a enunciação como um acontecimento histórico, em que o sentido está posto a partir da consideração de que a enunciação é determinada pelas condições sociais de sua existência. A enunciação é considerada por Guimarães, tal como apontado, como um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua. Esse funcionamento da língua se faz pela relação entre língua e falante, “pois os falantes são pessoas determinadas pelas línguas que falam; são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes” (GUIMARÃES, 2002, p. 18). É fundamental enfatizar, nessa concepção, o espaço em que a palavra e as línguas regulam ou disputam um lugar, atravessadas pelo político; para o autor, o falante é uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. Esse atravessamento pelo

político instaura a divisão da língua e, nesses espaços de disputa que se constituem pela equivocidade própria do acontecimento, encontramos falantes divididos pelo seu modo de pensar, pelo seu direito de dizer. Essa equivocidade, segundo o autor, dá-se a partir de uma deontologia (uma moral e uma ética que regula, organiza e distribui os papéis sociais) e de um conflito oriundo da própria deontologia, provocando redivisão e disputa constante pelos papéis sociais. Ao incluir a história, Guimarães (1995) trata a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação é vista historicamente; assim, o sentido são os efeitos da memória, das posições de sujeito, do cruzamento de discursos no acontecimento, no presente do acontecimento. Com a inserção da história/historicidade nos estudos semânticos formais, Guimarães (1993) concebe a enunciação considerando a noção de acontecimento e sua relação com a língua. Nesse sentido, a enunciação passa a ser “um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. “É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso” (GUIMARÃES, 1993, p. 70; grifos nossos). Assim, a enunciação deixa de ser uma organização intelectual do sujeito, entendido como fonte, origem dos sentidos produzidos, e tampouco se reduz ao contexto em que se fala; a enunciação não diz respeito apenas à situação.

(3) No âmbito da semiótica tensiva, o *acontecimento*, de acordo com Zilberberg (2007), é o paroxismo da intensidade, do afeto. Ainda no que diz respeito às singularidades do modelo tensivo, merece destaque a introdução dos conceitos de implicação e concessão. O primeiro refere-se à gramaticalidade das regras e o segundo aos enunciados de ruptura, que remetem ao acontecimento caracterizado pela realização de um programa, desastroso ou salvador, para o sujeito, conforme o caso (ZILBERBERG, 2006, p. 204). O discurso do exercício, próprio à lógica implicativa, opõe-se ao discurso do acontecimento. O acontecimento, por sua vez, instaura um programa dado como irrealizável, a que se contrapõe um contraprograma que leva a termo a sua realização mediante o âmbito contratual (ZILBERBERG, 2006, p. 148). Ao se situar no eixo do exercício, ou seja, ao *pervir* e à lentidão, próprias à lógica implicativa, ela se contrapõe ao acontecimento, pautado pela exclamação própria ao *sobrevir*. Faz-se, assim, a necessidade de um tempo lento a fim de aplacar a perturbação sofrida pelos sujeitos diante da emergência do acontecimento. O acontecimento concebido pela semiótica tensiva possui um caráter sobretudo intradiscursivo, estrutural, constituindo-se a partir do modo de eficiência, pelo sobrevir; pelo modo de existência, pela apreensão; e pelo modo de junção, pela concessão.

Ao fim deste percurso, pudemos observar que, não obstante as distintas bases epistemológicas e filiações teóricas de cada corrente aqui abordada, a noção de *ruptura* encontra-se presente como condição mesma do acontecimento e do sentido. Considerando-se a diferenciação conceitual entre a noção de *acontecimento enunciativo* e *acontecimento discursivo* feita por Indursky (2008), podemos afirmar que o acontecimento, nas três vertentes teóricas aqui tratadas, é discursivo. Para distinguir tais conceitos, a autora trabalha com a noção de formação discursiva (FD). No acontecimento discursivo, a ruptura se define marcando uma nova forma-sujeito, isto é, as posições-sujeito não são iguais. No acontecimento enunciativo, a FD se mantém, a ruptura não se

instaura, uma vez que não se produz uma nova FD; há, no entanto, dentro da mesma FD, posições-sujeito diferentes que determinam sentidos diferentes, que implicam maneiras diferentes de se conceber as posições-sujeito e sua relação com a ideologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos estabelecer um diálogo entre três teorias – a AD pêcheutiana, a semântica do acontecimento e a semiótica tensiva – em torno do conceito de *acontecimento*. Em que pesem as especificidades de cada corrente, concluímos que, nos três casos, trata-se de um *acontecimento discursivo*, uma vez que a todas elas subjaz a noção de ruptura. Assim, para a AD, o acontecimento é sobretudo um *acontecimento (inter)discursivo*. Para a semântica do acontecimento, o *acontecimento* se refere à interseção entre o intra e o extradiscursivo, da qual emana o sentido. E, por fim, para a semiótica tensiva, sendo o acontecimento concebido em termos estruturais, imanentes, trata-se também de um acontecimento discursivo, na medida em que o discurso², em semiótica, refere-se ao processo semiótico, concebido como enunciado cuja análise se refere ao plano do conteúdo dos textos. O acontecimento semiótico é, pois, o que se sobrepõe a um enunciado de estado.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999. p. 11-17.
- BARROS, D. L. P. de. Uma reflexão semiótica sobre a “exterioridade” discursiva. *Revista Alfa*, v. 53, n. 9, p. 351-364, 2009.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: SP, 1987.
- FIORIN, J. L. Semiótica Tensiva. In: FIORIN, J. L. (Org.) *Novos caminhos da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FONTANILLE, J.; ZILBERBERG, C. *Tensão e significação*. Tradução de I. C. Lopes; L. Tatit e W. Beividas. São Paulo: *Humanitas*, 2001.
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões: dos estados de coisas aos estados de alma*. Tradução de M. J. R. Coracini. São Paulo: Ática, 1993.
- GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GUIMARÃES, E. Palestra: A história das ideias linguísticas: um acontecimento decisivo no processo de gramatização brasileira do português. In: JORNADA ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2., Niterói, 2011. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2011.
- GUIMARÃES, E. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 51, n. 1, p. 49-68, Jan./Jun. 2009.
- GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes Editores/ RG Editores, 2007. p. 77-96.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002a.

² A concepção de discurso, cara à teoria semiótica, pode ser definida, conforme Greimas e Courtés (2008, 145), “de um lado, às dicotomias fundamentais língua/fala, sistema/processo, competência e performance e, de outro, ser situada relativamente à instância da enunciação”.

- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação*. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002b.
- GUIMARÃES, E. *Um mapa e suas ruas*. DL/IEL/LABEURB – UNICAMP – Campinas, 1999.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido*. Campinas: Pontes, 1995.
- GUIMARÃES, E. *Independência e Morte*. In: ORLANDI, E. (Org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito na Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Org.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 9-33.
- ORLANDI, E.; GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, E. *Discurso e leitura*. 4. ed. Campinas: Cortez Editora, 1999.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- ORLANDI, E. *Terra à vista*. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas (SP): Pontes, 1999. p. 49-57.
- PÊCHEUX, M. A análise de discurso, três épocas. In: GADET, J.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, J.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- SANTOS, S. S. B. Pêcheux. In: OLIVEIRA, L. A. *Estudos do discurso: perspectivas teóricas*. São Paulo: Parábola, 2013.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.
- ZILBERBERG, C. *Eléments de grammaire tensiva*. Limoges: Pulim, 2006.
- ZILBERBERG, C. Louvando o acontecimento. Tradução de M. L. V. P. Diniz. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 13-28, jun. 2007.
- ZILBERBERG, C. *Elementos de semiótica tensiva*. Tradução de I. C. Lopes, L. Tatit e W. Bevidas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200112-6819>

Recebido em: 07/08/2019 | Aprovado em: 04/12/2019

“THERE IS NO WHITE FLAG AND NO CHANCE OF GOING TO JAIL!” THE VIOLENT RELATIONS BETWEEN POLICE AND CRIMINALS IN FACÇÃO CENTRAL’S RAP SONGS

<p style="text-align: center;">“Não Tem Bandeira Branca, Nem Chance de Ir Pra Grade!” – As Relações Violentas entre Polícia e Criminosos nos Raps do Grupo <i>Facção Central</i></p>	<p style="text-align: center;">“¡No Hay Bandera Blanca, No Hay Oportunidad de Ir a la Prisión!” – Relaciones Violentas entre la Policía y los Penales en las Raps del Grupo <i>Facção Central</i></p>
--	---

Bruno de Souza Lessa*

Universidade de Fortaleza

Fortaleza, CE, Brazil

Ana Clara Aparecida Alves de Souza**

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brazil

Abstract: This paper analyzes the relationship between police brutality and its repercussion in the narratives exposed by Brazilian rappers in their lyrics. The central argument is that such violence is not a consequence or a cause for the phenomenon, but a structural element in the dynamics of urban violence. Such violence is essential for establishing the “Us VS. Them”, logic that objectifies itself in the feuds between police officers and criminals, expressed by the lyrics scrutinized here. Methodologically, the historical-discursive approach of Critical Discourse Analysis was employed. The analytical basis were the procedures suggested for text analysis and the focus of the investigation was the lyrics from the rap band *Facção Central*. The recursive relation between criminals and police officers was highlighted, in which violence functions as a mediating instrument. Violence between these groups emerges as a solidary element, i.e., it is the social cement providing cohesion to the interaction between these groups.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Historical-Discursive Approach. Rap Music. Brazil.

Resumo: O artigo analisa a relação entre a violência policial e sua repercussão nas narrativas expostas por rappers brasileiros em letras de músicas. O argumento central é que a violência apresentada pelos artistas é um elemento estrutural na dinâmica da violência urbana no seu sentido mais amplo. Essa violência é essencial para o estabelecimento da lógica “Nós versus Eles”, que se objetiva nos enfrentamentos entre policiais e criminosos, algo que se expressa nas letras escrutinadas neste trabalho. Metodologicamente, o estudo utiliza a abordagem histórico-discursiva da Análise Crítica do Discurso. Toma como base os procedimentos sugeridos para análise de textos e investiga como as letras de rap do Grupo *Facção Central* descortinam a relação recursiva entre criminosos e policiais, na qual a violência serve como instrumento mediador. A violência entre os grupos emerge, aqui, como elemento solidário, isto é, o “cimento social” que dá coesão à interação desses grupos.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso. Abordagem Histórico-Discursiva. Rap. Brasil.

* PhD in Management for the Federal University of Rio Grande do Sul. Postdoctoral fellow at the Postgraduation Program in Management of the Universidade de Fortaleza (Unifor). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1696-394X>. E-mail: brunolessa85@yahoo.com.br.

** PhD in Management for the Federal University of Rio Grande do Sul. Postdoctoral fellow at the Postgraduation Program in Management of the Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5574-2560>. E-mail: clara.ufc@gmail.com.

Resumen: El artículo analiza la relación entre la violencia policial y su repercusión en las narrativas expuestas por *rappers* brasileños en letras de músicas. El argumento central es que la violencia presentada por los artistas es un elemento estructural en la dinámica de la violencia urbana en su sentido más amplio. Esa violencia es esencial para establecer la lógica “Nosotros *versus* Ellos”, que se hace objetiva en los enfrentamientos entre policiales y criminales, algo que se hace expreso en las letras escrudinadas en este trabajo. Metodológicamente, el estudio utiliza el abordaje histórico-discursivo del Análisis Crítico del Discurso. Toma como base los procedimientos sugeridos para análisis de textos e investiga como las letras de *rap* del *Grupo Facção Central* descortinan la relación recursiva entre criminales y policiales, en la cual la violencia sirve como instrumento mediador. La violencia entre los grupos emerge, aquí, como elemento solidario, es decir, el “cemento social” que da cohesión para la interacción de esos grupos.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso. Abordaje Histórico-Discursivo. Rap. Brasil.

1 INTRODUCTION

Rap Music has recently ceased to be only a marginal or nearly criminalized cultural manifestation to a broader extent in the US and, to a lesser degree, in Brazil. This assertion can be empirically witnessed and sociologically proved, by the fact Rap has been gradually been accepted in commercial entertainment markets in both countries. Even though it has been inserted in mainstream contemporary music markets, rap still have a strong role in big cities’ peripheries in cities such as São Paulo and Chicago a way for vulnerable and yet marginalized groups to express their dissatisfaction with the position they occupy in the social space (RICHARDSON, 2007; TEPERMAN, 2015a, 2015b; HELLAND, 2017). In this sense, for instance, it is through rap that these individuals reveal themselves in Brazil, insofar as they tend to be the systematic victims of the structurally violent dynamics constituting Brazilian inequalities and racism.

Thus, such structural violence cannot be understood as a contemporary phenomenon, given it draws back to a tradition in treatment and forms of ruling that have already been evidenced in the classics of Brazilian social thought. In this socio-historical perspective, it can be argued that violence serves, to a large extent, as a connecting element in the dynamics established between dominant and dominated social groups (ADORNO, 2002a, 2002b). Violence frames the social relations settled between State repressive apparatuses, namely, the police and its branches, and marginalized groups, i.e., those considered criminals according to societal laws and norms (ADORNO, 2002a, 2002b; ALMENDRA; MORAES, 2012).

Considering these elements, this paper aims to scrutinize these violent dynamics, taking as means of investigation the forms rappers from the *Facção Central* (FC) group describe and explain they in their lyrics. By doing so, we defend a double-folded argument. First, the violence spelled out in the lyrics functions as an element of solidarity in the Durkheimian sense (DURKHEIM, 1999) that integrates these two groups, as it would be the “social cement” mediating and giving cohesion to their relationship. Second, we argue that violence is fundamental in maintaining the logic of “Us vs. Them” which, in turn, frames the relations between police officers and criminals and that have been crystallized in the modes of social interactions observed in Brazilian society between these two groups.

This rap group was chosen for the following reasons. First, FC has been considered, by the literature addressing the subject, as one of the most representative groups in Brazilian national rap alongside with the Racionais MCs (LOUREIRO, 2017; CAMARGOS, 2017; SAMYN, 2018; GOMES, 2018). Second, the Group's confrontational positions against the State repressive apparatuses (ALTHUSSER, 1980) have been widely documented, starting at its lyrics and going to its music videos and interviews. This second point is reinforced, for example, by the censorship FC suffered in the 2000s¹, when a court decision banned temporarily the broadcast of one of their clips on TV. Third, their lyrics portray the kind of antagonism intended to be evidenced in this paper. Finally, aligning with the classification brought forth by Teperman (2015a, 2015b), FC subscribes to a revolutionary rap, once it is explicitly engaged with the denunciation and radical subversion of Brazilian social structures.

Methodologically, we employed the Critical Discourse Analysis (CDA) along the lines suggested by Wodak (2007, 2009) and Wodak and Meyer (2007) to highlight the relations intended to be observed in the lyrics. The corpus focused on songs from the following albums: *Direto do Campo de Extermínio* (Straight from the Death Camp in Portuguese) and *O Espetáculo do Circo dos Horrores* (The Horror Circus Show in Portuguese) released in 2003 and 2006, respectively. The songs were: *Eles vão ter que algemar meu cadáver*, *Quando Eu Sair Daqui*, *O Espetáculo do Circo dos Horrores* and *Estrada da Dor 666* (They'll have to handcuff my corpse, When I get outta here, The Horror Circus Show and Pain Road 666 in Portuguese).

This article is divided into six sections. After this introduction, there is a brief contextualization of Rap Music, focusing on the Brazilian context. In this segment, we do not only stress the importance of scrutinizing rap as a cultural manifestation, but also the relevance of analyzing the role of rappers in the objectification of the structural violence brought about by the State and its extensions, since these artists have objectively lived the experiences they report through their songs. The third section then details in theoretical and methodological terms the selected CDA conception, emphasizing its relevance to the type of study carried out here. Afterwards, the fourth section outlines the methodological procedures that enabled operationalizing this work. The analysis of the lyrics and the intertwined discussion with the argument are presented in the fifth section. Finally, the last section offers our concluding remarks.

¹ On June 29 2000, the Judge Mauricio Lemos Porto Alves from the Technical Department of Police Inquiries and the Judicial Police ordered the seizure on MTV of the original music video tape *Isso aqui é uma Guerra* (This is a War in Portuguese) vetoing its performance. The ruling was based on the accusation the clip would incite theft, kidnapping, illegal possession of weapons and the release of imprisoned individuals, glamourizing the success of criminal operations. In addition, prosecutors accused the video of inciting racism, as the criminals depicted in the clip were black, and prejudice against residents of São Paulo East Side, who are also identified as criminals. Source: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u1598.shtml>. Accessed on: 29/07/2019.

2 THE SOCIAL CONTEXT OF BRAZILIAN POLICE VIOLENCE

The social problem this paper addresses is a phenomenon of the context of which it has been an integral part, however, it is also one of its integrative components. Thus, we argue that the violence settled between police forces and criminals is a framing part of both the social dynamics and the historical (and racial) inequalities constituting Brazilian societal life.

Nonetheless, it is noteworthy that once Rap is used as a means of expression for marginalized groups such as the people living in Brazilian poor neighborhoods and slums, who also are the most direct victims of the consequences of such inequalities. Moreover, the rhythm does also express a strong protagonism from these very actors. In this regard, they do not appear only as victims, but also oftenly as artisans of a more complex dynamics holding prolongations and radiations in several fundamental institutions in society (TEPERMAN, 2015a, 2015b).

Whether in Brazil or abroad, the stories narrated in rap songs are often inseparable from the biographical trajectories of the ones who perform them. Both when rappers announce their own objectification or when they describe others' trajectories, their dissatisfactions and sufferings become evident through lyrics that are rarely presented as figurations of a romantic epic tale such as the ones shown in the Scadinavian Beowulf or in Homer's Odissey, but rather as concrete and reality-relatable stories like the ones presented in NWA, Tupac or in Racionais MCs' songs (RICHARDSON, 2007; TEPERMAN, 2015a, 2015b; HELLAND, 2017; SAMYN, 2018).

In the rap songs denouncing the conflict between State and marginalized groups, such as the ones that served as the basis for this paper, a commonly used analogy is with the event of a war, which can be seen in the title and lyrics of songs like FC's *Isso aqui é uma Guerra* or *A Guerra não vai acabar* (This is War and The War is not going to end in Portuguese). In this sense, the analogy with the open armed conflict between rival groups signals that the end of a quarrel would not be the resocialization of those involved, and neither would it be its resolution followed by the likely return to ordinary activities (LOUREIRO, 2017; CAMARGOS, 2017; GOMES, 2018). Such analogy systematically would be better drawn on the notion of Total War, as used by Eric Hobsbawm (1995), that is, the conflict only comes to an end after the complete annihilation of the enemy in combat.

From this perspective, the rapper Eduardo Taddeo's account might work an appropriate depiction. In his book as well as in this lyrics, the FC member reports that the result of the carnage brought about by the police in the poorer communities unveils the experience of a perennial state of siege in Brazil, especially at territories dominated by drug trafficking. According to Taddeo, this observation would be the most applicable to Brazilian reality insofar as what is actually observed is that such tool has been employed permanently, differently of the conceptualization contained in the article 137 of the 1988 Federal Constitution, which introduces the state of siege as a temporary tool at government's service. To the rapper, the success of anti-crime public policies is sustained by actions in which policemen "invade houses, make arrests without warrants, forbid meetings and public demonstrations, prevent access to 'inappropriate content' to insurgent-minded citizens. It tortures, slaughters, hangs, shoots people and hide their bodies" (TADDEO, 2012, p. 76-77).

Furthermore, this social context is built upon the historical different forms of governmental violence. They emerge as social controls especially over the most impoverished populations, a characteristic intensified by the police use of torture and by the actions of vigilante groups in public security agencies during the civil-military dictatorship period (1964-1985). These last two elements, namely, the use of torture and the action of vigilante groups, persisted in the democratic regime, once they were not effectively fought within and by public security agencies. Such violence also belongs to a secular tradition, which can be traced back to the choice for maintaining the slave order, for resolving conflicts related to land control. In addition, governmental violence would be sustained on a hierarchical and paternalistic conception of citizenship, based on a cultural opposition between The Good vs. The Bad, that is, between law-abiding citizens against all criminalized populations. Hence, the maintenance of the status quo and of public order have become intertwined (RIGON; FRANCE, 2014).

Taking into consideration the aspects above, the critical discourse analysis approach chosen to operationalize our efforts was the one systematized by Ruth Wodak and her colleagues (WODAK, 2007, 2009; WODAK; MEYER, 2007). We chose such approach because of our emphasis on this Us vs. Them dynamics, which is fundamental for the argumentation brought forward here. In other words, this approach was adopted because it is an appropriate methodological tool to highlight the arguments serving as the basis for this research. Therefore, the next section aims to further detail it.

3 THE HISTORICAL-DISCURSIVE APPROACH

Exclusion policies and practices are inherent and, to a certain extent, almost necessary for the existence of the capitalist society. Nevertheless, inclusion and exclusion cannot be explicitly displayed for one basic reason: the former has such a diffuse ideological value in capitalist societies that the explicit enunciation of exclusionary policies conflicts directly with such value (WODAK, 2007, 2009; WODAK; MEYER, 2007). Inclusion and tolerance have been constitutive values of liberalism at least since the works of John Locke (1632 - 1704) and, as such, words like 'discrimination' and 'exclusion' carry a strong negative connotation. Therefore, despite the implementation of inclusive policies, inequality persists to the extent it is also structural to Brazilian society. This is why movements and processes related to inequality, such as violence between police and criminals, can be investigated through the ideological characters presented in different speeches.

The corpus selected here allowed us to move in another direction as FC's lyrics do not hide the conflict between the police force and criminals. On the contrary, conflicts appear unveiled in all its recrudescence and these lyrics make apparent what remains seemingly latent in urban conflicts. In addition, these songs provide a clear and detailed description of the actions of each group, both policemen and criminals.

This different corpus creation as well as its analysis does not only underline this study's relevance, but also underscores how discursive practices are capable of consolidating violence in its most diverse facets. Although it does not seem so, violence becomes the normal accepted and integrated into all dimensions of social life (ADORNO,

2002a, 2002b). It takes place as a background phenomenon or even in speech acts, in social norms or legislations. Although, these legal controls are of fundamental importance for maintain order in capitalism, the resort to violence also has an important role as part of the global capitalist system, so that the system turns out creating and requiring discourses to justify and deal with it. In a sense, capitalism and its inequality need violence to be effective.

The historical-discursive approach deals with three dimensions of discourse. First, it establishes the specific topics and contents of discourse. Second, it scrutinizes the discursive strategies, including different ones for argumentation. In the third dimension, context-specific and language-specific media and performances are categorized and related to previous dimensions. In the analysis, historical developments, structural norms and institutions are also taken into account. In order to scrutinize the lyrics selected for this work, we selected five elements from the approach that functioned as guiding categories for the analytical process (WODAK; MEYER, 2007).

Five types of strategies are analyzed here, it is relevant to emphasize they are enmeshed in both the positive and negative representations the groups have of each other. These discursive strategies underpin the justification and legitimation of the use of violence and identity construction for both groups. From this perspective, strategy means a more or less precise or intentional form of a practice, encompassing discursive practices adopted to achieve a social, political, psychological or linguistic goal (WODAK, 2007, 2009).

First, there are referral or naming strategies aiming to build or represent social actors. This is done in the following ways: by categorization devices such as metaphors and metonymies, as well as by synecdoches, that is, when the whole corresponds to one of the parts or vice and versa. This is possible because social actors as individuals are members of groups and these groups are linguistically characterized by predication. Second, there are predication strategies employed as classificatory attributions for negative or positive traits manifested through linguistic forms such as implicit and explicit predicates. Third, there are argumentative strategies demonstrating a *topoi* basis by which certain positive and negative attributions are then justified. As such, violence can be justified by being sustained on legitimate grounds (WODAK, 2007, 2009).

Fourth, the perspectivation, framing, or representation of the discourse has an essential function, as it serves to analyze how those who speak assert their involvement in discourse and posit their views. Finally, intensification and mitigation strategies qualify or modify the epistemic status of a proposition as it increases or decreases the force of utterances (WODAK, 2007, 2009). The next section, which details the methodological procedures, further clarifies how these categories were applied to the selected material.

4 METHODOLOGICAL PROCEDURES

This work uses lyrics from Fação Central's rap songs in its operationalization in order to accomplish its central objective, namely, to demonstrate the role of violence as a solidary element in the establishment of the antagonistic rationale settled between police forces and criminals. These lyrics illustrate different moments in the confrontations

between these groups and, thus, make possible both a greater descriptive width and broader analytical perspective, considering this paper's goals.

The songs selected were *Eles vão ter que algemar meu cadáver*, *Quando Eu Sair Daqui*, *O Espetáculo do Circo dos Horrores* and *Estrada da Dor 666* from the records *Direto do Campo de Extermínio* and *O Espetáculo do Circo dos Horrores* (They'll have to handcuff my corpse, When I get outta here, The Horror Circus Show and Pain Road 666 in Portuguese) released in 2003 and 2006, respectively. It is noteworthy that the temporal distance between the years these records were released and our present contemporaneity does not affect the central axis neither of the compositions between themselves nor of this paper, insofar as the regularities permitting them to be approximated still persist in Brazil nowadays. This statement actually means that in structural and historical terms, Brazilian social reality remains almost untouched regarding the violent sociabilities engendered between the groups studied. As previously stated, despite dealing with different moments of interaction between groups, the songs chosen keep the centrality of violence, inequality, discrimination and antagonism among the protagonists appearing in the narratives.

Furthermore, the lyrics were analyzed based on the five categories detailed in the previous section, following the procedures described by Wodak (2007, 2009) and Wodak and Meyer (2009). In other words, the lyrics' elements are described and analyzed through those five categories in order to support the argument and achieve the objectives this paper has been built upon.

The first category, referential or naming strategies, analyzes metaphors, metonyms, and synecdoches that discursively qualify determined groups. The second, predication strategies, emphasize the linguistic forms introducing negative and/ or positive characteristics through which the protagonists outline themselves. The third category, argumentative strategies, brings to light the fundamental topos justifying positives and negatives statements actors make about themselves and their antagonists. Fourth, the manner in which those involved depict themselves in discourse are demonstrated and analyzed in the category called perspectivation, framing, or representation of the discourse. Finally, the intensification and mitigation strategies scrutinize how actors stress or soften the epistemic condition of what they claim about themselves and others displayed in the songs. These five categories are summarized in Table 1.

Regarding the analysis, some of these categories were clustered for the following reasons. First, we understood that the referral or naming and the predication strategies effectively came together in the forms presented in the lyrics. In this sense, it was possible to avoid the redundancy that could emerge if these aspects were separated. Moreover, we interpreted that references and nomenclatures have been charged with positive and negative meanings, inasmuch as they are also kinds of predication. Hence, these two points have been analyzed in an integrated manner. This same reason led us to analyze the fourth and fifth categories in the same topic, once the perspective, framing or representations of the discourse and the intensification and mitigation strategies emerged conjointly in the lyrics. This has been done so because the perspectives or framings in the lyrics are filled with intensifications and mitigations about the actors, feature which also disallowed the separation of these two instances at the risk of falling into making the analysis redundant or even fragmented.

Strategy	Objectives	Devices
Referential or naming strategies	Construction of in-groups and out-groups	– Membership categorization – Biological, naturalizing and depersonalizing metaphors and metonymies – Synecdoches (pars pro toto, totum pro pars)
Predication strategies	Labeling social actors more or less positively or negatively, deprecatorily or appreciatively	– Stereotypical, evaluative attributions of negative or positive traits – Implicit and explicit predicates
Argumentative strategies	Justification of positive or negative attributions	– Topoi used to justify inclusion or exclusion, discrimination, or preferential treatment
Perspectivation, framing, or discourse representation	Expressing involvement Positioning speaker's point of view	– Reporting, description, narration, or quotation of events and utterances
Intensification, Mitigation	Modifying the epistemic status of a proposition	– Intensifying or mitigating the illocutionary force of utterances

Table 1 – Discursive strategies for positive and negative representations of self and others

Source: Adapted from Wodak (2007).

Therefore, based theoretically, methodologically and operationally on what has been proposed so far, the following section presents the analysis focusing on each of the categories introduced above.

5 ANALYSIS OF RESULTS

This section has the objective to analyze FC's lyrics by taking advantage of the five categories mentioned in previous sections. Those categories enabled to use the lyrics as a platform to expose the social relations aimed to be studied in this paper. In order to achieve our central objective and support our argument, we examined the songs through the five categories underpinning Wodak (2007, 2009) and Wodak and Meyer's (2007) historical discursive approach to Critical Discourse Analysis.

5.1 REFERRAL OR NAMING STRATEGIES AND PREDICATION STRATEGIES

We employ metaphors, metonyms and synecdoches in the most different modes of communication, and their function is to show how social agents differ from one another. These figures of speech serve also as forms to give identity to those whom we mean to qualify. Moreover, such figures assist us to identify ourselves insofar as they help us to distinguish from others (WODAK, 2007, 2009; WODAK; MEYER, 2007). In this perspective, the same happens with the social actors represented in the lyrics. It is by qualifying specific dichotomies the songs' protagonists express themselves, showing they are simultaneously active and passive agents in the interactions they narrate.

LESSA, Bruno de Souza; SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de. "There is no white flag and no chance of going to jail!" – the violent relation between police and criminals in Fação Central's rap songs. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 197-210, jan./abr. 2020.

In FC's lyrics, the police receive popular Brazilian nicknames, but the systematic use of profanities referring to them is actually more frequent. The colloquialism *gambé* (cop in Portuguese) is used more systematically, as alias which has been historically employed to address to policemen, but much more energetic ones oftenly emerge as the word *cu* (asshole in Portuguese). In the beginning of the song *When I get outta here*, a prison riot is described as "Hatred on the edge lit just like dynamite / In hell, the crisis explodes / On the wall, an asshole with a rifle". In this case, the one who prepares to shoot from the top of the wall with his rifle, the so-called "ass", is precisely the police officer allegedly responsible for safeguarding the prisoners' lives during the riot. In the situation described, criminals are perpetrators and victims of both their own violence and from the response coming from the police.

In *Pain Road 666*, this mode of classification is further reinforced. In the clashes with the Military Police (MP) the most likely outcome becomes the complete elimination of one of the groups, with no possible conciliation. Such perspective appears when the rappers announce: "When your body starts decomposing in the scrubs / do not even expect an ass with a newspaper to cover it".

The other lyrics intensely repeat this naming strategy. In the song *They'll have to handcuff my corpse*, the chorus makes it clear that "there is no white flag, no chance of going to jail / the ass will have to handcuff my corpse". Eliminating the other would be the only viable alternative in this conflict, as they are both aware they are in a war in which the goal is to kill before getting killed. This aspect is even clearer in the verses when the police is told that "[He] Did not come to play, did not come to handcuff / If the vulture does not see carrion, it will not settle down". Furthermore, in this segment, police officers are referred to as *urubus* (vultures in Portuguese), that is, the police forces in their entirety would be equal to rotting meat-eating animals. The animal loses its imposing qualities as a bird of prey, to become only an animal which eats what others do not have the guts to digest.

It is noteworthy that if, on the one hand, policemen are referred to as vultures, on the other hand, criminals are represented by courageous and fierce animals. In the *Horror Circus Show*, this form of representation is made explicit when it is stated "The tiger kills the tamer, besets the district / Recovers the arsenal from the seized storeroom". Through this circus metaphor, it is established that the actors in such scenario continue in opposite fields and identify one another based on their positions in such social space. It is in this sense the composers explain that "The apple the knife thrower divides / It's the one on the face of the D.I.G [General Investigations Police Station in Portuguese] deputy".

5.2 ARGUMENTATIVE STRATEGIES

In order to become intelligible and acquire legitimacy, speeches must also be grounded in positions about those who are mentioned in them. These arguments are not, however, axiologically neutral, insofar as they convey an implicit or explicit value judgment about the actors displayed. This positioning develops itself from arguments taking place through structures called *topos* or *topoi*. It is a geographical metaphor in which argumentation allows to situate actors and, thus, to define them. *Topoi* are essential

for settling actors in the social world and to justify their predications. In this sense, the topos of definition was the main one appearing in the songs given that there is a constant delineation of the elements making the police what they are, as well as there is the continuous presentation of aspects positioning the criminals as such. Therefore, predications, position takings, and definitions are inseparable elements in discourse construction (WODAK, 2007, 2009).

The topos of definition outlines who the actors are and how they act (WODAK; MEYER, 2007). For example, in *They will have to handcuff my corpse*, police's defining practices are the ones the most potentially lethal, and the criminals' responses described in the song, which narrates a failed robbery attempt, must be proportional. To the extent that the police functions and acts effectively as the armed hand of the State, prepared to exterminate those it faces, its antagonists must operate likewise. This is clear when the narrator comments "Now it's too late, the laser sight marks my forehead / a slight touch on the trigger 'pla! pla!' I'm gone!". Nonetheless, the narrator stresses that since he has been vulnerable against police action, his response will be equally violent, even if that implies to kill himself in the process, something expressed when he mentions: "I will throw myself in the river to get drown / I prefer to float in the shit than to see a decorated gambê".

Following this perspective, the police forces interacting with criminals and with the incarcerated carry specific violent definitional characteristics, i.e., if the regular police forces are violent on the streets, the elite groups interacting with criminals and prisoners will have to be even worse. In this regard, the greater use of violence is the hallmark of these elites. Although they are an integral part of the force, these graduated groups tend to be more aggressive, and it is exactly this aggressiveness that sets them apart from the rest of the force. In *When I Get Outta Here*, for example, these elite groups' actions are presented with anger and fear: "Fuck! It's the 'choque'²! Here comes perverse retaliation / The bourgeois' puppy throws the party".

Regarding the strategies through which Criminals argue about themselves, it is relevant to underline that the future horizon identifying these individuals is usually the one of death or, at the best hypothesis, imprisonment due to their lives of permanent confrontation against the State repressive apparatuses. In addition, this potential trajectory is fundamental for these protagonists to identify as part of their own group. In *Pain Road 666*, the narrator says, "No one puts a 'file' [a crime] and gets regenerated with the profit / he ends with a MP watching over a wall". The Narrator is emphatic in claiming the validity of the common knowledge that criminal activity does not pay off, its profits do not regenerate anyone, and such trajectory ends up in a jail cell. Nevertheless, it is this very trajectory which defines these actors and their role in the social world.

Furthermore, these violent interactions are imperative to characterize how Brazilian sociabilities have been historically constructed. In the *Horror Circus Show*, these antagonisms extend throughout Brazilian History and reverberate not only in the relations

² In Brazil, the elite group in charge for prison pacification and control during riots is called "choque" (shock in English). This group is also responsible for social control in the case of civil demonstrations. They have been renowned in Brazilian imaginary for their violent outbursts and procedures against both incarcerated populations and civil protesters.

between police forces and criminals, but also in other class struggles. Following this line of reasoning, the poet makes the following statement: “Respectable audience with pride I present / The spectacle on display since April 1500 [month and year the Portuguese arrived in Brazil] / No popcorn, cotton candy, let the drums drum / The curtains of the horror circus are now open!”.

5.3 PERSPECTIVE, FRAMING OR REPRESENTATIONS OF THE DISCOURSE AND INTENSIFICATION AND MITIGATION STRATEGIES

This section deals with the strategies actors utilize to qualify their involvement in discourse and to situate their views (WODAK, 2007, 2009; WODAK; MEYER, 2007). In order to give more concision to the analysis, these last two categories were integrated. Thus, in addition to the issues related to involvement and positioning, the analysis of the strategies used to intensify or reduce the strength of utterances was also added. In summary, perspective, framing or representation of discourse and intensification and mitigation strategies have been scrutinized together. This avenue was chosen to reduce the risk of possible redundancies or fragmentations once we realized perspectives and framings are charged with intensifications and mitigations about social actors, so these two instances were deemed to be entwined.

The manner in which rappers denote their involvement and situate themselves is patent in They will have to handcuff my corpse when the narrator states, "If I say I have pity, I'm lying / The hostage can beg, cry, and I kill him laughing!". In addition to the intrinsic involvement with the kidnapping described in the song, the violent conduct is intensified and its expansion is highlighted when the narrator elucidates how part of his work is done: “I throw alcohol, set fire, fuck him off! If you doubt it, I even give the pieces to my dogs”. The kidnapping culminates in the hostage's death; however, it does not happen fast. It takes place through an extremely violent procedure, in which all the narrator's rage and social frustration is fully discharged upon his victim. The victim's torture and violent death can be interpreted as a form of revenge against historical inequalities and all the sufferings such inequalities encompass.

In the Horror Circus Show, the narrator's position in the social world, his point of view, and his involvement are expressed in the same way when he compares the slum where he lives to a war zone. The context described is one of a total war, one where everyone is against everyone, inasmuch as the narrator emphasizes there are "Conflicts, cultural, religious groups / The third war has just not been registered". Hence, if the two great wars were the conflicts in which the greatest number of people died in the documented history of mankind (HOBSBAWM, 1995), the one in which the narrator is inserted has the same proportions for him. For this reason, he does not hesitate to inflate certain figures about homicides, claiming that "Here, three per cent of the world's population / And thirteen per cent on the global ranking of the dead".

“When I get outta here” follows the same denunciative logic. The narrators' position in relation to society, as well as to the police, is highlighted when the narrator states: "I will share with society everything I learned / the playboy will not sleep when I

get outta here [the prison]". The intensity of violence is further heightened when the narrator compares himself to the Devil to say that even Lucifer would not have a similar evil within: "If the Devil limps, he'll dance at the mouth of the bottle / In a thong and shaved eyebrows". Moreover, as the narrator puts himself on the victims' side, this movement is both intense and ambiguous, insofar as the victim also suffers greatly from the perpetrator's violent outbursts. The narrator employs violence to a hyperbolic degree in order to unload all his anger and emphasize his views as well as his involvement with Brazilian social reality.

Nonetheless, in Pain Road 666, this connection and positioning shifts to a regret of a life of crimes and violence. In such a way that the narrator even resorts to science fiction to stress the lack of concrete social conditions for him to be actually transformed, feature that emerges when the narrator points out: "I wanted to imitate Michael J. Fox in Back to the Future / Go Back in Time and avoid a lot of pain and grief". In spite of that, social reality is structured in a way that poverty and its consequences seem inescapable to criminals inasmuch as the life of an average worker would offer little: "The game is clear, bloodthirsty and objective / I will be a slave to a boss or a number in a prison". Therefore, in a cyclic and recursive manner, what is left for the protagonist is apparently (and unfortunately) one of these two alternatives, or worse, death.

6 CONCLUDING REMARKS

This work performed a discourse analysis of Facção Central's lyrics, shedding light on the representation of the conflict between detainees, criminals and poor people against the police force. In this regard, violence was presented here as an essential element in the dynamics portrayed in such conflict. Furthermore, solidarity was conceptualized here as the "social cement" enabling and maintaining cohesion among these groups. Nevertheless, such cohesion was not interpreted in the sense of consensus building, but rather in the establishment of the antagonistic relations permitting each group to be identified as such. Roughly speaking, these identifications happen through and in the articulation with relationships expressed by the logic of Us vs. Them, Police vs. Criminals or Law-abiding Citizens against Criminals.

These dynamics do not only take place when these groups confront each other, but it manifests itself in other social practices such as the most varied forms of discourse. Thus, this paper drew on the lyrics from the rap group Facção Central to demonstrate how the logic of Us vs. Them is described for those who are also its protagonists. As such, rap emerges and develops as one of the rebellious forms of expression from marginal and vulnerable populations, denouncing also inequality and racism. It is noteworthy that rappers are also part of this oppressive system and may exhibit the same violent practices they denounce in their lyrics. Thus, rappers, besides being poets and singers of a reality, portrayed themselves as the social actors who engender the same movements and processes in which they participate.

Methodologically, this article employed the historical-discursive approach of Critical Discourse Analysis in accordance with Wodak (2007, 2009) and Wodak and Meyer's (2007) to investigate five categories within the selected material. The analysis

was guided by the investigation of these categories, namely, referral or naming strategies; predication strategies; argumentative strategies; perspective, framing or representations of discourse; and intensification and mitigation strategies.

These categories allowed to unveil how violence presents itself as the social cement of the relationship between police officers and criminals. The distinct identification one group makes about itself is only possible because of the intrinsic relationship it engenders with the other. The movements and processes holding groups together are framed by specific forms of structural violence, historically sustained by inequality and racism that have become an immanence to Brazilian society.

This paper contributes and advances to understand how these different factors are integrative and integrated, constituent and constitutive of what is objectified in intergroup interactions. Moreover, it is pertinent to stress those interactions were not analyzed as theoretical-analytical abstractions, but as effectively concrete social relations.

Finally, we conclude with a reflection that traces back to the one put forward in the Introduction. Nowadays, rap music can no longer be deemed as a marginal musical rhythm or cultural manifestation. It has been integrated to a commercial mainstream that could potentially misrepresent it. However, it has remained a means to denounce and rebel against social problems, especially those related to the inequality present in the most different forms of racism, for example. Violence comes about as a social manifestation of unequal structural aspects at the bases of Brazilian society. In relational terms, violence becomes fundamental for consolidating the social realities taking place in Brazil. Therefore, regardless of whether we consider violence to be inescapable or not, its in-depth study and understanding are essential for present as well as future struggles against its prolongations and radiations.

REFERENCES

- ADORNO, S. Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: S. MICELI (Org.). O que ler na ciência social brasileira 1970-2002. *Sumaré*, v. IV, p. 267-307, 2002a.
- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, v. 8, p. 84-135, 2002b.
- ALMENDRA, D.; MORAES, P.R.B. O medo, a mídia e a violência urbana. A pedagogia política da segurança pública no Paraná. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 266-280, 2012.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- CAMARGOS, R. Relatos sanguíneos e sentimentos indigestos no rap de Facção Central. *Música Popular em Revista*, Campinas, ano 5, v. 1, p. 70-94, jul.-dez. 2017.
- DURKHEIM, E. *A divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GOMES, M. A. “Discurso ou revólver” “Tá na hora da revolução” Diálogos anticoloniais e antirracistas entre o grupo de rap Facção Central, Achille Mbembe e Frantz Fanon. *Em tempos de Histórias*, v. 32, n.1, p. 44-66, 2018.
- HELLAND, K. Mona AKA Sad Girl: A multilingual multimodal critical discourse analysis of music videos of a Japanese Chicana rap artist. *Discourse, Context & Media*, v. 23, p. 25-40, 2018.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOUREIRO, B. O ativismo dos rappers e o “progresso intelectual da massa”: uma leitura gramsciana do rap no Brasil. *Rev. HISTEDBR On-line*, Campinas, v.17, n.2 [72], p.419-447, abr./jun. 2017.
- LESSA, Bruno de Souza; SOUZA, Ana Clara Aparecida Alves de. “There is no white flag and no chance of going to jail!” – the violent relation between police and criminals in Facção Central’s rap songs. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 20, n. 1, p. 197-210, jan./abr. 2020.

- RIGON, B.; FRANÇA, L. As periferias brasileiras como espaços de exceção: um genocídio cotidiano pela violência policial. *Revista Profanações*, v. 1, n. 2, p. 197-218, jul./ dez. 2014.
- RICHARDSON, E. 'She was workin like foreal': Critical literacy and discourse practices of African American females in the age of hip hop. *Discourse and Society*, v. 18, n. 6, p.789-809, 2007.
- SAMYN, H. M. Figurações do (anti-)herói épico em Tô ouvindo alguém me chamar dos Racionais MCs e Isso aqui é uma guerra do Facção Central. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 55, p. 223-237, set./dez. 2018.
- TADDEO, C. E. *A guerra não declarada na visão de um favelado*. São Paulo: Edição do autor, 2012.
- TEPERMAN, R. *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015a, 177 p.
- TEPERMAN, R. O rap radical e a "nova classe média". *Psicologia USP*, v. 26, n. 1, p. 37-42, 2015b.
- WODAK, R. Discourses in European Union organizations: Aspects of access, participation, and exclusion. *TEXT and TALK*, v. 27, n.5-6, p.655-680, 2007.
- WODAK, R. The discourse-historical approach. In: REISIGL, M.; WODAK, R. (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage Publications, 2009. p. 63-94.
- WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse analysis: history, agenda, theory, and methodology. In: WODAK, R.; M. MEYER (Eds.). *Methods for Critical Discourse Analysis*. 2nd rev. ed. London: Sage, 2009. p. 1-33.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4017-200113-3519>

Recebido em: 24/07/2018 | Aprovado em: 05/06/2019

EL LENGUAJE Y LA VIDA: APORTES TRANSDISCIPLINARIOS DEL ANÁLISIS POLÍTICO DEL DISCURSO PARA PENSAR LÓGICAS DE IDENTIDAD EN PUGNA EN EL ESPACIO SOCIAL *

<p><i>Language and Life: Transdisciplinary Contributions from the Political Analysis of Discourse to Think Identitarian Logics in Tension in The Social Space</i></p>	<p>A Linguagem e a Vida: Aportes Transdisciplinares da Análise Política do Discurso para Pensar Lógicas de Identidade em Luta no Espaço Social</p>
---	--

Juliana Enrico**

Universidad Nacional de Córdoba
Facultad de Filosofía y Humanidades
Córdoba, Argentina

Resumen: El horizonte teórico del Análisis Político del Discurso (*Political Analysis of Discourse*, o APD) afirma la ontología política de toda identidad, desde una particular concepción del lenguaje, de los discursos sociales y del sujeto. Cuando postula la imposibilidad última de la sociedad como totalidad significativa plena y establemente articulada, esta perspectiva transdisciplinaria indaga la conflictividad inherente a la historicidad y contingencia de todo proceso identitario, analizando las luchas por la hegemonía alrededor de diferencias y antagonismos circulantes en el espacio social. El APD incorpora herramientas conceptuales de diferentes campos de conocimiento (tales como la lingüística post-estructuralista, la teoría política postmarxista, el psicoanálisis lacaniano y el pensamiento filosófico de la deconstrucción). En este escrito expondremos una revisión y valoración de sus principales aportes al análisis social desde América Latina, en tanto constituye una particular elaboración epistemológica para abordar la dimensión político-discursiva de las disputas por la hegemonía y el sentido.

Palabras clave: Análisis Político del Discurso. Identidad. Hegemonía. Antagonismos. Diferencia.

Abstract: The theoretical horizon of the Political Analysis of Discourse (APD) affirms the political ontology of all identity, from a particular conception of language, of social discourses and of the subject. By postulating the ultimate impossibility of the society as a meaningful totality fully and stably articulated, this transdisciplinary perspective investigates the conflict inherent in the historicity and contingency of any

* *Le langage et la vie* es el nombre de un texto publicado en 1913 por Charles Bally -uno de los principales herederos de Ferdinand de Saussure-, en el año de la muerte de su maestro. Sucesor de su cátedra en Ginebra, a él se debe, junto con Sechehaye, la “transcripción” del *Curso de Lingüística General* que ha permitido conocer póstumamente la obra nunca escrita ni publicada por Saussure (siendo el programa fundacional de la semiología estructural moderna). El *Course* es, por ende, producto de una cierta “traducción” de los seminarios de Saussure (desarrollados entre 1906 y 1911) a partir de los apuntes de sus discípulos.

** Dra. en Ciencias de la Educación. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva de la nación Argentina, con sede en el Centro de Estudios Avanzados (CEA) - FCS UNC. Docente de la FFyH UNC. Tema de investigación actual: Transformaciones en el espacio educativo-cultural argentino contemporáneo. Articulaciones entre nuevos lenguajes, nuevas políticas y nuevas subjetividades históricas. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9702-0467>. E-mail: julianaenrico@gmail.com.

identity process, analyzing the struggles for hegemony around differences and antagonisms in the social space. The APD incorporates conceptual tools from different fields of knowledge (such as post-structuralist linguistics, post-Marxist political theory, Lacanian psychoanalysis and philosophical thinking of deconstruction). In this paper we present a review and assessment of its main contributions to social analysis in Latin America, as it constitutes a particular epistemological elaboration to address the political-discursive dimension of disputes over hegemony and social meaning.

Key words: Political Analysis of Discourse. Identity. Hegemony. Antagonisms. Difference.

Resumo: O horizonte teórico da Análise Política do Discurso (*Political Analysis of Discourse*, ou APD) afirma a ontologia política de toda identidade a partir de uma particular concepção da linguagem, dos discursos sociais e do sujeito. Ao postular a impossibilidade última da sociedade como totalidade significante plena e estavelmente articulada, esta perspectiva transdisciplinar investiga a conflitividade inerente à historicidade e contingência de todo processo identitário, analisando as lutas pela hegemonia em torno de diferenças e antagonismos circulantes no espaço social. A APD incorpora ferramentas conceituais de diferentes campos de conhecimento (tais como a linguística pós-estruturalista, a teoria política pós-marxista, a psicanálise lacaniana e o pensamento filosófico da desconstrução). Este estudo expõe uma revisão e valoração de seus principais aportes à análise social na América Latina, na medida em que constitui uma particular elaboração epistemológica para abordar a dimensão político-discursiva das disputas pela hegemonia e pelo sentido.

Palavras-chave: Análise Política do Discurso. Identidade. Hegemonia. Antagonismos. Diferença.

1 INTRODUCCIÓN

Surgida como marco analítico transdisciplinario en medio de las discusiones post-estructuralistas en Europa, la perspectiva del Análisis Político del Discurso (en adelante, APD)¹ reinscribe y actualiza una diversidad de límites teóricos al pensar deconstructivamente las herencias de las principales corrientes intelectuales del siglo XX.

A continuación realizaremos un recorrido breve sobre sus aportes más significativos en el campo de las ciencias sociales y las humanidades, tal como lo venimos elaborando desde los contextos latinoamericanos para pensar relaciones de antagonismo -en tanto límite de lo social-, frente a los grandes relatos e identidades hegemónicas universalizantes centrales que constituyen nuestra matriz cultural moderna.

Por ende, analizaremos uno de sus principales aportes epistemológicos que se sitúa no en el estudio de las articulaciones de la identidad surgidas de equivalencias o diferencias significantes en torno de determinados campos y valores discursivos (de acuerdo con las lógicas hegemónicas de las grandes formaciones históricas y culturales, tal como lo conceptualizan Laclau y Mouffe, 1987) sino en el abordaje de aporías,

¹ Horizonte teórico transdisciplinario introducido hacia fines de los años '70 del siglo XX por Ernesto Laclau y Chantal Mouffe en el Centre for Theoretical Studies de la Universidad de Essex (Inglaterra); y luego en América Latina y en diferentes centros académicos del mundo. El APD sostiene una posición filosófica antiesencialista y antifundacionalista (Heidegger, Wittgenstein, Foucault, Derrida) que articula elementos conceptuales de la teoría política postmarxista (Gramsci, Laclau, Mouffe), del psicoanálisis lacaniano (Lacan, Žižek, Kristeva, Stavrakakis, Alemán), y de la lingüística post-estructuralista (Foucault, Barthes, Deleuze, Derrida), aportando herramientas analíticas tanto a las teorías del discurso como a las teorías del espacio social. Esta perspectiva profundiza en el análisis de los discursos a partir de un conflicto político constitutivo e indecible (que amenaza las identidades y sentidos hegemónicos establecidos socialmente), en torno de antagonismos irreductibles a una traducción racional.

indecidibles, intransmisibles, intraducibles, puntos de fuga, vacíos, formas malditas o anamorfosis constitutivos de toda realidad identitaria: aquello que, justamente, hace posible tanto como amenaza el sistema social.

La noción de “antagonismo” alude a un “exterior constitutivo” (LACLAU; MOUFFE, 1987) al que se enfrentan todos los discursos (posibilitando su existencia al demarcar sus límites y establecer sus fronteras); y esta lógica de “no totalidad” o “no sutura” sustenta la elaboración de una teoría de la hegemonía que retoma la senda gramsciana del análisis político. En tal sentido, analizamos la noción de diferencia como “origen” de la identidad, para resaltar las operaciones de las alternativas políticas (ARICÓ, 1985, 2018) y de las alternativas pedagógicas (PUIGGRÓS, 1997, 2015) que definen el horizonte teórico-político crítico de los discursos y experiencias de vida de inscripción latinoamericana.

Introduciendo la problemática psicoanalítica de la falta o el pensamiento de la negatividad en su teoría del espacio social, y retomando los aportes saussureanos en una lectura genealógica de la diferencia en tanto forma² en el campo de los estudios del lenguaje, el APD afirma los postulados postfundacionalistas, postpositivistas y antisustancialistas que caracterizan contemporáneamente al postmarxismo, en diálogo con el postestructuralismo lingüístico y con el pensamiento de la deconstrucción.

En este marco, el acceso metodológico a la “otra escena” en el análisis discursivo (sobre todo mediante la concepción lacaniana del lenguaje y del sujeto), habilita un amplio espectro de nuevas interrogaciones y problemas que creemos necesario incorporar a nuestra lectura de todo texto (u objeto de análisis).

Interrogaremos, entonces, los aportes postestructuralistas que, desde este cruce transdisciplinario que se enfrenta a un vacío y al abismo de lo real poniendo en crisis los postulados universalistas del pensamiento de la modernidad, nos permite indagar tanto la fragilidad como la posibilidad de transformación política de lo social (y, por ende, de la subjetividad) desde una lectura del margen que difiere todo origen, presencia y permanencia del sentido y de la identidad, estallando los símbolos de las derivas del conocimiento y la acción humanas.

2 DESARROLLO

2.1 EN TORNO DE LOS LÍMITES DEL ORDEN SIMBÓLICO EN EL ESPACIO DEL LENGUAJE

La imposibilidad de comprensión plena del mundo en el abismo simbólico del lenguaje atraviesa, como rasgo y gesto fundante que introduce una hiancia entre lo universal y lo individual, las condiciones de posibilidad, de inteligibilidad y de comunicabilidad de los discursos (cuya dimensión social en el plano de las lenguas otorga materialidad significativa concreta a lo abstracto universal).

² Origen de la significación y del sentido, a partir de la elaboración de la noción de signo en el contexto del sistema de la lengua (o sistema social).

Es decir que, más allá de la estructurancia propia de los grandes sistemas que organizan y significan centralmente la vida de los sujetos en comunidad (la lengua, la sociedad, la economía, la cultura, la educación; y sus instituciones más fuertes, tales como los Estados o el mercado) ninguna identidad es en sí misma un a priori histórico preeminente³, sino que es producto de relaciones de enfrentamiento y hegemonía entre diferentes visiones de mundos, en espacios y tiempos situados y singulares.

La apertura y relacionalidad propia de toda identidad (en tanto condición ontológica) demarca desde siempre nuestras precarias y posibles configuraciones subjetivas, las cuales se organizan en torno de una falta inerradicable (que hace posible la construcción simbólica de lo que somos en el marco de un cierto contrato social: lengua, territorio, sociedad; y en el contexto de relaciones de poder, dominación y hegemonía). Es decir que la estructuración del orden simbólico “traduce” esta conflictividad inherente a los vínculos humanos (por ejemplo, diferencias de concepciones y de lugares de enunciación de los sujetos)⁴, visible en la materialidad concreta de las relaciones sociales y subjetivas que ocupan y pregnan los territorios.

Desde esta lectura, nuestras preguntas centrales se relacionan con al menos dos espacios de análisis: el de las perspectivas teóricas transdisciplinarias que repiense contemporáneamente el campo de las ciencias sociales y humanas desde la segunda mitad del siglo XX, y el de las transformaciones culturales e históricas en las que se inscriben estas reflexiones teóricas; siendo ambas instancias epistémicamente inescindibles.

Para abordar las problematizaciones que introduce en este marco el APD, nos referiremos entonces a las herencias epistemológicas que dan cuerpo a la especificidad de esta mirada, atravesada por el giro lingüístico que eclipsa todo el pensamiento filosófico del siglo XX hasta el presente.

En principio: la inspiración de las tesis del psicoanálisis para pensar la noción de sujeto, y en particular al “retorno a Freud” que realiza Lacan, fundamentalmente a partir de la demostración freudiana (“escandalosa” para su época) de que el inconsciente, al estar estructurado como un lenguaje, responde a su propia gramática y a su propia lógica: es decir, “habla y piensa” tanto como el sujeto racional (ŽIŽEK, 2008), sobredeterminando material y libidinalmente el sentido.

Esta es una de las claves por las cuales Freud, junto con Nietzsche y con Marx, son considerados los fundadores de la discursividad moderna (FOUCAULT, 1995; KRISTEVA, 1981) al establecer las rupturas epistemológicas que desde el espacio del lenguaje provocan el desplazamiento de toda noción universal sobre el conocimiento (las “heridas narcisistas” al pensamiento occidental), introduciendo un elemento de radical desconocimiento -de orden fantasmal, imaginario o simbólico- ante la sospecha de un “desbordamiento del lenguaje” respecto de toda instancia objetiva, subjetiva o social. Tal “apertura irreductible” debe ser abordada (al precio de la pérdida del propio sujeto cognoscente racional) mediante diferentes hermenéuticas y políticas de la interpretación (incluso allí donde el sentido se vuelve inasible e incommunicable).

³ Ver este análisis en Enrico (2017).

⁴ En torno de operaciones de jerarquía, subalternidad y opresión epistémica, cultural, económica, laboral. Por ej.: procesos de racialización, diferenciación -y desigualdad- por razones de clase, género, lengua, etc.

Desde tal mirada intentamos pensar lo imposible y lo indecible (en su sentido onto-epistemológico) como la forma misma de lo social, contra todo pensamiento que afirma la positividad del mundo como esencia, fenómeno o trascendencia (bajo el supuesto de portar una verdad intrínseca, natural o superior). Estos mismos postulados han sido abordados de forma transdisciplinaria en el campo de las ciencias sociales a lo largo de todo el siglo XX, y fundamentalmente profundizados desde el espacio de la lingüística postestructuralista y el pensamiento de la deconstrucción (a partir de las herencias históricas de sus intertextos filosóficos, sociológicos, psicológicos y lingüísticos).

La dimensión de lo imposible es un gesto de resguardo contra toda literalidad y contra toda intención interpretativa totalizante, al ser una instancia de desconocimiento en relación con las lógicas del nivel psíquico consciente (siendo que su naturaleza es la de un lenguaje intraducible en términos de una ontología de la conciencia a la que no pueden reducirse los discursos sociales; no siendo éste un problema de interpretación sino la condición misma de todo discurso).

Esta perspectiva abre una renovada teorización de lo social, inaugurando un nuevo campo de estudios ante dimensiones del sentido que no pueden ser reducidas a la inteligibilidad e identidad del mundo representado (siendo su comprensión y transmisión, en todo caso, siempre fallida). Privilegia, por el contrario, atender a la importancia de lo intraducible e incommunicable -pero no obstante transmisible en cuanto a sus efectos y afectos transferenciales en las relaciones subjetivas, sociales, culturales e históricas. De este modo, afirma la permanencia de la diferencia en la irreductibilidad de los textos de la cultura, en tanto produce efectos de frontera, alteridad y otredad, desestabilizando las lógicas de identidad paradigmáticas (mediante la interrupción de sentidos plenos y totales).

2.2 LAS HERENCIAS POST-MARXISTAS: HEGEMONÍA Y ANTAGONISMOS SOCIALES

La perspectiva del APD, de matriz gramsciana, se centra en la teoría de la hegemonía en su estudio de la configuración de los procesos sociales y políticos, posteriormente a las discusiones marxistas clásicas del siglo XX que mostraban una clausura del campo intelectual ante las transformaciones del presente histórico.⁵

En este contexto, el aporte de Laclau y Mouffe desde una mirada postmarxista impacta en el espacio de las ciencias sociales en cuanto al modo de pensar, deconstructivamente, esta heredad. La noción de lo social concebido como espacio

⁵ Laclau analiza que, posteriormente al epicentro del althusserismo y al interés epocal por los aportes gramscianos y de los teóricos de Frankfurt, se percibía un “hiato creciente” entre las realidades del capitalismo contemporáneo y lo que el marxismo podía subsumir bajo sus propias categorías de análisis (Laclau, 2004), volviendo las lecturas u ortodoxas y deterministas o insuficientes para abarcar determinados campos de problemas. En tal sentido, cuestiona la noción de “totalidad abstracta” mediante la cual el marxismo clásico piensa el campo político en torno de la división de la lucha de clases, reconfigurando las lógicas de la conflictividad social mediante la noción de antagonismo.

discursivo resulta central para analizar el tipo de relación de identidad implicada en una práctica hegemónica que adquiere discursivamente un lugar central en un momento determinado, invistiéndose como universal que representa particularidades diferenciales (por ejemplo, un programa político inclusivo), pero permaneciendo la totalidad como inconmensurable respecto de esa relación. Una comunidad política se caracteriza por alcanzar este tipo de “universalidad hegemónica” (en tanto horizonte imaginario), postulada a partir de la imposibilidad óptica (concreta) de su plenitud en el terreno de lo social.

Al mismo tiempo, la categoría de discurso se inscribe en una tradición que toma como referentes a las tres principales corrientes intelectuales del siglo XX: la filosofía analítica, la fenomenología y el estructuralismo; siendo fundamentalmente el postestructuralismo su principal fuente teórica (y, dentro del postestructuralismo, el pensamiento de la deconstrucción y la teoría lacaniana⁶) en el campo de las reflexiones sobre lo político, el sujeto, lo indecible.

En relación con los aportes de la filosofía analítica, la fenomenología y el estructuralismo, Laclau y Mouffe mencionan que en las tres corrientes el siglo XX comenzó con una “ilusión de inmediatez” (o de un acceso no mediado discursivamente respecto del conocimiento de las cosas -encarnadas por el referente, el fenómeno y el signo, respectivamente).

En las tres, sin embargo, esta ilusión de inmediatez se disuelve, en un cierto punto, y debe ser reemplazada por una u otra forma de mediación discursiva. Esto es lo que ocurre en la filosofía analítica en la obra del último Wittgenstein, en la fenomenología con la analítica existencial de Heidegger, y en el estructuralismo con la crítica postestructuralista del signo... (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 11)

Contrariamente a sostener la centralidad de las determinaciones esencialistas o estructurales en la configuración de lo social, esta perspectiva considera la importancia clave de los indecibles (DERRIDA, 1989; BARTHES, 2009) en el espacio teórico y social de la hegemonía; siendo la hegemonía la forma en que un campo discursivo organiza sus articulaciones identitarias a partir de indeterminadas relaciones políticas que enfrentan un inerradicable antagonismo.

Por ende, cuestionan las posiciones inmanentistas o sustancialistas que sostienen la posibilidad de una percepción pasiva de la materia por parte de un ente o certeza sensible, y las posiciones constructivistas trascendentales que afirman que la forma es el resultado de una conciencia absoluta (lo real como conceptual o ideal, *inter alia*). Se trata por el contrario, sostiene Torfing, de la asunción, desde este horizonte teórico, de un “debilitamiento sistemático de la forma como forma de una presencia plena” (LACLAU; MOUFFE, 1987; ŽIŽEK, 1989).

⁶ Žižek (1989) plantea la controversia de “por qué Lacan no puede ser considerado postestructuralista”, en relación con su argumento o matema de que “no existe metalenguaje”; del mismo modo en que Foucault se niega a ser considerado “postestructuralista”, reconociéndose más precisamente como “post-positivista” (FOUCAULT, 1996). En ambos casos, nos referimos al momento de emergencia histórica del postestructuralismo, en tanto debilitamiento y discusión de los marcos conceptuales del estructuralismo.

Según Derrida... la presencia total del signo, referente o fenómeno es pensable sólo en su oposición a una ausencia original. La pureza del “ahora” está de este modo contaminada por la referencia constitutiva al “no-ahora”. El “ahora” carga una huella de su pasado y futuro. Como sea, una huella pura implica más que el aplazamiento de una presencia idéntica-a-sí-misma. En una huella pura la identidad diferida está ella misma dividida. La mismidad de lo que es diferido está dado sólo en su relación de diferencia con lo que no es, *i. e.* con lo “no-esto”. (TORFING, 2004, p. 39)

Este doble diferimiento (el diferir del no-ahora y el diferir del no-esto) en la huella pura es lo que Derrida denomina *différance*⁷. Recordemos que la *différance* no es en sí misma un concepto o una palabra, sino la condición de posibilidad de toda conceptualidad.

Intentaremos, a continuación, pensar la forma en que consiste (o más precisamente “insiste”) esta “negatividad”: lo “pensable pero imposible” de la diferencia, en el contexto de una reflexión sobre lo real lacaniano y el antagonismo laclauiano, nociones que hacen posible toda identidad como “cierto inteligible” (o realidad) al establecer los límites discursivos de lo social, contra toda ilusión de absoluto, presencia en plenitud, esencia u origen:

Indudablemente, la vida se protege a sí misma mediante la repetición, la huella, la diferencia. Pero... no hay vida primero presente, que a continuación llegase a protegerse, a aplazarse, a reservarse en la diferencia. Esta constituye la esencia de la vida. Más bien, como la diferencia no es una esencia, como no es nada, no es tampoco la vida, si el ser se determina como *ousía*, presencia, esencia/existencia, sustancia o sujeto. Hay que pensar la vida como huella antes de determinar el ser como presencia. (DERRIDA, 1989, p. 280)

2.3 LA LINGÜÍSTICA ESTRUCTURAL Y LAS TRANSFORMACIONES POST-ESTRUCTURALISTAS DEL CAMPO SEMIOLÓGICO: HACIA UNA ESPACIALIDAD TRANS-LINGÜÍSTICA DE LOS SISTEMAS DE SENTIDO

Benveniste (2006) considera, dentro de las principales consecuencias del principio de la arbitrariedad y de las tesis del valor en Saussure -y sus extensas repercusiones en las ciencias sociales al postular a la semiología como “ciencia de las formas”, y a la diferencia como origen de la identidad- la ambigüedad de su pensamiento (que podríamos llamar aporético), lo cual hace a su fecundidad teórica.

En tal sentido, los herederos del pensamiento saussureano (incluyendo la mirada antropológica levi-straussiana, la crítica gramatológica derrideana y las teorizaciones lacanianas del signo) realizan una lectura de sus teorizaciones de lo impensable (por ser considerado metodológicamente “inabordable”) e incorporan sus conceptualizaciones

⁷ Derrida (1988, 1989) menciona la intencionalidad de introducir este “error” en la caligrafía francesa - legible en tanto letra con efectos de inscripción significante vibrante, pero “inaudible” al ser expresada fónicamente, en la materia de la voz (significando la imposibilidad del ser de la diferencia como presencia, que difiere en tanto semblante de una huella imborrable).

fundantes -en el contexto de los límites teóricos de la lingüística de su tiempo⁸-, lo cual instaaura el nuevo horizonte conceptual de la lingüística estructural y de la semiología moderna; y sus despliegues y reconceptualizaciones sucesivas.

Por su parte, en su translingüística Barthes reintroduce el alcance sociológico de la distinción entre *langue et parole*⁹ en Saussure desde la perspectiva semiológica, estudiando una diversidad de sistemas de significación de diferente naturaleza, a los que les superpone la estructurancia del paradigma lingüístico, pero desde las lógicas suplementaria derrideana y de lo real lacaniano que rompen con la “fascinación del binarismo” en el espacio del lenguaje.

En el campo de la antropología, debemos resaltar fundamentalmente el “valor epistemológico” que Lévi-Strauss le asigna a la oposición diferencial, y en tal sentido el modo en que retoma las teorizaciones saussureanas en relación con el carácter “inconsciente” de la lengua para los que extraen de ella su habla, postulado explícitamente por Saussure¹⁰; tesis que reaparece en una de las proposiciones más fecundas de Lévi-Strauss: que no son los contenidos los que son inconscientes sino las formas: es decir, la función simbólica -idea cercana a la de Lacan, para quien el deseo mismo está articulado como un lenguaje-.

Todos estos aportes, según el análisis de Barthes, nos permiten conceptualizar de una manera nueva el imaginario colectivo, no por sus “temas” sino por sus formas y sus funciones, es decir: “por sus significantes más que por sus significados” (*cfr.* BARTHES, 1986).

Barthes piensa el signo semiótico, por diferencia con el signo lingüístico, contra la densidad del “pasado léxico de los términos” teóricos. Siguiendo a Hjelmslev, intenta realizar un análisis de la forma y la sustancia (o signifiante y significado) en una multiplicidad de sistemas de signos o materialidades significantes cuyo registro no es verbal, a partir de la extensión semiológica de la distinción lengua/habla (o sistema y discurso), pero incorporando al proceso del sentido las derivas de la significancia.

Desde esta perspectiva, diversas relaciones entre textos o semiografías constituidas por escrituras, historias, territorios, cuerpos, gestos, sonidos, rituales, imágenes, mitos, afectos, pasiones, son analizadas a partir de premisas extralingüísticas que estructuran los sistemas simbólicos, históricos, sociales, en los cuales se inscriben y mediante los cuales son semantizados fatalmente (BARTHES, 1986). Cuando se establece el sentido, sobreviene el desplazamiento de todo discurso en la cadena signifiante hacia una cierta “reserva” o “herencia simbólica” (antropológica, histórica, cultural) de la que emanan y en la que se reinscriben todos los signos de la humanidad. Por ende, se asume una noción

⁸ La escritura anagramática sería un ejemplo de este tipo de elaboración; del mismo modo, los cruces entre las instancias diacrónica y sincrónica en el funcionamiento de las lenguas, lo cual vuelve impracticable la distinción entre ambas lingüísticas (o entre la dimensión histórica de los procesos y la dimensión actual de los usos y transformaciones que a la vez repercuten en las estructuras).

⁹ O lengua y habla / lengua y discurso (en este último sentido: instancia de realización y de actualización de la lengua mediante un acto individual de palabra o puesta en discurso; cuya condición de inteligibilidad es su inscripción en el sistema social).

¹⁰ Seguimos este análisis en Barthes (1986).

de texto indecible en el abordaje del funcionamiento significativo de todo objeto cultural.¹¹

En este mismo horizonte post-estructural, Kristeva (1981) define al objeto de la semiótica en relación con una gnosceología materialista. El tipo de productividad del nivel semiótico constituye la diferencia central introducida por esta ciencia en relación con las “ciencias humanas” anteriores y con las ciencias en general, al insistir en las relaciones simbólicas en tanto modo de producción específico del sentido, lo cual deviene fundamentalmente del pensamiento marxista y del estallido de la noción de valor como una “cristalización del trabajo social”.

Kristeva reflexiona sobre la importancia teórica de situarse en la apertura del pensamiento del siglo XX, fundamentalmente a partir de Marx y su noción de lo social como un modo de producción específico (desde la lógica de un trabajo pre-sentido o pre-significante); y en el caso de Freud, por su conceptualización del mecanismo del sueño como el trabajo constitutivo de la significación anterior al sentido producido (o anterior al discurso representativo). Tales teorizaciones abren una lectura vertical profunda que interroga la problemática de la comunicación (que es necesariamente una problemática social), dice Kristeva, en ese “otro escenario” de una diferencia clave, presente como forma en toda semiosis.

Esta axiomática sostiene el resquebrajamiento del modelo del signo y del sentido (en tanto cristalizaciones) al situar la inteligibilidad en las relaciones o en las articulaciones, y no en sus resultados o efectos, por un lado; pero por otro lado postula que no toda relación es simbólica (*cf.* KRISTEVA, 1981). Es decir: que existe una dimensión “no simbólica” a la que no puede reducirse el simbolismo o la significación, postulado que resulta central a los fines de esta reflexión.

Desde una episteme similar, Derrida (1989) afirma que la escritura (y por tanto el sentido) es afectada por la infinitud de la diferencia, que insiste entre los textos de la cultura y retorna espectralmente.

A partir de este recorrido que nos permite pensar lo social como texto o como discursividad abierta, revisemos entonces nuevamente las herencias transdisciplinarias que hacen conceptualizable este objeto del orden de lo imposible, volviendo a las nociones del inconsciente freudiano y de lo Real lacaniano (que introducen una ruptura fundante no reductible a las traducciones simbólicas del aparato psíquico) las cuales atraviesan la forma teórica del APD, en su problematización de diferentes tipos de figuraciones y representaciones en el espacio del lenguaje.

En las teorizaciones freudianas del inconsciente como otra escena fundamental en relación con el orden simbólico, lo consciente supone este nivel o lenguaje que constituye su alteridad radical, proliferando en formaciones y figuras extrañas. En tal sentido, intentaremos analizar el concepto freudiano de “lo simbólico”, a partir de la reconceptualización lacaniana de los registros Real, Simbólico e Imaginario, para pensar desde tales reflexiones y nociones las relaciones constitutivas de la subjetividad, nuestro conocimiento del mundo y la configuración del sentido histórico en la articulación o anudamiento de estos registros.

¹¹ Ver este análisis en Enrico (2017).

Recordemos que las propias nociones de lo Imaginario y lo Simbólico en Lacan (respecto de las cuales lo Real supone una gran heterogeneidad) implican justamente el intento teórico de crear cierta mediación entre el análisis libidinal, las investiduras psíquicas, la función nominal del sujeto y las categorías lingüísticas (*cf.* JAMESON, 1995) en la conformación misma de la subjetividad y de la realidad.

Uno de los aportes fundamentales para analizar la complejidad de los procesos de semiosis social se relaciona con la primacía del significante (S) en la teoría lacaniana del signo respecto de las teorías clásicas (al repensar la concepción saussureana del signo lingüístico en el marco de las revisiones post-estructuralistas contemporáneas).

Según las argumentaciones de Derrida, la diferenciación esencial entre significado - significante¹², supone mantener la distinción entre un orden inteligible y un orden sensible, y el trasfondo teórico de tal diferencia implica la oposición entre el orden de la conciencia y su exterior, por lo cual el plano significado, en tanto “puro inteligible”, permanecería en un estado trascendental, superando su articulación con el plano significante en la cadena de los signos (*cf.* DUCROT; TODOROV, 2003, p. 392). Esto implica que debe restituirse el carácter generador de significación al orden del significante, en tanto “huella”.

Respecto de este análisis, Ducrot y Todorov sostienen que, por lo mismo,

[...] ya no es en el nivel del signo sino de la cadena significante donde se instituye la discusión conducida por J. Lacan en nombre de la experiencia psicoanalítica: el descubrimiento del inconsciente es el descubrimiento de un sujeto cuyo lugar, excéntrico para la conciencia, no puede determinarse sino mediante ciertas reiteraciones del significante y el conocimiento de las leyes de desplazamiento del significante. Lo cual significa destacar tanto la exterioridad del orden significante con respecto a esos sujetos de enunciados conscientes que creemos ser, como su autonomía, la una y la otra determinantes para la significación real de lo que se anuncia en nosotros. (DUCROT; TODOROV, 2003, p. 393)

Lacan se refiere en estas formulaciones a aquello que se resiste al sentido o a la simbolización, y que permanece irreductible a las leyes del contenido. Agregan los autores que de estos aportes se deducen otras consecuencias fundamentales a las investigaciones semióticas. Entre las mismas, ya no una simple “oscilación” de la estructura interna del signo, sino una concepción que ubica a la significación asociada no ya a la teoría del signo en tanto unidad pertinente, sino a la cadena significante en su desplazamiento y en su extensión, en tanto genera un “efecto de sentido” que no se limita a su “actualidad” (siendo la significación, incluso, retroactiva; como lo plantea Žižek). El sentido aparece, entonces, bajo la forma de “puntuaciones” o deslizamientos de contenidos que se detienen provisoriamente bajo el efecto del orden significante (relación representada en la gráfica S/s, produciendo un sujeto barrado), no habiendo nunca correspondencia entre ambos órdenes sino determinadas articulaciones puntuales

¹² Del mismo modo, la elaboración de las nociones de significante vacío en Barthes (2003 [1957]) y posteriormente en Laclau y Mouffe (1987) en torno del horizonte mítico del campo de la discursividad, pleno de flotamiento y susceptible de fijación; y del mito como habla o discurso: sistema significante en el que el sentido, “al devenir forma” -llenándose conceptual y significativamente los significantes- “aleja su contingencia” (*cf.* Barthes, 2003, p. 209).

(teorización que aporta a la conceptualización de los significantes vacíos y flotantes y de punto nodal en Laclau y Mouffe; bajo los efectos de articulación del *point de capiton* en las relaciones de hegemonía).¹³

Desde tal perspectiva, Lacan menciona la metáfora del lenguaje como “lugar” (analizado en su sincronía) en el que pueden puntuarse los “momentos” o tiempos (diacrónicos) en los cuales ciertos significados se “establecen” habitando el espacio vacío del significante.

2.4 RELACIONALIDAD, IDENTIDAD Y DESPLAZAMIENTOS SIGNIFICANTES

La teoría de la hegemonía de Laclau y Mouffe (1987), introduce justamente una concepción de lo social que niega toda perspectiva esencialista o fundacionalista al afirmar la relacionalidad contingente constitutiva de las identidades sociales, las que permanecen desplazadas y nunca plenas en tanto “positividades”, siendo que se constituyen desde un plano de diferencialidad y antagonismo en un momento de articulación -siempre precario e inestable-, en relación con un sistema de equivalencias hegemónicas (en torno de articulaciones provisionarias que detienen el “flotamiento” y “desplazamiento” de los significantes, fijando sus significados temporalmente).

En tal sentido, la apertura de lo social (la no posibilidad de una literalidad última o de un “cierre” del sentido) es considerada como “esencia negativa”, constitutiva de lo existente (*cfr.* LACLAU; MOUFFE, 1987).

Retomando los análisis de Kristeva, la autora sostiene que el texto, al atravesar la “opacidad” significante, condensa en todo corpus presente un “doble proceso de producción y de transformación del sentido”; y es precisamente en este lugar de la teorización semiótica donde interviene la ciencia psicoanalítica, al intentar una conceptualización que tenga la capacidad de aprehender la figurabilidad en la lengua a través de lo figurado (*cfr.* KRISTEVA, 1981). La teoría freudiana de la lógica del sueño, como desplazamiento entre lo consciente y lo inconsciente, hace del sueño una instancia irreductible al discurso comunicado, dada la profunda diferencia de naturaleza entre estas dos formas de pensamiento, incomparables e intraducibles y por tanto impuras.

Cuestionando la supuesta relación de elucidación que produce una estructura respecto de un texto que se encuentra inscripto en su interior, Barthes sostiene -a los fines del análisis literario¹⁴- que a partir de este tipo de nociones que suponen una plenitud del sentido como legible, el texto pierde su diferencia¹⁵, por lo cual la estructuración se vuelve indeseable en tanto elimina lo específico del texto.

¹³ Laclau y Mouffe (1987); Laclau (2006, 2009); Lacan (2008); Žižek (2008, 2009).

¹⁴ Uno de sus objetos teóricos privilegiados, que inaugura su momento postestructuralista (o el “tercer Barthes”).

¹⁵ “Esta diferencia no es evidentemente una cualidad plena, irreductible (según una visión mítica de la creación literaria), no es lo que designa la individualidad de cada texto, lo que lo nombra, lo señala, lo rubrica, lo termina. Por el contrario, es una diferencia que no se detiene y se articula con el infinito de los textos, de los lenguajes, de los sistemas: una diferencia de la que cada texto es el retorno. Por lo tanto hay que elegir: o bien colocar todos los textos en un vaivén demostrativo, equipararlos bajo la

Frente a toda indiferenciación, afirma “el ser de la pluralidad, que no es del orden de lo verdadero, lo probable o incluso lo posible”. Y frente a la noción de un texto “simplemente plural o polisémico”, aborda una noción de lo textual en tanto textualidades “multivalentes, reversibles y francamente indecibles” (cfr. BARTHES, 2009).

En este sentido, Barthes propone diseccionar el sentido en lexias o unidades de lectura, lo cual consiste no en realizar una exposición crítica de los textos, sino en formular la materia semántica de varias críticas (psicológica, psicoanalítica, estética, temática, histórica); operación que no se realiza a los fines de establecer la verdad del texto o su estructura profunda, sino a los fines de abrir su plural y sus texturas (evitando darle un suplemento de estructura para, por el contrario, instituir su esparcimiento o su disseminación, hiriendo su supuesta tensión superficial). Se trata, por tanto, de “cierta destrucción del texto empírico”.

Aquí también vemos una crítica a la metafísica de la presencia en relación con la escritura como inmanencia, y con el sentido en tanto “formalización” de una totalidad cognoscible (dada en la superficie textual o en el acceso a su mítica profundidad). La propuesta analítica de Barthes no consiste entonces en “manifestar una estructura” profunda, sino en “producir una estructuración” que dé cuenta de las condiciones de emergencia y existencia de los discursos: es decir, de su “estructurancia” (BARTHES, 1986).

Los blancos y los puntos borrosos del análisis serán como las huellas que señalan la fuga del texto, pues si el texto está sometido a una forma, esta forma no es unitaria, estructurada, acabada: es el fragmento, el trozo, la red cortada o borrada, son todos los movimientos, todas las inflexiones de un inmenso *fading* que asegura a la vez la imbricación y la pérdida de los mensajes. (BARTHES, 2009, p. 29)

En tal sentido podremos percibir el atravesamiento de grandes “códigos de referencias” (antropológicos, culturales, simbólicos, lingüísticos, morales, hermenéuticos, etc.) en los textos, los cuales remiten a “tipos de saberes” (históricos, científicos, sociales, psicológicos, literarios, etc). Esto implica, metodológicamente, salir todo el tiempo de la superficie textual hacia su exilio o intertextualidad.

En este mismo horizonte y en el marco de sus aportes dentro del grupo *Tel Quel* al pensamiento semiológico francés, las propuestas del semanálisis de Kristeva y de la translingüística barthesiana son atravesadas por los conceptos teóricos de la clínica psicoanalítica lacaniana y por el pensamiento filosófico derrideano de la deconstrucción.

Todo texto se orienta doblemente hacia el sistema significativo en que se produce (la lengua y los lenguajes de una época y una sociedad precisas) y hacia el proceso social en que participa en tanto que discurso, afirma Kristeva (1981). El texto literario atraviesa de esta forma el rostro de la ciencia, de la ideología y de la política como discurso, y se ofrece para su permanente confrontación, como el modo de presentificar “la gráfica de

mirada de una ciencia in-diferente, obligarlos a reunirse inductivamente con la copia de la que inmediatamente se los hará derivar, o bien devolver a cada texto no su individualidad sino su juego, recogerlo... en el paradigma infinito de la diferencia...” (BARTHES, 2009, p. 13).

ese cristal que es el trabajo de la significancia” tomada en un punto preciso de su infinitud, lo que evita toda relación de trascendencia: un punto presente de la historia¹⁶ en que esa infinitud insiste.

Finalmente, el texto no puede reducirse a una interpretación expresionista o fenomenológica ni a las demandas del objeto literario reclamado por cierto sociologismo o por cierto esteticismo, o por el objeto “plano” de una lingüística positivista. Por tanto, no existiendo ninguna analítica final o saturada, se desgarra la “neutralidad secreta” de la obsesión metalingüística, al designar en los lenguajes al sujeto y la historia (*cfr.* KRISTEVA, 1981).

Derrida afirma que dentro del lenguaje algo del orden de lo radicalmente incognoscible debe permanecer inabordable, porque la “verdad” o el secreto (el enigma), lo que la cosa viene a dar (el don) no es del orden fenoménico (una presencia) ni simbólico (un sentido), sino del orden del advenimiento. En este gesto se afirma una diferencialidad radical del texto, cosa, objeto o sujeto (*eg.* identidad) en tanto superficie de inscripción que no termina de inscribirse ni de ser en torno de ninguna sustancia.

El don mismo -no nos atrevemos a decir el don en sí- no se confundirá nunca con la presencia de su fenómeno. Puede ser que no haya nominación, lenguaje, pensamiento, deseo o intención más que allí donde hay ese movimiento para pensar todavía, para desear, nombrar aquello que no se da ni a conocer, ni a experimentar, ni a vivir -en el sentido en que la presencia, la existencia, la determinación regulan la economía del saber, de la experiencia y del vivir-. En este sentido, no se puede pensar, desear y decir más que lo imposible, en la medida sin medida de lo imposible. (DERRIDA, 1995, p. 37)

Sin pretender reducir las implicancias de esta noción¹⁷, nos interesa resaltar su productividad para pensar un texto que permanece irreductible al análisis, pero desde esta analítica que lo aborda justamente al afirmar su inerradicable diferencia en el espacio y en el tiempo. Es decir: como objeto cultural y como sentido abierto a la historicidad.

Siguiendo estas permanentes vibraciones indecibles en el análisis de los discursos sociales, no analizamos el “objeto texto” desde la perspectiva de la instancia de su expresión lingüística (o de cualquier otra materialidad), sino en las inscripciones o huellas de sus derivas y de sus desbordamientos, que constituyen la exterioridad de un margen o frontera discursiva (que tampoco es del orden de la “visibilidad”).

Derrida diferencia esta concepción del don como lo imposible, pero no como innombrable o como impensable. Justamente en este hiato (entre lo pensable y lo imposible) se abre una dimensión en la que hay don -afirma-.

¹⁶ Nuevamente vemos aquí la afinidad de las nociones de *point de capiton* (o significante-Amo) en la teoría lacaniana (LACAN, 1983; ŽIŽEK, 1992), o punto nodal en la terminología de Laclau y Mouffe (1987), allí donde se condensan metonímicamente las fuerzas hegemónicas para reducir los desplazamientos del sentido, consolidando (como gesto político) la propia afirmación del universal (en tanto lógica identitaria) por parte de un particular (que asume y fija sus contenidos).

¹⁷ Seguimos en tal sentido la conceptualización cultural (en tanto intercambio simbólico y ritual) del don en Marcel Mauss, desde una perspectiva antropológica. Ver este análisis en Laclau (2002). Justamente, Derrida analiza la imposibilidad de “traducción” del don.

El símbolo quiere decir pacto (LACAN, 1988), y los objetos del intercambio simbólico están destinados a ser sucesivamente llenados y vaciados, sin poseer un contenido o una forma que los defina previamente a una relación intersubjetiva. Siguiendo este análisis de Derrida sobre el don, no se trata de la existencia de un contrato (el reconocimiento de la intención de dar algo y la intención de recibirlo) sino que se anuncia cierta “perturbación” de este vínculo.

El don (¿el “ser”?, ¿la “id-entidad”?) no puede, por tanto, transfigurarse (como en el caso del intercambio de “cosas” o de “bienes”): percibirlo de este modo implicaría su destrucción, siendo que su simbolización anularía su diferencia.

Estamos aquí, entonces, en un terreno donde el simbolismo no es posible, pero donde la huella permanece de forma espectral como efecto significante, marcando el advenimiento del sentido y de la identidad como un cierto discurso amenazado por una fluctuación permanente (en pleno proceso de conflicto, configuración, afirmación y destrucción de sus elementos).

2.5 EL ADVENIR SUBJETIVO Y SOCIAL EN EL ESPACIO ABIERTO DEL LENGUAJE

En su lectura del “retorno a Freud” de Lacan, Žižek (2008, 2009) analiza que la clave de ingreso a Freud no proviene del interior mismo del campo psicoanalítico, en tanto para “penetrar los tesoros ocultos” en la escritura y el pensamiento freudianos, Lacan recurre a una diversidad teórica que le permite indagar una “concepción del lenguaje” que no parece haber sido lo suficientemente consciente en Freud, pero que estaba presente en sus elaboraciones analíticas.

Justamente, si el psicoanálisis es una “cura por la palabra” (que incluye una búsqueda simbólica centrada en una radical imposibilidad, y en eso consiste su sistematicidad), es decir, si trata trastornos psíquicos solamente con palabras, depende de una concepción del lenguaje, dice Žižek; y eso es lo que Lacan interroga profundamente. “La tesis de Lacan es que Freud no fue consciente de la concepción del lenguaje implícita en su propia teoría y práctica, y que sólo podemos desarrollarla si nos referimos a la lingüística de Saussure, a la teoría de los actos de habla y a la dialéctica hegeliana del reconocimiento.” (ŽIŽEK, 2008, p. 14). Por eso para Lacan el psicoanálisis “es un método de lectura de textos”, y por eso seguimos esta lectura de lo social en tanto textualidad.

En tal sentido, Žižek sostiene que las nociones de la clínica psicoanalítica pueden explicar nuestras coerciones sociales y libidinales en los procesos de formación subjetiva y social.

Para Lacan, la realidad de los seres humanos se constituye mediante la imbricación de tres niveles o registros: lo Simbólico, lo Imaginario y lo Real. Y el gran Otro opera en el nivel simbólico (en tanto la ley del lenguaje funciona al ser reconocida como orden social).

El orden simbólico implica que no interactuamos solamente con otros (“pequeños otros” en un sentido individual), sino que “nuestra actividad discursiva está fundada en nuestra aceptación y subordinación a una compleja red de reglas y presuposiciones” (gramaticales, culturales, lingüísticas, conscientes e inconscientes).

“A pesar de su poder fundador, el gran Otro es frágil, insustancial, propiamente virtual, en el sentido en que tiene las características de una presuposición subjetiva. Existe sólo en la medida en que los sujetos actúan como si existiera” (ŽIŽEK, 2008, p. 20). Pero no es sino un pacto de convivencia que debe ser atravesado por el lenguaje (que es, en efecto, de orden insustancial). En términos lacanianos: el registro imaginario es lo que soporta o sostiene el orden simbólico.

Por lo mismo, lejos de concebir lo simbólico que rige la percepción y la interacción humanas como una suerte de a priori trascendental (una red formal preexistente, que organiza y limita las prácticas humanas),

[...] “Lacan está interesado justamente en cómo los gestos de simbolización se entrelazan con y se inscriben en la praxis colectiva. Con su análisis de lo que denomina el ‘doble movimiento’ de la función simbólica, Lacan intenta ir más lejos que la teoría estándar de la dimensión performativa del habla, tal como fue desarrollada en la tradición que va de J. L. Austin a John Searle...” (ŽIŽEK, 2008, p. 24).

El análisis lacaniano refiere a este “doble movimiento” al afirmar no sólo el momento performativo¹⁸ del lenguaje sino su instancia reflexiva; lo cual implica que todo enunciado transmite no solamente algo del orden del contenido, sino que al mismo tiempo “comunica el modo como ese sujeto se relaciona con ese contenido”.

Hasta el más simple de los objetos y la más simple de las actividades, dice Žižek (2008), contiene esta dimensión declarativa, lo cual constituye la ideología de la vida cotidiana al afirmar un uso (un sentido) sobre el cual vuelve indicialmente la declaración (afirmando siempre otra cosa que la declaración misma, por eso es una noción reflexiva).

Y en tal sentido Žižek menciona los ejemplos maravillosos estudiados desde el campo antropológico por Lévi-Strauss, como la comida en tanto alimento no sólo del cuerpo sino del pensamiento o del alma (“triángulo semiótico” que simboliza la oposición básica y la mediación entre la naturaleza y la cultura).

Se trata, en definitiva, de la “brecha irreductible entre el contenido enunciado y el acto de enunciación”, propia del habla humana y constitutiva del sujeto, cuyos efectos son de algún modo portados por las formas enunciativas o simbólicas, pero de ningún modo pueden reducirse a las mismas, como tampoco pueden ser reducidos a sus contenidos declarativos.

Toda relación humana porta esta dosis permanentemente fantasmal y ambigua, que configura y a la vez desplaza las identidades centrales y el sentido social. Por eso mismo el inconsciente transporta la forma misma de los discursos, y nunca solamente algo comunicado en sus contenidos superficiales o conscientes; y por esto Žižek (2008) insiste en la tesis lacaniana de que el inconsciente “no está oculto” sino que está presente siempre en la forma misma (“es” la forma misma) de la comunicación humana.

Otro rasgo fundamental del orden simbólico, analiza Žižek, es para Lacan su carácter no psicológico, en tanto es objetivado o depositado “en otros” mediante la

¹⁸ El segundo momento de las tesis sobre la performatividad, que implica al mismo tiempo la constatación del sujeto respecto de lo enunciado, y los efectos performativos de todo acto de enunciación lingüística.

práctica de un ritual. En tal sentido Lacan afirma que “la verdad tiene la forma de una ficción”, y la eficacia de la ficción simbólica es lo que estructura nuestra realidad: la forma en que nos relacionamos con otros atravesados por el gran Otro (o la ley del lenguaje, “terceridad” siempre presente como instancia superior que funda y organiza las relaciones humanas y sociales).

Ambos tipos de identificaciones, imaginaria y simbólica, constituyen los lugares del sujeto¹⁹ en Lacan, siendo su deseo estructurado por el gran Otro “descentrado” que es el espacio simbólico del lenguaje.

Finalmente, esta estructuración es atravesada por la dimensión de lo Real, del orden de lo irrepresentable, insondable y, por tanto, monstruoso: dimensión abismal que acecha y amenaza nuestra identidad espectralmente. Pero, “... para Lacan lo real, en última instancia, tiene que ser completamente desustancializado. No se trata de algo externo que se resiste a ser integrado en la red simbólica, sino de una fisura en la red simbólica misma...” (ŽIŽEK, 2008, p. 80).

Lejos de ser la “sustancialización” o imagen (“figurada”) de un espectro horroroso, es el modo como funciona eso indesignable, que no soporta ninguna corporalidad ni representación imaginable (e insiste sensiblemente, en tanto antagonismo pulsional, sin forma final).

3 CIERRE

IDENTIDADES Y SUBJETIVIDADES EN PUGNA EN UN HORIZONTE CULTURAL DEMOCRÁTICO

En otras palabras, afirma Žižek, lo Real (en tanto núcleo traumático) no puede inscribirse, pero podemos “inscribir esta imposibilidad”. En su conjunto, la tesis de Lacan es que “lo Real no es más que esta imposibilidad de su inscripción...”

En este sentido es en el que se ha de entender la enigmática frase lacaniana que define al sujeto como una “respuesta de lo Real”: podemos inscribir, circundar el lugar del sujeto a través del fracaso de la simbolización de éste, porque el sujeto no es sino el punto fallido del proceso de su representación simbólica.

En la perspectiva lacaniana, el objeto como real es entonces, en un último análisis, sólo un cierto límite... (ŽIŽEK, 2009, p. 225)

¹⁹ Sujeto que no se reduce a las funciones del *cogito*, de la percepción o de la conciencia, siendo que está atravesado (barrado) por un radical desconocimiento (la escena del inconsciente). Contra los enunciados del existencialismo, sostiene, “se opone toda nuestra experiencia [psicoanalítica] en la medida en que nos aparta de concebir el yo como centrado en un sistema de percepción-conciencia, como organizado por el ‘principio de realidad’ en que se formula el prejuicio cientifista más opuesto a la dialéctica del conocimiento -para indicarnos que partamos de la función de desconocimiento que lo caracteriza-...” (LACAN, 1990, p. 92).

Dado su rasgo de enajenación en el significante, al ser capturado por la red simbólica el sujeto es “mortificado, desmembrado, dividido” y enfrentado a la lógica paradójica e irreductible de lo Real: límite, abismo, espejismo, ruptura, aporía²⁰ del sentido, y frontera de la vida.

Como lo analiza Laclau (2009) siguiendo a Freud, el afecto es una relación constitutiva de lo social que, lejos de la posibilidad de conceptualización analítica del objeto social como una formación discursiva homogénea e inteligible, nos permite indagar las relaciones y articulaciones entre sus componentes heterogéneos, en la exploración de las lógicas de la equivalencia y de la diferencia (LACLAU, 2009; LACLAU; MOUFFE, 2006) como principios identitarios en torno de un inerradicable antagonismo.

En las teorizaciones de Freud el lazo social es de naturaleza libidinal, y en tal sentido Laclau otorga una centralidad teórica al análisis de la dimensión afectiva y conflictiva (política) de las relaciones sociales, en tanto exceso irreductible a la razón o al pensamiento (que no admite una conciliación o cierre final).

Desde este horizonte introduce la noción de antagonismo como el límite mismo de lo social: aquello que marca su radical imposibilidad, la falta en la estructura, el rodeo del significante como símbolo de una ausencia ante un Real insimbolizable.

Este “exceso peligroso”, este *outside* (LACLAU, 2009; BUENFIL BURGOS, 1994) que cuestiona toda concepción de una sociedad racional y en última instancia cognoscible, que irrumpe desde la contingencia para dislocar el orden simbólico, se afirma al mismo tiempo como instancia constitutiva de todo espacio comunitario y subjetivo; y toda relación social, por tanto, muestra esta inconmensurable apertura en la herida que imposibilita su cierre y su plenitud (en torno de la cual se organiza el mundo en constante transformación).

Todo eso que queda por fuera o que es expulsado, insiste como margen; y no por no ser nombrado ni tematizado a nivel de los contenidos del horizonte cultural de cada tiempo, no deja de aparecer performando relaciones y sentidos. Aún lo que parece instituirse como un contenido transmisible y sedimentado, al resguardar su indecidibilidad, hace posible el espacio de un vacío que permite el advenir del sujeto en su aporía de ser vivo hacia la muerte, y la transformación de las relaciones sociales y de los discursos en torno de constantes desplazamientos (y no sólo en torno de articulaciones afirmativas, fuertes y centrales).

En este marco, la noción de identidad mediada por las tramas discursivas de los textos de la cultura, o identidad narrativa (ARFUCH, 2005), se funda en el valor de las representaciones compartidas en relación dialógica con el mundo, y en remisión a una historicidad situada. Su inscripción en torno del contrato social hace posible el reconocimiento subjetivo, al asumir la responsabilidad ética que posibilita entre los sujetos un pacto simbólico de “igualdad” o de identidad en la alteridad, a partir del cual se afirman cada cultura y cada subjetividad en tanto diferencias irrepetibles, singulares e irreductibles a la universalidad de los poderes y sentidos hegemónicos.

²⁰ Ver en tal sentido la noción lacaniana de extimidad en relación con las nociones derrideanas de margen o parergon (lo liminar, la huella, la ceniza).

Así abordamos la historicidad y la significación del horizonte cultural latinoamericano -no sólo como un “otro de Occidente”- frente al imperio del discurso del capitalismo global. E insistimos en enfocar la mirada sobre sus antagonismos y formas de identidad inexpropiables, como gesto de memoria política y cultural que urge en el mundo contemporáneo.

REFERENCIAS

- ARFUCH, L. (Comp.). Problemáticas de la identidad. In: *Identidades, sujetos y subjetividades*. Buenos Aires: Prometeo, 2005.
- BARTHES, R. *La aventura semiológica*. Barcelona: Paidós, 1986.
- BARTHES, R. *Mitologías*: Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.
- BARTHES, R. *S/Z*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2009.
- BARTHES, R. *Barthes por Barthes*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1997.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística general*. Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 1980.
- BUENFIL BURGOS, R. N. *Cardenismo: Argumentación y antagonismo en educación*. México, Ed. DIE CINVESTAV IPN – CONACYT, 1994.
- DERRIDA, J. *La escritura y la diferencia*. Barcelona: Ed. Antrophos, 1989.
- DERRIDA, J. *Márgenes de la filosofía*. Madrid: Ed. Cátedra, 1988.
- DERRIDA, J. *Dar (el) tiempo*. Barcelona: Ed. Paidós, 1995.
- DERRIDA, J. *Dar la muerte*. Barcelona: Ed. Paidós, 2006.
- DUCROT, O. y TODOROV, T. *Diccionario enciclopédico de las ciencias del lenguaje*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2003.
- ENRICO, J. Hegemonías, antagonismos y transformaciones identitarias: aportes del Análisis Político del Discurso para el estudio del espacio educativo-cultural en perspectiva histórica. In: MARTÍNEZ, F. y SAUR, D. (Comps.). *La cocina de la investigación*. Villa María, Córdoba: Ed. Euvim, 2017.
- FOUCAULT, M. *Nietzsche, Freud, Marx*. Buenos Aires: Ed. El cielo por asalto, 1995.
- JAMESON, F. *Imaginario y Simbólico en Lacan*. Buenos Aires: Ed. El cielo por asalto, 1995.
- LACAN, J. Introducción del Gran Otro. In: *El Seminario de Jacques Lacan Libro 2: El yo en la teoría de Freud y en la técnica psicoanalítica. 1954-1955*. Buenos Aires: Ediciones Paidós, 1983.
- LACAN, J. *Escritos I*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2008.
- KRISTEVA, J. *Semiótica I*. Madrid: Ed. Fundamentos, 1981.
- LACLAU, E.; MOUFFE, Ch. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Ed. Siglo XXI, 1987.
- LACLAU, E. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2009.
- LACLAU, E. *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LACLAU, E.; MOUFFE, Ch.; TORFING, J.; ŽIŽEK, S. (Coord.) BUENFIL BURGOS, R. N. *Debates políticos contemporáneos*. En los márgenes de la modernidad. Ciudad de México: Plaza y Valdés Editores, 2004.
- TORFING, J. Un repaso al análisis de discurso. In: LACLAU, E.; MOUFFE, Ch.; TORFING, J.; ŽIŽEK, S. Coord. BUENFIL BURGOS, R. N. *Debates políticos contemporáneos*. En los márgenes de la modernidad. Ciudad de México: Plaza y Valdés Editores, 2004.
- ŽIŽEK, S. *El sublime objeto de la ideología*. Ciudad de México: Siglo XXI Editores, 2009.
- ŽIŽEK, S. *Cómo leer a Lacan*. Buenos Aires, Ed. Paidós, 2008.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.